



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 142 - QUARTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann (11) Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferroço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB (8) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5) PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 6 Líder Magno Malta - PR (12) Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSD, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSD, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 149ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE AGOSTO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que altera a Lei nº 8.036, de 8 de maio de 1990, para dispor sobre a multa incidente sobre o montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante a vigência do contrato de trabalho, na hipótese de tratar-se de mulher chefe de família.

35569

Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que altera a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre o seguro desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família.

35570

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.078, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 59, 62 e 64, de 2011.....

35571

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Registro da pré-divulgação de filme da cineasta Eva Neide, que resgata a história dos “soldados da borracha” no Brasil no período da Segunda Guerra Mundial.

35571

SENADOR PAULO PAIM – Apelo em favor da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 em face do resultado de pesquisa, divulgada ontem, que constata que a principal preocupação da população brasileira é a saúde; e outros assuntos.....

35572

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Cumprimentos ao governo potiguar pela promoção do Programa Agosto da Alegria, que visa à valorização da cultura popular da região.....

35576

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Relato da audiência de S. Exª com a Ministra Gleisi Hoffmann, destacando as principais propostas em defesa do Estado de Roraima ali apresentadas. ..

35577

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Alerta para a necessidade de que a discussão sobre a divisão dos **royalties** do petróleo leve em consideração os impactos de sua extração nos estados produtores.

35578

SENADOR GEOFANI BORGES – Destaque à Caminhada Alexandrina, ocorrida no final de semana em Macapá, que, em sua trigésima primeira edição, chamou atenção para o tema da acessibilidade; e outro assunto.....

355779

SENADORA MARINOR BRITO, como Líder – Alerta para a nocividade do projeto de reforma do Código Florestal em tramitação no Senado Federal.....

35580

SENADORA MARTA SUPILY – Análise da conjuntura econômica brasileira e internacional por ocasião, nesta semana, da divulgação da nova taxa de juros e da taxa de crescimento do PIB no segundo trimestre.....

35582

SENADOR EDUARDO SUPILY – Registro da participação de S. Exª, na Argentina, do Seminário sobre o Futuro da Integração da América Latina, ocasião em que proferiu palestra sobre a “Perspectiva da Renda Básica de Cidadania”.....

35583

SENADOR PEDRO SIMON – Considerações acerca do governo da presidente Dilma Rousseff.....

35585

SENADOR ZEZÉ PERRELLA, como Líder – Justificação da apresentação de projeto de lei que obriga os clubes de futebol a contratarem seguro de vida para seus atletas.....

35588

SENADOR BLAIRO MAGGI – Considerações acerca da agricultura no Brasil e a participação de S. Exª, na Argentina, de uma série de debates do Clube da Fibra, em especial, sobre o algodão.

35589

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Considerações acerca do resultado da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico sobre o descarte de resíduos sólidos urbanos em municípios brasileiros.

35591

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Apelo à Presidente Dilma Rousseff para que não faça um “governo de continuidade”

35592

1.3 – ORDEM DO DIA**1.3.1 – Comunicação da Presidência**

Inclusão, na Ordem do Dia da presente sessão, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 37, 38 e 42, de 2011. Esclarecimento de que foi apresentado o Requerimento nº 1.055, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2011, que tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2011. 35594

1.3.2 – Item 1

Medida Provisória nº 531, de 2011, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), para os fins que especifica. **Aprovada**, após **Parecer nº 846, de 2011-PLEN**, proferido pelo Senador Flexa Ribeiro (Relator revisor), tendo usado da palavra os Senadores Alvaro Dias, José Agripino, Benedito de Lira e Randolfe Rodrigues. À promulgação. 35594

1.3.3 – Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2011, que altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010, o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011). **Apreciação adiada** para a próxima sessão deliberativa ordinária. 35597

1.3.4 – Item 11 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2011 (nº 2.818/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009. **Aprovado**. À promulgação. 35598

1.3.5 – Item 12 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2011 (nº 2.861/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Co-

operação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009. **Aprovado**. À promulgação. 35598

1.3.6 – Item 15 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.013, de 2011, do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629 e 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362 e 458, de 2008; e 256, de 2009, por regularem matérias correlatas (**royalties** de petróleo). **Aprovado**. 35599

1.3.7 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 1.058, de 2011, de autoria do Senador Ataídes Oliveira. **Aprovado**. 35599

Requerimento nº 1.064, de 2011, de autoria do Senador Ataídes Oliveira. **Aprovado**. 35599

1.3.8 – Ordem do Dia (continuação)**1.3.9 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)**

Mensagem nº 86, de 2011 (nº 176/2011, na origem), pela qual a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa. **Aprovada**, nos termos do **Parecer nº 847, de 2011-CRE**. (Votação nominal) 35599

1.3.10 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 96, de 2011 (nº 229/2011, na origem), pela qual a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Sra Vitoria Alice Cleaver, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Socialista do Vietnã. **Aprovada**, nos termos do **Parecer nº 848, de 2011-CRE**. (Votação nominal) 35601

1.3.11 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 841, de 2011, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 112, de 2011 (nº 305/2011, na origem), pela qual a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. Roger da Silva Pêgas para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. **Aprovado**. (Votação nominal) 35603

1.3.12 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 842, de 2011, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº

115, de 2011 (nº 308/2011, na origem), pela qual a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. José Florentino Caixeta para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Aprovado. (Votação nominal).....	35605	SENADORA LÍDICE DA MATA – Considerações acerca do turismo no Brasil, por ocasião de importantes eventos sobre o tema ocorridos no último fim de semana na Bahia.	35629
1.3.13 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.		SENADOR WILSON SANTIAGO, como Líder – Apelo ao Banco Central no sentido de que, na reunião de hoje, se empenhe na redução da taxa de juros.	35632
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA		SENADOR ANIBAL DINIZ – Anúncio da adesão de S. Ex ^a ao projeto de lei do Senador Jorge Viana que visa a facilitar a implantação de Zonas de Processamento para Exportação no Brasil; e outros assuntos.	35634
1.4.1 – Pareceres		SENADOR EDUARDO SUPLICY – Carta enviada ao Presidente do Ibama, Curt Trennepohl.	35638
Nº 849, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2010.	35608	SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Destaque para a importância dos trabalhos desempenhados pelos agentes de saúde e de combate às endemias.	35639
Nº 850, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2010.	35611	SENADOR JAYME CAMPOS – Alerta para a grave crise na segurança pública no Estado do Mato Grosso.	35643
Nº 851, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011.	35613	SENADOR WALTER PINHEIRO – Elogio à condução da política econômica do governo Dilma Rousseff; e outros assuntos.	35645
Nº 852, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2011.	35615	SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Relato das atividades desenvolvidas pela Subcomissão do Nordeste; e outro assunto.	35647
1.4.2 – Leitura de requerimento		1.4.7 – Apreciação de matérias	
Nº 1.079, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de aplauso ao Fundo Cristão para Crianças.	35618	Requerimentos nºs 721 e 879, de 2011, do Senador Inácio Arruda e outros Senadores. Aprovados.	35651
1.4.3 – Discursos (continuação)		Requerimento nº 877, de 2011, do Senador Inácio Arruda e outros Senadores. Aprovado.	35651
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Convite para a reunião, amanhã, na Câmara dos Deputados, dos parlamentares a favor da instalação de CPI para investigar irregularidades no Governo Federal, destacando a importância do combate à corrupção.	35619	1.4.8 – Discursos (continuação)	
SENADOR JORGE VIANA – Anúncio da apresentação, por S. Ex ^a , de projeto que altera a Lei nº 11.508, de 2007; e outro assunto.	35621	SENADOR WELLINGTON DIAS – Alerta para o perigo que possíveis abusos na prática jornalística podem representar para um regime democrático; e outros assuntos.	35652
1.4.4 – Leitura de projeto		SENADOR LINDBERGH FARIA – Comentários acerca de projetos de lei sobre política econômica apresentados por S. Ex ^a	35657
Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2011, de autoria do Senador Jorge Viana e outros Senadores, que altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.	35624	SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA – Registro do sucesso da 11 ^a edição da Feira de Tecnologia e Calçados do Ceará, realizada em agosto.	35662
1.4.5 – Comunicação da Presidência		1.4.9 – Comunicações	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional no dia 1º de setembro próximo, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a apreciar os Projetos de Lei nºs 3, 6 e 10, de 2011-CN.	35626	Das Lideranças do PSDB, PRB, PP, PR, PSB, PTB, PMN, DEM e PDT no Senado Federal, de indicação do Senhor Fabiano Augusto Martins Silveira para compor o Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP. (Ofício nº S/54/2011)	35664
1.4.6 – Discursos (continuação)		Das Lideranças do PSC, PTB e PSOL no Senado Federal, de indicação do Senhor José Barroso Filho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP. (Ofício nº S/55/2011)	35674
SENADOR JOSÉ SARNEY – Destaque ao papel da família na prevenção de graves problemas sociais, como o uso de drogas, a criminalidade e a violência; e outro assunto.	35626	Das Lideranças do PSB e PV no Senado Federal, de indicação do Senhor Edvaldo Fernan-	

des da Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP. (Ofício nº S/56/2011)	
1.4.10 – Discurso (continuação)	35698
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Protesto contra a absolvição, pela Câmara dos Deputados, da Deputada Jaqueline Roriz.	35707
1.4.11 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.080, de 2011, de autoria do Senador Geovani Borges, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Heitor de Azevedo Picanço.	35710
Nº 1.081, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando a criação de comissão temporária para estudar e elaborar proposições legislativas que visem o aperfeiçoamento e adequação do ordenamento jurídico às necessidades decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.....	35710
Nº 1.082, de 2011, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2011. Deferido	35711
1.4.12 – Leitura de propostas de emenda à Constituição	
Nº 83, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que <i>estabelece a maioridade civil e penal aos dezesseis anos, tornando obrigatório o exercício do voto nesta idade.</i>	35711
Nº 84, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que <i>acrescenta o § 17 ao art. 100 da Constituição Federal, para conceder aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórios o direito de serem pagos com preferência, nos termos do § 2º do mesmo artigo.</i>	35712
1.4.13 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que <i>dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras manterem dispositivos antifurto que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) em caso de tentativa ilícita de abertura.</i>	35714
Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, que altera o art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, para determinar que percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta será destinada a programas de manutenção e desenvolvimento do ensino.....	35716
Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, para vedar a emissão de títulos dívida pública remunerados pela taxa de juros SELIC e por taxas de câmbio, após prazo de dois anos da alteração proposta. ..	35718

Projeto de Resolução nº 41, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, que *acrescenta o art. 94-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões.....* 35719

1.4.14 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 41, de 2011, lido anteriormente..... 35720

1.4.15 – Comunicações

Da Senadora Vanessa Grazziotin, informando que não pode comparecer à diligência realizada pela CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Rio de Janeiro. (**Ofício nº 274/2011, de 28 do corrente**). 35720

Do Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, informando que foi instalado a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. (**Ofício nº 1/2011, de 30 do corrente**)

1.4.16 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CIRNO NOGUEIRA – Considerações sobre a expansão das exportações e o crescimento econômico do município de Piripiri, Piauí. 35720

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do recebimento da publicação *Análise da Segurança Social em 2010*, da equipe técnica da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). 35721

1.4.17 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 31, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 35721

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 30-8-2011

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara

(Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 149^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 30 de agosto de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sr^a Marta Suplicy, e dos Srs. Wilson Santiago, Cícero Lucena, Geovani Borges, Jorge Viana, Eduardo Amorim, Jayme Campos, Inácio Arruda e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 24 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

149^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/8/2011 07:07:22 até 30/8/2011 21:24:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
Bloco-PRF	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELcíDIO DO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	RN	JOSÉ AGripino	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIA'S	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	X

Compareceram: 75 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº524, DE 2011**

Altera a Lei nº 8.036, de 8 de maio de 1990, para dispor sobre a multa incidente sobre o montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante a vigência do contrato de trabalho, na hipótese de tratar-se de mulher chefe de família.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.036 de 8 de maio de 1990, passará a vigorar acrescido do seguinte parágrafo § 4º:

“Art. 18º.....
.....

§ 4º Eleve-se em dez por cento o percentual disposto no § 1º, na hipótese de tratar-se de trabalhadora chefe de família, que percebia até 3 salários mínimos por ocasião da demissão sem justa causa.” (NR)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor depois de transcorridos 60 dias da data de sua publicação.

Justificação

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou em 2010 relatório que demonstra a desigualdade de gêneros no mercado de trabalho. O estudo que foi elaborado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2008 (Pnad) demonstrou que o desemprego entre mulheres é superior, quando comparado ao índice dos homens. Cerca de 19% das mulheres estão fora do mercado de trabalho contra 10,2% dos homens. Mesmo tendo mais anos de estudo, as mulheres enfrentam maiores dificuldades em se colocar no mercado de trabalho.

Aproximadamente 23,5% das mulheres em atividade ganham menos de dois terços do rendimento mediano real. Entre os homens, esse percentual cai para 15,5%. Outro problema observado foi a quantidade de mulheres no mercado informal de trabalho, apenas 46,7% das mulheres estão em alguma atividade formal.

O número de mulheres à frente das responsabilidades familiares aumentou quase 10 pontos percentuais na última década, entre 2000 e 2010 o número de famílias chefiadas por mulheres passou de 25,9% para 35%, período em que vimos crescimento de nossa família.

Somadas as atribuições de chefe da casa, a mulher também acumulou, ao longo dos anos, uma jornada de trabalho exaustiva. Juntando a carga de horas trabalhadas com as atividades exercidas ao chegar em casa, as mulheres gastam, em média, 60 horas semanais.

Uma pesquisa realizada pela Regus, constatou que mais empresas preferem contratar mulheres sem filhos. Segundo a pesquisa, no Brasil, onde 57% das empresas pretendem aumentar seu pessoal, essa tendência é ainda mais evidente, com somente 38% das empresas declarando seus planos de contratar mais mulheres com filhos. A desculpa para esse comportamento é que os empregadores estão preocupados principalmente com a possibilidade de elas tirarem licença-maternidade para dar à luz outro filho (39%) e de estarem desatualizadas profissionalmente (29%) em decorrência da dedicação à família.

Entendemos que a presente proposição vem oferecer uma proteção ainda maior para as mulheres chefes de família. Garantir que tenham reduzidas as chances de serem demitidas sem justa causa, pois hoje elas são as mais vulneráveis.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Rita**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.036, DE 8 DE MAIO DE 1990

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)

§1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acresci-

dos dos respectivos juros. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)

§2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20 (vinte) por cento.

§3º As importâncias de que trata este artigo deverão constar da documentação comprobatória do recolhimento dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador, exclusivamente, quanto aos valores discriminados. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2011

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre o seguro desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 4º, da lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, passará a vigorar acrescido do seguinte parágrafo § 2º, sendo renumerado seu atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 4º
§ 1º.....

§ 2º no caso de tratar-se de trabalhadora desempregada chefe de família, que percebia até 3 salários mínimos por ocasião da demissão sem justa causa, o período máximo será de 6 (seis) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 14 (quatorze) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.” (NR)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor depois de transcorridos 60 dias da data de sua publicação.

Justificação

Apesar da responsabilidade e a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro terem se ampliado com o passar dos anos, as desigualdades continuam iguais. Segundo um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Secretaria de Política para as Mulheres divulgada em 2010 as mulheres - principalmente as mulheres negras - possuem rendimentos bastante inferiores aos dos homens, mesmo tendo escolaridade superior.

Entre 1998 e 2008 observou-se um aumento considerável na proporção de mulheres que são “chefes

de família”, ou seja, que são as principais responsáveis pelo sustento do lar. Essa porcentagem subiu de 25,9% para 34,9%, que equivale a mais de um terço das famílias brasileiras. Aumentou também a parcela de núcleos formados por mães que cuidam sozinhas dos filhos: de 4,4% para 5,9%.

Mesmo trabalhando fora as mulheres continuam como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico o que acaba por forçá-las a uma jornada de trabalho exaustiva em média superior a 60 horas semanais.

É importante notar que as mulheres que as taxas de desemprego são maiores entre as mulheres que entre os homens, principalmente as mulheres negras. Para mulheres negras, a taxa em 2008 alcançou 10,8%, em comparação a 8,3% para as mulheres brancas, 5,7% para os homens negros e 4,5% para os homens brancos, que foram menos afetados.

Por isso propomos o presente projeto de forma a garantir maior proteção a mulher chefe de família que, no caso da perda do emprego não tenha ainda mais dificuldades, visto que uma nova colocação profissional é menos rápida que para os demais trabalhadores.

Sala das Sessões, – Senadora Ana Rita.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

..... Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação. (Vide Lei nº 8.900, de 1994).

Parágrafo único. O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta Lei, à exceção do seu inciso II.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy, Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.078, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação conjunta das PEC's nº 58, 59, 62 e 64, todas de 2011, que dispõem sobre a garantia dos mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais aos trabalhadores domésticos.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Rita**, PT-ES.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para uma comunicação inadiável, como segundo orador inscrito.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O segundo?

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – É. O segundo, porque a Senadora Vanessa chegou primeiro do que eu.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Espera um pouquinho.

Vanessa, você é a primeira.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Agradeço ao Senador Geovani Borges. De fato, fui a primeira e, portanto, solicito inscrição para o período de comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Terceiro?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Peço minha inscrição no horário da liderança.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Liderança, Paulo?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Espera um pouquinho. Paulo Davim, pela liderança, é o primeiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É o terceiro?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O terceiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Se houver uma suplência, eu fico na suplência, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se houver uma suplência, nós, com prazer, o colocaremos.

Estamos abrindo a sessão com o primeiro orador inscrito, que é o Senador Paulo Paim, pelo tempo regimental.

Por favor, Senador.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – (*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Senadora Vanessa pediu a inversão. Se o senhor concorda, tudo bem. (Pausa.)

Então, fala, em primeiro lugar, a Senadora Vanessa, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy.

Quero agradecer a compreensão do Senador Paulo Paim em promover a permuta, visto que, daqui a alguns instantes, terei que participar de uma importante reunião da Bancada Federal do Amazonas, composta por Deputados e Senadores, cuja coordenação está a critério do Senador Eduardo Braga. Hoje, trataremos de assuntos importantes, relativos ao Estado do Amazonas.

Logo mais, também teremos, Srª Presidenta – é esta a razão que me traz à tribuna –, uma atividade muito importante aqui, no Senado Federal. Trata-se de uma pré-divulgação de um filme que está sendo conduzido pela cineasta Eva Neide, que reside em Los Angeles, nos Estados Unidos da América do Norte, e está desenvolvendo um trabalho muito bonito que contribuirá muito para a história do Brasil e para a história do mundo inteiro. Esse filme que está sendo conduzido, elaborado terá uma apresentação, hoje, de três minutos e meio, de apenas um tópico mostrando como acontecerá esse filme, o qual resgata a história dos soldados da borracha no Brasil.

E, Senador Eduardo Suplicy, os soldados da borracha, no período da Segunda Guerra Mundial, foram convocados assim como os combatentes, os pracinhas brasileiros, que foram combater no front de guerra, durante a Segunda Guerra.

Também o Governo brasileiro editou um segundo decreto. Primeiro, convocando brasileiros a se alistarem para combater e ajudar a derrotar os nazistas, fazer parte das forças aliadas. Depois publicou outro decreto que招ocava brasileiros de todas as regiões para irem à Amazônia e trabalhar na extração do látex, da

borracha, visto que a escassez da borracha no período de guerra era algo preocupante. Então, houve uma grande mobilização internacional, inclusive para que o Brasil voltasse sua produção a patamares do início daquele século. Então, foram brasileiros, principalmente nordestinos, que levaram suas famílias, Senadora Marta, e foram até Amazônia para trabalhar na extração da borracha, foram viver nas calhas do rio Purus, do rio Madeira. E, sem dúvida nenhuma, pelos levantamentos históricos feitos até agora, morreram mais brasileiros na Amazônia do que no combate durante a Segunda Guerra Mundial.

Essa cineasta Eva Neide, que é descendente de um soldado da borracha, vem se dedicando há algum tempo a fazer esse filme, a contar essa história, porque, infelizmente, essa história pouco é falada e lembrada no Brasil. Os livros didáticos – e nós já encaminhamos inúmeras indicações ao Ministério da Educação – não fazem essa passagem da história.

Quero dizer que nós somos uma bancada de parlamentares, sobretudo dos Estados do Amazonas, de Rondônia, do Acre, do Pará, mas os Estados do Acre, Amazonas e Rondônia são os que mais concentram ainda soldados da borracha, pessoas com idade já muito avançada.

E são muitos os projetos de lei que tramitam e que têm como objetivo resgatar a história. Um deles estabelece o dia de homenagem ao soldado da borracha; o outro, que foi aprovado recentemente, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Estado do Acre, considera os soldados da borracha heróis da Pátria. Isso é muito importante, porque eles saíram de todas as regiões do Brasil, mas principalmente do Nordeste, atendendo a um chamamento da Presidência da República à época, e foram trabalhar na extração da borracha, numa região que não conheciam e que sequer dominavam. Portanto, muitos morreram por conta de ataques de cobras, de animais peçonhentos, mas ajudaram, sem dúvida alguma, o Brasil e o mundo inteiro com aquele belo trabalho que desenvolveram.

Eu quero dizer que vários deles estão em Brasília hoje. Na Comissão de Educação, haverá uma apresentação de um *trailer*...

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Ex^a permitir, eu concluo neste minuto, Sr^a Presidente.

Será feita, na Comissão de Educação, a apresentação de um breve *trailer* de três minutos e cinquenta segundos.

Eles estão em Brasília hoje mobilizados e reivindicam a aprovação da PEC nº 556, de 2002, uma PEC de minha autoria, que apresentei na Câmara dos De-

putados e que dá a esses senhores de idade já muito avançada a mesma condição dos pracinhas de guerra.

Então, com este pronunciamento, presto não apenas uma homenagem aos soldados da borracha, mas já damos curso à nossa campanha para que essa proposta de emenda constitucional seja aprovada e justiça seja feita no Brasil; para que esses homens – repito – de idade avançada tenham o reconhecimento que a Nação lhes deve.

Muito obrigada, Presidenta Marta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Paulo Paim, pelo tempo regimental.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG. Fora do microfone.) Pela ordem, Sr^a Presidente.

Eu gostaria de me inscrever pela Liderança do PDT.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Zezé Perrella, estou colocando o senhor como terceiro inscrito, enquanto aguardamos o documento do Partido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, Senadores e Senadoras, pesquisa divulgada ontem, mais uma vez, reafirma, Senador Mozarildo, que a principal preocupação da população é a saúde – saúde, educação e violência.

Então, sempre é bom lembrar que a Constituição de 1988, de que fiz parte, garante que a saúde é um direito social, ao estabelecer, no art. 196:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações de serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O setor da saúde lida diretamente – não estou aqui inventando a roda – com a vida das pessoas, com o sofrimento das pessoas, exigindo, portanto, de cada um de nós, Parlamentares, autoridades, profissionais, enfim, o povo brasileiro em geral, um esforço para que as ações de saúde sejam aprimoradas e melhoradas. A sociedade brasileira clama, mais uma vez, mediante essa pesquisa, para que o Congresso Nacional aprove a Emenda nº 29.

Eu falo com muita tranquilidade da Emenda nº 29, porque o Senador Tião Viana, do Acre, foi quem construiu a Emenda nº 29, e nós aprovamos nesta Casa. Eu não posso negar algo que eu já votei e aprovei. A Emenda nº 29 é que vai garantir que 10% das receitas

brutas da União sejam destinadas à saúde; Estados, 12%; e Municípios, 15%.

Temos também que lembrar que seria fundamental, na votação da DRU agora, como fizemos na questão da educação, que garantíssemos que aqueles 20% que saem da segurança e, consequentemente, da saúde e da assistência ficassem na fonte original do recurso da peça orçamentária, que, pelos meus cálculos, daria mais ou menos R\$50 bilhões a mais na saúde.

Como membro da Frente Parlamentar Mista da Saúde, reitero meu compromisso pela saúde pública e universal gratuita e de qualidade para todos. O Brasil, oitava economia do mundo, que todos apontam que daqui a dez anos poderá ser a quinta economia do mundo, não pode continuar com essa situação gravíssima na questão da saúde.

Sei que houve um debate sobre esse tema inclusive junto às instâncias de Governo. E o que foi dito? "Apontem mais fontes de recursos." Eu não tenho problema nenhum. Vamos discutir o que quiser como fonte de recursos, mas que tem que haver mais investimentos na saúde, tem que haver. Não dá para continuar assim.

Eu me lembro que, recentemente, aprovamos na Comissão de Direitos Humanos uma visita aos hospitais. Solicitaram-nos que esperássemos um pouco mais. Estamos esperando. Mas é preciso, efetivamente, que aconteça esse movimento, porque a saúde não pode esperar, as vidas não podem esperar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, pode me conceder um aparte?

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Pode depois me conceder um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema, porque realmente dá para ficarmos um pouco perplexos quando se discute essa questão da saúde e vem esse argumento de que se tem de indicar fonte de recurso para poder financiar a saúde. V. Ex^a citou aí a DRU. Tire, portanto, uma parte da DRU para ficar na saúde e na segurança, e já se tem uma fonte. Outras fontes. Há vários projetos e, se consolidarmos esses projetos... Por exemplo, loterias, não vai um tostão para a saúde, mas vai para eventos culturais, etc. E as contribuições, que são exclusivas para o Governo Federal? Então, o que acho que temos de discutir é, diante dos tributos e das fontes que já temos, remanejá-las para aplicar na saúde, e não pensar em criar um novo tributo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu queria parabenizá-lo, Senador Paim, por trazer mais uma vez aqui um tema que é o tema do Brasil. É o tema necessário para pensar a dignidade humana do povo brasileiro. Sem um sistema único de saúde que funcione e que atenda às necessidades do povo trabalhador deste País e da sociedade como um todo, nós não temos a menor possibilidade de pensar em dignidade, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu trouxe essa questão na semana passada, com muita revolta, com muita indignação, e, talvez, se me dedicasse exclusivamente a esse tema, eu tivesse de fazer isso todos os dias, porque todos os dias morre gente no meu Estado por negligência, por falta de atendimento, por falta de estrutura, por falta de condições mínimas de atendimento no Sistema Único de Saúde. Agora, não é justo – V. Ex^a tem razão – aumentar a carga tributária do povo brasileiro. Não é justo! Não é justo taxar o povo brasileiro. Nós temos de ampliar e taxar as grandes fortunas deste País. V. Ex^a tem um projeto de lei que tramita aqui. O Deputado Ivan Valente tem um projeto que tramita lá na Câmara dos Deputados. Por que não taxar as grandes fortunas? Ficar buscando alternativas... Ou então, Senador, se não quer mexer com essa parte da elite por opções políticas de governo, tire um pouquinho, tire 1% do pagamento da dívida pública, que absorve hoje 50% dos recursos orçamentários deste País. Então, parabéns a V. Ex^a. Eu sou daquelas que não desistem de lutar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós não desistimos.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – V. Ex^a é parceiro nessa caminhada de luta pela dignidade humana, pela condição humana de vida. Nós não podemos aceitar esse tipo de provocação. Eu, pelo menos, me rebelo diante desse tipo de provocação do Governo, que tem milhares de assessores Brasil afora e ainda fica mandando os Senadores apontarem a fonte de renda. Eu estou apontando: reduz o dinheiro do pagamento da dívida pública e aplica na saúde do povo brasileiro. Obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou passar a palavra em seguida ao Senador Paulo Daivim. Peço apenas que me permita fazer um registro – Senador Ricardo Ferraço, vou me dirigir a V. Ex^a –, porque recebi aqui informações sobre a importância da regulamentação da profissão de comerciário.

Falo aqui em meu pronunciamento da boa vontade de V. Ex^a como relator. V. Ex^a já me informou, e eu informei a eles, que o seu parecer ainda não está pronto porque eles não deram as contribuições que

queriam dar. Então, quero cumprimentar V. Ex^a como relator e dizer para as entidades dos comerciários que tenho certeza de que, se depender de V. Ex^a, a regulamentação da profissão acontecerá.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Nós estamos, na prática, Senador Paulo Paim, basicamente aguardando que todos os segmentos dessa importante categoria de trabalhadores brasileiros possam construir uma convergência, um entendimento, um consenso em torno do tema, para que nós possamos relatar essa matéria, que vai representar um avanço muito grande na estabilidade dos trabalhadores comerciários em todo o País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ricardo Ferraço. Foi essa a resposta que eu dei para eles.

Senador Paulo Davim, por favor, V. Ex^a havia pedido um aparte para falar sobre a saúde.

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – Senador Paim, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz agora. Serei breve para não diminuir ainda mais o seu tempo. Quero apenas me somar às suas palavras. Acho realmente que a Emenda nº 29 é o anseio a sociedade brasileira, é o anseio de todos os profissionais que pensam e que fazem a saúde no Brasil e é, sobretudo, uma necessidade do povo brasileiro. A Emenda nº 29 corresponde a mais recursos para a saúde e, mais do que isso, estabelece obrigações orçamentárias com a saúde entre União, Estados e Municípios, e determina o que é atividade-fim e o que é atividade-meio. Portanto, precisamos votar a Emenda nº 29, como também precisamos abrir um debate para discutirmos fontes de financiamento para a saúde. Só não podemos ficar na passividade, achando que vivemos dias sem problemas na saúde – ao contrário: vivemos num mar de problemas. Parabéns por seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a. Quero dizer que concordo, na íntegra, com seu aparte.

Sr^a Presidente, para terminar, recebi três apartes em meus dez minutos, o que é bom, e sei que outros estão esperando para falar. Só quero fazer mais um registro.

Na região do litoral norte do meu Estado, os Municípios de Tramandaí e Imbé estão, há muitos anos, há três décadas, sofrendo com as dificuldades para o desenvolvimento turístico e da economia, baseada na pesca artesanal. A potência turística do rio Tramandaí e as catorze lagoas que a interligam estão praticamente inexploradas devido à dificuldade de navegação...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para concluir, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O que estou pedindo aqui é que haja um olhar do Ministério do Turismo para essa região. Eles apresentaram uma série de demandas junto àquela Pasta diretamente – não foi emenda parlamentar – que espero possam ser atendidas.

Assim, Sr^a Presidente, desejo todo o sucesso aos Municípios de Tramandaí e Imbé, pelo movimento que estão fazendo no sentido de fortalecer o turismo no nosso litoral norte.

Peço a V. Ex^a que considere, na íntegra, os três pronunciamentos, já que eu aqui os resumi, de forma muito rápida.

Obrigado a V. Ex^a e aos três Senadores que me apartearam.

SEGUEM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, sempre é bom lembrar que Constituição de 1988 garante que a saúde é um direito social ao estabelecer em seu Artigo 196 que é um, abre aspas, “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, fecha aspas.

O setor de saúde lida diretamente com a preservação da vida e com o sofrimento das pessoas, exigindo, portanto, de cada um de nós, parlamentares, autoridades, profissionais do setor e cidadãos brasileiros em geral, um esforço para que as ações de saúde sejam continuamente aprimoradas.

A sociedade brasileira clama para que a Câmara dos Deputados, assim como já fez o Senado Federal, aprove a regulamentação da Emenda 29 que estabelece que a União terá que destinar para a saúde 10% das receitas correntes brutas; Estados 12% da arrecadação dos impostos, e municípios, valor igual ou superior a 15%.

Além da emenda 29, que traria um grande aporte de recursos para a saúde, com a retirada da DRU (Desvinculação das Receitas da União) teríamos mais de R\$ 50 bilhões de reais para investir na segurança social (saúde, assistência e previdência).

Como membro da Frente Parlamentar Mista da Saúde, reitero o meu compromisso de lutar por uma saúde pública universal, gratuita e de qualidade que vá ao encontro dos anseios e desejos da nossa gente.

O Brasil como a 8ª economia do mundo não pode mais esperar e aceitar que o seu sistema de saúde continue com poucos recursos e a sua população sofra pela falta de um sistema de saúde eficiente.

Temos sim que promover avanços e isso requer consciência e decisão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, desejo lembrar hoje, da necessidade de estabelecermos parâmetros adequados para o exercício da atividade profissional de comerciário. Precisamos regulamentar a Profissão de Comerciário!

Eu me sinto muito feliz por abrir ao debate esta questão, que faz parte da luta árdua e de muitos anos destes trabalhadores, pessoas de tamanha importância e que colaboraram para o contínuo desenvolvimento da economia de nosso país!

São milhões de trabalhadores incluídos na atividade do Comércio, mas até a presente data ainda não foram beneficiados com um diploma legal, um diploma que regulamente a profissão de Comerciário!

Com isso, outras questões tenderão a se organizar, como por exemplo, a qualificação dos profissionais, o valor do salário, o horário de trabalho, aposentadoria, etc.

Devido ao aumento da atividade econômica, o comércio passou a abrir aos domingos, dia este, tradicionalmente de descanso e de convívio em família, e isso tornou-se um problema para os comerciários, ou seja, muitas famílias chegaram a se desintegrar, filhos quase não reconhecem mais os pais, momentos de lazer foram suprimidos. Sabemos que é importante a geração de mais empregos e isto deverá ser sempre incentivado, mas o que não se pode admitir é a extensão da jornada de trabalho por até 12 horas consecutivas ou mais, como ocorre em muitos casos.

A atividade comercial exige a participação do comerciário e não deve somente ser regulada apenas pelo detentor do capital, o empresário, deve-se deixar de lado apenas a visão calculista do lucro pelo lucro e passar a estimular uma mão de obra mais bem qualificada e mais satisfeita com a atividade que executa.

Assim, os trabalhadores se sentirão mais valorizados e amparados legalmente, como outras categorias já são. Esta proposição encampa o sentimento dos comerciários, manifestado por suas entidades representativas e representa um alerta sobre a situação de absoluta desregulamentação que vive o setor.

Sr. Presidente! Por isso precisamos regulamentar a Profissão de Comerciário!

Cabe lembrar que ela já foi aprovada no Congresso Nacional dos Trabalhadores do Comércio, promovi-

do pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC.

Faço questão de destacar o Projeto de Lei que apresentei nesta Casa Legislativa – PLS 115 de 2007, que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais aguardando o parecer do Relator, Ricardo Ferraço, do Espírito Santo. Ele tem demonstrado muito boa vontade e inclusive está esperando a presença da categoria, conforme combinado comigo.

Quero pedir o apoio de Vossa Excelência e dos demais Senadores e Senadoras para a aprovação deste Projeto!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a região do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, especificamente os municípios de Tramandaí e Imbé, vêm há muitos anos, talvez mais de três décadas, sofrendo com as dificuldades para o desenvolvimento turístico e da economia baseada na pesca artesanal devido o assoreamento do Rio Tramandaí, ou seja, o acúmulo de areia no fundo do rio.

A potência turística do Rio Tramandaí e as 14 lagoas que a interligam estão praticamente inexploradas, devido à dificuldade de navegação, até mesmo os tradicionais eventos náuticos deixaram de ocorrer.

Os barcos de passeios turísticos de Tramandaí e Imbé vêm ano a ano diminuindo o seu calado, ou seja, a profundidade mínima de água necessária para a embarcação poder navegar e mesmo assim não conseguem levar os turistas por mais de 5 KM da ponte Garibaldi.

Os pescadores e suas famílias, que foram os primeiros a povoarem essa região devido a fartura de peixe na época, já estão em extinção. Não temos mais pescadores que sobrevivem somente da pesca, pois devido à escassez do peixe, dividem suas atividades com construção civil, comércio em geral e principalmente, acabam por ficar empregados, trabalhando nas prefeituras locais, diante do desemprego.

Sr. Presidente, este relato que aqui dei, chegou às minhas mãos através dos vereadores Clayton Ramos, do PT de Tramandaí, José Paulo Firme da Rosa, do PTB, de Imbé, e dos militantes sociais Márcio Esplíndola e Pierre Emerim da Rosa.

Segundo eles, há falta de continuidade dos governos, o desinteresse dos órgãos governamentais em discutir as soluções exigidas ao caso para se obter uma maneira política correta, inclusive na proteção da natureza.

A população daquela importante região gaúcha espera um maior interesse das autoridades e órgãos responsáveis. Da minha parte podem ter certeza que já tem o meu apoio e engajamento a fim de garantir

uma solução para o problema e, assim, garantir uma melhor qualidade de vida aos cidadãos e cidadãs do litoral norte do meu estado.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paim. V. Ex^a será atendido na forma regimental. O aparte sempre é uma gratificação para quem está falando, mas acaba roubando um tempinho. Mas acho que, no frigir dos ovos, vale a pena, porque é sempre importante e acrescenta.

Com a palavra o Senador Paulo Davim, pela liderança do seu Partido, o PV.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recentemente, nesta Casa, realizamos uma justa homenagem ao escritor, pesquisador e folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo. Como ele, tivemos e temos no meu estado do Rio Grande do Norte homens que dedicaram parte de suas vidas aos estudos da cultura popular, como Veríssimo de Melo, já falecido, e Deílio Gurgel, um ferrenho defensor e estudioso, como ele próprio diz, “ousado” por ter levado para as discussões acadêmicas, por diversas vezes, a temática e a riqueza de nossa cultura popular. Dados do IBGE dão conta que em mais de 70% dos nossos municípios existe algum tipo de manifestação oriunda do povo, levando o Rio Grande do Norte ao 3º lugar no ranking nacional quando o assunto é cultura popular.

Pois bem, diante da riqueza oferecida pelo estado em suas manifestações artísticas populares, o Governo do Estado, sob a idealização e coordenação geral da Secretaria Extraordinária de Cultura do RN – contando com ações de outras Secretarias e parceiros como Universidades Públicas e Privadas, sociedade civil organizada, órgãos públicos municipais e a iniciativa privada, está promovendo até o próximo domingo, 4 de setembro, um programa chamado “Agosto da Alegria”. Esse programa teve início no dia 1º e tem como objetivo principal valorizar a vasta cultura popular existente e fazer uma interseção com o turismo local, já que agosto é um mês de entressafra.

Durante todo o mês de agosto e um pedaço de setembro a capital potiguar se vestiu e ainda se veste com as cores do nosso folclore, dos nossos folguedos, deixando-se envolver pela alegria dos brincantes e pela sabedoria dos convidados. Um dos grandes nomes desse evento é o do paraibano Ariano Suassuna, que deu uma aula espetáculo, em pelna praça, para um público de mais de duas mil e quinhentas pessoas – das mais variadas idades. Além dele, outros convidados ilustres já passaram pelo Agosto da Alegria, como Jorge Aragão; Antônio Nóbrega; Paulinho da Viola; o Balé Popular do Recife; o Grupo de Expressões Fol-

clóricas Cheiro do Pará; os cineastas Walter Carvalho e Ney Santanna, que exibiram documentários sobre a cultura popular; as Ceguinhas da Paraíba, conhecidas nacionalmente pelo documentário “A Pessoa é para o que nasce”; além de outras figuras expressivas da cultura popular, como o pintor norte-riograndense de arte ingênua, radicado há quase 40 anos em Goiás, Fé Córdula, e o arquiteto natalense, radicado no Recife, Carlos Augusto Lira, responsável pelas intervenções urbanas no carnaval multicultural de Recife, que foi falar sobre sua experiência em aliar arquitetura à cultura popular.

Para que pudesse acontecer e contemplar diversas linguagens, o Agosto da Alegria elencou 11 eixos temáticos: Folclore; Parafolclore; Artesanato; Gastronomia; Discussões Acadêmicas; Cultura Afro-Brasileira; Publicações; Audiovisual; Artes Visuais; Artes Cênicas e Música. Dessa forma, durante todo o mês de agosto, o público estimado em um milhão de pessoas pôde assistir a cerca de 400 apresentações, exposições, palestras, shows musicais e muitas outras atividades.

Como os colegas senadores devem saber, no dia 22 do mês de agosto se comemora o Dia Mundial do Folclore. Naquela semana, o Agosto da Alegria dedicou-se aos Folclore e Brincantes e teve apresentações de importantes grupos locais e de outros estados brasileiros, como o Pastoril, o Boi de Reis, o Grupo Araruna de Danças Desaparecidas ou Semidesaparecidas, os Congos de Calçola, o Maracatu, dentre muitos outros.

Agora nesta última semana do Agosto da Alegria, o Governo do Estado promove dois eventos simultâneos: A Feira de Artesanato Potiguar, que reunirá o trabalho de mais de 7 mil artesãos do Rio Grande do Norte e o Festival Gastronômico Sabor Potiguar, que vai mostrar toda nossa riqueza e tradições gastronômicas.

Eu disse inicialmente que o mês de agosto era, na perspectiva turística, um mês de entressafra. Pois bem, ERA, porque com um evento como esse, que já em sua primeira edição tem tirado o público de casa, enchendo espaços e praças públicas com milhares de pessoas, com atividades sempre gratuitas, é realmente um programa de Governo consolidado. E, tenho certeza, nos próximos anos só tenderá a se fortalecer e colocar o Rio Grande do Norte na agenda nacional de eventos culturais, a exemplo de outros, como o Natal em Gramado (RS); a Paixão de Cristo, em Nova Jerusalém (PE); o Boi de Parintins, no Amazonas. Portanto, quero parabenizar a iniciativa do Governo do Estado, na pessoa da governadora Rosalba Ciarlini, a Secretaria Extraordinária de Cultura, Isaura Rosado, demais Secretarias de Estado envolvidas no Programa Agosto da Alegria, que tem enchedo de orgulho nosso Estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Mozarildo, pelo tempo regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu tenho aqui, repetidas vezes, mostrado a minha preocupação com a situação do meu Estado, Estado pelo qual nós lutamos muito como Constituintes, para transformá-lo de Território em Estado, justamente na esperança de termos cidadania, de sermos cidadãos de melhor categoria.

V. Exª, Senador Geovani Borges, que conosco lutou por essa transformação, sabe que Amapá e Roraima viviam como capitâncias hereditárias: um período com indicações políticas alienígenas, fora do Estado; e, depois, por indicações, no período militar, numa divisão entre as três Forças Armadas. O certo é que, transformado em Estado, muitas coisas melhoraram, mas, no meu Estado, de 2007 para cá – portanto, estamos caminhando para quatro anos –, nós temos tido, lamentavelmente, retrocessos, marasmo.

Todos os dias os jornais dão notícias. Hoje, por exemplo, li que os produtores pararam de fornecer. Ontem o Ministério da Agricultura proibiu a saída de produtos agrícolas do Estado. Por quê? Porque há um desgoverno, porque há um Governador que não está preocupado em administrar. Primeiro, porque não tem competência; segundo, porque está cassado e não está preocupado, portanto, com o futuro do Estado, mas com o futuro do tempo que ele passará ainda como Governador. Portanto, o Estado está como uma nau sem rumo.

Ontem eu tive uma audiência com a Ministra Gleisi Hoffman e eu disse a ela justamente que era chegada a hora de o Governo Federal, depois de passado um período em que a agenda para Roraima foi sempre de restrições, de demarcação de terras, sejam ecológicas ou indígenas, enfim, um período em que o Governo não repassou as terras para o Estado, era chegada a hora de ter uma agenda positiva. Isto, aliás, nós pregamos na campanha: que a Presidente Dilma teria uma agenda positiva para o Estado.

Levei para a Ministra alguns pontos que considero fundamentais. Primeiro, se o Governo Lula demarcou uma reserva indígena imensa, que é a reserva de Raposa Serra do Sol, cumpre agora fazer o depois, que é, primeiro, um programa de atendimento aos que foram excluídos da reserva – e foram quatrocentas famílias, Senador Geovani –, que não foram sequer indenizados ou reassentados. A mesma coisa aconteceu com os índios que ficaram lá, que são de várias etnias, de

várias organizações: não há também um programa de desenvolvimento para eles. Por fim, nessa área de Raposa Serra do Sol, a construção de uma hidrelétrica que teria dois vieses: no caso das comunidades indígenas, primeiro, eletrificar toda a região, segundo, que parte dos lucros com geração de energia que iria abastecer o Estado reverta em benefício das comunidades indígenas; o outro ponto é uma melhor atenção, o que, aliás, vê-se que acontece com todos os Municípios da faixa da fronteira, mas, notadamente no meu Estado, há descaso com os Municípios. Então pedi um olhar especial para a Prefeitura de Boa Vista e todos os Municípios do interior.

Terceiro item, que afeta também V. Exª, que vive lá no Estado do Amapá: a questão dos funcionários públicos civis e militares que eram do ex-território e estão numa situação injusta, porque nem têm o enquadramento equivalente ao de funcionário federal – e são funcionários federais, mas estão num quadro em extinção –, nem têm também a equiparação, por exemplo, com os servidores do Distrito Federal.

Outro item: botar para funcionar as áreas de livre comércio que estão criadas, mas não funcionam, e a zona de processamento de exportação que também, por questão apenas de burocacia e de falta de investimento, não vai à frente, portanto, não gera empregos.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Se V. Exª puder me conceder...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Em seguida, terei o maior prazer em ouvir V. Exª.

Mas o último item da proposta eu levei à Ministra Gleisi, obviamente para que ela leve à Presidente Dilma. Aliás, quando tivemos uma reunião com a Bancada do PTB, falei para a Presidente Dilma que ela precisava ter uma agenda positiva para o meu Estado. E o último item foi justamente o quê? O aperfeiçoamento e o incremento dos mecanismos de comércio e relação fronteiriça com a Venezuela e com a Guiana.

Senador Geovani, nós estamos geograficamente incrustados dentro da Venezuela e da Guiana e não temos nenhum tipo de incentivo. E, pior, até os minérios produzidos em Roraima são descaminhados. Por exemplo, temos notícias concretas de que o diamante que é produzido como da Guiana, na verdade é extraído no rio, no lado brasileiro. Então, é preciso realmente que haja essa agenda positiva e a Presidente Dilma se debruce sobre isso.

Com aquele governador não podemos contar! É preciso que haja um plano federal, com apoio às prefeituras; com incentivo a esses órgãos que são fundamentais: instituições como área de livre comércio e área de processamento de exportação; e o incremento do comércio exterior. Sem isso, realmente o Estado não

vai progredir e, pior, só vai andar para trás, com esse Governador cassado que está lá.

Senador Geovani, com muito prazer eu ouço V. Ex^a.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Eu agradeço a oportunidade que V. Ex^a me proporciona neste momento, porque tenho acompanhado com muita atenção as posições levantadas por V. Ex^a no que diz respeito ao seu querido Estado de Roraima e também do Amapá, onde lutamos juntos na qualidade de ex-Deputados Constituintes, pela transformação de território para estado. Então, os problemas são semelhantes. V. Ex^a tem feito denúncias muito graves desta tribuna e me causa espécie que também no Amapá nós tenhamos sofrido várias incursões de processos da Polícia Federal, se não me engano, 31 operações, com mais de 300 pessoas presas. O Amapá tem sido, assim, passado a limpo. Eu não tenho nada contra, porque acho que tudo deve ser devidamente apurado e condenados os culpados. Mas até agora, no Amapá, as coisas continuam em aberto. No seu Estado, V. Ex^a denuncia a corrupção a olhos vistos. Eu conheço V. Ex^a e sei que é uma pessoa séria, correta. Eu tenho orgulho de dizer que sou seu companheiro aqui no Senado e fui seu companheiro também na Câmara dos Deputados. Sei da seriedade de V. Ex^a, que em momento algum, ao longo da sua trajetória – que eu conheço – política foi leviana. E me assusta que até agora nenhuma providência foi tomada. Mas V. Ex^a continua firme, forte; recebe ameaças, porque eu tenho conhecimento, tem sido um verdadeiro tribuno corajoso nesta Casa. Eu quero hipotecar minha solidariedade a V. Ex^a. Inclusive nós já apresentamos PECs e V. Ex^a já apresentou outras iniciativas legislativas para contornar essa situação. Somo com V. Ex^a na perspectiva de a nossa Presidenta Dilma se sensibilizar e fazer uma pauta positiva para essas áreas de fronteira, tanto do Amapá quanto de Roraima. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a e quero dizer, inclusive como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que tenho feito um trabalho justamente para, de um modo global, tentar resolver essa questão. Mas especificamente no meu Estado eu entendo que é preciso, sim....

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– ... que a Presidente olhe com carinho e faça essa pauta positiva. Então eu espero que nós possamos ter êxito, porque a Presidente é uma pessoa que sabe administrar, que tem compromisso com a verdade, que não compactua com a corrupção.

Portanto, eu espero só que, dentro de pouco tempo, o Tribunal Superior Eleitoral casse esse governador e nós possamos passar a viver um novo momento.

Sr^a Presidente, eu quero apenas, para deixar registrado nos Anais, pedir a transcrição do *paper* que eu deixei com a Ministra Gleisi sobre a audiência que eu tive ontem.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AUDIÊNCIA MINISTRA GLEISI HOFFMANN

1 – Reserva Indígena Raposa Serra do Sol.

1.1 – Programa de atendimento aos excluídos da RIRSS.

1.2 – Programa de desenvolvimento étnico-social dos indígenas levando em conta suas diversidades e organizações.

1.3 – Construção da hidrelétrica do rio Cotingo (cachoeira do Tamanduá), objeto do PL nº 2.540, de 2006, na CD, como forma de aporte de recursos financeiros e de eletrificação das comunidades.

2 – Prefeitura de Boa Vista (capital) e outras prefeituras do interior.

3 – Funcionários públicos civis e militares do ex-Território Federal de Roraima.

4 – Áreas de Livre Comércio (ALE) e Zona de Processamento de Exportação (ZPE)

5 – Aperfeiçoamento e incremento dos mecanismos de comércio e relação fronteiriça com Venezuela e Guiana.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mozarildo.

Com a palavra... Senador Suplicy, o Senador Geovani vai ser orador inscrito. Como ele também pediu para ser, estou comunicando que há uma vaga. Como o senhor está na frente, pode vir. Há dois. Ele está no lugar do Geovani. Depois, você, em terceiro. Pode ser qualquer um dos dois, porque há uma vaga.

Então, agora, comunicação inadiável.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES).

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ocupo mais uma vez a tribuna do Senado da República, a Casa que constitucionalmente tem a responsabilidade, a tarefa e a prerrogativa de defender os Estados federados, em razão, pelo menos até aqui, em princípio, da votação que temos programada para o dia 16

de setembro, no Congresso Nacional. Na oportunidade estaremos apreciando o voto do Presidente Lula à Emenda do ex-Deputado Federal Ibsen Pinheiro, que, ao arrepião da lei, propõe uma divisão, sem diferenciar, sem contemplar, sem considerar os impactos da extração do petróleo nos Estados confrontantes, nos Estados produtores. Ao arrepião da lei e da Constituição, em vários dos seus aspectos, mas citaria dois.

O art. 20 da Constituição Federal, que preserva aos territórios confrontantes, aos Estados produtores, uma participação diferenciada na distribuição dos **royalties** do petróleo, assim como a mesma emenda determina por parte do Governo Federal uma compensação por parte do Poder Executivo. Ou seja, o Poder Executivo teria a responsabilidade de fazer a compensação, mas a Emenda não estabelece fonte de receita para essa compensação.

Estamos fazendo um esforço muito grande aqui no Senado da República. Quero, inclusive, cumprimentar o Senador Wellington Dias, que tem feito todo o esforço, que tem sido absolutamente acolhedor, ouvindo os Estados não produtores, mas também ouvindo os Estados produtores, como é o meu caso, que represento aqui no Senado Federal o Estado do Espírito Santo, que é produtor de petróleo no seu território há quase 40 anos, mas, somente nos últimos quatro ou cinco anos, teve a sua produção acelerada, intensificada, alcançando, tudo indica, até o final de 2011, quem sabe, 300 mil barris de petróleo por dia de produção.

A minha manifestação é de confiança, no sentido de que o Senado da República, que tem a responsabilidade da unidade nacional, que tem a responsabilidade de construir a solidariedade entre os Estados federados, possa, de fato, avançar para a construção de uma matéria que possa convergir, construir o consenso necessário.

Estamos fazendo isso através das Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, tivemos reuniões na semana passada, amanhã teremos outra importante reunião, oportunidade em que estaremos recebendo os Governadores Renato Casagrande, do meu Espírito Santo, e também o Governador Sérgio Cabral, do Estado do Rio de Janeiro.

A minha expectativa é que, nos próximos dias, possamos intensificar ainda mais, possamos estar ainda mais debruçados sobre esse tema, que é muito importante, um tema que não pode continuar dividindo o País entre Estados produtores e Estados não produtores. É necessário – e falo isso como capixaba, falo isso como Senador que representa um Estado produtor de petróleo, Senador Zezé — porque há o reconhecimento acerca da necessidade de fazermos uma distribuição equilibrada, de fazermos uma distribuição que

possa contemplar o conjunto dos Estados brasileiros, mas uma distribuição que tenha como limite o respeito aos impactos que os nossos territórios, que os nossos Estados sofrem em razão da extração do petróleo.

Não acredito que este será um debate que nós estaremos vencendo na bravata ou na força, até porque...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Até porque, acima da força e da bravata, está o diálogo, está a construção do consenso, está a necessidade de caminharmos ou de continuarmos caminhando pelo equilíbrio.

Essa é a manifestação que faço nesta hora em que chamo a atenção, mais uma vez, dos Senadores da República para a necessidade do consenso, da convergência e de uma proposta que possa, em lugar de dividir o País, unificá-lo e considerar o conjunto dos interesses dos Estados produtores, mas também considerar a necessidade equilibrada de uma distribuição dos **royalties**.

Muito obrigado Srª Presidente, muito obrigado Srªs e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada Senador Ferraço.

Com a palavra o Senador Geovani, em permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Senadora Marta Suplicy, que preside esta sessão, antes de fazer o meu pronunciamento, gostaria de solicitar à Mesa que submetesse ao Plenário um voto de pesar à família enlutada do Sr. Heitor de Azevedo Picanço, que faleceu ontem, dia 29, segunda-feira, às 13 horas, aos 87 anos de idade. Tive o privilégio de tê-lo como professor no segundo grau do Colégio Commercial do Amapá. Ele foi prefeito de Macapá, por duas vezes, foi prefeito de Santana, por uma vez, tesoureiro geral do nosso querido ex-Território do Amapá. Teve nove filhos, a Eleni, a Francisca, a Eliana, o Helder, o Herbert, o João, o Heitor Júnior, já falecido, o meu querido Badu Picanço, que foi Deputado Federal por duas vezes, seu irmão Roberval Picanço, que foi Deputado Estadual, por dois mandatos.

Estou encaminhando requerimento à Mesa, solicitando apreciação do Plenário. E à família ficam aqui os nossos sentimentos da tribuna do Senado.

Srª Presidenta, Srs. Senadores, permitam-me registrar a ocorrência de um dos eventos mais tradicionais do Estado do Amapá, já na sua 31º edição: A Caminha Alexandrina, que aconteceu nesse fim de semana, em Macapá.

A cada ano um tema é selecionado para servir de mote à mobilização essencialmente estudantil. Este ano, o tema, mais que bem-vindo, foi a acessibilidade, chamando a atenção de todos para os clamores das pessoas que possuem algum tipo de necessidade de especial.

O evento é uma iniciativa oriunda da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares e já faz parte do calendário de programação escolar e até mesmo do Estado do Amapá e leva para as ruas organizações não governamentais e governamentais, entidades privadas e, sobretudo, os estudantes.

A Caminhada Alexandrina surgiu na década de 80, pelo desejo de um professor de Educação Física que se preocupava com a qualidade de vida dos estudantes e decidiu transformar essas preocupações numa mobilização reflexiva sobre os temas que afetam a vida em sociedade.

Eles já caminharam em favor de várias pregações. Ora em favor da importância do trabalho, ora pelo valor das atividades físicas; em outra ocasião, pela qualidade de vida dos idosos, ou combatendo as drogas e a prostituição infantil.

O Senador Gilvam Borges fez várias caminhadas nesse movimento estudantil.

E este ano trataram da acessibilidade, num esforço louvável de mostrar que as pessoas com algum tipo de deficiência não precisam e não querem ser vistas como coitadas que nada podem produzir.

Pelo contrário, a força dessa mobilização juvenil nos dá o sinal de todo o potencial que o ser humano traz em si, seja ou esteja ele fisicamente perfeito ou não.

Na verdade, o tema da acessibilidade já vinha sendo trabalhado com os alunos desde o início do ano e a culminância desse projeto foi justamente a caminhada.

E é importante que se diga que todos os dias a gente se depara com escadas, elevadores inadequados, vagas apertadas nos estacionamentos, calçamento inadequado nas ruas, falta de rampas e de outros facilitadores de acesso.

E o pior, a gente se acostuma com essa inadequação. Mas é justamente esse cenário que exclui pelo menos um em cada 14 brasileiros com determinados tipos de deficiência física, seja ela definitiva, seja circunstancial.

Desenvolver a acessibilidade em um ambiente é promover condições de mobilidade com autonomia, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades. A acessibilidade é um direito de todos, de ir e vir, uma conquista social. Quando um espaço é construído acessível a todos, ele oferece oportunidades iguais.

E talvez essa noção, essa sensibilidade possa ser despertada a partir da consciência de que a dificuldade não existe só para os cadeirantes, para a pessoa que usa muletas ou próteses. Existem pessoas com mobilidade reduzida e temporária, gerada por diversos fatores, tais como idade, gravidez, deficiência auditiva ou visual e acidentes, que levam as pessoas temporariamente a ficar com dificuldades de locomoção.

Então, é todo um conjunto que precisa ser pensado e adequado porque isso faz parte do desenvolvimento sócio-cultural, dos princípios de respeito e, sobretudo, de amor ao próximo.

Todos nós devemos ter condições de chegar aonde queremos, andar pelos passeios sem impedimento, os cadeirantes podendo ir e vir pelas ruas sem transtorno, acesso ao transporte coletivo garantido, sem constrangimentos, entre tantos outros direitos do cidadão.

A acessibilidade é uma condição básica para a inclusão social das pessoas com deficiências ou que tenham necessidades especiais. Daí a importância que quero atribuir a essa iniciativa lá na capital do meu Estado, provida pela força e pelo idealismo da juventude e de um professor que um dia teve a coragem de sonhar para seus alunos a perspectiva de um mundo melhor.

Parabéns, portanto a todos os que participaram e ajudaram a promover mais uma edição da Caminhada Alexandrina, por mostrar a força de mobilização que o nosso povo tem.

Muito obrigado, era este o nosso registro desta tarde.

E, para concluir o meu pronunciamento, uma homenagem muito especial ao meu querido professor Heitor de Azevedo Picanço, que fez história na época em que o Amapá ainda era território.

Ao Deputado Badu, Deputado Roberval e sua família, as nossas sinceras condolências.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Geovani Borges.

Concedo a palavra à Senadora Marinor Brito, pela Liderança do PSOL.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas, Senadora Marta Suplicy, falo aqui em nome da Liderança do PSOL, do Senador Randolfe, do próprio PSOL do Brasil inteiro, dos nossos militantes, dos ecossocialistas do PSOL, de todos aqueles que defendem um desenvolvimento sustentável, as florestas, seu povo, os recursos hídricos, a riqueza da biodiversidade e o equilíbrio climático, tanto das zonas rurais, como das cidades.

Consideramos o projeto de reforma do Código Florestal extremamente nocivo ao interesse público, aos interesses nacionais e às futuras gerações brasileiras.

Queria apontar uma das muitas polêmicas que envolvem este debate. As ocupações irregulares em APPs de margens de rios e encostas de morros, que podem ocasionar tragédias humanas, seriam regularizadas pelo projeto aprovado na Câmara dos Deputados. Isso seria possibilitado pelo conceito de "Área Consolidada" introduzido pelo Relator, que, inicialmente, seria até 22 de julho de 2008. Entretanto, o PLC 30/11 permite interpretações que extrapolam os prazos temporais e a natureza das atividades permitidas em áreas atualmente protegidas, o que é uma temeridade absoluta.

O PL 30/11, debatido por todo o Brasil, mesmo que de forma ainda não democratizada por falta de interesse dos Deputados, sobretudo, da bancada ruralista, é um projeto cujo fluxograma tem três etapas, formando um tripé sobre os quais ele se estrutura: primeiro, a Área Consolidada; segundo, a Recomposição; e, terceiro, a Regularização. É o fluxograma de devastação. A questão central em jogo é a tentativa de formular uma lei que seja uma licença ambiental para desmatar. É uma licença em três etapas.

A síntese do Código Florestal que foi aprovado pela Câmara dos Deputados é a seguinte: desmato, não sou multado e fico regular, estou dentro da lei. Esse tripé, que chamamos de Tripé da Motosserra (Área Consolidada, Recomposição e Regularização) permite ao agronegócio desmatar uma área florestal nativa protegida por APP ou reserva legal sem ser multado ou autuado. Depois disso, receber uma série de flexibilizações nas obrigações de reflorestar e ganhar incentivos financeiros, e, finalmente, ser regularizado de forma rudimentar e sem segurança jurídica cartorial ou acompanhamento do Ministério Público, tendo garantida a continuidade de suas operações de créditos agrícolas das carteiras oficiais do Governo.

Estamos presenciando neste momento, aqui, no Senado, uma tentativa de atropelar o debate necessário sobre tão delicada questão de interesse nacional. Está prevista para amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, a apresentação do relatório do Senador Luiz Henrique, para aprová-lo nesta semana ou ainda, na véspera do feriado, na terça-feira que vem.

No dia 13 de setembro, quero alertar os Srs. Senadores, em audiência conjunta das Comissões que debatem o Código Florestal, serão ouvidos importantes juristas brasileiros, em uma tentativa de fortalecer elementos mais seguros sobre as implicações jurídicas do projeto de lei em debate. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, na minha opinião e na opinião de vários Senadores desta Casa, não pode aprovar um relatório que versa sobre a constitucionalidade ou a legalidade do que foi enviado pela Câmara antes de

ouvir os juristas por ela convidados. É uma contradição, Senador Pedro Taques.

Até o momento estamos esperando que a Presidenta...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ... que a Presidenta Dilma tenha uma atitude mais construtiva sobre o tema. A Presidenta já ouviu, recentemente, as reivindicações dos representantes do agronegócio, mas precisa, urgentemente, abrir a sua agenda para receber os representantes do Movimento em Defesa das Florestas, que congrega as principais entidades da sociedade civil, do mundo acadêmico e dos movimentos ambientalistas.

Quais setores, Senadora Marta, para concluir, serão beneficiados por uma possível pressa de decidir, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, a aprovação do relatório? Esta Casa não ganha nada atropelando o seu próprio calendário de discussão. Não podemos e não devemos repetir a política de rolo compressor utilizada na votação da Câmara dos Deputados.

Quero deixar claro que a Bancada do PSOL tem um lado nessa batalha, Senadora. Estamos junto com os trabalhadores rurais, as populações extrativistas, indígenas, a CNBB, a OAB...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senadora.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para encerrar, Srª Presidente. Estamos junto com a CNBB, a OAB, a Via Campesina, a Organização do Campo, que congrega o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragem, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Mulheres Camponesas e outras organizações da agricultura familiar deste País. Exigimos punição, controle do Estado e, sobretudo, o fim desse modelo de desenvolvimento baseado na devastação do meio ambiente.

Esperamos que a maioria desta Casa garanta uma profunda e minuciosa análise do tema e que a voz da sociedade civil brasileira seja efetivamente ouvida no Senado Federal.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Marinor Brito.

Quero registrar que o pronunciamento do Senador Paulo Davim, que falou pela Liderança do PV, deve ser transscrito na íntegra, conforme diz o Regimento.

Eu também gostaria de saudar os quarenta visitantes da Diretoria do Serviço Militar do Exército, representados pelo Cel. Meireles. Sejam muito bem-vindos ao Senado!

Eu gostaria de pedir ao Senador Geovani Borges que assumisse a Presidência, para que eu fizesse meu pronunciamento como oradora inscrita.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, esta é uma semana importante para a nossa economia. Nesta quarta-feira, o Comitê de Política Econômica vai decidir a nova taxa básica de juros, que, hoje, está em 12,5% ao ano. Também na sexta-feira, serão divulgados pelo IBGE os dados do PIB do segundo trimestre. São dois eventos marcantes, principalmente se considerarmos o contexto internacional em que, hoje, nós nos encontramos.

As principais economias mundiais, que começaram o ano em processo de recuperação, hoje, visivelmente, estão perdendo força. Os Estados Unidos encerraram o primeiro semestre com crescimento de 1,2%, próximo ao da França, com 1,4%, e um pouquinho melhor do que o do Reino Unido. Na Espanha e na Itália, o crescimento foi de 0,6% e de 0,7%. Mas o que mais me preocupa é que essas economias praticamente não cresceram entre o primeiro e o segundo trimestre. Isso sinaliza que estão a caminho de uma estagnação econômica.

Permitam-me aqui abrir um parêntese: a despeito da estagnação dos Estados Unidos, achei acertada a decisão do FED de adiar a maciça injeção de dólares para reativar sua economia. Fiz um pronunciamento sobre isso na semana passada, mas isso não aconteceu. Essa foi uma medida que já tinha sido tentada, a expectativa era muito ruim, e o FED voltou atrás, porque os resultados tinham sido pouco positivos – aliás, foram mais negativos mesmo –, contribuindo até para um maior desequilíbrio na economia mundial.

Eu diria que as economias emergentes, como a Rússia, a Índia, o México e o Chile, têm obtido melhor desempenho, juntamente com a Alemanha, com a Coreia, com a China. Mas, ainda assim, a perda de vigor das economias é uma realidade mundial hoje.

O PIB brasileiro do segundo trimestre, que vai ser anunciado na sexta-feira, vai registrar uma alta de 0,8% ante o primeiro trimestre, apresentando uma melhora. Isso significa um crescimento acumulado de 3% ao ano, o que é um bom resultado. A questão, no entanto, é o que esperar da segunda metade do ano. Avançaremos um pouquinho mais, alcançando 4% ou

até mesmo 5%, ou estagnaremos e ficaremos pouco abaixo do que já conquistamos no primeiro semestre?

Aqui, o elemento chave é o *mix* de política monetária e política fiscal que foi escolhido pelo Governo.

Primeiro, é importante termos clareza das diferenças existentes entre os dois momentos da crise internacional. Isso tem de ficar muito claro. O primeiro momento, entre 2008 e 2009, foi marcado por um profundo desequilíbrio do setor financeiro privado, que dependeu da pronta intervenção do setor público para evitar uma quebra de massa. Os senhores estão lembrados de como foi a bolha nos Estados Unidos, e, no Brasil, houve outro tipo de política. Já o segundo momento, que estamos atravessando agora, tem o desequilíbrio das finanças públicas em seu centro, com o risco de contaminar os bancos privados que detêm títulos públicos. É por essa razão que a política fiscal se tornou o principal elemento estabilizador da economia, mais até do que a até então política monetária.

Nesse contexto, foi muito providencial a Presidenta Dilma ter começado o seu mandato – os senhores estão lembrados – reafirmando o compromisso com austeridade fiscal por meio do seu Plano de Ajuste Fiscal do início do ano. Lembro-me de que, naquele momento, muitos foram céticos quanto aos efeitos concretos da economia de R\$50 bilhões, como ela propôs, mas o fato é que, naquele momento, a Presidenta consolidava a “âncora fiscal” como o mais importante eixo de estabilização de sua política econômica. E acertou, Presidente Geovani. Muitos também duvidavam do real compromisso do Governo nesse sentido. Diziam que era “medida demagógica”, “para inglês ver”. Diziam que a Presidenta não ia conseguir isso, não ia fazer isso. Mas o resultado está aí: economia de R\$91,9 bilhões nos sete primeiros meses do ano, sendo R\$66,3 bilhões da União, R\$27,7 bilhões dos Estados, R\$2 bilhões dos Municípios e R\$1,9 bilhão das estatais. E, com isso, já alcançamos 80% da meta fiscal de 2011. Se isso não é cumprir o prometido no início do ano, não sei o que seria.

Mas os críticos, agora, “culparam” o aumento da arrecadação federal pelo sucesso da política fiscal. Realmente, a receita tributária cresceu no Brasil, mas isso aconteceu porque o Brasil cresceu 3,3% nos últimos doze meses; porque a produção industrial cresceu 3,7%; porque as vendas no comércio cresceram 9,5%; porque o emprego cresceu 2,1%; porque a renda real cresceu 4%. Então, não temos de lamentar tudo isso! Temos mais é de ficar felicíssimos, porque estamos crescendo, e a arrecadação está aumentando.

O aumento da arrecadação reforça a atuação do setor público, que vem exercendo importante papel transformador em nosso País. Aliás, uma das mudan-

ças estruturais importantes iniciadas no Governo Lula foi o papel estratégico do Estado no desenvolvimento econômico. É o que vemos com o PAC, com a Caixa, com o BNDES, com a Petrobras, apenas para citar alguns deles. Alguém tem dúvida de que foi a atuação do setor público que nos livrou da primeira parte da crise financeira internacional? Tiraram-se até os impostos dos automóveis. Estão lembrados? É a manutenção dessa ação pronta e ousada do Governo naquele momento e agora que permitirá que continuemos a crescer, a despeito de todos os desafios externos que vemos em todo o mundo, com essa enorme dificuldade. E estamos segurando muito bem nossa política econômica.

Aqui também se situa outra crítica equivocada: a de que o gasto público está crescendo. O gasto público cresce, de fato, porque, com a execução das ações do PAC, já se alcançaram R\$14,9 bilhões entre janeiro de julho, valor 39,8% superior ao do ano passado. Outras despesas do orçamento social e previdenciário também cresceram, resultado do principal compromisso do Governo: "País rico é país sem pobreza". É natural também que o gasto de custeio cresça, porque todas as principais iniciativas demandam estrutura de pessoal e estrutura operacional para executá-las – elas demandam isso. Tanto o investimento público quanto o gasto social acabam levando ao gasto de custeio justificável e de boa qualidade.

Ontem, a Presidenta aprofundou ainda mais o compromisso do Governo com a "âncora fiscal" como principal instrumento estabilizador da política econômica. Foi anunciado um adicional de R\$10 bilhões de esforço fiscal para a meta do superávit primário deste ano. E olha que nem precisávamos disso, pois a situação de nossas finanças públicas é privilegiada. E reitero o que disse: isso será o fiel da balança neste segundo momento da crise internacional. Vamos ficar protegidos.

Vejamos os dados. O resultado nominal de nossas contas públicas nos últimos 12 meses é de -1,9% do PIB, um dos menores valores do período pós-real. Só para lembrar, a média desse déficit entre 1995 e 2002 foi de -5,8%. Dizemos isso para compararmos e termos uma noção do que estamos falando. Os Estados Unidos registraram um déficit, em 12 meses, de -10,6%; o Reino Unido, um déficit de -10,4%; o Japão, um déficit de -9,5%; a França, um déficit de -7,7%; a Itália, um déficit de -4,6%; a Alemanha, um déficit de -3,3%.

Mesmo quanto ao endividamento público, utilizando o conceito bruto ampliado que tanto agrada aos críticos, o Brasil registra 65,3% do PIB, o que é muito inferior aos 91,6% dos Estados Unidos, aos 77,2% do Reino Unido, aos 220,3% do Japão, aos 84,3% da França, aos 119% da Itália e aos 80% da Alemanha.

Com isso, é possível ter a dimensão de como a nossa economia está mais bem situada. Ou seja, por todos os parâmetros, estamos fiscalmente fortes. Mas o anúncio é importante, pois desloca o peso da estabilização de preços para a "âncora fiscal". Com isso, alivia-se a política monetária, permitindo que o Comitê de Política Monetária possa ousar um pouco mais em sua reunião desta semana e focar para garantir a manutenção da trajetória de crescimento.

Respondendo, então, à questão que abordei no início, quero dizer que acredito, sim, que o Governo acertou no mix política monetária e política fiscal e que devemos avançar um pouco mais nessa segunda metade de 2011, buscando um crescimento de 4,5%, a despeito da estagnação mundial.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Naturalmente, eu lhe daria mais tempo, mas V. Ex^a encerrou rigorosamente no tempo regimental.

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Encerrei em tempo hábil. Sendo a controladora do tempo, sempre tenho de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Tem de ficar atenta.

Antes de devolver a Presidência à Senadora Marta Suplicy, concedo a palavra...

A SRA. MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Peço a V. Ex^a que fique por mais um minuto na Presidência, porque vou atender a uma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Então, concedo a palavra ao Senador Suplicy, para uma comunicação inadiável. Em seguida, falará o Senador Pedro Simon, em permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, nos termos do Regimento Interno da Casa.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geovani Borges, eu quero primeiro expressar o meu sentimento de pesar à família e a todos que trabalharam em *O Globo* com o jornalista Rodolfo Fernandes, a quem conheci e com quem convivi e trabalhei na *Folha de S.Paulo*. Ele era um excelente e ímpar jornalista.

Mas gostaria de aqui, Sr. Presidente, ressaltar que, nos dias 25 e 26 últimos, quinta e sexta passadas, participei, na Argentina, como representante do Senado, sem ônus para a Casa, do seminário sobre o futuro da integração da América Latina, ocasião em que, a convite da Cátedra Livre da Universidade Nacional do Prata – José Gervásio Artigas para a Integração; da Cátedra Livre Democracia e Estado de Di-

reito Raúl Alfonsín, da Universidade de Buenos Aires; e da Federação Universitária Argentina. Ali apresentei uma palestra sobre a perspectiva da renda básica de cidadania. No auditório lotado da Faculdade de Direito de Buenos Aires, pude dialogar com deputados e senadores de diversos países da América Latina, que consideraram muito importante a perspectiva da instituição de uma renda básica.

Durante a viagem, tomei conhecimento, mais de perto, das experiências que envolveram as eleições primárias que ocorreram na Argentina, no dia 14 de agosto último.

Elas foram estabelecidas pela Lei nº 26.571, de 2009. Todos os grupos partidários, incluídos aí os partidos políticos, as confederações e as alianças, aquilo que chamamos de coalizão, devem proceder, de forma obrigatória, à seleção de seus candidatos a cargos públicos nacionais por meio de eleições primárias, de forma simultânea em todo o território nacional, mesmo nos casos em que se apresente apenas um candidato por cargo na lista do partido.

A designação dos pré-candidatos é exclusiva dos grupos partidários, devendo respeitar o previsto em suas cartas de organização e os aspectos constantes da legislação constitucional e infraconstitucional. Cada grupo partidário determina os requisitos para o cidadão ser pré-candidato às eleições primárias, nas quais deverão votar todos os eleitores, independentemente de serem ou não filiados a partidos políticos.

As listas de pré-candidatos apresentados pelos grupos partidários para registro à Direção Nacional Eleitoral devem conter um número de assinaturas de filiados, cuja percentagem em função do número total de filiados ou do número total de eleitores, o que for menor, deve respeitar um mínimo previsto na lei, como de 1% a 2%.

Desde 1991, por força da Lei nº 24.012, os grupos partidários, ao confeccionarem suas listas de candidatos, o que vale também para os pré-candidatos das eleições primárias, deverão integrá-las por, no mínimo, 30% de mulheres.

Nas eleições primárias argentinas, o voto é obrigatório para todos os eleitores, que deverão escolher apenas um candidato para cada cargo nacional em disputa, podendo optar por listas de diferentes grupos partidários.

Ressalto que o interesse da população foi tão grande que nessas primárias houve um comparecimento de 78% dos eleitores, enquanto no sufrágio anterior votaram não mais que 75% dos eleitores.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) –

Apurado o resultado para Presidente da Nação, ficou a Presidenta Cristina Fernández Kirchner, pela Frente Justicialista (Peronista) para a Vitória, com 50,7% dos votos. Em segundo lugar, com 12,2% dos votos, ficou Ricardo Alfonsín, filho do ex-presidente Raúl Alfonsín, pela Coalizão da Social-Democrata União Cívica Radical com setores dissidentes do Peronismo. O terceiro coube ao ex-presidente Eduardo Duhalde, da Frente Popular, com 12,18% dos votos.

Somente poderão participar das eleições, apresentando candidatos, os grupos partidários que, nas eleições primárias, obtiveram um mínimo de 1,5% de votos válidos para cada categoria de cargos em disputa, o que vem sendo de alguma forma criticado, dentre os aspectos, por um lado, tão positivos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – ...
da experiência argentina.

A Lei nº 26.571, de 2009, foi apresentada pelo executivo argentino ao Congresso Nacional como facilitadora da democratização da representação política, da transparência e da equidade eleitoral. Somente elegendo seus pré-candidatos nas eleições primárias, uma coligação ou partido político poderá participar dos comícios nacionais.

Os pré-candidatos somente podem se apresentar por um só grupo partidário ou partido político e para uma única categoria: Presidente, Deputado ou Senador. As mesas de votação das eleições primárias são mistas, contendo as cédulas de todas as coligações ou partidos, com suas respectivas listas de pré-candidatos para cada categoria. Eles ainda não têm o voto eletrônico. A participação na eleição primária é tanto dos filiados partidários quanto de todos os eleitores em geral.

Com isso, segundo o Ministério do Interior Argentino, os candidatos selecionados terão maior legitimidade social para representarem o povo.

Como nas eleições primárias argentinas, ocorridas no dia 14 de agosto, os 10 partidos e coalizões que disputaram o pleito apresentaram apenas o nome de um pré-candidato para cada cargo eletivo, essas eleições prévias se transformaram num termômetro, numa pesquisa eleitoral para as eleições de outubro próximo.

De qualquer maneira, avalio como muito positiva e cumprimento o povo argentino por essa iniciativa, pois tenho lutado para ser um daqueles que defendem maior democratização da representação política. Julgo que falta ao processo eleitoral argentino, tanto quanto ao nosso processo, uma regulamentação que

discipline, nos partidos políticos, a escolha interna de candidatos a cargos eletivos.

Justamente para isso apresentei, em abril deste ano, proposta de emenda à Constituição que objetiva garantir um mínimo de aproximação...

(*Interrupção do som.*)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) –

Para concluir, Sr. Presidente. Entre os representantes e seus representados, estabelecendo que, obrigatoriamente, os nomes que comporão as listas abertas ou fechadas, para eleições proporcionais ou majoritárias, sejam fruto da escolha do conjunto de filiados da agremiação partidária, dentro da circunscrição eleitoral de cada cargo em disputa. Os membros de cada partido poderão votar em seus candidatos internos (qualquer filiado que queira se candidatar) para que, no passo seguinte, os mais votados tenham seus nomes submetidos ao sufrágio universal.

A PEC determina, especificamente, que a opção de cada eleitor filiado, para o caso dos cargos proporcionais, deverá constar de dois votos, um para o sexo masculino e outro para o sexo feminino. Essa proposta toma por base os dados do IBGE, que falam inclusive que a população feminina hoje é até maior...

(*Interrupção do som.*)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) –

...do que a população masculina. Assim, é um dever de justiça e coerência fazer constar a obrigatoriedade de se dar às mulheres, no mínimo, a mesma oportunidade dada aos homens, cumprindo os preceitos constitucionais de igualdade entre homens e mulheres.

Assim, avalio que a aprovação da PEC nº 23, de 2011, consolidará o princípio democrático no âmbito de cada partido político e em todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/

PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, como orador inscrito, em permuta com a Senadora Vanessa – PMDB e PCdoB fizeram uma permuta.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é muito delicado o tema que quero abordar. Que eu me inspire e diga as coisas que devo dizer.

Já há algum tempo, a sociedade brasileira vem respeitando e cumprimentado a Senhora Presidente da República por seu estilo de governar.

É um estilo sóbrio, fala pouco, direta, mas, principalmente, deixa claro que, no seu Governo, a linha é aquela. Os partidos podem indicar as pessoas que representam o pensamento do partido, mas devem ter dois requisitos para trabalharem com ela: primeiro, têm que ter uma ficha limpa, têm que ter uma biografia transparente; segundo, têm que ter competência para exercer o cargo que desempenham.

Ela falou, antes do discurso de posse, quando foi proclamada sua eleição, o que me emocionou, pois, eleita – em qualquer lugar do mundo, o eleito, no discurso da vitória, é alegria, é felicidade, é transparência de emoção –, ela foi fria e objetiva, dizendo exatamente o que ela faria na presidência da República. Já eleita, não na base de buscar voto, mas na base de assumir compromisso. E ela vem fazendo isso. Sem estardalhaço, sem outra preocupação que não a de fazer isso.

Não vamos nem discutir, mas o caso do Chefe da Casa Civil foi tão óbvio que não houve dúvida nenhuma nesse sentido. Ela fez o que devia fazer: afastou o Chefe da Casa Civil.

O que veio depois, veio depois. O irmão do Líder do Governo disse uma série de catilinárias sobre o Ministro dos Transportes, e os fatos apareceram, e ela afastou-o.

O problema do Ministro Jobim não tem nada a ver com isso, mas é aquilo que é muito tradicional no Rio Grande: incompatibilidade de gênero, e ele se afastou.

Dois Ministérios estão sob interrogação, o de Turismo e o das Cidades. Isso nós aplaudimos, uma série de Parlamentares de todos os partidos aplaudiram. Não é alegria pela coisa que aconteceu, é alegria pela competência dela na condução dos trabalhos.

Aí começaram a surgir movimentos. Na Câmara, no Senado, líderes, partidos iam fazer represálias, iam cruzar os braços, iam apresentar uma votação de propostas negativas ao Governo. Chegou a se falar que haveria um movimento que levaria à tentativa de afastamento da Presidente. Inclusive, a pessoa que teria dito isso, a imprensa publicou. A pessoa me telefonou, pessoalmente, para dizer que não era verdade. E eu não tenho por que duvidar de que não era verdade.

Esse movimento começou a crescer. Há uma interrogação, e as pessoas perguntam: "O que está acontecendo?"

Quando a Presidente diz que não gosta do termo "expulsão" ou coisa parecida, eu também acho que não. Mas aí as perguntas que se fazem sobre o que fará a Presidente precisam de resposta. Eu não acredito que ela retroaja na sua maneira de ser; que tenha cuidado, sim, que tenha cuidado, mas retroagir e passar a conviver... Aquilo que alguns querem dizer que com o partido republicano foi fácil, com o PT e com o PMDB

é mais difícil, vamos contemporizar. Eu não acredito nisso. Sinceramente, não acredito.

Agora, a *Veja* publicou uma reportagem de dez páginas, que o Líder do PT, naquela tribuna, foi e respondeu. Eu não quero discutir nada, nem o que está na *Veja*, nem o que o Líder falou. Não levo para o lado de que o ilustre ex-Chefe da Casa Civil estaria fazendo armações ou coisa que o valha, como deixa entender a revista, nem que tenham qualquer tipo de interesse comercial ou coisa parecida. Eu não acredito. Mas eu me pergunto: o que o Sr. José Dirceu está fazendo num quarto de hotel com o Presidente da Petrobras aqui, em Brasília? Eu já parto do princípio – mesmo porque não me passa pela cabeça; tanto o Presidente da Petrobras quanto o Sr. José Dirceu são pessoas altamente competentes – de que eles não vão se reunir num quarto de hotel, em Brasília, para discutir qualquer tipo de coisa ou qualquer tipo de negócio. Isso não me passa pela cabeça.

Mas estariam fazendo o quê? Discutindo política. E é competência do Sr. José Dirceu conversar com o Presidente da Petrobras, num hotel, discutindo política? É competência do Sr. José Dirceu estar com uma série de pessoas, uma série de Ministros, num quarto de hotel, em Brasília, discutindo política?

Se nós olharmos para São Paulo, está o Presidente Lula com o seu Instituto Lula. O Fernando Henrique tem o Instituto Fernando Henrique. Agora, é pomposo. E são institutos, cá entre nós, que fazem inveja aos americanos, porque são institutos de países do primeiro mundo. E está lá no jornal todo dia o Presidente Lula falando com o Ministro, falando com Governador, falando com Parlamentar, discutindo medidas futuras, quando ele não está lá no exterior. Hoje, ele está lá na Bolívia, discutindo uma estrada Brasil–Bolívia com o Presidente da República da Bolívia. Mas, se isso não é governo paralelo, o que é isso? O que o Presidente Lula quer com uma decisão que nem essa?

Eu faço justiça. Até hoje as referências do Presidente Lula à Dilma são as melhores possíveis. Quando ele disse para não tirar o Chefe da Casa Civil, e a Presidente Dilma tirou, ele foi muito competente. Tirou, está tirado. Não fez uma crítica. Até hoje, o Presidente Lula, quando fala em Presidência da República, daqui a quatro anos, sempre diz: "A candidata é a Dilma. Ela só não vai ser se não quiser." Não vejo uma crítica do Presidente Lula à Presidente Dilma. Faço justiça, mas a maneira de agir...

O que é mais forte hoje? Reparem nas notícias dos últimos quinze dias. Quantas manchetes apareceram de alguém falando com a Presidente Dilma no Palácio do Planalto? Eu não me lembro. Ela chegou a fazer uma reunião com o alto gabarito dos Líderes e

do seu Governo, e só apareceu o Ministro da Fazenda falando. Ela nem apareceu. Agora, nos últimos quinze dias, não tem dia que não aparece alguém falando com o Lula no Instituto Lula. Ou é Ministro, ou é Governador, ou é Parlamentar até de outros partidos, até do PSDB estão lá falando com ele. Isso não é meio governo paralelo?

Eu acho que o PT se esqueceu. O PT gostou muito de falar em governo paralelo quando era oposição. No Governo Fernando Henrique, o Lula nomeou vários ministros paralelos. Isso é próprio do parlamentarismo. A Inglaterra tem isso. Como no parlamentarismo o cara pode ser governo amanhã, cai hoje o gabinete, amanhã já tem que ser governo, no partido e na oposição têm gente preparada para assumir. Mas não me parece nem que o Brasil tenha um regime tipo parlamentarismo, nem que haja um golpe de Estado previsto. Então, que tipo de governo paralelo é esse que o PT está fazendo?

São essas coisas que estão ficando graves. E alguém se pergunta, então, se a Presidente Dilma não está recuando. Eu digo que não. Alguém se pergunta se já não passou a época de ela fazer realmente a firmeza de Governo, se ela não teria esquecido. Eu digo que não. Mas eu acho que um movimento está sendo criado e crescendo no Brasil. OAB, CNBB, ABI e uma série de entidades de parlamentares no sentido do estabelecimento de uma ética, de uma dignidade, de uma seriedade neste País está crescendo. Está crescendo.

Um fato muito importante: o que aconteceu lá no Oriente Médio é algo que a história ainda não esclareceu devidamente. Na primavera que está aparecendo no Oriente Médio, não tem ninguém do terrorismo, ninguém muçulmano, ninguém, quem quer que seja, por trás. Não tem nem uma grande liderança atrás. De repente, não mais do que de repente, forças populares, o que é impressionante. Gente que não se sabe de onde vem começa a utilizar a Internet, e essas frentes começam a dizer: "Amanhã, às 10 horas, na frente do palácio; quinta-feira, às 10 horas e 30 minutos, na frente da rodoviária". Um fala para o outro, o outro fala para o outro, o outro fala para o outro, o outro fala para o outro e, na insistência da busca da democracia ou da derrocada daquele regime, são milhares e milhares que derrubaram a ditadura. Parece mentira.

Nós, nas Diretas Já, tínhamos movimento, tínhamos partido, tínhamos liderança, tínhamos ideias, tínhamos uma demonstração enorme de fazer. Eles só têm um "não". Não quero aquele governo, não quero aquela ditadura, não quero aquele fascismo. E o derrubaram. Se lá eles puderam fazer, por que o Brasil não pode?

No Brasil, não há violência; no Brasil, não há outra coisa senão lutarmos para reiniciarmos a vida brasileira.

Nós estamos no caminho certo. A economia vai bem, o desenvolvimento vai bem, o crescimento vai bem. No Governo Lula, esse crescimento, acompanhado de distribuição da renda, vai bem. Mas a moral, a ética vão péssimas.

Terminar com o Brasil país da impunidade é algo que a sociedade pode aceitar como bandeira. Esses jovens de caras pintadas podem aparecer. E, Presidente Dilma, que bom que isso venha com a senhora tendo o respeito de todos!

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Pedro Simon, em poucas palavras, eu não conheço nenhum país civilizado do mundo em que ex-Presidente da República se reúna com ministro para tratar de projetos em andamento vindos do governo anterior, quando ele era o chefe de estado e chefe de governo. Isso enfraquece a governabilidade da Presidente. Isso é fato. Nós temos que elogiar o Presidente Lula pelo seu governo, agora, esse tipo de atitude enfraquece a instituição da Presidência da República. Ex-Presidente precisa se desencarnar do cargo que ocupou.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu concordo plenamente com V. Ex^a. É uma realidade profunda essa que V. Ex^a afirma, principalmente quando o ex-Presidente é o grande responsável por aquela que está dirigindo; é o grande responsável por quem está presidindo, com a qual fala todo dia. Fala e pode falar, telefona, discute e debate, o que é diferente de montar um governo paralelo lá no Estado de São Paulo.

Aliás, o Lula já fez errado quando montou ali a sede do governo, porque tinha mais movimento a de São Paulo do que a daqui. Foi a primeira vez que aconteceu isso na história. São Paulo é o mundo econômico, político; manda o ministério, tudo é São Paulo, mas ninguém, antes do Lula, tinha montado ali um gabinete da Presidência da República, na época inclusive em que ele não estava no Palácio, estava lá no Banco do Brasil, tão pomposo como o de São Paulo.

Pois não, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Pedro Simon, mais uma vez, em seus muitos anos de vida pública, o senhor demonstra que a sua preocupação é com a Nação, é com as instituições, é com o funcionamento da democracia e vem aqui, de uma maneira transparente, clara, séria levantar o risco que nós vivemos do enfraquecimento da figura da Presidenta Dilma. O senhor não usou nenhuma ilação de que esses encontros podem ser negociações, como a imprensa tenta fazer; não levantou suspeita do que está por trás de conspiração; o senhor foi ao âmago do que é indiscutível. O indiscutível é que se cria a im-

pressão de que há poderes paralelos à Presidenta e, nesse caso, dois: o Presidente Lula e o ex-Ministro...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – O que o senhor traz aqui não tem nada a ver com suspeita. É uma constatação. Isso é muito perigoso, porque no regime militar a força vem dos canhões; mas no regime civil vem da imagem, da credibilidade, da liturgia, da liderança de quem está na Presidência. E qualquer arranhão a essa liderança, a essa liturgia, qualquer arranhão pode tirar poder. Quando o senhor falou antes, e eu estava ouvindo, que se comentou a possibilidade até mesmo de que ela não terminasse o mandato e o senhor disse, com toda a clareza, que recebeu telefonema da pessoa que teria dito isso, dizendo que não é verdade, não há dúvida de que não é verdade. Eu não acredito que seja verdade. Mas existem duas formas de golpe: o golpe que tira o presidente e o golpe que aprisiona o presidente. Aprisionar o presidente...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Presidente, eu gostaria de pedir, porque esse tema eu acho que é tão importante para a democracia, para a República, o tema que o Senador Pedro Simon...

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Está assegurada a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – ... que até eu que gosto de falar, sinceramente, de uma maneira mais enxuta, não estou conseguindo concluir nos segundos que me foram reservados. Vou tentar. Com mais dois minutos eu tiro.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Eu vou fazer o seguinte: eu vou acrescentar dois minutos para você.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Dois minutos, muito bem; não vou usar mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Perfeito.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Existem dois tipos de golpe. Existe o golpe que tira o presidente; neste ninguém está nem falando, nem imaginando neste País. Mas existe aquele que aprisiona Presidente, e a Presidenta está prisioneira. Ela está prisioneira, em primeiro lugar, do fato de que ela tomou posse como se fosse o terceiro mandato, e não o primeiro. Ela está prisioneira ao fato de que um governo, no seu terceiro mandato, é velho e começa cansado. Nós todos que já estamos velhos sabemos como cansa ser velho. Um governo que mantém os mesmos programas, que não traz uma inspiração nova, novidade, começa velho. Em geral, nós, velhos, não vivemos muito. Temos um horizonte de vida. Temo

que, hoje, a Presidenta Dilma esteja prisioneira de um governo antigo, velho, cansado, que não trouxe a inspiração dos 50 milhões de votos que ela recebeu, ainda que, é óbvio, graças, em grande parte, ao apoio do Presidente Lula. Este Governo precisa ser renovado, não só pela questão da ética, como ela propôs e prometeu, e eu acreditei – e ainda acredito – na faxina. Não é só isso. É um novo governo, em termos de novas medidas, novas propostas, novos sonhos, de que o Brasil está precisando, e o que estão fazendo o ex-Presidente Lula e o ex-Ministro não ajuda a renovação do Governo dela. Ao contrário, dá a impressão, ainda mais, de tutela. Isso é muito ruim para ela, para a República inteira e para o Brasil. Por isso, o discurso de V. Ex^a é muito importante.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agradeço ao importante aparte de V. Ex^a, que, junto com o do Senador Pedro Taques, complementou o meu pronunciamento muito importante.

Quero dizer apenas o seguinte: na minha opinião, não existe a hipótese de alguém torcer para que a Presidente Dilma vá mal, achando que, se isso acontecer, será bom para o Presidente Lula. Se a Presidente Dilma for mal, não há nenhuma chance de o Presidente Lula pensar em vir para a Presidência. Pode acontecer de a Presidente Dilma ir bem, e o candidato ser o Lula. Isso é normal! Mas, se a Presidente Dilma for mal, como alguns pensam, o Lula vai mal também, porque ele vai ser o responsável, porque a indicou e pelo que está acontecendo hoje – se fôssemos analisar, hoje, em qualquer pesquisa –, pelo que está fazendo para complicar o governo dela.

É muito melhor o governo da Presidente Dilma ir bem para ela, para o Lula e para o Brasil. Não tenho nenhuma intimidade com a Presidenta. Nenhuma! Votei nela e não me arrependo. Mas, com toda sinceridade, rezo a Deus para que ela tenha coragem, para que ela tenha firmeza, que não se assuste com alguns, principalmente do PT e do PMDB.

A Senhora tem muito tempo de governo para eles pensarem em fazer oposição. A Senhora tem que ser firme e firme na sua tese: provada a corrupção, rua; indicado um novo nome, a biografia é digna, é digno, é competente, nomeia. Isso a Senhora tem que fazer no seu governo. E tenho certeza de que cada dia que passa é isso que o povo na rua vai cobrar de V. Ex^a.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela liderança, ao Senador Zezé Perrella.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Sr^{as}s e Srs. Senadores, todo brasileiro que gosta de futebol se lembra do Caso Serginho, que chocou o País há alguns anos. Para os que não conhecem o episódio, o jogador, então capitão do time de São Caetano, sofreu um colapso cardíaco durante partida contra o São Paulo Futebol Clube, vindo a falecer poucas horas depois.

Infelizmente, incidentes como esses já não são tão raros. Há alguns anos, no Cruzeiro, clube que presido, o jogador Diogo teve um enfarto durante os treinamentos e só foi salvo porque tínhamos um desfibrilador, não tão em moda na época, a postos. Ainda recentemente, outro jogador profissional de futebol desmaiou em campo durante partida válida pelo Campeonato Brasileiro. De mortes já são três ou quatro em nossos estádios em curto tempo.

O que ocorre, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é que o crescimento da atividade desportiva profissional, devido ao elevado nível de exigência física e psicológica dos atletas, o aumento da competitividade entre os clubes, acaba por trazer, eventualmente, consequências muito perversas. Há situações em que atletas, mesmo de esportes considerados seguros, se veem sob risco de morte durante suas atividades profissionais. Para minimizar as consequências desses fatos, a Lei Pelé determina, em seus artigos 45 e 94, que as agremiações de futebol deverão contratar, para seus atletas profissionais, seguro de vida e de acidentes pessoais.

Por variadas razões, alguns clubes acabam por descumprir o que determina a lei, em claro prejuízo ao direito de seus funcionários e, em última análise, até mesmo da justa concorrência que deveria prevalecer entre as várias equipes participantes de uma mesma competição.

E por que isso ocorre? Pelo menos por dois os motivos. Durante algum tempo, as seguradoras nacionais não operavam com esse tipo de seguro. Aqueles times que pretendessem adequar-se ao disposto na lei tinham que procurar seguradoras no exterior. Hoje, porém, Senador Eduardo Suplicy, essa dificuldade não existe mais. Em segundo lugar, não obstante a lei prever a obrigatoriedade do seguro, não há uma efetiva fiscalização, tampouco algum tipo de sanção que garanta o cumprimento desse mandamento legal.

É por isso, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que estamos apresentando projeto de lei que, aprovado, obrigará os clubes de futebol profissional a contratar aquele seguro previsto na Lei Pelé, sob pena de não poderem utilizar seus atletas em competições promovidas pela Confederação Brasileira de Futebol.

O projeto, Sr. Presidente, atribui à Confederação Brasileira de Futebol a obrigação de exigir comprovação de contratação de seguro de todo atleta profissional a

ser inscrito em competições por ela patrocinadas. Em resumo: atleta que não estiver protegido por seguro não será inscrito na competição.

Acreditamos que esse aperfeiçoamento à Lei Pelé multiplicará o número de agentes fiscalizadores do disposto no art. 45, com evidentes benefícios a atletas, seus familiares e, inclusive, às agremiações, que poderão contar com jogadores mais seguros psicologicamente.

E assim, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, peço o apoio dos senhores a essa proposição que acabo de apresentar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a inclui também o técnico, como no caso do técnico Ricardo Gomes.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Também para os treinadores.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Para os treinadores, em homenagem ao técnico do Vasco da Gama.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Muito lembrado pelo senhor.

A tensão psicológica a que os próprios treinadores se submetem e os jogadores se submetem pode acarretar consequências nefastas na vida dessas pessoas.

Então é para proteger também os clubes que eu peço e conto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com o apoio de V. Ex^as para esse nosso projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Parabenizo o Senador Zezé pela iniciativa.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, em permuta com a Senadora Ana Amélia.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de dez minutos e da tolerância da Mesa.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Sras Senadores, Srs. Senadores. Inicialmente, quero agradecer à Senadora Ana Amélia por ter me concedido o seu tempo para que eu pudesse falar um pouco aqui hoje sobre agricultura.

Na semana passada, fui convidado por uma empresa a participar de um evento na Argentina, um congresso de algodão, chamado Clube da Fibra. E para lá foram levados mais de 300 produtores brasileiros, de todos Estados que são produtores de algodão e, por três dias, fizemos um debate sobre essa cultura tão importante para o País, para a vida nacional e para as exportações também.

E tive a oportunidade então, no final desse evento, de andar pela Argentina para ver o que os *hermanos* estão fazendo. E confesso que levei um susto, se pos-

so dizer assim, um susto agradável para os argentinos e um pouco desagradável para *nosotros*, brasileiros. Porque a Argentina, com seu território tão menor que o do Brasil, está a passos largos e está nos alcançando na produção de grãos.

O Brasil é reconhecido no mundo inteiro como o grande país agrícola, com os grandes potenciais que tem, mas, na realidade, queria chamar a atenção do Senado para dizer que estamos ficando com o potencial, como é a África hoje, e os argentinos estão ficando com a produção. E, no final, vão acabar ganhando de nós.

Andando pelo pampa argentino, não muito distante de Buenos Aires, uns 300 quilômetros, onde está concentrada a grande zona de produção, a gente percebe as diferenças nítidas que existem em relação ao Brasil. A primeira diferença é de logística. Enquanto toda a produção argentina está situada num raio de 300 quilômetros, a brasileira está a 1.800, 2000 quilômetros, como é o caso do Estado de Mato Grosso, como é o caso de Tocantins, como é o caso de Goiás, entre 1000 e 1.400 quilômetros.

Os portos argentinos, do lado. Gastam-se US\$ 4 a US\$ 5 para tirar uma tonelada de milho, ou de soja, ou de cevada, ou de trigo da propriedade e colocar no armazém junto ao rio Paraná. No Brasil, nós gastamos US\$ 50 por tonelada para fazer a mesma coisa.

Mas, Sr. Presidente, o que mais me chamou a atenção, e confesso que não conhecia, foi como funciona a questão ambiental na Argentina. É muito interessante, porque, neste momento, Senadora Ana Amélia, estamos discutindo o Código Florestal brasileiro. E parece que há uma briga entre os setores urbanos e os setores produtores, até aqui dentro do próprio Senado.

E o que vou dizer aqui, pena que não temos muitos Senadores na sessão, já que estamos com a pauta trancada, que seria importante, Senadora, até antes de votarmos, que pudéssemos ter uma comissão daqui do Senado para visitar o que os argentinos estão fazendo na agricultura.

Nessa região do pampa, dos campos argentinos, como é o nosso cerrado, como são os nossos campos gerais no Paraná, e pampa, no Rio Grande do Sul, não existe um único metro quadrado de reserva legal. Não existe um único rio, um único arroio, um único córrego que tenha proteção de APP como se tem no Brasil.

E olha, e quero deixar registrado, não estou nem reclamando do que estamos para votar e fazer aqui, porque concordo em muitos aspectos que temos que ter a preservação do meio ambiente, mas daí a competir com os argentinos, com os uruguaios em condições diferentes, e muito diferentes, só vai ter uma coisa para o Brasil: ser derrotado na corrida pela produção de alimentos no Brasil e no mundo.

Tive a oportunidade de verificar que, em poucos anos, Senadora Ana Amélia, cinco anos, dez anos, no máximo, a Argentina estará produzindo mais soja do que o Brasil; estará produzindo mais milho do que o Brasil; estará produzindo, como já produz, mais trigo, girassol, couza e outras coisas. E para quem é o maior produtor de grãos, ou para quem for o maior produtor de grãos, sobrarão para esse país ou para essa economia, não só a exportação do grão, mas as outras atividades, as atividades agroindustriais, as atividades da verticalização da economia agrícola, que é sair dos grãos, sair da proteína vegetal, para a proteína animal, que é muito mais cara e que o mundo demanda muito mais do que simplesmente os grãos que exportamos.

Então, eu queria chamar a atenção do Senado Federal e da sociedade brasileira para o fato de que a votação do Código Florestal que vamos fazer aqui seja um marco para a agricultura e para o sistema de conservação no Brasil, mas que não seja um impedimento para que o Brasil continue a crescer, a evoluir e ser cada vez mais produtivo e cada vez melhor nesse segmento.

Acho, e quero deixar aqui clara a minha posição, que aquilo que foi conquistado, aquilo que foi feito no nosso País – e, hoje pela manhã, discutimos, na Comissão de Meio Ambiente, a agricultura, e também, na Comissão de Ciência e Tecnologia, com a presença do Ministério das Cidades e outros –, em que as cidades pedem que as conquistas, os avanços, a ocupação das APPs sejam preservados pelo novo Código. E também vamos reivindicar, estou aqui dando a minha posição, que também queremos isso no campo, para respeitar a ocupação daqueles que fizeram no passado, dentro de outras regras e em outras situações.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia, que, tão gentilmente, me cedeu o espaço para eu estar aqui, nesta tribuna.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Com toda razão, Senador Blairo Maggi. Agradeço-lhe o aparte e agradeço também as informações extremamente atuais e importantes que o caro Colega traz dessa visita à Argentina. Isso não significa dizer que o fato de a Argentina, nosso principal concorrente na produção agropecuária dentro do Mercosul e fora dele também, a ausência do Estado, com regulamentação, com penalização, com uma série de outras normas legais, não significa dizer que essa ausência tem sido responsável por problemas ambientais na Argentina. Ao contrário. Tenho certeza de que V. Exª encontrou lá uma preocupação dos produtores argentinos com a preservação ambiental, porque eles têm consciência também de todas as questões relacionadas ao aquecimento global, à necessidade de preservação da terra, porque,

como no Rio Grande do Sul, o agricultor está preparado, hoje, inclusive para a questão do uso do plantio na palha, que tem baixo carbono, para a agricultura de baixo carbono e todas essas práticas de manejo que são sustentáveis. Então, o que V. Exª traz é extremamente relevante, Senador Blairo. Concordo plenamente com V. Exª. Muitos agricultores, muitos empresários, não só da agricultura, estão indo buscar o ambiente mais seguro da produção na Argentina e no Uruguai, no Paraguai e até na Bolívia, porque o ambiente é de maior segurança e um ambiente mais favorável aos empreendedores, sejam eles da área rural, sejam eles da área industrial. É o que está acontecendo no meu Estado, o Rio Grande do Sul, são indústrias que estão indo para a Argentina, para o Uruguai e para o Paraguai ou com produtores rurais fazendo a mesma coisa porque o ambiente aqui não está favorável. Queremos aprovar, sim, até novembro, o Código Florestal, para evitar a judicialização de uma matéria tão importante, porque agricultor responsável, como são os agricultores, V. Exª é um deles, e os do meu Estado, têm responsabilidade com a preservação ambiental e com o aumento da produção de grãos de maneira sustentável. Muito obrigada.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Agradeço à Senadora Ana Amélia o aparte. O meio ambiente não conhece fronteiras. Não é porque tem o rio Paraguai e o rio Paraná, que divide os nossos países, que as coisas são diferentes. Na realidade, eles estão num sistema totalmente livre, desobrigados. Compra-se um hectare de terra na Argentina e planta-se um hectare de terra na Argentina. No Brasil, se estiver na Amazônia, compra um hectare, dez mil metros quadrados, e vai usar 20%. No cerrado, vai usar 65% e, no resto do País, 80%.

Portanto, o que vem acontecendo é que nós temos uma lei ambiental pesada, dura – eu não diria que não é necessária, mas ela é dura, é pesada –, mas enquanto outros países não fazem a mesma coisa, não resta alternativa...

(*Interrupção do som.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. *Fora do microfone.*) – Mais um minuto, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento, que o Senador estava aqui falando.

Mas vou conceder mais dois minutos para o encerramento, Senador. Desculpe-me.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mas como eu brincava aqui, *nosotros* não podemos pular **la frontera** e produzir na Argentina.

Então, acho que o Brasil deve se preocupar com isso. É uma questão para quem mora na cidade, que

tem de ter a compreensão de como funciona o campo e de que não criemos aqui, no Senado Federal, um cabo de guerra nesse assunto. Porque, se fizermos aqui um cabo de guerra, alguém sairá vencedor. E nós não queremos nem ser vencedores nem ser perdedores. O que nós queremos é o consenso para fazer com que a preservação do meio ambiente e as questões de produção, de segurança alimentar, de uma economia forte que traga divisas para o País, que a gente consiga fazer isso com toda a tranquilidade.

Então, quero, mais uma vez deixar aqui o meu alerta. A Argentina se prepara para aumentar a sua produção de soja em mais de 40% nos próximos anos, em 106% na área de milho, em 57% na área de trigo e em 45% na área de girassol, chegando a mais de 100 milhões de toneladas, enquanto o Brasil patina nos seus 145 milhões de toneladas.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer à Senadora e agradeço à Srª Presidente também.

Durante o discurso do Sr. Blairo Maggi, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, como orador inscrito, pelo tempo regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil tem sido um país pioneiro na busca de soluções alternativas para a questão energética. Estão aí, por exemplo, os biocombustíveis, alvo do interesse internacional e um campo de ganhos econômicos e ambientais de grandes perspectivas.

O mesmo potencial se dá em relação ao problema do lixo, que, no entanto, tem sido um tormento ambiental e social para as grandes cidades, fonte de graves e crescentes preocupações para a saúde pública. O Brasil produz, hoje, cerca de 200 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia, um monturo monumental, que acaba despejado em lixões, sem qualquer aproveitamento econômico. Segundo dados do IBGE, dos Municípios brasileiros, apenas 33% possuem 100% de serviços de limpeza ou coleta de lixo. O restante desses resíduos é depositado em lixões a céu aberto. Esse procedimento acarreta emissão descontrolada dos gases gerados em sua decomposição e na infiltração de líquidos no solo, causando impactos negativos à saúde da população e ao meio ambiente, contribuindo para o agravamento do efeito estufa.

E há ainda lixões próximos a zonas aeroportuárias que causam riscos à segurança dos voos, pela presença maciça de aves de grande porte, como os urubus, sem esquecer o drama social que cerca a questão: a presença de catadores de lixo nas áreas de deposição final. Cito o exemplo da cidade de Aracaju. É preciso encontrar, ao lado da grande Aracaju, nas cidades circunvizinhas da grande Aracaju, uma solução para esse problema, o mais rapidamente possível.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), cerca de 25 mil catadores de lixo trabalham nos lixões, dos quais 22,3% têm até 14 anos de idade. E há ainda aos catadores que vivem nas ruas das grandes cidades brasileiras.

Essa situação impôs soluções ao Poder Público, que concebeu legislação específica criando os aterros sanitários, que porão fim aos lixões.

Essas mudanças, no entanto, entram plenamente em vigor em 2014. São importantes, mas insuficientes. Os aterros sanitários não resolvem, apenas atenuam o problema. Protegem, sem dúvida, o contato do lixo com o terreno, mas não deixam de ser cloacas em que o lixo é decomposto, produzindo metano e chorume, líquido tóxico e sem uso, que pode vaziar e contaminar os terrenos, os lençóis freáticos e os rios. E o mais grave é que há aí um desperdício imenso, já que o metano pode ter aplicação rentável na produção de energia elétrica. Já é utilizado assim nos Estados Unidos e em países da Europa, onde se produz há anos energia elétrica pela queima dos resíduos domiciliares em usinas próprias que produzem vapor. Esse vapor alimenta caldeiras e as turbinas que vão produzir energia elétrica.

Na Europa, já se processam 130 milhões de toneladas de lixo, gerando energia térmica em mais de 700 instalações, produzindo mais de 8,8 mil megawatts de energia elétrica. Por aqui, continuamos jogando lixo no lixo, tornando-o um drama social e ambiental. Por que não seguir o exemplo daqueles países, tornando os resíduos sólidos fonte alternativa de energia limpa e barata? Há tecnologia disponível, já testada e avalizada, com resultados auspiciosos.

Segundo os engenheiros Adriano Pires e Abel Holtz – o primeiro é Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura; o segundo, consultor na área de energia e negócios –, “a produção média de 200 mil toneladas diárias de lixo possibilitaria a produção de energia na ordem de 2 mil megawatts médios dessa fonte, a mesma produção de uma central nuclear como Angra I”. E isso traria diversas vantagens de custo, segurança e limpeza ambiental.

Tenho conhecimento de que alguns centros de pesquisa estudam objetivamente esse aproveitamento, o que é uma grande notícia. Há, por exemplo, proje-

to de utilização de biogás proveniente do tratamento de resíduos sólidos urbanos para geração de energia elétrica e iluminação a gás, desenvolvido pelo Centro Nacional de Referência em Biomassa (CENBIO). Esse projeto é financiado pelo Ministério de Minas e Energia e encontra-se em fase de implantação na Central de Tratamento de Resíduos (CTR) de Caieiras, em São Paulo, a maior da América Latina, recebendo cerca de 10 mil toneladas de lixo diariamente. É preciso que esse projeto chegue a todo o País. O aproveitamento do biogás para geração de energia propicia o uso racional das fontes disponíveis, diminuindo a dependência de fontes externas de energia, e, como ocorre a conversão do metano em dióxido de carbono, promove a redução de emissões de gases de efeito estufa, já que o metano tem potencial de aquecimento global cerca de vinte vezes maior, quando comparado ao dióxido de carbono.

A legislação, há pouco tempo, era um obstáculo, já que estabelecia monopólio estatal para a produção de energia elétrica. As mudanças institucionais introduzidas no setor, com a criação da Aneel e com a instituição do Mercado Atacadista de energia (MAE), deram origem a um novo modelo mais eficaz e em condições de abrir novos horizontes para o atendimento da demanda crescente da sociedade.

Na sequência das alterações normativas, já é permitido a qualquer empresa produzir energia e vendê-la a qualquer consumidor, desde que seja ao menos de 3 megawatts a potência instalada correspondente à energia comercializada.

O transporte da energia foi também alvo de nova regulação, não havendo mais obstáculos à sua contratação. Com esse novo modelo institucional do setor elétrico, tornou-se possível a produção de energia elétrica a partir do lixo, com o envolvimento da iniciativa privada, e passaram a ser viáveis parcerias entre empresas e prefeituras, em especial a Resolução Aneel nº 271, de 2007, que inclui as usinas de incineração nas isenções das tarifas de transmissão e distribuição, desde que a potência exportada seja inferior a 30 megawatts e que pelo menos 50% da energia seja produzida pela fração renovável de lixo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já estou terminando, Sr. Presidente. Eu gostaria que me concedesse apenas mais dois minutos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, temos, portanto, instrumentos institucionais e legais – o arcabuco não está apenas pronto e elaborado, mas já faz parte da legislação brasileira – para acelerar esses procedimentos e fazer desse limão amargo, o drama

social e ambiental do lixo, uma limonada saborosa e lucrativa, uma fonte limpa e rentável de produção de energia elétrica.

Sr. Presidente, o Brasil está ingressando na era da modernidade em vários setores. Estou aqui apontando um em que o Brasil precisa avançar: o aproveitamento racional das fontes de energia.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, a Sra. Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Meu Presidente. Meu Presidente. Meu Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já que estamos muito próximos à Ordem do Dia...

Já entramos?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Ainda não. Não entramos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Meu Presidente, há dois requerimentos de minha autoria: um de número 1.058 e outro de número 1.064, de 2011, que constam do Período do Expediente, através dos quais solicito auditoria no Sistema S e informações ao Tribunal de Contas da União, que gostaria muito de vê-los aprovados. Peço, então, a gentileza de V. Ex^a no sentido de verificar a possibilidade de colocá-los em votação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Caro Senador, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento. Logo após, próximo à Ordem do Dia, vamos para a apreciação do Plenário, fazer a consulta ao Plenário.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Agora fará uso da palavra o Senador Cristovam Buarque, em substituição ao Senador Geovani Borges. Por dez minutos, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu

tinha previsto hoje falar aqui lembrando, Senador Pedro Simon, os 50 anos da campanha da legalidade,

liderada pelo nosso saudoso Leonel Brizola. Lembrar o que é que faz com que Leonel Brizola esteja vivo até hoje: seu carisma, sua honestidade, sua firmeza, sua combatividade, seu sentimento de Pátria, sua visão de longo prazo. E falar também uma especulação. Como seria o Brasil hoje se ele tivesse ganhado a eleição de 1989? Como ele teria feito a reforma política, que acho que ele teria feito? Como ele teria criado um modelo econômico subordinado aos interesses nacionais e da população? Como ele teria feito – e não há dúvida disso – uma revolução na educação brasileira?

Mas, depois de ouvir o discurso do Senador Pedro Simon, creio que Brizola entenderia perfeitamente que eu mudasse o tom, o tema do discurso, e repercutisse a fala do Senador Pedro Simon.

O que ele trouxe aqui foi uma preocupação de um patriota e de um patriota democrata. O que ele trouxe aqui foi a preocupação com a imagem do chefe ou da chefe de Estado deste País, no nosso caso hoje, da Presidenta Dilma. O que ele trouxe para nós não foram ilações nem suspeitas a respeito de coisas indecentes que alguns líderes brasileiros estejam fazendo, como as revistas colocaram. Não!

Ele analisou aquilo que ninguém pode suspeitar de ilícito, Senador Luiz Henrique. Mas, mesmo sendo lícito, traz um respingo muito grande na imagem da Presidenta Dilma. O que ele falou é que o comportamento do ex-Presidente Lula, pela sua grandeza, até de uma maneira que ele não precise forçar, porque realmente ele tem uma dimensão muito grande, esse comportamento termina apequenando a Presidenta da República.

O Senador Pedro Simon lembrou quando o ex-Presidente Lula sai para negociar com o Presidente da Bolívia; quando o ex-ministro José Dirceu recebe ministros e presidentes de estatais para despachar, mesmo que – o Senador Pedro Simon foi enfático – não haja nada suspeito, de ilegal por trás disso. Mesmo assim, é um gesto de lesa-República, porque é um gesto de lesa-imagem da nossa Presidenta. O que o Senador Simon veio fazer aqui hoje foi tentar defender a liturgia da Presidência da República, sem o que não se mantém o poder.

Porque o regime militar mantém o poder com a farda e com as armas. Não precisa de liturgia. Não precisa de credibilidade. Os tanques nas ruas ou mesmo nos quartéis, com ameaça de irem para as ruas, são suficientes para dar a firmeza e a segurança, mas, nos regimes civis, a segurança e a firmeza não vêm sem uma imensa credibilidade, que surge dos gestos, que surge do respeito de toda a sociedade à Presidente da República.

E há mais de uma maneira de ferir isso. Existe o ferimento das ofensas que a oposição pode cometer – e, se o fizer, a gente tem de combater aqui, não pode deixar que a figura de uma Presidente, de um Presidente, seja maculada de uma maneira perversa, de uma maneira má, de uma maneira irresponsável –, e há outra maneira: é sem ofender, mas dizendo ou fazendo coisas que façam com que o tamanho dela fique menor.

Eu, Senador Viana, fiquei preocupado, fiquei preocupado com os movimentos recentes dessas grandes personalidades que são José Dirceu e o ex-Presidente Lula. Não estou aqui levantando suspeita de coisas ilícitas da parte de nenhum deles dois, como Pedro Simon não levantou, mas é que, ao tomarem uma dimensão tão grande como a que têm, em comparação, pode-se diminuir a imagem da Presidenta Dilma. E isso fica ainda mais perigoso pelo fato de a Presidenta, desde o seu primeiro dia, passar a imagem de que este é um governo de simples continuidade.

Governo de continuidade já começa com mais de oito anos, e governo que começa com mais de oito anos já começa velho. Com todo respeito que ela deveria ter, por obrigação, por necessidade, à imagem do Presidente Lula, por mais que ela tivesse sempre tido a gratidão que tem a ele, era preciso rasgos de diferença entre um governo que terminou e um governo que começou, era preciso coisas inspiradoras novas, programas diferentes, sem acabar com aqueles que davam certo.

Mas nós não estamos vendendo isso. Apesar de o *slogan* ter mudado para muito melhor – no lugar de “Brasil, país de todos”, “País rico é país sem pobreza” –, apesar da campanha pela erradicação da miséria, que é um avanço no que se refere ao Fome Zero, apesar disso, a imagem que passa nesses oito meses é de um governo que é, pura e simplesmente, continuidade do anterior, inclusive continuidade das boas coisas do anterior – o anterior teve boas coisas sim, e não adianta a oposição querer descharacterizar qualidades do Governo Lula.

Mas a simples continuidade não é boa. A democracia não é feita apenas para renovar o nome de quem assina os atos que vão para o *Diário Oficial*.

A democracia é feita também para renovar o conteúdo daquilo que vai para o *Diário Oficial*. E isso não temos visto ou temos visto muito pouco. E aí temos um governo que começa envelhecido. Isso é ruim para o Brasil, isso é ruim para a sua imagem.

Agora, se, ao mesmo tempo, acontece isso com pessoas grandes, assumindo posições de liderança, despachando com ministro, com presidente de estatal, viajando ao exterior para negociar com chefe de

estado projetos de interesse do Brasil e da Bolívia, corremos um grande risco, Senador Luiz Henrique, de termos um governo, que tem tudo para ser grande, se apequenando diante de dois fatos: a continuidade sem inspirações novas e a presença marcante, como uma sombra, de personalidades de antes sobre a Presidenta do momento.

A nossa tarefa, dos republicanos, dos patriotas, de oposição ou não, é fazer os alertas que o Senador Pedro Simon há pouco fez, de fazer esses alertas que estou apenas repercutindo modestamente porque ele quem fez o discurso, foi ele quem levantou o problema. Nossa papel de quem quer zelar pela continuidade da Nação e não do governo, pela continuidade da Nação com novos projetos e não de um governo repetitivo, como o anterior, que quer dar a imagem do tamanho que deve ter uma presidenta da República maior do que a sombra dos outros, nós que temos essa preocupação, Senador Pedro, temos que estar aqui, Senador Benedito, falando com clareza e zelando pela imagem da Presidenta. Quando for necessário, com críticas – o que estou falando não deixa de ser crítica –, sobretudo, quando possível, com elogios, mas nunca diminuindo a figura dela, seja por discurso de oposição, seja por um excesso de presença de pessoas do Governo, do partido do Governo, ligadas ao Governo, mas jogando sombra sobre a Presidenta Dilma.

Quero manifestar, aqui, o meu compromisso com a República brasileira, com a democracia e com a Presidenta que temos pelos próximos quatro anos, pronto a fazer críticas quantas vezes forem necessárias, a defender quantas vezes for preciso, mas não só da oposição, defender de muitos aliados que, deliberadamente ou não, cometem atos de lesa-República, porque são atos de lesa-presidência da República.

Era isso, Senador Pedro Simon, Senador Presidente Sarney, que eu gostaria de ter falado hoje.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

A Presidência inclui, desde a presente sessão, as matérias referentes à reforma política que estão prontas para entrar em pauta, que são as seguintes:

– Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, que altera os arts. 46 e 56 da Constituição para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senadores; vedar a eleição de suplente que

seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências;

- Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer o mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos, e mudar a data das respectivas posses; e
- Proposta de Emenda à Constituição nº 42, que acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.

Quanto à Proposta de Emenda à Constituição nº 43, a Presidência informa que foi apresentado, pelo Senador Eduardo Suplicy, o Requerimento nº 1.055, de 2011, de desapensamento dessa matéria da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2011, agendado para a sessão do dia 6 de setembro.

Se aprovado o requerimento, as matérias voltam a ter tramitação autônoma e retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame.

Tão logo a Ordem do Dia esteja desobstruída, as matérias poderão ser deliberadas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 1:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 531, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 531, de 2011, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), para os fins que especifica.

Transcorre, hoje, a quinta sessão da matéria constando da pauta.

Prestados esses esclarecimentos, passamos à apreciação da matéria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO).

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Foi requerida há poucos minutos...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Ah, perdão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– ... a aprovação de dois requerimentos de minha autoria, um de nº 1.058, outro de nº 1.064. Eu gostaria, Sr. Presidente, que colocasse em votação, se possível.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Tão logo a Ordem do Dia termine, nós entramos na pauta com esses requerimentos.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para encaminhar, Sr. Presidente. Assim que V. Ex^a abrir, eu peço para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para encaminhar?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pressupostos de relevância e urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu ainda não dei a palavra ao Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. Só aguardo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para proferir parecer sobre a matéria.

O Senador Demóstenes Torres está inscrito para encaminhar a votação.

PARECER Nº 846, DE 2011–PLEN

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 531, de 2011, permite a transferência de recursos financeiros a Estados e a Municípios, com vistas a reconstruir, reformar e adequar a infraestrutura física predial de escolas públicas, bem como a reequipá-las e a promover outras ações necessárias à continuidade do atendimento aos alunos, em função de prejuízos ocasionados por desastres naturais, tais como enchentes e deslizamentos de encostas ocorridos em diversas localidades do País.

A urgência e a relevância justificam-se pela necessidade de agilizar a reconstrução das escolas públicas danificadas pelas enchentes, a fim de possibilitar o retorno dos alunos às salas de aula.

Sr. Presidente José Sarney, fico satisfeito em poder relatar essa Medida Provisória, que atende, verdadeiramente, Senador Agripino, o mandamento constitucional que determina:

“Art. 167. [...]

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.”

A Medida Provisória em análise visa a atender uma situação que se enquadra, sem dúvida, nessas condições, pois é imprevisível, é urgente e decorre de calamidade pública. Essa Medida Provisória terá, cer-

tamente, o apoio de todos, diferentemente de muitas outras medidas provisórias que abriram crédito extraordinário para finalidades e situações previsíveis e sem urgência, condições que nada tinham a ver com guerra, com comoção interna ou com calamidade pública. Cito três exemplos de medidas provisórias desse tipo editadas em 2010: a Medida Provisória nº 515, de 2010, que abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo no valor global de R\$26.673.264.196,00 e que virou lei – o PSDB entrou com uma Adin e está aguardando o julgamento no Supremo Tribunal Federal –; a Medida Provisória nº 508, de 2010, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Educação no valor de R\$968.185.382,00 e que foi rejeitada, Senador Romero Jucá, Líder do Governo, pelo Senado; e a Medida Provisória nº 490, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação e da Integração Nacional no valor global de R\$1.287.072.416,00 e que teve seu prazo de vigência encerrado sem votar.

Com o intuito de acabar com essa prática que considero ilegítima, apresentei a PEC nº 45, de 2008, que altera a redação do § 3º do art. 167 da Constituição, suprimindo a expressão “como as” da frase “como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”. Dessa forma, veda-se a abertura de crédito extraordinário por medida provisória para situações que não configuram explicitamente guerra, comoção interna ou calamidade pública. A PEC está, há quatro meses, pronta para a pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável do Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, como eu disse nas palavras iniciais, a Medida Provisória nº 531, de 2011, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Educação no valor de R\$74 milhões para os fins a que me referi, a reconstrução de escolas sujeitas a calamidades, como inundações e desmoronamento, tem, sim, urgência e relevância e será, com certeza absoluta, aprovada por todos os Senadores e Senadoras.

Dessa forma, Sr. Presidente, diante das razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 531, de 25 de abril de 2011, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção e se encontra adequada sob o ponto de vista financeiro e orçamentário. No mérito, somos por sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O parecer do Revisor Flexa Ribeiro é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária

da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, e, no mérito, pela aprovação da medida.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira.

Está inscrito, em primeiro lugar, o Senador Demóstenes Torres.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, de forma sucinta, nós votamos favoravelmente, acompanhando o Relator Flexa Ribeiro, que não poderia deixar de apresentar o seu relatório favorável, já que o objetivo é fazer com que os estudantes possam retornar às escolas rapidamente. O retorno dos alunos às salas de aula é fundamental, e é exatamente isso que justifica a relevância e a urgência dessa proposta.

Esta Medida Provisória possibilita a transferência de recursos financeiros a Estados e Municípios para reconstrução, reforma e adequação da infraestrutura física de escolas públicas bem como reequipá-las e promover ações necessárias à continuidade do atendimento aos respectivos alunos em função de prejuízos ocasionados por desastres nacionais, como enchentes e deslizamentos de encostas ocorridos em diversas localidades do País.

Portanto, se justificam a relevância e a urgência, e o nosso Partido, o PSDB, vota favoravelmente, acompanhando o Relator Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha palavra é a palavra do meu partido. Nós votamos semana passada a Medida Provisória 530, que tratava de abrir caminhos institucionais para recuperação de unidades escolares prejudicadas por intempéries – cheias, terremotos, o que quer que seja.

E a matéria que votamos agora destina recursos financeiros. Uma completa a outra. Se votamos a favor, e eu manifestei a minha posição logo ao votar a favor da anterior, a nossa posição é, seguindo o relatório do Senador Flexa Ribeiro, manifestar a nossa posição favorável em nome da educação, garantindo a destinação de recursos financeiros para recuperação de escolas no Brasil inteiro prejudicadas por intempéries.

É o nosso voto. É a nossa posição.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Benedito de Lira, para encaminhar a votação.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Presidenta Dilma por ter encaminhado essa medida provisória e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro pelo desprendimento de fazer um relatório favorável, considerando que a matéria é altamente relevante, e eu que o diga, Presidente, porque meu Estado foi alvo de uma grande enchente, que já completou um ano. Temos mais de 12 escolas que estão em fase de recuperação, de construção.

É importante e significativa a aprovação dessa matéria na tarde de hoje. Eu quero comunicar à Mesa que meu partido votará favoravelmente a essa medida provisória...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... considerando a importância que ela traz para reconstruir, reequipar as escolas que foram destruídas com os desastres ecológicos ocorridos no Brasil em diversos Estados, especialmente no Nordeste, nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, de forma prazerosa, de registrar, aqui no plenário da Casa, a presença do ilustre Desembargador de Mato Grosso, José Ferreira; como também a presença do Juiz Dr. Antônio Abano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais; do companheiro Juiz Dr. Horácio; do Dr. Marcelo, Juiz da Comarca também de Cuiabá, do meu Estado de Mato Grosso; que nos visitam no dia de hoje. Eu gostaria de registrar essas presenças honrosas aqui no Senado Federal, Sr. Presidente. São essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, para encaminhar a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós, do PSOL, votaremos favoravelmente a essa medida provisória. Destaco que esperamos muito que todas as medidas provisórias fossem com os aspectos desta. Esta é uma medida provisória que cumpre todos os pré-requisitos de relevância e urgência. Eu colocaria até a ela mais um adjetivo: ela é humanitária – inclusive os recursos já foram utilizados – em

virtude da necessidade que ela veio a suprir, que foi atender à educação pública brasileira, vítima das tragédias naturais, muitas ocorridas em especial no Rio de Janeiro e no Nordeste no início deste ano.

Então, essa é uma daquelas medidas provisórias que cumpre todos os pré-requisitos. Quem dera que o instituto da medida provisória fosse utilizado como nesta MP 531.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – Não havendo mais oradores, eu encerro a discussão.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Agora, vamos discutir o mérito.

Não havendo oradores inscritos, encerro a discussão.

Em votação a medida provisória.

Não havendo manifestação em contrário das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores, declaro aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Extraordinário						VALOR
			E S P	G N D	R P	M Ó D	I U	F T E	
1061		Brasil Escolarizado							74.000.000
12 847	1061 00FA	OPERACÕES ESPECIAIS							74.000.000
12 847	1061 00FA 0101	Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública							74.000.000
		Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública - Nacional (Crédito Extraordinário)							74.000.000
			F	3	2	90	0	300	29.600.000
			F	4	2	90	0	300	44.400.000
TOTAL - FISCAL									74.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									74.000.000

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – O item 2 é também uma medida provisória.

O relatório ainda não chegou à Mesa, de maneira que temos um prazo de 24 horas ainda para distribuir ao Plenário. Ela fica em pauta para votação amanhã.

É o seguinte o item:

Item 2:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2011, que altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA N° 531, DE 2011

MENSAGEM N° 29, DE 2011-CN

(Nº 110/2011, na origem)

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$74.000.000,00, para os fins que especifica.

A Presidenta da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de abril de 2011; 190º da Independência e 123º da República. – **Dilma Rousseff**.

9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010, o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios;

revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011).

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB - RR) – A ideia é votá-la amanhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – Essas matérias podem ser votadas, porque elas não estão incluídas nas matérias em que a pauta é obstruída pelas medidas provisórias.

Item 11:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2011 (nº 2.818/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

O parecer é favorável, sob nº 741, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e foi Relator o Senador Pedro Simon.

Discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão e submeto à votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2011**
(Nº 2.818/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de

Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal, Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF**, de 12-5-2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – **Item 12:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 128, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2011 (nº 2.861/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável, sob nº 742, de 2011, Relator: Senador Pedro Simon.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão e submeto à votação do Plenário.

Os que concordarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 128, DE 2011**
(Nº 2.861/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas

sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Memorando de Entendimento encontra-se publicado no **DSF**, de 12-5-2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 15:**

REQUERIMENTO Nº 1.013, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.013, de 2011, do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nº 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; e 256, de 2009, por regularem matérias correlatas (**royalties** de petróleo).

A Presidência comunica ao Plenário que, com a aprovação do requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 448 perde seu caráter terminativo.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos, e de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Requerimento também do Senador Ataídes Oliveira, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nas entidades componentes do Sistema S – Sesi, Senai, Sesc, entre outras –, no que se refere às gestões dos exercícios 2008 a 2010. (Requerimento nº 1.058, de 2011)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o requerimento.

Sem contestação, dou como aprovado e será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Também requerimento do Senador Ataídes Oliveira, solicitando ao Tribunal de Contas da União informações sobre as auditorias e inspeções realizadas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, nos anos de 2008, 2009 e 2010. (Requerimento nº 1.064, de 2011)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o requerimento.

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Consulto os Srs. Líderes se podemos submeter ao Plenário a votação de dois embaixadores e dois diretores do DNIT, que restam para aprovação. (Pausa.)

Não havendo contestação, assim procederemos.

Peço aos Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário. Vamos iniciar a votação de mensagem de escolha de chefes de ação diplomática, cuja votação é nominal, e precisamos da presença dos Senadores e Senadoras no plenário da Casa.

Em primeiro lugar é a mensagem que indica o Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Cargo Especial para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

O parecer é favorável, sendo Relator o Senador Blairo Maggi. (Parecer nº 847, de 2011–CRE.)

É o seguinte o item:

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 86, DE 2011

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 86, de 2011 (nº 176/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Discussão do parecer. (Pausa.)

Sem discussão, encerro a discussão.

E vamos passar à votação.

Peço à Mesa que prepare o painel para procedermos à votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que compareçam

ao plenário, bem como as Sras Senadoras; estamos num processo de votação nominal para escolha de embaixador.

Senadora Vanessa Grazziotin. (Pausa.)

Senador Walter Pinheiro. (Pausa.) Já votou.

Senadora Ana Amélia está votando.

Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

Senadora Marinor Brito. (Pausa.)

Senadora Kátia Abreu. (Pausa.)

Alcançado o quórum regimental, vou encerrar a votação.

Senador Aécio. (Pausa.)

Se todos os Senadores já votaram,...

O Senador Collor está votando ainda.

Senador João Alberto. (Pausa.)

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

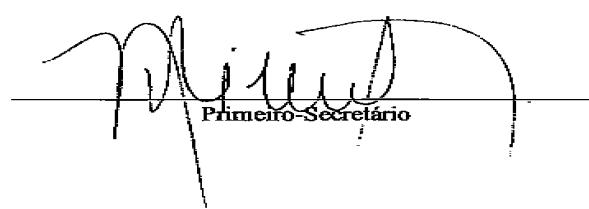
MENSAGEM N° 86, DE 2011 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA GABONESA

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	30/8/2011 16:42:45
Data Sessão:	30/8/2011	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	30/8/2011 16:47:16

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PSDB	TO	ATAIDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAPETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	Votou
PT	AC	JORGE VIANA	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	PB	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 45

Votos NÃO : 06 Total : 51

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Emissão: 30/8/2011 16:47:16

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM, 45; 06 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

A indicação foi aprovada, e a Presidência comunicará à Senhora Presidente da República.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Somente registrar o meu voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata vai registrar a intenção de V. Ex^a.

E será feita a devida comunicação à Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 96, DE 2011

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem 96, de 2011 (nº 229/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Sr^a Vitoria Alice Cleaver, Ministra de Primeira Classe do Quadro

Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

O parecer é favorável, da Comissão de Relações Exteriores, sendo Relator o Senador Randolfe Rodrigues. (**Parecer nº 848, de 2011–CRE.**)

Discussão do parecer. (Pausa.)

Sem oradores, encerro a discussão e vamos passar à votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar. E peço aos Srs. Senadores e Senadoras que permaneçam no plenário, uma vez que vamos ter ainda mais duas votações.

(Procede-se à votação.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, apenas para registrar o meu voto na votação anterior, acompanhando a maioria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Cícero Lucena. A Ata vai registrar.

Se todos os Senadores e Senadoras já votaram, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 96, DE 2011 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. VITORIA ALICE CLEAVER , PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	2	Abertura:	30/8/2011 16:48:15
Data Sessão:	30/8/2011	Hora Sessão:	14:00:00	Eacerramento:	30/8/2011 16:50:10

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PSDB	TO	ATAIDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELCIÓDO DO AMARAL	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PT	AC	JORGE VIANA	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	Votou
PT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
		Príncipe-Secretário	

Presidente: JOSÉ SARNEY

**VOTOS SIM : 43
VOTOS NÃO : 07 Total : 50
VOTOS ABST. : 00**

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Emissão: 30/8/2011 16:50:12

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM, 43; 7 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

A indicação foi aprovada, e a Mesa comunicará à Senhora Presidente da República a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 841, DE 2011

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 841, de 2011, da Comissão de Infraestrutura, sendo Relator o Senador Eduardo Braga, sobre a Mensagem Presidencial nº 112, de 2011 (nº 305/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Roger da Silva Pêgas para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Transportes e Infraestrutura – DNIT.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Sem oradores, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas duas votações anteriores, votei “Sim”, para que conste em Ata, por gentileza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Nas votações anteriores, votaria “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eduardo Amorim votaria “Sim”.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para registrar que Senador Sérgio Souza votou “Sim” nas duas votações anteriores, para que conste em Ata.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que marque “sim” nas duas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador João Durval, a Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que considerasse o meu voto favorável nas duas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

A Senadora Vanessa Grazziotin está votando, o Senador José Agripino, também.

Se todos os Senadores e Senadoras já votaram, vou encerrar a votação.

A Senadora Ana Amélia está votando. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 841, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ROGER DA SILVA PÉGAS, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	3
Data Sessão:	30/8/2011	Hora Sessão:	14:00:00

Abertura:	30/8/2011 16:51:08
Encerramento:	30/8/2011 16:53:11

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MOLDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELcíDIO DO AMARAL	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	Votou
PT	AC	JORGE VIANA	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Votos SIM : 46
Votos NÃO : 08 **Total : 55**
Votos ABST. : 01



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM 46; NÃO 8.

Uma abstenção.

Total: 55 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação à Excelentíssima Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Última votação nominal.

Item extrapauta:

PARECER Nº 842, DE 2011

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 842, de 2011, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Walter Pinheiro, sobre a Mensagem nº 115, de 2011 (nº 308/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Florentino Caixeta, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Sem oradores, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, vou proceder à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar. O painel está aberto. (*Pausa.*)

(Procede-se à votação.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que nós reunimos e instalamos a Comissão Mista de Mudanças Climáticas na tarde de hoje. Inclusive, gostaria de agradecer ao Senador Renan Calheiros, que me indicou, através do Partido

do PMDB, a ocupar esta Comissão e agradecer a todos os Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados Federais que estiveram presente na Comissão, que me elegeram Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Senador Wellington acompanha a Liderança do PT nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria pedir a atenção do Presidente José Sarney para os Projetos de Lei nºs 22 e 25, de 2011, que tratam de crédito suplementar para o reforço da realização do plebiscito do Tribunal Superior Eleitoral, e ambos dependem de decisão do Congresso Nacional. É uma questão vital para a realização do plebiscito no Pará, que já está marcado para dezembro deste ano, a aprovação pelo Congresso Nacional desses dois projetos de lei.

Então, estou pedindo, apelando aqui a atenção da Presidência do Senado para que encaminhe ao Presidente da Câmara dos Deputados pedido em caráter de urgência para a aprovação dos Projetos de Lei nºs 22 e 25, de 2011, que tratam de crédito suplementar para reforço à lei orçamentária vigente, para o Tribunal Superior Eleitoral, para a realização do plebiscito no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Senadores e Senadoras, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 842 DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr.JOSÉ FLORENTINO CAIXETA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE PLANEJAMENTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Num.Sessão:	1	Nº da Votação:	4	Abertura:	30/8/2011 16:54:03
Date Sessão:	30/8/2011	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	30/8/2011 16:57:33

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PSDB	TO	ATAIDE OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANERI	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PP	PI	CIRIO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELCIÓDIO DO AMARAL	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EP TACIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	Votou
PT	AC	JORGE VIANA	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PT	PI	WELLINGTON DIAS	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 50
Votos NÃO : 09 **Total : 59**
Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM, 50; 09 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação à Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011*)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fau-

na e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011*)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que altera o art. 6º da *Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno

suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

13

REQUERIMENTO Nº 1108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

14

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos passar à lista de oradores.

Com a palavra o Senador José Agripino, pela Liderança, e depois o Senador Jorge Viana.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, só para justificar.

Eu votei duas vezes, mas às outras duas votações não estava presente. Portanto, se aqui estivesse, votaria conforme a orientação do meu Partido. Estou justificando o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará o desejo de V. Ex^a.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 849, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto

Legislativo nº 634, de 2010 (nº 2.350/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 742, de 2009, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após análise pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O projeto de decreto legislativo que confirma o tratado recebeu a chancela do Plenário daquela Casa em 11 de novembro de 2010.

No Senado Federal, onde foi registrado como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 634, de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 29 de novembro de 2010, mas não teve designação de relatoria ainda naquela sessão legislativa.

Continuou a tramitar na nova legislatura por força do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal. Em 28 de abril deste ano foi destinado ao Relator signatário após o decurso do prazo regimental para recebimento de emendas.

II – Análise

Cuida-se aqui de um acordo entre o Brasil e Botsuana, que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, por meio da cooperação educacional e do desenvolvimento científico entre ambos os países, os quais reconhecem a importância dessa colaboração e estão conscientes de que o desenvolvimento científico e tecnológico global exige uma nova visão para alcançar a excelência de seus recursos humanos (Preâmbulo e artigo I).

Os objetivos do acordo são o fortalecimento da cooperação educacional no âmbito da educação avançada, a formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, o intercâmbio de informações e experiências e o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores (artigo II).

Para alcançar os objetivos, as partes adotarão programas de intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de cursos de graduação e/ou pós-graduação; realizarão intercâmbio de missões de ensino e pesquisa de curta e de longa duração; e elaborarão e executarão conjuntamente projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas (artigos III e IV).

O ingresso em cursos de graduação e pós-graduação será regido pelos processos seletivos da respectiva Parte Contratante, podendo ser criados sistemas de bolsas e/ou facilidades que permitam a pesquisadores e estudantes adquirirem aperfeiçoamento acadêmico e profissional (artigo V).

De relevante importância no acordo, registre-se a disposição sobre reconhecimento dos diplomas e títulos acadêmicos obtidos em uma das Partes, os quais terão seu reconhecimento na outra Parte sujeito a sua legislação nacional (artigo VI).

Sob os auspícios do acordo, as partes se comprometem a promover a difusão e o ensino da cultura e língua da outra Parte em seu território (artigo VII).

O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação. Terá vigência por cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das partes (artigo IX).

A cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque reforça esse tipo de relacionamento com uma nação da africana, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2010.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente – Senador **Marcelo Crivella**, Relator.

Secretaria de Comissões
 Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 634, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 25/08/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR: SENADOR MARCELO CRIVELLA	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPILCY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIA (PT)
VAGO	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGripino (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 850, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2010 (nº 2.831/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

Relator: Senador **Antônio Carlos Valadares**
Relator **ad hoc**: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de

Decreto Legislativo nº 648, de 2010, decorrente da Mensagem nº 154, de 9 de abril de 2010, encaminhada pela Presidência da República ao Congresso Nacional, que submete à consideração desta Casa o texto da *Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005*. A referida mensagem presidencial é acompanhada da íntegra do tratado e exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o projeto de decreto legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo positivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. Por fim, o projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 18 de novembro de 2010.

Consequentemente, a proposição veio ao Senado Federal, foi recebida pela Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional, em 18 de janeiro de 2011, não tendo sido apresentada emenda no prazo regimental.

II – Análise

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende outras normas fundamentais, nem regimentais. Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

Precisamente, o ato internacional em apreço é composto de 22 (vinte e dois) artigos e já foi aprovado pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 175, de 14 de maio de 2009. Contudo, essa aprovação se deu sem cotejar os artigos 19, 20, 21 e 22, da parte III do acordo, que versam sobre suas disposições finais.

As regras ausentes na primeira aprovação dizem respeito à assinatura e entrada em vigor da Convenção, sua conexão com outros tratados, eventual denúncia e, por fim, notificação aos Estados Contratantes sobre assuntos diversos a ela pertinentes. Em suma, trata-se de regras procedimentais, típicas do direito dos tratados, sem as quais o ato é incompleto e deficiente.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, a adoção integral deste Acordo corrige aprovação equivocada do passado.

III – Voto

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2010.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Relator **ad hoc**.

Secretaria de Comissões
 Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 648, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 25/08/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR "AD HOC": SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIA (PT)
VAGO	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALABARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DÉMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 851, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011 (nº 2.721/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011, decorrente da Mensagem nº 158, de 9 de abril de 2010, encaminhada pela Presidência da República ao Congresso Nacional, que submete à consideração desta Casa o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009. A referida mensagem presidencial é acompanhada de texto do tratado em português e exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o projeto de decreto legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo positivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. Por fim, o projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 26 de maio de 2010.

Consequentemente, a proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 7 de junho de 2010, não tendo sido apresentada emenda no prazo regimental.

II – Análise

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende outras normas fundamentais, nem regimentais. Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

Precisamente, o ato internacional em apreço é composto de 10 (dez) artigos e terá vigência inicial de 5 (cinco) anos, renovável automaticamente por iguais períodos, salvo manifestação contrária de uma das Partes com pelo menos 1 (um) ano de antecedência à sua renovação automática.

Destina-se à promoção da cooperação técnica entre os dois países, a ser detalhada mediante reuniões entre representantes das Partes Contratantes e implementada por meio de programas executivos. Estes definirão as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os insumos necessários aos programas, atividades e projetos acordados, que poderão envolver instituições do setor público e privado, organizações não governamentais de ambos os países e organizações internacionais.

Além disso, o acordo reproduz cláusulas típicas da cooperação técnica internacional, como as referentes a sigilo de informações, facilidade na concessão de vistos, imunidades funcionais, privilégios fiscais e aduaneiros e destino de bens, equipamentos e outros itens.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, estamos certos de que a adoção deste Acordo favorecerá as relações de amizade e cooperação com a República do Maláui.

III – Voto

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente – Senador **Marcelo Crivella**, Relator.

Senado Federal
Secretaria de Comissões
Subsecretaria do Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 137, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 25/08/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR: SENADOR MARCELO CRIVELLA	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIA (PT)
VAGO	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 852, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2011 (nº 2.835/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da defesa assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

Relator: Senador **Luiz Henrique**

I – Relatório

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 139, de 2011, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

Em atenção ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com seu art. 84, inciso VIII, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 71, de 25 de fevereiro de 2010, que solicita a apreciação da matéria.

Na Câmara dos Deputados, o ato internacional em apreço foi aprovado em 16 de junho de 2011, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que passou pelo crivo, ainda, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O ato internacional em exame se faz acompanhar de Exposição de Motivos, assinada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, que destaca que o Acordo estabelece as bases normativas que regulamentarão a cooperação militar entre as Partes signatárias, permitindo, assim, a expansão dos vínculos existentes entre o Brasil e Moçambique sobre essa matéria.

II – Análise

O instrumento internacional em pauta compõe-se de onze artigos.

Os Artigos 1 e 2 apresentam os objetivos do Acordo e as diversas formas pelas quais deverá ser desenvolvida a cooperação entre as Partes no domínio da defesa.

Entre elas constam a promoção da cooperação entre as Partes em assuntos relativos à defesa, nomeadamente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento; compartilhamento de conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações, na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, no cumprimento de obrigações internacionais de manutenção da paz e no campo da ciência e da tecnologia; promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados e a correspondente troca de informação; colaboração em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares e cooperação em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse comum.

No tocante ao desenvolvimento da cooperação, esse deverá realizar-se por meio de visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares; reuniões entre as instituições de defesa de cada uma das Partes signatárias; intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; participação em cursos teóricos e práticos, seminários, conferências, debates e simpósios em entidades civis e militares, entre outras iniciativas de interesse comum.

O Artigo 3 determina que a implementação do Acordo será feita por meio de um grupo de trabalho conjunto, constituído por representantes de cada um dos Ministérios da Defesa e dos Ministérios das Relações Exteriores e, quando for o caso, de outras instituições de interesse para as Partes.

O Artigo 4 atribui aos países signatários as responsabilidades financeiras para as atividades decorrentes do Acordo, sendo que cada Parte será responsável por seus respectivos gastos relativos a transporte, alimentação e hospedagem e a tratamento médico, dentário, remoção de pessoal doente, ferido ou falecido. Porém, a Parte receptora deverá prover o tratamento daquelas enfermidades que exijam atenção de emergência ao pessoal da Parte remetente.

O Artigo 5 dispõe sobre a responsabilidade civil das Partes, vedando a qualquer delas iniciar ação cível contra a outra Parte ou seu pessoal por danos causados durante as atividades que se enquadrem no Acordo.

No que diz respeito à segurança das informações sigilosas que vierem a ser geradas ou trocadas no âmbito do Acordo, o Artigo 6 prevê a celebração de instrumento adicional voltado para a proteção da matéria sigilosa. Adicionalmente, enumera uma série de princípios a serem observados pelas Partes enquanto tal instrumento não entrar em vigor, entre eles

a proibição de que a Parte destinatária venha a prover a terceiros países qualquer tecnologia ou equipamento militar ou a difundir informação sigilosa obtida sob o Acordo sem a autorização da Parte remetente; a classificação, pela Parte destinatária, de igual grau de sigilo ao atribuído pela Parte remetente; bem como outras determinações sobre o uso, o acesso e os procedimentos para a desclassificação do grau de segurança da informação ou para a diminuição do seu grau de classificação de segurança.

O Artigo 7 faculta a celebração de protocolos complementares ao Acordo e programas em áreas específicas de cooperação de defesa, desde que haja o consentimento dos países signatários.

Os Artigos 8 e 9 versam respectivamente sobre a possibilidade de emenda do Acordo, por troca de Notas, pela via diplomática, e sobre a resolução de controvérsias, que se realizará por meio de consultas e negociações entre as Partes.

Os Artigos 10 e 11 contêm as fórmulas de praxe sobre a vigência do Acordo, que será indeterminada e terá início trinta dias após a data de recebimento da última notificação mediante a qual um dos Estados signatários comunica ao outro que foram cumpridos os respectivos requisitos internos, e sua denúncia, que surtirá efeitos noventa dias após o recebimento da notificação de denúncia de uma das Partes à outra.

Consideramos o ato internacional, que ora se submete à apreciação legislativa para efeitos de in-

corporação ao ordenamento jurídico interno, altamente conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Seu acolhimento pelo Congresso Nacional e posterior ratificação resultarão em maior aproximação entre as Forças Armadas do Brasil e de Moçambique. O Acordo inscreve-se, segundo ressalta a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores,

“... no marco da prioridade africana da política externa brasileira e segue a orientação estratégica de intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, inscrita na Política de Defesa Nacional de 2005.”

Cabe ainda assinalar o reconhecimento, expresso no Preâmbulo ao presente documento, do princípio do pleno respeito à integridade do território nacional, a soberania e a independência política de cada Estado, a quem assiste o direito soberano de definir suas prioridades nacionais em matéria de defesa.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2011, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio de Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente – Senador **Luiz Henrique**, Relator.

Senado Federal
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 139, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 25/08/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>F. Collor</i>	
RELATOR: SENADOR LUIZ HENRIQUE	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIA (PT) <i>L. Faria</i>
VAGO	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>M. Crivella</i>
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>J. Vasconcelos</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>L. Henrique</i>	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>A. Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>F. Dornelles</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>A. Nunes</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>M. Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO <i>Vago</i>

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu encaminhei à Mesa um requerimento que eu acho que independe de votação, mas, de qualquer forma, eu queria consultar, que pede seja formulado um voto de aplauso ao Fundo Cristão para Crianças, pelo transcurso dos 45 anos de atividade em prol do desenvolvimento comunitário e social no Brasil, com foco na formação de crianças e adolescentes.

O requerimento está na Mesa e gostaria de contar com o apoio de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Será encaminhado o requerimento de V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.079, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado voto de aplauso ao Fundo Cristão para Crianças, pelo transcurso dos 45 anos de atividades em prol do desenvolvimento comunitário social no Brasil, com foco na formação de crianças e adolescentes para a vida adulta.

Justificação

Em 30 de agosto de 2011 o Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil, comemora seus 45 anos de dedicação ao desenvolvimento comunitário e social no Brasil, com foco na formação da criança para a vida adulta. Atualmente está presente em mais de 800 comunidades de 54 municípios nos Estados de Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Cerca de 220 mil pessoas, dentre elas, mais de 140 mil crianças e jovens são beneficiados através dos 500 projetos sociais ligados à Organização.

A trajetória do Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil, consolidou-se no país em 1966. Naquele tempo a luta contra a pobreza parecia distante, mesmo assim a organização definia sua missão e dela nunca abriu mão: apoiar o desenvolvimento de crianças em situação de privação, exclusão e vulnerabilidade para que sejam capazes de realizar

melhorias em suas vidas e tenham oportunidade de se tornarem jovens, adultos, pais e líderes que conferirão mudanças sustentáveis e positivas às suas comunidades. Mobilizar pessoas e instituições para que atuem na valorização, proteção e promoção dos direitos das crianças na sociedade.

O Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil, atua em comunidades de baixa renda através de 93 organizações sociais parceiras. Dentre os benefícios que estas organizações recebem para desenvolver seus projetos junto às comunidades, de forma efetiva e com maior impacto social, o Fundo contribui técnica e financeiramente para a correta utilização dos recursos de forma transparente e eficaz. Ao longo do tempo, as organizações parceiras são estimuladas a buscar suas próprias parcerias junto ao Poder Público e organizações privadas locais, bem como recebem estímulo para trabalhar em rede, potencializando assim o impacto social e o desenvolvimento de políticas públicas em prol da criança e do adolescente.

O Fundo Cristão para Crianças – ChildFund Brasil, é um integrador de recursos, tecnologias sociais e ferramentas de gestão que permitem a modelagem de soluções para problemas enfrentados pelas crianças e pelas comunidades nas quais vivem. A estratégia da organização valoriza o papel da família, criando um ambiente propício para o desenvolvimento infantil.

Para chegar aos 45 anos, foram imprescindíveis as parcerias com a comunidade e empresas socialmente responsáveis. Muitas organizações privadas procuram o Fundo Cristão para Crianças para que o investimento social seja feito por intermédio do Fundo, por tratar-se de uma organização responsável, com um histórico de credibilidade e atuação positiva junto às comunidades.

Com o Programa de Apadrinhamento, busca mobilizar a sociedade sobre a importância do compartilhamento para a transformação de milhares de vidas.

Diretoria: Rosber Neves Almeida – Presidente; Ednilton Gomes de Soárez – Vice-Presidente; Valseni José Pereira Braga – 1º Tesoureiro; Jadyr Elon Braga – 2º Vice-Presidente; José Júlio dos Reis – 1º Secretário; Airton Maia Nogueira – 2º Secretário.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2011. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto “sim” nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, na verdade, o que me traz à tribuna é mais ou menos uma comunicação inadiável.

Eu gostaria de comunicar a V. Ex^a e à Casa que amanhã, às 3 da tarde, no plenário 6 da Câmara dos Deputados, que é a sala da Comissão de Agricultura, vão se reunir partidos como o meu, o PSDB, convidaremos o PSOL, convidaremos o PPS e tantos quantos queiram ir a esse encontro para a renovação de um compromisso, compromisso que é com o País, com a ética, com a dignidade. E digo isso pelo seguinte, Sr. Presidente: na segunda-feira passada, há pouco mais de oito dias, um grupo respeitíssimo de Senadores, entre os quais o Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador Cristovam, o Senador Pedro Simon, o Senador Blairo Maggi, vários Senadores se manifestaram com relação a um pacto entre eles de apoio à Presidente Dilma Rousseff no que se convencionou chamar de faxina.

O País todo ouviu, e o País todo se posicionou. Uns aplaudiram aquela iniciativa, outros nem tanto, outros olharam com desconfiança, mas todos com respeito, inclusive eu, que respeito, e respeito muito, esse grupo respeitável de Senadores que se manifestou em apoio à Presidente Dilma na faxina, na remoção de cargos importantes de pessoas sob acusação. Eram pessoas que depositavam na Presidente a sua confiança e que até diziam: “As investigações se farão, as punições ocorrerão; para isso, a Presidente tem o meu apoio, independentemente da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito”. “Contra o quê?” – muitos disseram.

Eu não me posiciono como o Senador Jarbas Vasconcelos, que já assinou, que já é subscritor da CPI e se incorporou aos oradores daquela segunda-feira, em defesa da Presidente e da faxina. O que me traz à tribuna é um fato que a mim preocupa, e é claro que preocupa o País inteiro: decorridos dez dias, Senador Jarbas Vasconcelos – V. Ex^a já assinou a Comissão Parlamentar de Inquérito, e V. Ex^a emprestou a sua confiança a que a Presidente viesse a fazer a faxina;

V. Ex^a, como eu, é testemunha de que ministros foram exonerados, mas ministros acusados permanecem nas suas funções –, a Presidente mudou completamente a sua forma de dizer e de falar. Já não fala mais em faxina. Pelo contrário, desconversa e diz que a faxina que ela deseja fazer é a da construção disso, daquilo e daquilo outro.

Ótimo! Mas que cumpra o compromisso de fazer a faxina ética, para a qual contou com o apoio de homens respeitáveis, como o Senador Cristovam, o Senador Jarbas, o Senador Pedro Simon e tantos outros, que comprometeram, até perante a opinião pública, parte do seu crédito.

Senador Alvaro Dias, decorridos dez dias, o Palácio do Planalto silenciou completamente com relação à limpeza do padrão ético na política do Brasil. Eu; o Senador Alvaro, líder do PSDB; o Senador Demóstenes Torres; companheiros da Câmara dos Deputados desses Partidos; o Senador Jayme Campos, que aqui está; o Senador Pedro Taques, que é subscritor da CPI, seguramente estaremos amanhã nesse encontro, o encontro para renovar o compromisso com a limpeza, sim, de verdade, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Se a Presidente interrompeu o processo para o qual recebeu o aval de pessoas respeitáveis, o nosso compromisso continua. E o que eu gostaria era de solicitar àqueles que depositaram sua confiança na palavra da Presidente, de que estaria fazendo a faxina, mas que interrompeu, esqueceu o que havia dito, que se incorporem àqueles que querem de verdade fazer a faxina, assinando a Comissão Parlamentar de Inquérito, que, essa sim, essa tem, durante 90 dias, o poder para quebrar sigilos, para provocar confrontos, para trazer a colaboração da Polícia Federal, do Ministério Público, para fazer as investigações por inteiro e para produzir, ao final, um relatório; relatório que será entregue à Justiça, para que a Justiça possa instalar um processo e punir os culpados. É o que o País quer. É o que o País deseja.

Ninguém aqui está para prejudicar ou para destruir ninguém, mas ninguém pode fazer cara de paisagem diante de um quadro que causa indignação aos brasileiros. Todo dia, todo fim de semana, toda capa de revista de fim de semana é denúncia de corrupção, e esta Casa do Congresso tem uma obrigação, que tem que cumprir.

De modo que, com essa minha manifestação, como presidente de um partido que tem o compromisso com a democracia e com a decência, eu gostaria de convidar aqueles que querem a investigação de verdade a se fazerem presentes amanhã, às 15 horas, no plenário 6 da Câmara dos Deputados, para,

independentemente de partido político, fixarmos uma posição clara na luta contra a corrupção.

Ouço, com muito prazer, o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Agripino, quero me somar a V. Ex^a, já que se trata, a meu ver, de uma postura de responsabilidade pública. O Congresso Nacional não pode ficar passivo. Nós fizemos discursos, alguns fizeram acreditando na boa intenção da Presidente. Nós não acreditamos. Consideramos uma encenação, uma farsa, mas respeitamos os que deram voto de confiança e acreditaram. Imagino que aqueles que acreditaram estão decepcionados. Não houve ação, não houve, de forma alguma, providências rigorosas que reflitam a indignação, que, para a parte decente do País, tem o tamanho dos grandes escândalos que estão ocorrendo impunemente. Portanto, amanhã, estaremos lá com V. Ex^a nesse ato que tem por objetivo reafirmar a posição de intransigência em relação à necessidade da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Da mesma forma, reafirmando o nosso posicionamento de que não acreditamos em encenações, não acreditamos em mistificação na tentativa de iludir. Nós queremos, Senador José Agripino, cumprir o nosso dever. O dever do Parlamento é de legislar e de fiscalizar o Executivo. É de investigar quando há necessidade, e, nesta hora, a necessidade prioritária para o Parlamento é a necessidade de se investigar corrupção no Governo. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Gostaria de comentar, a propósito da manifestação de V. Ex^a, que tudo aquilo que a Presidenta tomou de iniciativa foi decorrência da pressão de denúncias de revistas, de jornais; nunca, em momento algum, de iniciativa própria do Palácio do Planalto. E aquilo que foi tomado de providência foi tomado por pressão dos veículos de comunicação e de opinião pública.

Como, a cada momento, os veículos de comunicação noticiam fatos que vão mudando ao longo do tempo, se as denúncias em torno de malfeitos no Ministério das Cidades ou do Turismo, etc. etc. perdem intensidade, o Governo recolhe o trem e esquece o compromisso que anunciou ao País de fazer a faxina. E deixa mal aqueles que, neste plenário, tomaram a iniciativa cavalheirescamente, democraticamente, de manifestar apoio à iniciativa anunciada por Sua Excelência, a Presidente da República.

O que nós estamos querendo é, de verdade, exercendo o papel que nos compete, o de fiscalizar, levar à frente para concluir o processo.

É importante, sim, após a denúncia, a exonerar e aplicação da punição. O pior dos males, de

todos eles, é a impunidade. E nós estamos diante da perspectiva segura, se não agirmos, de convivermos com a impunidade.

Ouço, com prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT - DF) – Senador, tendo sido citado, peço a palavra, mas para dizer que estou sintonizado com aquilo que o senhor falou a meu respeito. Começo a ficar decepcionado com a posição que a Presidenta vem tomando nessas últimas duas semanas, digamos. Quando surgiram os escândalos, eu não tive dúvidas de que não deveria assinar a CPI, uma vez que ela estava tomando as medidas necessárias para fazer o que ela própria chamou de faxina. E creio que seria bom para o Brasil ter um presidente que pudesse fazer aquilo que a população espera, sem necessidade da pressão do próprio Congresso. Era um voto de confiança e, ao mesmo tempo, uma perspectiva do interesse nacional. Eu disse até, na época, que eu queria dar à Presidenta a chance de ver o Diário Oficial “furando”, como dizem os jornalistas, a imprensa comum. Ou seja, saindo uma demissão graças às informações que a própria Presidenta fosse capaz de adquirir, sem precisar esperar denúncias dos jornais. Isso não aconteceu, e, pelas últimas declarações, eu começo a duvidar. Eu tenho dito que, em relação à CPI, existem os que não assinaram, existem os que assinaram, e existem os que não assinaram ainda. Eu me considero nesse bloco. Ainda vou dar alguns dias de credibilidade à Presidenta e de sensação de uma coisa boa para o País. Não é só pela credibilidade, porque seria bom. Mas, se eu sentir que isso não é verdade, o que é bom para o Brasil pode não ser bom para a Presidenta, que seria uma investigação feita por fora do Poder Executivo. O ideal é que fosse por dentro, mas o pior é que não seja feito. E, se a Presidenta titubeia lá, eu não titubearei aqui. Por isso, pedi o aparte para dizer que agradeço o seu voto de confiança de que aquela posição minha, contrária à dos que assinaram, tinha uma razão de interesse público e de respeito à Presidenta, mas que pode desaparecer, se eu não receber de lá o gesto de credibilidade dela, porque eu sou daqueles que o que quer de lá é a credibilidade dela, nada mais. Nada mais tenho a pedir. Apenas que ela demonstre que está sintonizada com o que o povo quer, que é aquilo que ela chamou de faxina.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu folgo em ouvir, Senador Cristovam, essas suas palavras, porque não era outro teor que eu esperava da manifestação de V. Ex^a. Um homem com o calibre moral de V. Ex^a, que tantas vezes tomou atitudes fortes, com independência, tinha que se manifestar como se manifestou. A não convivência com a improbidade é uma marca da sua vida pública.

V. Ex^a disse que aguardava que a Presidente, além de investigar as denúncias feitas, tomasse iniciativas, que é o que nós estamos querendo com relação às denúncias que não foram feitas, mas que são do conhecimento do Poder Executivo, que tem os seus veículos de informação. Nem houve iniciativas, nem houve processo de investigação e punição daquilo que foi denunciado. E a Nação se inquieta, e alguém tem que falar pela Nação. Nós estamos falando. Amanhã nós vamos fazer um ato para dizer ao Brasil que nós estamos de marcha batida, mantendo-nos firmes na intenção de esclarecer, de investigar, usando os instrumentos que a democracia emprega ao Congresso, ou seja, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Uma opinião como essa de V. Ex^a nos encoraja a ir à luta, e nós aguardaremos com paciência a manifestação de V. Ex^a e de outros que pensam como V. Ex^a, que têm, como V. Ex^a, a estatura moral e a disposição de não conviver com a improbidade. Pelo contrário, querem dar a sua contribuição no sentido de que este Governo acerte. Mas, principalmente, mais do que acertar, que cumpra aquilo que as pessoas imaginam que ele venha a fazer.

V. Ex^a é um dos que imaginavam ou imaginam que o Poder Executivo tem compromissos; mas o tempo está se esvaindo, e esse compromisso está se esgotando.

Antes que seja tarde, Sr. Presidente, vamos tomar providências e esperamos a colaboração dos homens e das mulheres que têm compromisso real com a punição e com a investigação.

Esse é o compromisso do meu Partido, que deixo renovado nesta tarde.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Com a palavra o Presidente José Sarney, em permuta com o Senador Roberto Requião. Em seguida, o Senador Jorge Viana. (Pausa)

Então o Presidente faz a permuta com o Senador Jorge Viana, e em seguida é o Presidente José Sarney.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Colegas Senadores, o que me traz à tribuna, nesta tarde de hoje, é que estou protocolando, no Senado, um Projeto de Lei que altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, a chamada Lei das ZPEs.

A proposta que trago tem apenas dois artigos.

O art. 1º, que altera o art. 18 da Lei, no seu §8º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Excepcionalmente para as ZPEs localizadas em faixa de fronteira da Região Norte o limite de receita bruta, decorrente de exportação para o exterior, definido no caput deste artigo, será de, no mínimo, de 60% de sua receita bruta, total de venda de bens e serviços.

Art 2º A Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Explico: as ZPEs são parentes da Zona Franca e também das Áreas de Livre Comércio. É um instrumento de desenvolvimento regional, criado em vários países do mundo.

Elas começaram a ser discutidas e implementadas na Europa em 1959; em 1960, começaram a ser implantadas na Ásia e América Latina; em 70, alcançaram quase 80 países; e, nos anos 80 e 90, consolidaram-se em todo o mundo.

Estou trazendo, Sr. Presidente José Sarney, algo que interessa aos nossos Estados. Hoje, a Lei das ZPEs estabelece um mínimo para a exportação de 80%. Esse percentual tem de ser exportado.

Penso que o Brasil, hoje, que é um dos grandes mercados do mundo, pode e deve dar um tratamento diferenciado para os Estados fronteiriços. Consolidamos uma ligação rodoviária com a Bolívia e com o Peru e estamos trabalhando também com a Guiana. O mesmo ocorre em Roraima.

Entendo que, com as ZPEs criadas no Brasil – são em torno de 23 –, nas mais diferentes regiões, o que é adequado para que possamos equilibrar o desenvolvimento regional, especialmente Nordeste e Norte, mas entendo que é muito necessário darmos um tratamento diferenciado para os Estados de fronteira, tendo em vista que a proposta das EPEs – e eu cito aqui –, na região Sul são duas, na região Sudeste são cinco; na região Centro–Oeste são três; na região Nordeste são nove; e na região Norte são quatro. A proposta, o projeto que apresento hoje vem no sentido de alterar nas áreas de fronteiras o percentual mínimo de exportação, passando de 80 para 60%.

Faço por último aqui um registro. No dia 1º de julho de 2010, o Presidente Lula, atendendo uma solicitação do Governador Binho Marques e de todo o povo acreano, tanto o setor empresarial como a classe trabalhadora, assinou um decreto criando as ZPE do Acre, no Município de Senador Guiomar, próximo a Capital do Acre, Rio Branco.

Estavam presente nessa solenidade o hoje Governador Tião Viana, à época Senador, o hoje Senador Aníbal Diniz, o então Presidente da Assembléia Edivaldo Magalhães, que hoje é o Secretário de Indústria e Comércio responsável pela implementação da ZPE e o Presidente da Federação das Indústrias do Acre,

João Francisco Salomão, além do Secretário Gilberto Siqueira, que foi o grande arquiteto da implementação dessa ZPE no Acre.

O propósito nosso é uma nova economia, Senador Valdir Raupp, na área de fronteira, usarmos bem a infraestrutura instalada, próximo de Rio Branco, Porto Velho. Em um raio de mil quilômetros nos temos 30 milhões de habitantes e é fundamental nós termos ali instalado não só as áreas de livre comércio consolidadas, mas as ZPEs e é esse o propósito.

Trago aqui esse projeto para o Senado Federal e espero que possamos dar um tratamento diferenciado para que possamos ser justos com os Estados de fronteira na Região Norte do País sob pena dessas ZPEs na Amazônia não serem implementadas, tendo em vista que nós temos as outras ZPEs nas diferentes regiões do nosso País.

O projeto é simples, ele prevê que façamos a modificação do mínimo a ser exportado. O projeto prevê basicamente que nas ZPEs da região Norte, nas áreas de fronteira, se tenha como limite mínimo para ser exportado não 80%, mas 60%. A classe média brasileira hoje acolhe a metade do nosso povo. São 100 milhões de brasileiros na classe média. Esse é o legado do Presidente Lula. Lamento ouvir colegas, como ouvi há pouco, colegas que cumprem o seu papel de oposição, mas que não precisam ser injustos. O Presidente Lula libertou boa parte do povo brasileiro que vivia na miséria! O Presidente Lula trouxe expectativa de vida para uma parcela importante de excluídos da sociedade brasileira, que agora estão incluídos.

Senador Raupp, com honra ouvirei o aparte de V. Ex^a. Mas, basicamente, o que estou apresentando hoje é uma proposta de mudar um artigo da Lei das ZPEs, dando um tratamento diferenciado: que os Estados da região Norte que tenham ZPE, em vez de terem a obrigatoriedade de exportar 80%, tenham a obrigatoriedade de exportar apenas 60%, como mínimo, para que possamos atender essa nova classe média brasileira, que é o grande legado do governo do Presidente Lula e que, agora, a Presidenta Dilma aprofunda, quando faz um programa de retirar da exclusão social 16 milhões de brasileiros e brasileiras.

É com honra que ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Senador Jorge Viana, V. Ex^a faz um pronunciamento muito oportuno neste momento. Nós discutimos hoje pela manhã com o Ministro Fernando Pimentel na Comissão de Assunto Econômicos. Eu tive a oportunidade de fazer lá alguns questionamentos sobre esse novo modelo das ZPEs. E eu estou agora ao lado do Presidente José Sarney, que foi quem iniciou esse processo há mais de 20 anos, ainda no governo de V. Ex^a,

e isso depois foi reeditado pelo governo Lula. Olha quanto tempo nós perdemos! A China tem mais de duas centenas de ZPEs, Zonas de Processamento de Exportação, espalhadas por todo o País. E olha o resultado que está dando para a China. É o maior exportador do mundo, que está crescendo sustentadamente a uma taxa de 10% a 11% ao ano. Então, nós já perdemos muito. E, principalmente, os nossos Estados mais pobres e mais distantes, sem a perspectiva de levar grandes indústrias, a solução seriam as Zonas de Processamento de Exportação. Vejam o exemplo do Pólo Industrial de Manaus! Eu sempre cito o exemplo do Pólo Industrial de Manaus, hoje, com mais de 400 indústrias, gerando mais de 500 mil empregos. Ele retirou a pressão sobre a floresta. Esse projeto, além de industrial, de geração de riqueza e renda, é ambiental. O Amazonas preserva hoje 98% das florestas, por quê? Porque não houve pressão sobre a mata, sobre o desmatamento, em função do Pólo Industrial de Manaus. Então, o Acre, com muita justiça – e V. Ex^a defende, iniciou como Governador esse projeto, que já está quase pronto. Na sua infraestrutura está faltando apenas a instalação. Rondônia começa agora também com um novo porto, já com área de 300 hectares, numa parceria com a iniciativa privada para construir a nossa ZPE em Porto Velho, já aprovada também. Então, parabenizo V. Ex^a. Conte comigo. Quero parabenizar o Fernando Pimentel pela iniciativa de mudar essa configuração de 20% para mercado interno e 80% para exportação. São poucas empresas no Brasil, hoje, que exportam 80%. Talvez a Vale do Rio Doce, que é minério de ferro, e umas poucas outras – talvez não dê meia dúzia – conseguem exportar 80% da sua produção. É injusto. Se ficar nesse modelo, não vai atrair indústria nenhuma. Então, tem que inverter. Talvez 80% para o mercado interno e 20% para exportação. Isso seria justo com os Estados mais pobres e mais jovens, como os Estados do Acre, Rondônia e outros. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Raupp. É com satisfação que incorpo o aparte de V. Ex^a. E queria dizer que V. Ex^a também faz justiça com o Presidente Sarney. De fato, o Presidente Sarney é pioneiro no propósito de fazer com que o Brasil seja competitivo. Hoje, o mundo está dividido em dois mundos: os que têm dinâmica, os países em processo dinâmico e os países estagnados. O Brasil é um dos líderes desse mundo dinâmico, que está crescendo, que está fazendo inclusão social, que se desenvolve.

Mas V. Ex^a tem razão. Só na Ásia, são 900 ZPEs. Novecentas na Ásia! No mundo todo, são mais de 3.500. No Brasil, temos 23, nenhuma implementada

ainda, depois de tantos anos. A do Acre, hoje, é uma das que está mais avançada, do ponto de vista da infraestrutura, porque nós pegamos financiamento junto ao BNDES, fizemos uma parceria com o setor privado. O Governador Binho iniciou esse processo e o Governador Tião está fazendo um trabalho muito importante para que, imediatamente, a gente possa ter a implementação de indústrias no Acre e fazermos do Acre, por conta de termos na sua nova logística uma vantagem comparativa que podemos usar. O que é que adianta? Nós fizemos com o Presidente Lula, começou no governo do Presidente Fernando Henrique e agora, com a Presidente Dilma, vamos concluir a BR-364, fazendo a integração do Acre. Fizemos a BR-317, ligando com Bolívia e Peru. Estão prontas. Só falta agora a ponte do rio Madeira, que, aliás, está dando problema de novo.

Hoje, estive no Ministério dos Transportes, junto com o Senador Aníbal, pedindo que seja retomada imediatamente uma ação de emergência para garantir o abastecimento do Acre, do próprio Peru e da Bolívia, tendo em vista o problema da seca do rio Madeira, que não permite uma regular transporte.

Mas eu queria, então, só dizer que é fundamental, nesta hora, nos somarmos ao Ministro Pimentel e implementarmos essas áreas, para que o Brasil possa melhor se posicionar, tanto para atender o mercado externo como o mercado interno, diminuindo nossa dependência de produtos que podem ser produzidos nessas Zonas de Processamento de Exportação.

É com muita honra que ouço o querido Senador.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senador Jorge Viana, eu gostaria de fazer minhas as palavras do Senador que me antecedeu, meu Presidente do PMDB, Valdir Raupp, acerca do pioneirismo do Presidente Sarney quando governou esta Nação. V. Ex^a fala nas ZPEs, e eu poderia dar o exemplo, aqui, da distribuição de renda hoje, que é, sem dúvida alguma, um dos carros-chefes do Governo – e foi o Presidente Sarney o precursor –, e de tantos outros projetos implantados, de desenvolvimento social e combate à fome, o programa do leite, não sei se V. Ex^a se lembra, de forma inusitada, recuperando a nossa bacia leiteira. Mas as ZPEs são outro ponto, e V. Ex^a trata desse assunto com muita propriedade. O Senador Raupp deu quase que totalmente o retrato. V. Ex^a trouxe os números e ele deu o retrato. Só faltou dizer que o nosso Governo, o Governo que eu apoio e que V. Ex^a apoia, não tem demonstrado interesse em regularizar essas ZPEs. Eu tenho lutado, por exemplo, pela minha lá na capital, lá na Paraíba, em Santa Rita, e encontro portas fechadas, absoluta e hermeticamente fechadas, quando da discussão tributária, da Fazenda – não é,

Cícero? –, da Receita Federal, dos Ministérios envolvidos na articulação das ZPEs. Por isso, acho que o discurso de V. Ex^a é importante, porque mostra que o mundo está avançando e que nós do Brasil não podemos perder esse passo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Vital do Rêgo, incorporo o aparte de V. Ex^a.

Quero concluir dizendo que são mais de 65 milhões de empregos gerados pelas ZPEs no mundo afora. Mas, sinceramente, temos também, na concentração de poder econômico nas regiões Sul e Sudeste do País, uma certa discriminação. O próprio Polo Industrial de Manaus só não passou maiores dificuldades por conta da ação do Presidente Lula, que resolveu enfrentar as dificuldades impostas por uma parte da elite econômica de São Paulo, que não queria que nós tivéssemos políticas de incentivo fiscal para equilibrarmos o desenvolvimento regional no País.

Então, é muito importante que nos somemos, nessa hora, com o Governo da Presidente Dilma, com o Ministro Pimentel, e implementemos essas áreas, fazendo valer um sonho antigo do Presidente Sarney, que preside esta Casa, que é um sonho que deu certo no mundo inteiro. É um instrumento poderoso que a China, que a Índia, que os países asiáticos usam, o México usa, e aqui no Brasil, lamentavelmente ainda está no papel.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por gentileza. É com prazer que ouço o meu querido Senador Walter Pinheiro.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Senador Jorge Viana, V. Ex^a toca em tema de suma importância principalmente para desenvolvimento regional; não tem como fazer desenvolvimento regional... Ali na Mesa, o Presidente desta nossa sessão é um homem da Paraíba. Se não fosse a política de deslocamento de incentivos, não teríamos o grande pólo de pesquisa na Paraíba; não teríamos isso de forma acentuada no Nordeste como um todo, meu caro Cícero. Imagine na região Norte, onde tivemos um processo de longos anos de atraso das instalações das universidades. Posso falar isso, Senador Jorge Viana...

(interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Peço a compreensão dos oradores.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Vou encerrar. Posso falar isso para V. Ex^a, baseado, por exemplo, no caso da história da medicina. A Universidade Federal da Bahia foi um baluarte no apoio à iniciativa da Escola de Medicina no Acre. Mas se não tivéssemos

na Lei de Informática, cujo texto é de minha autoria, se não provocássemos esse desequilíbrio que, na realidade, era um desequilíbrio para reequilibrar essas contas no País, não teríamos nem sequer apoiado a Zona Franca de Manaus, nem intensificado o crescimento em toda a região Norte e Nordeste do País.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, querido amigo e companheiro Senador Walter Pinheiro. Passo rapidamente a palavra ao querido senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Peço aos oradores a compreensão porque há vários Senadores que ainda vão falar.

O Sr. Cyro Miranda (Bloco/PSDB – GO) – Vou ser bem breve, Senador. O senhor tocou num ponto, como disse o Senador Walter Pinheiro, fundamental. O nosso Estado de Goiás sofreu como todos os Estados por falta de política regional. Não é deste Governo nem do anterior. Nunca tivemos política regional. É o animal ferido, com fome, que precisa ir atrás da caça. Então, por meio do incentivo fiscal que é o ICM, único instrumento que o governador tem, começamos a mudar o jeitão do Estado. Mas o senhor sabe o que é mais importante, Senador? Nos últimos dez anos, nenhum Estado perdeu receita. Quando o Sul e o Sudeste dizem que estão sendo prejudicados, não é verdade; nenhum deles perdeu receita. Então, não podemos perder esse foco. Isso é salutar, é competitividade. Isso existe no mundo inteiro. O senhor está de parabéns, Excelência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente, peço desculpas pelo tempo.

Obrigado, querido companheiro Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço.

Conforme anunciado, com a palavra, o Senador Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 526, DE 2011

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 18.
.....
.....

§ 8º Excepcionalmente, para ZPE localizada em faixa de fronteira da Região Norte, o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior definido no **caput** deste artigo será de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A ZPE e similares, como área de livre comércio com o exterior, é um instrumento utilizado em todo o mundo. Segundo informações da Organização Internacional do Trabalho – OIT, o número de países com ZPE, em 1975 eram 25, passando para 130 em 2006 e a quantidade de ZPEs, nos mesmos anos passou de 79 para 3.500.

O Brasil, mesmo que tardivamente, resolveu instalar as suas ZPEs com as seguintes finalidades:

- Atrair investimentos estrangeiros;
- Reduzir desequilíbrios regionais;
- Fortalecer o Balanço de Pagamentos;
- Promover a difusão tecnológica;
- Criar empregos;
- Promover o desenvolvimento econômico e social do país;
- Aumentar a competitividade das exportações brasileiras.

Atualmente existem no Brasil 23 Zonas de Processamento de Exportações – ZPEs em diversos estágios pré-operacionais.

Para a organização das ZPEs foi aprovado o seu marco legal, a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, estabelecendo no seu art. 18 que *somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano – calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços*.

No entanto, para cumprir a finalidade de redução dos desequilíbrios regionais, a instalação de uma ZPE como uma fonte de estímulo ao desenvolvimento econômico de uma região, é preciso levar em conta as peculiaridades de cada localidade. Ao estabelecer uma regra única para todo o território nacional, a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, acaba por limitar a possibilidade de interesse de empresários em investir numa ZPE situada na faixa de fronteira da Região

Norte. As desvantagens da localização de um empreendimento naquela região reduzem a atratividade para os investidores.

Por outro lado, é necessário considerar a importância da ocupação da área fronteiriça daquela região do País para a segurança e a soberania nacionais. Assim, considero necessário permitir que sejam oferecidos estímulos adicionais às empresas que venham a se instalar em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.

Tendo em vista a importância da faixa de fronteira da Região Norte e as suas desvantagens locacionais, proponho que as empresas instaladas em ZPE ali localizada possam destinar uma parcela maior da sua produção ao mercado interno. A alteração apresentada nesta proposição aumenta o limite da receita bruta auferida com vendas no mercado interno de 20% para 40%.

A mudança apresentada, também leva em consideração que apesar da crise econômica internacional, o Brasil vem assistindo um contínuo crescimento econômico, inclusive possibilitando a criação de uma nova classe média, correspondendo a 50,5% da responsável por um robusto mercado interno.

O crescimento do mercado interno, por um lado, e as dificuldades das empresas atingirem o patamar de 80% de exportação, por outro, nos leva a propor mudança no percentual de exportação como forma de viabilizar as ZPEs localizadas na região fronteiriça. Também é importante ressaltar que a produção destinada ao mercado interno não significará vantagem na concorrência com os produtos de outras regiões, na medida em que a logística e distância dos principais mercados consumidores aumentam significativamente o custo.

Estou certo de que este diferencial de tratamento resultará em maior atratividade para os investimentos na faixa de fronteira da Região Norte. Assim sendo, peço o apoio dos nobres Senadores a esta proposição.

Sala das Sessões, – Senador Jorge Viana – Senadora Angela Portela – Senador Aníbal Diniz.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano–calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo,

80% (oitenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 1º A receita bruta de que trata o caput deste artigo será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o caput deste artigo será apurado a partir do ano–calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano–calendário de funcionamento. (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

I – (revogado): (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

a) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

b) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

c) (revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

II – (revogado): (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

a) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

b) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

c) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

d) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

e) (revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

III – (revogado): (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

a) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

b) (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

c) (revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008)

§ 3º Os valores relativos aos produtos internados, que tenham sido fabricados por empresas localizadas em ZPE, não serão computados para os efeitos da limitação de que trata o caput deste artigo, quando as compras correspondentes forem efetuadas pela União, Estado, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias, e tiverem sido realizadas em virtude de concorrência internacional.

§ 4º A energia elétrica produzida por empresa em ZPE, excedente ao seu consumo, poderá ser vendida no mercado interno, observado o mesmo tratamento

tributário dado à energia elétrica produzida e distribuída no País, sujeitando-se ao mesmo percentual de internação presente nesta Lei.

§ 3º Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento: ([Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

I – de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e ([Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

II – do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei. ([Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

§ 4º Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais: ([Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

I – regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento; ([Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

II – previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; e dos programas e fundos de desenvolvimento da Região Centro-Oeste; ([Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

III – previstos no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001; ([Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

IV – previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e ([Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

V – previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. ([Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

§ 5º Será permitida, sob condições previstas em regulamento, a aplicação dos seguintes regimes aduaneiros especiais à mercadoria saída de ZPE:

I – trânsito aduaneiro; ([Revogado pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

II – admissão temporária; e ([Revogado pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

III – o previsto no [inciso II do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966. \(Revogado pela Lei nº 11.732, de 2008\)](#)

§ 5º Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 6º – A desta Lei para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE. ([Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º deste artigo será considerada receita bruta

decorrente de venda de mercadoria no mercado externo. ([Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

§ 7º Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo CZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 6º – A desta Lei poderão ser revendidos no mercado interno, observado o disposto nos §§ 3º e 6º deste artigo. ([Incluído pela Lei nº 11.732, de 2008](#))

(*Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – A Presidência comunica às Sras e aos Srs. Senadores que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 1º de setembro do corrente, quinta-feira, às 12 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: **Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 3, 6 e 10, de 2011**.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. É rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Pois não, Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para justificar a ausência na votação anterior e pedir para consignar em Ata o meu voto que acompanha o do Partido. Eu estava na Comissão de Orçamento recebendo o Ministro Carlos Lupi, ao lado da Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Será consignado em Ata, Senador Vital.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, também peço para justificar a minha participação na votação e pedir inserção, na Ata, do meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Será consignado em Ata o voto de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador e Presidente da Casa, José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP) – Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, o tema do meu discurso, evidentemente, é outro, mas não posso fugir a dizer umas poucas palavras sobre o problema das ZPEs, aqui levantado pelo Senador Jorge Viana.

Na realidade, quando fui Presidente da República, eu visitei a China e vi o modelo que eles tinham adotado, que era o das ZPEs. Eles começavam as ZPEs. Eu, então, estive nessa área, onde nascia uma nova China. Tive oportunidade, na entrevista com Deng Xiaoping, de ouvir quando ele me disse, sobre a China, que conviviam dois sistemas: um sistema socialista e um sistema de mercado. E quis implantar no Brasil o modelo das ZPEs. Infelizmente, a reação que tivemos de alguns setores econômicos do centro-sul, interessados em que o Brasil não se tornasse um grande país exportador, boicottou essa iniciativa.

Depois de muitos anos hibernando, o Presidente Lula deu um sopro de vida a esse modelo e possibilitou que votássemos aqui uma nova lei de ZPEs, que agora já está em vigor. Esperamos que também os órgãos do Governo, principalmente o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sejam mais ágeis em provar as ZPEs requeridas e que até hoje estão sem a devida atenção.

Mas o que ia falar hoje, aqui, é sobre o aspecto humano, que muito me toca.

Tenho assistido esses últimos tempos na televisão àquele problema dos meninos abandonados, jogados na droga e caminhando para a área do crime, e das meninas prostitutas. Pior do que isso, vi que eram as mães que muitas vezes estavam estimulando que esses meninos e essas meninas caminhassem por esse caminho de infelicidade.

Pensei que estamos com um problema que passa subliminarmente, mas que é fundamental nesse processo, que é o problema da desestruturação da nossa família. Realmente, aí talvez possa residir a fonte desses problemas todos, pela falta que está existindo da coesão familiar e pela desintegração da família, que resulta nesses fatos tão dolorosos que presenciamos.

Recordo que, há quase 40 anos, em outubro de 1972, expus nesta Casa a necessidade da criação de um ministério que se encarregasse de coordenar e sistematizar a ação governamental no setor do bem-estar social, que naquela época não existia, e da família. A visão que existia desses problemas era uma visão da caridade e não de uma obrigação do Estado.

Eu fazia, naquela época, uma análise dos graves problemas de amparo à infância e à velhice e constatava que a sociedade industrial gerava grandes problemas sociais. O crescimento econômico atingia índices expressivos que não se refletiam absolutamente no crescimento social.

Naquele tempo, a estrutura governamental agia com instrumentos incapazes de atingir os problemas em todo o seu alcance. Nós tínhamos numerosos órgãos que tratavam de assistência social, que se espa-

lhavam por quatro Ministérios. Nós tínhamos um setor no Ministério do Planejamento, outro no Ministério da Justiça, outro no Ministério da Saúde e outro ainda no Ministério da Educação. Também se encarregavam do problema a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a Legião Brasileira de Assistência e milhares de sociedades dispersas pelo Brasil, recebendo subvenções, pleiteando ajuda pública, sem que houvesse um órgão capaz de coordenar a ação de governo.

Eu quero reivindicar que fui uma das vozes neste País pioneiras para que se colocasse o problema social na agenda das nossas preocupações. Naquele tempo, as nossas preocupações eram somente com a nossa agenda econômica, como responsabilidade do Estado. E foi com outra visão que, como Presidente da República, escolhi, como lema do governo, "Tudo pelo Social".

Então, eu me considero, com muitos outros, como tendo uma posição muito forte na direção de tratar o problema social como uma responsabilidade primordial do Estado.

Naquele tempo, eu falava que o problema amadurecera. Já éramos um País que não podíamos lidar com questões sociais como se fossem só problemas de caridade pública. Racionalizava-se tudo no Brasil, modernizava-se o País em todos os setores, e essa sistematização tinha que vir por meio de um ministério que encarasse o problema da família, que fosse um órgão normativo, centralizador de toda ação pública e de todos os recursos destinados a esse setor.

Passou o tempo. Não mudou a realidade.

Os problemas continuam sendo de imensa gravidade, embora tratados sob um enfoque diferente, e, hoje, com uma grande prioridade nos programas governamentais.

Quero dizer que, em boa hora, o Presidente Lula criou o Ministério que tinha como objetivo principal o problema da fome.

Nas Nações Unidas, em 1985, eu falei sobre a fome, o que era a fome, a necessidade que o mundo tinha de encarar esse problema da fome. Hoje, nos balanços alimentares que se fazem do mundo, 17 países já não têm condições de sustentação alimentar. E, agora, nós estamos assistindo a esse drama, a essa tragédia da Somália, que realmente toca humanamente a todos nós e nos leva a adquirirmos uma responsabilidade muito maior em nível coletivo, mundial, quanto à solução desses problemas.

Quero dizer que, também, com o programa da Bolsa-Família, a pobreza tem diminuído no Brasil. Há uma grande migração de classes menos favorecidas para a classe média. Não podemos ignorar, no entanto, que, em todo o mundo, aumenta a diferença entre

pobres e ricos e que, no Brasil, essa relação entre a renda dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres é da ordem de 40 vezes e que a renda do 1% mais rico equivale à dos 50% mais pobres, em torno de 13% do nosso PIB.

Estamos enfrentando grande parte dos geradores da marginalização, que afeta mais violentamente a infância, a começar pelo grande sucesso na oferta de emprego e na incorporação do trabalhador à economia formal, avançando no problema da habitação e na diminuição dos problemas das favelas e da segurança.

Quando Presidente da República – tenho sempre que fazer essas referências, porque, para mim, elas são referências nessa longa caminhada de coerência em favor desses problemas —, também dei atenção aos problemas sociais. Cheguei a criar o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social, que, naquela época, era um novo enfoque com que se procurava tratar esses problemas. Mais tarde, foi criado o Ministério da Ação Social, convertido em Ministério da Assistência Social; por sua vez, convertido no Ministério do Bem-Estar Social; e, finalmente, em Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome.

Ao mesmo tempo, os problemas da infância e da velhice tiveram grande avanço na legislação, a começar pelas orientações da Constituição de 1988, que previu, no seu capítulo VII – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso – a responsabilidade conjunta da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem um amplo elenco de direitos sociais (artigo 227), e de amparar as pessoas idosas (artigo 230). Foram criados dois grandes estatutos, o da Criança e do Adolescente – ECA, e o do Idoso. A assistência social ganhou uma lei orgânica, a LOAS, e, há pouco, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

É com certa tristeza que eu vejo, no espectro governamental, que todos os outros setores foram atendidos, mas ainda não temos inserido dentro desse espectro aquilo que a Constituição fala em primeiro lugar, que é a base da sociedade: a família.

Mas demos grandes passos. No entanto, cenas como as que temos visto ultimamente, em que crianças são incentivadas à prática de crime por suas mães, em que crianças assaltam e, detidas, depredam as instituições encarregadas de lhes dar proteção, voltando em seguida para a vida das ruas, mostram que não atingimos ainda o cerne do problema. E esse, creio eu, é a família.

A família precisa ser considerada não somente como uma entidade econômica, mas também como uma entidade social, como uma entidade fundamental. Por isso mesmo, deve ser objeto de um espaço

especial e privilegiado em nossas políticas públicas. É preciso, creio eu, que encaremos o fortalecimento dos núcleos familiares, a relação entre pais e filhos, entre filhos e pais, entre todos e cada membro da família, como uma prioridade.

É certo – e, aqui, repito – que o Bolsa Família encerra uma resposta para que os filhos possam escapar da armadilha do trabalho infantil e possam se integrar à escola. O que nos falta é implementar o vínculo de compreensão de que esse esforço deve ser encarado como a oportunidade dos pais de darem aos filhos o precioso bem que é a educação e não apenas como uma obrigação burocrática para usufruírem de um benefício financeiro. O que nos falta é fazer com que o amor – unidade de medida familiar por excelência – possa encontrar espaço nas dificuldades das relações familiares, restaurando um equilíbrio muitas vezes perdido.

Estas carências que levam às crises das famílias não são exclusividade dos mais pobres. Por toda a sociedade se espalha uma crise de valores familiares. Nessa fragilidade se infiltra o problema das drogas – e todos acompanham com angústia os avanços do crack, do ox e como eles afetam, principalmente, aqueles que têm vínculos familiares mais fracos. Nessa fragilidade se infiltra o drama da violência contra as mulheres, entre casais, entre pais e filhos, entre filhos e pais. Nessa fragilidade se infiltra o problema da falta de assistência ou mesmo dos maus-tratos aos idosos. Nessa fragilidade se infiltra o problema da violência sexual contra menores, muitas vezes iniciada dentro da própria casa, inclusive com o incesto.

É esse panorama da sociedade, no conjunto, que nos leva a meditar sobre o aspecto humano, não sobre o aspecto político, como muitas vezes essa questão está sendo tratada, de que realmente é necessário que se procure restaurar os valores morais da família, como uma unidade destinada a melhorar esses problemas que nós vemos hoje, dramáticos e trágicos, dentro da sociedade.

O fortalecimento, assim, dos laços familiares, é importante para a sociedade. E não é sem razão que a nossa Constituição declara a família a “base da sociedade”. E diz ela: “tem especial proteção do Estado”. É a família bem estruturada que pode cumprir sua parte das obrigações em relação à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso. E temos políticas voltadas para a criança, o adolescente, o jovem e o idoso. Com mais razão, nós devemos priorizar as políticas do Estado em relação à família. Temos atuado e legislado sobre as partes, quando o trabalho essencial deve se dar sobre o todo.

Qual o caminho a adotarmos para resolver essa questão? A mim parece claro que essa é uma questão

a ser tratada a nível ministerial – talvez com uma reforma das competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, inserindo aí também o problema da família – e, a partir daí, a gestão do problema ser equacionada com a visão de que é preciso estabelecer uma rede de capilaridades que chegue também aos Estados e aos Municípios. A família, por definição, se desenvolve localmente, e é preciso pensar como agir localmente. Mas os conceitos, a política da família precisa ser reformulada em termos nacionais.

Convoco, por isso, na minha idade, as forças sociais e o Estado, representados pela sociedade civil organizada, pela academia e pelos vários níveis de governo, a somarem esforços na busca de uma resposta a esta questão premente: como dar à família a proteção que ela precisa para voltar a ser aquilo que diz a nossa Constituição, a base da sociedade – mais uma vez repetindo essa expressão —, a unidade inicial que centraliza os esforços para atingirmos alguns dos mais importantes problemas do nosso País.

É aí que nós vamos encontrar os problemas que hoje nós enfrentamos, que nós temos que enfrentar, da violência, do trabalho infantil, da prostituição infantil ou de adolescentes, das drogas, do álcool, em que a mocidade, sem encontrar mais caminhos de utopias, se dedica a um caminho niilista e, ao mesmo tempo, de dissolução da própria personalidade.

Com uma família bem estruturada, com uma família coesa, teremos um avanço importante na educação, Senador Cristovam Buarque, diminuirá, sem dúvida, a criminalidade, a recuperação dos viciados em drogas se tornará possível, o problema da violência doméstica será marginalizado, e tantas outras políticas públicas se tornarão mais efetivas.

Olhemos, assim, pela família, para que ela possa olhar por todos nós.

Minha proposta é acrescentarmos, como eu já disse, ao Ministério do Desenvolvimento Social a atribuição de cuidar desse tema da família, transformando-se o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome no Ministério do Desenvolvimento Social e da Família.

Esta minha mensagem, que me dispus a trazer nesta tarde, é porque fiquei extremamente chocado, ultimamente, com coisas que, até então, na minha longa vida, não tinha visto: mães incentivando os filhos ao crime; mães explorando os seus filhos, jogando-os no terreno da criminalidade, incentivando-os a que passem a ser consumidores de droga, a que passem a ser vendedores de droga. Isso, sem dúvida, é um sinal de que algo há de muito errado debaixo do sol.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador José Sarney, pelo pronunciamento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para pedir a V. Ex^a que conste na Ata que, nas votações anteriores, eu acompanhei a Liderança do meu Partido. Estava numa audiência fora e só cheguei agora.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Será constada em Ata, Senador Eunício Oliveira, a justificativa de V. Ex^a.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. É só para registrar a minha votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia, será registrado em Ata o voto de V. Ex^a.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de parabenizar o Presidente desta Casa, que, no seu pronunciamento, destaca a necessidade de políticas públicas de beneficiamento, de fortalecimento da família brasileira.

A Unicef, há alguns anos, lançou, no seu relatório, justamente uma posição semelhante de que era preciso que nós desenvolvêssemos políticas públicas de proteção da infância, da adolescência, sem deixar de cuidar do núcleo familiar, do fortalecimento desse núcleo familiar com políticas públicas e cuidado. Acho que o Bolsa Família já traz no seu nome justamente esse tipo de estímulo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse fim de semana, aconteceram, na Bahia, dois importantes eventos para a agenda do turismo nacional, que eu tenho a necessidade de destacar, hoje, nesta Casa.

O primeiro deles foi, sexta-feira passada, a reunião do setor hoteleiro brasileiro, convocada pelo FOHB, o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, através do segundo encontro de hotéis com Parlamentares, que aconteceu no Hotel Pestana, com a presença das principais redes de hotéis do País e da Comissão de Turismo e Desporto, da Câmara dos Deputados, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, do Senado Federal, e do Fornatur, Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

Naquela oportunidade, nós passamos o dia discutindo a apresentação da pesquisa do Hotel Invest, que acompanha o desempenho da hotelaria nacional, a sua taxa de ocupação em todo o Brasil, os preços médios das diárias brasileiras e a sua projeção para o período da Copa. E pudemos concluir, ao longo do debate por toda tarde, com a afirmação do setor hoteleiro de que a hotelaria não será o problema da Copa de 2014; que o setor hoje vive um momento muito positivo de esperança com o desenvolvimento econômico do nosso País.

Além disso, o setor apresentou uma pauta de projetos, na Câmara dos Deputados e aqui no Senado, que dizem respeito ao interesse do setor hoteleiro no Brasil, aqueles que negativa e positivamente podem estimular a hotelaria nacional.

No caso da Bahia, inclusive, Sr. Presidente, nós discutimos um pouco os novos investimentos de hotéis em nossa cidade e compreendemos que é necessário, para não haver um desequilíbrio entre a oferta, que está crescendo, e a demanda, também crescente, aumentar a promoção do destino Bahia nos outros Estados brasileiros e também fora do Brasil, especialmente na América do Sul.

O Fornatur recentemente se reuniu e discutiu sobre a tendência de as viagens se darem, no máximo, de país para país, de oito horas de tempo gasto; que nós deveríamos solicitar da Embratur uma priorização de investimentos e de promoção na América do Sul, justamente porque há muitos anos a Embratur vem priorizando o destino da Europa para a promoção do turismo nacional. E nós percebemos que os países da América do Sul podem ser grandes emissores de turistas para o Brasil, até porque, na Copa do Mundo de 2014, teremos a participação, pela primeira vez, de cinco países da América do Sul, já definidos, e com a possibilidade de um sexto.

Portanto, faz-se necessário que o Brasil se volte para os nossos irmãos da América do Sul com políticas de atração, para que essa visitação ocorra, com promoção de novos voos entre esses países e o nosso, e também com propaganda e investimentos promocionais no sentido de atrair esse turista para o nosso País.

Para a Bahia, esse investimento é altamente positivo. A nossa Bahia já vem, há muito tempo, pelos menos nos últimos três anos, buscando um investimento maior na América do Sul.

Esse foi um dos encontros. O outro, Sr. Presidente, aconteceu segunda-feira, ontem, com a presença do Fórum Legislativo da Copa 2014, na Assembleia Legislativa de Salvador, visitando a VIII Sede da Copa do Mundo.

O Fórum, composto pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e da Subcomissão da Copa, da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, busca, em cada Estado, debater o projeto de preparação da Copa daquele Estado, visando acompanhar o desenvolvimento dos investimentos em mobilidade urbana, no estádio de futebol, onde fomos fazer uma visitação **in loco**, conhecer a maquete, o projeto; debater intensamente o projeto da Bahia. Lá tivemos, também, oportunidade de discutir os investimentos e as ações voltadas para o fortalecimento do turismo, a exemplo do receptivo turístico e da qualificação voltada para o turismo em nosso Estado.

A pauta de turismo que trago para o conhecimento e discussão da Casa, creio, é necessária, porque, dentre muitas razões, Sr. Presidente, há algumas semanas, tivemos o Ministério do Turismo envolvido em uma publicidade muito negativa no Brasil. E isso com um Ministério novo, um Ministério que tem uma tradição de ação competente, de promoção turística fora do Brasil e no Brasil. Então, nós temos a definição dos 65 destinos turísticos brasileiros; nós temos um investimento no Prodetur, no Nordeste brasileiro, significativo, mudando a realidade das nossas cidades, na sua infraestrutura, para bem receber o turista internacional e nacional; nós temos hoje o Prodetur, pela sua vitória e ação no Nordeste brasileiro, sendo reivindicado e previsto e aplicado em cidades de todo o Brasil.

É importante que nós possamos compreender que a pauta do turismo nacional, a luta pela intensificação e fortalecimento do setor turístico no Brasil é muito maior, muitas vezes maior, do que os fatos que, lamentavelmente, aconteceram ou foram denunciados no Ministério do Turismo. E trazer à tona essa discussão para que este Senado também possa dar a sua contribuição ao fortalecimento do turismo nacional.

Há alguns anos nós estamos nos batendo, tentando modificar o quadro da visitação turística estrangeira no Brasil, que não consegue passar dos cinco milhões de visitante. E, para tanto, é indispensável que nós possamos, de forma objetiva, trabalhar no fortalecimento, no Orçamento da União, no orçamento

da Embratur, para promoção no exterior, e possamos também redefinir a política de prioridades de promoção da Embratur.

Recentemente o Presidente da Embratur, nosso querido ex- Deputado Federal Flávio Dino, em artigo no jornal **Folha de S.Paulo**, justamente atendendo a demanda, a reivindicação do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo redefine a prioridade de investimento na promoção turística brasileira para a América do Sul, em detrimento da Europa, justamente já visando um novo projeto voltado para a Copa do Mundo, para que nós possamos aproveitar essa imensa avenida de oportunidades que é a Copa do Mundo para o turismo brasileiro e possamos ter uma reversão dessa quadro nacional, possamos disputar com outros países da América Latina, como é o caso da região do Caribe, como é o caso do México e outros países latino- americanos, que recebem já uma quantidade de turistas bastante superior à que recebe o Brasil, apesar de toda potencialidade que o nosso País tem, com a dimensão continental que o Brasil tem.

Mas, principalmente, entendendo, como todos os países do mundo, o principal investimento que nós temos que fazer no turismo interno do nosso País. Em todos os países o turismo interno é a principal base de sustentação do turismo. E quando nós falamos dos países europeus, nós precisamos olhar lá os números que indicam que esses países, muito próximos uns dos outros, são visitados por pessoas do próprio continente europeu.

Então é muito importante que nós possamos fazer as nossas promoções internas no Brasil para que o Piauí visite a Bahia e conheça todas as potencialidades e todas as belezas da Bahia, e possa conviver não apenas com as praias da Bahia, mas com a cultura baiana, com a gastronomia baiana, e também os baianos possam visitar o Piauí e conhecer todas as belezas e toda a cultura que o Piauí tem.

Um país de dimensão continental...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não, meu Líder.

Pois não, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata, V. Ex^a enfoca um assunto, o turismo, que é do mais alto significado para a economia do nosso País e quiçá também para a eco-

nomia latino- americana, e, mais de perto, sul- americana, para o fortalecimento também do Mercosul,...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ...que pode se beneficiar dessa política regional evidenciando as belezas, as potencialidades turísticas, a riqueza que temos na nossa região centro- sul, Mercosul, digo melhor, mostrando aquilo que a Europa já faz com muito brilho e muita competência, onde países como a Espanha dão prioridade ao turismo, melhorando a infraestrutura de aeroportos, de estradas, hotéis, qualificando restaurantes, garçons e cozinheiros para que recebam bem os seus visitantes. A nossa infraestrutura ainda é deficitária em termos de aeroportos, em termos de culinária. Só em alguns lugares como a Bahia, no Nordeste até o Ceará...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Temos avançado muito.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Quem sabe até Manaus avançamos muito. Agora, no que toca a essa infraestrutura a que V. Ex^a se referiu, a Copa do Mundo é o grande instrumento para valorizar o nosso turismo e mostrar a nossa força, a nossa organização. Esse preparo com que V. Ex^a está preocupada, participando de reuniões não só na Bahia, mas em outros Estados, significa que o Senado Federal, por seu intermédio, de outros Senadores e Deputados Federais está focado nessa questão importantíssima para o enriquecimento do nosso País e o reconhecimento internacional das nossas potencialidades. Turismo é riqueza e V. Ex^a está mostrando o espírito e visão e o povo da Bahia reconheceu esse espírito de visão, trazendo- a para o Senado Federal e mostrando ser a grande representante que o povo baiano gostaria que fosse. Meus parabéns a V. Ex^a e acompanho com muito interesse o restante do seu discurso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senadora Lídice, se V. Ex^a me permite.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Quero inicialmente parabenizá- la pela forma como trata desse tanto, tanto pela visão global, a visão nacional e, claro, com carinho especial a Bahia que V. Ex^a tão bem representa aqui nesta Casa. Quero lembrar nesse tema um ponto em que V. Ex^a já contribui, assim como o Senador Valadares, o Senador Eduardo Amorim, Walter Pinheiro e outros que participam da Comissão do Desenvolvimento Regional que é a proposta de darmos conta de uma solução para essa área da

aviação regional. Eu creio que seja fundamental, para o desenvolvimento do turismo, a aviação regional. Aliás, sugeri ao Presidente da Comissão, Benedito de Lira, para marcarmos uma reunião de trabalho com o novo Ministro da Aviação Civil. É impossível hoje estar em Fortaleza e ir a Sergipe direto, muitas vezes é preciso vir a Brasília ou ir a São Paulo para poder ir a um Estado do próprio Nordeste. Então, eu quero parabenizá-la. Saiba que V. Exª poderá contar sempre com o nosso entusiasmo, pela forma brilhante como atua nesta Casa. Muito obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senadores Valadares e Wellington.

Eu quero chamar a atenção de que nós temos uma extensa pauta positiva do turismo nacional e da Copa do Mundo. Às vezes nos envolvemos de maneira a achar que a Copa do Mundo está se tornando uma pauta negativa para o Brasil. Chega-se, inclusive, a debater se o Brasil tem condições ou não de receber a Copa do Mundo. Acho que esse debate é profundamente superado.

Nós temos larga possibilidade de receber a Copa do Mundo, nós temos uma tradição enorme de organização de grandes eventos em nosso País, tanto no Sul como no Nordeste e no Norte brasileiro, de grandes eventos culturais, de grandes festas, mas precisamos direcionar de forma racional os nossos esforços, para maximizar todas as possibilidades que a Copa do Mundo nos traz, do ponto de vista do fortalecimento nacional.

Nesse sentido, Sr. Presidente, para finalizar, é importante que possamos destacar a Medida Provisória nº 540, que discute, portanto, o plano Brasil Melhor, para que possamos nos abrir e colocar, no plano Brasil Melhor, elementos também de estímulo ao fortalecimento do turismo nacional.

Nós já debatímos, na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei que considera o receptivo turístico brasileiro num produto de exportação e queremos introduzir essa discussão no plano Brasil Melhor. Essa emenda já foi apresentada na Câmara dos Deputados, queremos reaver a discussão sobre essa questão.

Também achamos fundamental que o Parlasul possa debater a Copa do Mundo e a necessidade de os nossos países voltarem a se ver de frente uns para os outros e não de costas, todos voltados a tentar conquistar a Europa, em função da nossa colonização europeia, e possamos nos constituir enquanto povos irmãos.

Povos irmãos, que contribuam uns com os outros, que visitem e conheçam os outros.

Finalmente dizer que considero a Copa do Mundo o maior legado que nós precisamos debater e transformar. Será um legado do investimento no capital humano brasileiro.

Nós precisamos qualificar o produto turístico de cada um dos Estados do Norte e do Nordeste brasileiro, com o seu potencial enorme turístico e para tanto nós precisamos, portanto, investir na qualificação do nosso receptivo e do nosso capital humano, na qualificação dos serviços turísticos em cada um dos nossos estados.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Lídice da Mata, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim – Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Passo a palavra, pela liderança do PMDB, ao Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB). Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, o Brasil, nos últimos anos, especialmente nos últimos oito anos, tratou de várias políticas públicas e decisões governamentais que de fato contribuíram não só para o desenvolvimento como também para a geração de emprego e renda neste País.

Essas políticas, Sr. Presidente, como por exemplo o controle da inflação, o controle do superávit primário com compromissos para o pagamento das dívidas, redução das taxas de juros, além de outras decisões que contribuíram muito, Senador Antonio Carlos Valadares, para termos aquilo que todos nós testemunhamos no último ano. Por exemplo, em 2010, uma taxa de crescimento de mais de 7% ao ano.

Graças a essas políticas, graças a essas decisões governamentais, Sr. Presidente, nós testemunhamos o Brasil entrando no trilho do desenvolvimento, do crescimento com geração de renda, com geração de emprego e com melhor qualidade de vida da população brasileira.

Chegamos a ver, Senador Eduardo Suplicy, a taxa de juros, como acompanhamos no ano passado, cair de 12,5% para 9,5%; portanto, foi de 3%, como acompanhamos no ano passado, a queda da Selic, da taxa de juros do nosso País.

Infelizmente, no final do ano passado e início deste ano, com as questões internacionais, as crises internacionais, acompanhamos um retorno do crescimento da taxa de juros, voltando aos 12,5%. Isso muito nos tem preocupado nos últimos anos, especificamente neste momento em que o Brasil volta a enfrentar ou a sofrer as consequências da crise internacional.

Hoje, por exemplo, ou digo até ontem, a Presidenta Dilma se reuniu com o conselho político e com

vários Ministros da área econômica para adotar algumas medidas, como, por exemplo, a elevação do superávit primário em mais R\$10 bilhões, o controle fiscal, apelando para que de fato se reduzisse a taxa de juros para contribuir, Sr. Presidente, com a continuidade do crescimento econômico, se não no patamar de 7%, que testemunhamos no ano passado, mas pelo menos com a previsão mantida em 4,5% no ano de 2010.

Hoje temos a informação de que o Banco Central se reúne para decidir a diminuição da taxa de juros. Essa decisão, de fato, interessa à população brasileira, especificamente ao setor produtivo, especificamente àqueles que aplicam no desenvolvimento, na geração de emprego, e que esperam do Banco Central a compreensão no que se refere à diminuição da taxa de juros para contribuir com o desenvolvimento, com a geração de emprego e com a melhoria da qualidade de vida e de oportunidades que todos os brasileiros esperam, não só do Governo, como também do Congresso Nacional.

A tensão nossa, na tarde de hoje, de fato, tem sido grande, e tenho certeza de que de todo o setor produtivo deste País também, o setor econômico, além daqueles que apostam no melhor para o Brasil; não no pior. Muitos apostam no pior, levando as questões para o lado político e para as decisões político-partidárias. Nós não. Apostamos no que for melhor para o Brasil.

E por essa razão, Sr. Presidente, é que temos que fortalecer a intenção do Governo no que se refere a essa redução da taxa de juros com ampliação das políticas públicas. Com isso, teremos melhoria dos programas, maior abrangência dos programas sociais e também dos demais programas do Governo, para que o Brasil continue crescendo, para que o Brasil seja aquele Brasil com que todos nós sonhamos e que todos nós almejamos.

Precisamos baixar o mais rápido possível a Selic, precisamos reduzir os juros para que tenhamos condições de continuar com essa abrangência e com essa perspectiva de crescimento, não só aumentando as nossas exportações como também o respeito internacional que os demais países têm pelo Brasil. E eu tenho certeza de que essa política, com o apoio de todos nós, será redentora para o futuro de todos nós brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, este é o nosso registro no dia de hoje, no sentido de não só apelar ao Banco Central para, nesta reunião que se realiza hoje – não sei se terminará hoje ou só amanhã –, que aposte na redução dos juros, a fim de contribuir com o setor produtivo, com a geração de emprego e com o desenvolvimento do nosso País.

Essas políticas públicas e decisões do Governo, apesar de serem com cortes no orçamento, o que só

muito no que se refere a investimento, são necessárias neste instante. E nós temos que não só apoiar como também preservar o salário das pessoas, a perspectiva de melhoria e também os ganhos reais que, graças a Deus, alcançamos nos últimos anos.

Despeço-me, Sr. Presidente, agradecendo a atenção de V. Exª, como também de todos os demais companheiros que aqui estão, para juntos decidirmos continuar apoiando essas políticas, que de fato contribuem para a melhoria da qualidade de vida, a garantia do futuro econômico do nosso País e oportunidade de trabalho da grande maioria da população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC –SE) – Pois não, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria fazer um registro muito importante.

No sábado passado, tivemos, no Rio de Janeiro, um evento mundial, o Ultimate Fight no Brasil, com os olhos do mundo voltados para nós.

Penso, de uma maneira particular – e V. Exª, que é um batalhador pelo Estado de Sergipe, na defesa da família e no enfrentamento às drogas –, que começamos, a partir desse momento, a escrever um momento novo no arrefecimento do uso e do abuso das drogas no País, com o avanço do esporte, com o crescimento do MMA no mundo, hoje esse *mix* de artes marciais que encanta o mundo e cresce mais do que o futebol.

O mundo voltou os olhos para o Brasil no sábado. A fantástica luta de Anderson Silva, o Pelé do MMA no mundo; o ressurgimento da lenda Minotauro; o nocauta brilhante do Shogun e, com muito orgulho, faço um registro da presença de Paulo Tiago aqui conosco, policial do Bope que lutou sábado lá no UFC. Foi uma luta fantástica e emocionante.

A entrada do Paulo Tiago foi uma apoteose, porque a música era a de *Tropa de Elite*, e 20 mil pessoas gritando: "Caveira! Caveira! Caveira!"

Penso que seja uma coisa solidária a uma polícia que se fez respeitar no Brasil, que é o Bope, uma polícia em que o Rio de Janeiro confia, em que Brasília confia. E este atleta, Sr. Presidente, Paulo Tiago, ali sentado, recebendo os cumprimentos, ao lado do seu empresário Wallid Ismail, uma lenda do *jiu-jitsu* no mundo inteiro, uma referência no mundo inteiro.

Aliás, com todo o respeito ao *jiu-jitsu* e aos Gracie, mas o Wallid foi o único atleta a ter vencido no mundo quatro Gracie; é conhecido no mundo como *serial killer* dos Gracie.

Hoje, o esporte é confraternização, respeito, não é marginalizado como há alguns anos; é entendido como um esporte. Havia 20 mil pessoas, de uma geração saúde, lá dentro do HSBC Arena, no Rio de Janeiro.

As academias estão cheias; os jovens, os adolescentes, encantados com atleta do porte de Paulo Tiago, que aqui se faz acompanhar pelo campeão olímpico de vôlei, o Pampa, medalha de ouro; por Wallid Ismail, essa lenda do *jiu-jitsu*, do moab; do Maurício. Mas quero abraçar o Paulo Tiago, e, fazendo isso, Sr. Presidente, abraço o Erick Silva, o nocaute mais rápido da noite: 35 segundos. Um menino do meu Estado do Espírito Santo, de Cobilândia; filho de um sindicalista, do Nunes, do nosso amigo Presidente da CUT. Tive o prazer e o privilégio de participar do treinamento dele, de dar parte do meu tempo puxando um treinamento de *box* para ele e de vê-lo nocautear de pé, na sua estreia. Um garoto pobre de Cobilândia. O Espírito Santo, na verdade, tem vocação para produzir campeões.

Ver o resultado da luta do Paulo, o Yuri Marajó, daqueles que estavam começando – o Paulo Tiago já é uma lenda nos Estados Unidos – nos orgulha muito.

Saio aqui do Senado, muitas vezes, às oito horas, às dez horas, e ainda vou à academia para, com muito orgulho, participar do treinamento de *box* do Paulo, um atleta absolutamente forte. E estive no *corner* dele, no Rio de Janeiro, nesse evento maravilhoso, olhando de perto, participando desse momento tão emocionante da vida do Brasil, quando os olhos do mundo se voltavam para nós.

Paulo, eu quero agradecer o exemplo que você é para as nossas crianças. E espero que nós tenhamos outros Paulos Tiagos, outros Andersons Silvas, outros Minotauros da vida, que vão criar uma cultura nova de uma geração longe das drogas, de uma geração saúde neste País. E nós temos um celeiro aqui no País e, certamente, vamos exportar muitos lutadores ainda da qualidade do Sr. Wallid Ismail e de tantos outros. Este País vocacionado para vencer no esporte.

Por isso faço este registro emocionado, feliz por tudo que aconteceu e com a presença do nosso querido Paulo Capitão Nascimento Tiago, do Bope, que arrebentou sábado lá no UFC, no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, internautas que nos acompanham pela rede mundial de computadores, primeiramente, gostaria de anunciar aqui no plenário a

minha adesão ao projeto de lei do Senado, de autoria do Senador Jorge Viana, que propõe alteração na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite da receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em Zonas de Processamento para a Exportação, as ZPEs, localizadas na faixa de fronteira da Região Norte.

Essa proposição do Senador Jorge Viana contou com vários apartes hoje à tarde aqui, durante o seu pronunciamento, inclusive com uma menção especial do próprio Presidente José Sarney, que contou toda história da luta do Governo brasileiro no sentido de implantar as Zonas de Processamento para Exportação no Brasil, e também o esforço que está sendo feito para agilizar esse processo para todas as cidades e regiões onde as ZPEs serão instaladas.

Nós estamos com a nossa Zona de Processamento para Exportação em fase de implantação também no Acre. E temos grandes esperanças de que essa ZPE vá contribuir para a implantação de várias indústrias e para a geração de muitos empregos, que vão contribuir para a elevação da renda do nosso povo do Estado do Acre.

Essa proposição do Senador Jorge Viana, que, a partir de hoje, conta também com a minha assinatura, certamente vai contribuir imensamente, na medida em que vai reduzir o percentual mínimo de exportação dos produtos, de 80% para 60% do faturamento de cada empresa instalada nas ZPEs.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é trazer um relato referente a um pronunciamento que fizemos na semana passada e que, novamente, foi trazido à tona na sessão de ontem, relacionado à travessia do rio Madeira, na BR 364, entre Porto Velho e Rio Branco.

Vale a pena ressaltar que a travessia do rio Madeira, que não tem uma ponte, é feita através de balsas. Esse sistema de balsas, por meio de uma concessão da Antaq, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, tem provocado uma distorção e uma injustiça muito grande, porque a empresa – é uma única empresa – operadora das balsas fica com o lucro, explora, tem um alto rendimento, e a população tem que arcar com um péssimo serviço, com as consequências de um péssimo serviço, que tende a piorar ainda mais nesse período de forte verão, quando as águas do rio Madeira baixam, e a travessia pela balsa fica muito mais difícil.

Então, hoje, eu e o Senador Jorge Viana tivemos uma audiência com o Ministro dos Transportes, o Sr. Paulo Sérgio Passos, e obtivemos dele o comprometimento pessoal de trabalhar em duas perspectivas ao mesmo tempo.

A primeira delas é tentar fazer o possível para acelerar o processo de licitação para a contratação da obra da ponte sobre o rio Madeira, entre Rio Branco e Porto Velho. O rio Madeira fica exatamente a 280 quilômetros de distância de Rio Branco e é a única passagem para se chegar ao Acre. Então, imagine só que todo o combustível, todos os produtos alimentícios que são importados passam pela BR 364 e pela balsa do rio Madeira. Nesse período, as filas são quilométricas, e os transtornos, muito grandes.

O Ministro Paulo Passos comprometeu-se, primeiro, a nos ajudar no sentido de acelerar o processo de licitação, tentar finalizar o projeto para a construção da ponte sobre o rio Madeira, que seria a solução definitiva para aquele problema. Paliativamente, ele se comprometeu e imediatamente convocou o Sr. Fernando Fialho, responsável pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, no sentido de mandar uma equipe de técnicos para aquela região, para o rio Abunã, a fim de identificar exatamente os problemas e ver se há uma solução, pelo menos paliativa, durante o forte do verão agora, para acelerar as travessias. Os transtornos são muito grandes, e a gente não pode permitir que as pessoas passem por tamanho transtorno no trecho Porto Velho–Rio Branco, exatamente na travessia do rio Madeira.

Essa situação está devidamente encaminhada com o Ministro dos Transportes, e nós temos esperança de ter uma solução definitiva, não de imediato, mas com o tempo que a solução exige, que é a construção da ponte. Enquanto a ponte não sai, acredito que vai haver, pelo menos, mais empresas operando esse sistema de balsas, para que não fique o monopólio, e a empresa imponha o preço e apresente serviços de péssima qualidade.

Mas, Sr. Presidente, gostaria também de, neste momento em que ocupo a tribuna do Senado, tratar de um tema nacional que contribui muito para o desenvolvimento da nossa economia e que teve um desdobramento importante nesta semana, no Acre, que é o incentivo ao crescimento do empreendedorismo individual. Vale lembrar que o empreendedor individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário.

O Governador do Acre, Tião Viana, por meio da Secretaria de Pequenos Negócios, criada no atual governo, entregou, na última segunda-feira, a dezenas de mulheres do Município de Feijó os equipamentos que faltavam para que muitas pessoas concretizassem o sonho do próprio negócio, o sonho do empreendedorismo.

O Governador Tião Viana entregou 30 máquinas de costura, 168 equipamentos para salão de beleza,

incluindo cadeiras para corte e lavagem, secadores, espelhos e pranchas cerâmicas para cabelos.

A Secretaria de Pequenos Negócios do Acre é a responsável pelo projeto que está capacitando homens e mulheres em todo o Estado. Oferece, além dos cursos de formação, o material necessário para o trabalho e o acompanhamento do negócio por no mínimo dois anos. É uma forma de garantir o sucesso do empreendimento e de orientar os novos empreendedores nessa caminhada.

A Secretaria dispõe de 550 kits de costureira e de cabeleireiro para serem distribuídos entre as cooperativas e associações na periferia de Rio Branco e também nas outras cidades do interior do Estado. Os kits incluem desde as máquinas de costura industriais até as linhas e tecidos que serão utilizados pelos empreendedores contemplados, além de outros materiais necessários para a confecção de roupas e todo o material para a montagem de salões de beleza.

Além dos equipamentos, a equipe da Secretaria incentiva as pessoas dos bairros mais carentes a se organizarem em associações ou cooperativas. Dessa forma, podem ter acesso ao microcrédito disponível no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

A equipe da Secretaria oferece ainda cursos profissionalizantes em diversas áreas, e serviços de contabilidade gratuitos para auxiliar nos balanços das microempresas.

A intenção do Governador Tião Viana é fortalecer o projeto estratégico da Presidenta Dilma Rousseff no que diz respeito ao combate à miséria e à fome a partir da geração de emprego e renda e do fortalecimento do setor produtivo. O objetivo é que os cidadãos se capacitem e sejam orientados para que consigam buscar dignamente sua sobrevivência. O nosso objetivo é acabar com a miséria a partir da geração de emprego e renda e a partir da viabilização do próprio negócio dos indivíduos.

A ação do Governo do Acre está em consonância com as medidas tomadas pelo governo do ex-Presidente Lula e pelo Governo da Presidenta Dilma de incentivo à microempresa e ao empreendedor individual para a geração de empregos e melhor distribuição de renda.

O crescimento do número dos empreendedores formalizados é constante. Segundo o Sebrae, esse resultado pode contar inclusive com a ajuda da chamada propaganda boca a boca feita por empreendedores que atestam os benefícios da formalização.

Em janeiro deste ano, por exemplo, o Brasil ganhou 81,6 mil novas empresas individuais, o que representou um crescimento de quase 200% em relação aos 27,6 mil empreendedores registrados em janeiro

de 2010. Ao todo, já se formalizaram como empreendedores individuais mais de 900 mil pessoas. E, para 2011, a meta é formalizar 500 mil profissionais.

Quando formalizado, o empreendedor individual tem vários benefícios:

- tem direito a cobertura previdenciária para si e para sua família, incluindo auxílio– doença, aposentadoria por idade, salário– maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão, com contribuição mensal reduzida;
- pode registrar até um empregado com baixo custo, possibilitando desenvolver melhor o seu negócio e fazer com que sua empresa cresça;
- o empreendedor individual formalizado também não sofre com a burocracia: deve fazer uma única declaração por ano sobre o seu faturamento;
- com a formalização, o empreendedor tem ainda condições de obter crédito principalmente junto aos bancos públicos, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste ou Banco da Amazônia; esses bancos dispõem de linhas de financiamento com redução de tarifas e taxas de juros adequadas;
- eles podem também fazer compras em conjunto por meio da formação de consórcios de fins específicos; isso permite aos empreendedores condições mais vantajosas em preços e condições de pagamento;
- outra vantagem da formalização é o baixo custo: cada empreendedor individual gasta, no máximo, R\$33,25 por mês; além de permitir ao empreendedor saber quanto gastará por mês, sem surpresas, a formalização lhe dará condições de crescer, pois o seu negócio contará com apoio creditício e gerencial, além da tranquilidade para trabalhar em razão da cobertura previdenciária própria e da família;
- ser um empreendedor formalizado também facilita a venda do trabalho para o governo. O governo é um grande comprador de mercadorias e serviços nas suas três esferas: federal, estadual e municipal; para vender para o governo, é preciso estar formalizado – daí a importância da formalização da microempresa individual.

O incentivo aos pequenos negócios vem se mostrando uma diretriz acertada de promoção do desenvolvimento.

Dados recentes do Sebrae, baseados em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, apontam que, de cada cem vagas formais de trabalho geradas em julho, 78 eram nas micro e pequenas empresas. Vejam que,

de cada cem empregos formais gerados no mês de julho, 78 foram gerados em micro e pequenas empresas.

Apenas no mês passado, em julho, os pequenos negócios geraram 109,5 mil postos com carteira de trabalho assinada. Destes, 107,9 mil foram gerados nas microempresas que têm menos de quatro funcionários. Podemos dizer que as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 71% do total de empregos registrados no País de janeiro a julho deste ano, contra 68% no mesmo período de 2010.

A tendência se repete em todo o ano. A fatia dos pequenos negócios superou a média histórica de contribuição para a geração de emprego formal, de 52% do total, o que prova que o dinamismo econômico do nosso País, com destaque para a distribuição de renda, favorece um processo interessante, que impulsiona os negócios e as oportunidades de trabalho.

Do início do ano até julho, as micro e pequenas empresas geraram um milhão de postos de trabalho formais. Isso é muito significativo para mostrar o quanto o nosso Brasil está pujante, o quanto a política desenvolvida pela nossa Presidenta Dilma está no caminho correto.

Dessa forma, gostaríamos de parabenizar o Governador Tião Viana pelo incentivo aos pequenos negócios. Esses empreendimentos, ao lado das micro e pequenas empresas, são fundamentais para o nosso País. Empregam mais e ajudam a gerar renda em torno do seu negócio. Incentivar essas atividades significa aumentar o número de empregos e distribuir melhor a renda no País.

Então, Senador Walter Pinheiro, trago aqui esse exemplo que aconteceu esta semana no Município de Feijó. O Governador Tião Viana, levando os equipamentos, seja para um salão de beleza, seja para um ateliê de corte e costura, promovendo a organização das mulheres em cooperativas e, ao mesmo tempo, dando esperança, uma possibilidade de um rendimento a mais para cada família, além de oportunidade de emprego e renda para essas famílias, está levando adiante aquele objetivo desenhado pela nossa Presidenta Dilma, que é de fazer crescer o nosso País, principalmente em termos de oportunidades para aqueles que mais necessitam, que são as pessoas que não têm um emprego formal, nem uma profissão definida. Recebem a sua possibilidade de profissão a partir de treinamentos oferecidos pelo Governo, em parceria com o Sebrae. O resultado disso são milhares e milhares de microempresas individuais sendo formalizadas. Dessa maneira, a renda dessas famílias vai aumentar significativamente, e a gente vai ter possibilidade de uma vida melhor para essas pessoas. A multiplicação dessa possibilidade de vida melhor para essas pes-

soas é que faz crescer em nós a esperança de que o nosso Brasil vai ser cada vez melhor, principalmente sendo conduzido, como está, com a seriedade, com a firmeza da nossa Presidenta Dilma e de toda nossa equipe do Governo Federal.

Quero aqui trazer esses cumprimentos ao Governador Tião Viana e à Presidente Dilma, pela iniciativa de fazer com que a facilitação na abertura de uma microempresa individual e também a facilitação no que diz respeito às declarações de ganhos contribua para a geração de muito mais emprego e contribua para a gente fazer um Brasil cada vez mais forte e preparado para os desafios do futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para tratar de um tema nacional que contribui muito para o desenvolvimento da nossa economia e que teve um desdobramento importante nesta semana, no Acre: o incentivo e o crescimento do empreendedorismo individual.

Vale lembrar que o empreendedor individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legitima como pequeno empresário.

O governo do Acre, o governador Tião Viana, por meio da Secretaria de Pequenos Negócios, entregou nesta segunda-feira, dia 29, as mulheres do município de Feijó, os equipamentos que faltavam para que muitas pessoas concretizassem o sonho do próprio negócio, o sonho do empreendedorismo.

O governador Tião Viana entregou 30 máquinas de costura, 168 equipamentos para salão de beleza, incluindo cadeiras pra corte e lavagem, secadores, espelhos e pranchas cerâmicas para cabelos.

A Secretaria de Pequenos Negócios do Acre é a responsável pelo projeto que está capacitando homens e mulheres em todo o Estado. Oferece, além dos cursos de formação, o material necessário para o trabalho e o acompanhamento do negócio por no mínimo dois anos. E uma forma de garantir o sucesso do empreendimento e de orientar os novos empreendedores nessa caminhada.

A secretaria dispõe de 550 kits de costureira e cabeleireiro para serem distribuídos entre as cooperativas e associações na periferia da capital e interior do estado. Os kits incluem desde as máquinas de costura industriais até as linhas e tecidos, além dos outros materiais necessários para a confecção de roupas a todo O material para a montagem de salões de beleza.

Além dos equipamentos, a equipe da secretaria incentiva as pessoas dos bairros mais carentes a se organizarem em associações ou cooperativas. Dessa forma, podem ter acesso ao microcrédito disponível no Banco do Brasil e na Caixa Econômica.

A equipe da secretaria oferece ainda cursos profissionalizantes em diversas áreas, e serviços de contabilidade gratuitos para auxiliar nos balanços das microempresas.

A intenção do governador Tião Viana é que os cidadãos se capacitem e sejam orientados para que consigam buscar dignamente sua sobrevivência. O nosso objetivo é acabar com a miséria.

A ação do governo do Acre está em consonância com as medidas tomadas pelo governo do ex-presidente Lula e pelo governo da presidente Dilma de incentivo à microempresa e ao empreendedor individual para a geração de empregos e melhor distribuição de renda.

O crescimento do número dos empreendedores formalizados é constante. Segundo o Sebrae, esse resultado pode contar inclusive com a ajuda da chamada propaganda boca-a-boca feita por empreendedores que atestam os benefícios da formalização.

Em janeiro deste ano, por exemplo, o Brasil ganhou 81,6 mil novos empreendedores individuais, o que representou um crescimento de quase 200% em relação aos 27,6 mil registrados em janeiro de 2010. Ao todo, já se formalizaram como empreendedor individual mais de 900 mil pessoas. E para 2011, a meta é formalizar 500 mil profissionais.

Quando formalizado, o empreendedor individual tem vários benefícios.

- Tem direito à cobertura previdenciária para si e para sua família, incluindo auxílio-doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão, com contribuição mensal reduzida
- Pode registrar até 1 empregado, com baixo custo, possibilitando desenvolver melhor o seu negócio e crescer.
- O empreendedor individual formalizado também não sofre com a burocracia. Deve fazer uma única declaração por ano sobre o seu faturamento.
- Com a formalização o empreendedor tem ainda condições de obter crédito principalmente junto aos bancos públicos como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste. Esses bancos dispõem de linhas de financiamento com redução de tarifas e taxas de juros adequadas.
- Eles podem também fazer compras em conjunto por meio da formação de consórcio de fins específicos.

- ficos. Isso permite aos empreendedores condições mais vantajosas em preços e condições de pagamento.
- Outra vantagem da formalização é o baixo custo para se formalizar. O custo da formalização é de fato muito baixo. No máximo, R\$ 33,25 por mês, fixo. Além de permitir ao empreendedor saber quanto gastará por mês, sem surpresas, lhe dará condições de crescer, pois o seu negócio contará com apoio creditício e gerencial, além da tranquilidade para trabalhar em razão da cobertura Previdenciária própria e da família.
 - Ser um empreendedor formalizado também facilita a venda do trabalho para o governo. O governo é um grande comprador de mercadorias e serviços, nas suas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Para vender para o governo é preciso estar formalizado.

O incentivo aos pequenos negócios vêm se mostrando uma diretriz acertada de promoção do desenvolvimento.

Dados recentes do Sebrae, baseado em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, apontam que de cada cem vagas formais de trabalho geradas em julho, 78 eram nas micro e pequenas empresas.

Apenas no mês passado, em julho, os pequenos negócios geraram 109,5 mil postos com carteira de trabalho assinada. Destes, 107,9 mil foram gerados nas microempresas que têm menos de quatro funcionários.

Podemos dizer que as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 71 % do total de empregos registrados no país de janeiro a julho deste ano, contra 68% no mesmo período de 2010.

A tendência se repete em todo o ano. A fatia dos pequenos negócios superou a média histórica de contribuição para a geração de emprego formal, de 52% do total. O que prova que o dinamismo econômico do nosso país com destaque para a distribuição de renda favorece um processo interessante, que impulsiona os negócios e as oportunidades de trabalho.

Do início do ano até julho, as micro e pequenas empresas geraram 1 milhão de postos de trabalho formais.

Desta forma gostaríamos aqui de parabenizar o governador Tião Viana pelo incentivo aos pequenos negócios. Esses empreendimentos, ao lado das micro e pequenas empresas, são fundamentais para o nosso país. Empregam mais e ajudam a gerar renda em torno do seu negócio. Incentivar essas atividades significa aumentar o número de empregos e distribuir melhor a renda no país.

Essa é a nossa defesa.

Durante o discurso do Sr. Aníbal Diniz, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento o Senador Aníbal pelo belo pronunciamento na tarde noite de hoje.

De forma prazerosa, quero anunciar que falará, em nome da liderança do PSC, o ilustre Senador do Sergipe Eduardo Amorim. V. Ex^a, na ordem de inscrição, pela liderança, tem 5 min.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Supilcy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Permite-me, prezado Senador Jayme, que possa inserir nos Anais desta sessão a carta enviada ao Presidente Curt Trennepohl, do Ibama, onde assinalo a importância de se manter os escritórios nas áreas de Bauru, Araçatuba e Ribeirão Preto, que tão bons serviços têm prestado e as razões para isso. Muito obrigado!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

OFÍCIO Nº 772/2011

Brasília, 30 de agosto de 2011

A Sua Senhoria o Senhor

Dr. Curt Trennepohl

Presidente do IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA

70818- 900 – Brasília – DF

Ref.: Reestruturação Interna do IBAMA para o Estado de São Paulo.

Prezado Dr. Curt,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, apresento, para sua análise, prioritário assunto que, no momento, muito me preocupa, acerca de possíveis extinções de Escritórios ou Bases Avançadas do IBAMA no Estado de São Paulo.

Em nosso Estado, como o senhor sabe, o IBAMA possui sua Superintendência na Capital e nove Escritórios ou Bases Avançadas no Interior. Avalio que, pela volumosa população do Estado e pelas complexas e dicotônicas questões ambientais e econômicas ali vivenciadas, todos os Escritórios e Bases Avançadas

do Órgão em São Paulo precisam ser mantidos e reforçados nesta reestruturação que se avizinha.

Pelas notícias que recebo, preocupam-me, especialmente, a possibilidade de redução de efetivo e/ou de apoio material nas cidades de Bauru, Araçatuba e Ribeirão Preto.

A Base Avançada de Bauru, por exemplo, possui setenta e oito municípios sob sua jurisdição, com uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes, numa área de grande complexidade ambiental. O trabalho sócio-ambiental de Bauru se desdobra em trechos importantes das bacias hidrográficas dos Rios Tietê, Paranapanema e Piracicaba, contando ainda, para não me estender, com 19 assentamentos e 4 aldeias indígenas.

A Base Avançada de Araçatuba, responsável por 93 municípios do noroeste paulista, numa região que representa 12,5% do território de São Paulo, abrange uma população de cerca de 1.250.000 habitantes. A sua área está inserida no centro da bacia hidrográfica do Rio Paraná, comportando cinco reservatórios de usinas hidroelétricas e sendo considerada uma importante rota de tráfico de animais silvestres.

A Base Avançada de Ribeirão Preto, que perfaz um total de 84 municípios, dentre os quais as aglomerações urbanas de Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Franca, possui uma população de aproximadamente 3.500.000 de pessoas. Esta Unidade Avançada funciona como um importantíssimo ponto de convergência econômica e social de nosso Estado, devido à sua posição central e à excelente malha de que é servida.

Por tudo, senhor Presidente, peço sua especial atenção para que nossas Bases Avançadas e Escritórios no interior do Estado de São Paulo recebam o devido apoio em pessoal e material que necessitam, nessa reestruturação, para a consecução de suas importantes e difíceis atividades precípuas.

Sendo o que há para o momento, despeço-me com

O abraço,

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Aníbal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço o registro na íntegra do texto que foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nos termos regimentais, V. Ex^a tenha certeza de que a Mesa está registrando.

Senador Eduardo, prorrogo a sessão por mais uma hora.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE).

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na última segunda-feira, segunda-feira passada, portanto, ontem, foi realizado, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Sergipe, o Seminário da Comissão Especial do Projeto de Lei nº 7.495, de 2006, por meio do requerimento do Deputado Federal e amigo André Moura, que é membro dessa Comissão Especial que trata do piso salarial dos agentes de saúde e dos agentes de endemia. Estavam lá presentes mais de dois mil agentes de saúde e de endemia.

Sr. Presidente, eu que já fui secretário de saúde, entendo que esses profissionais não são apenas agentes de saúde e agentes de endemia. São agentes construtores de cidadania. Feliz do governo que comprehende, que valoriza, seja federal, seja estadual, seja municipal, a importância desses profissionais. Nenhum profissional, nenhuma categoria tão bem conhece os nossos lares e as nossas famílias como os agentes de saúde e de endemia.

Na ocasião, estiveram presentes deputados estaduais, vereadores de Aracaju e de vários Municípios do nosso Estado e de Estados vizinhos, prefeitos, deputado federais e o relator do projeto na Câmara dos Deputados, Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão.

A Presidente da Assembleia Legislativa do nosso Estado, a primeira mulher presidente daquele parlamento, a Dr^a Angélica Guimarães, que me representou no evento ao qual gostaria muito de estar presente, o que não foi possível em face da reunião do Conselho Político que tivemos aqui em Brasília. Aproveito esta oportunidade para agradecer à Presidente do parlamento estadual sergipano.

Para mim, falar em defesa dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias é falar em defesa da atenção básica de saúde em nosso País, que tem como princípios fundamentais a integralidade, a qualidade, a equidade e a participação social.

Supõe-se que foi na China a origem dessa estratégia recomendada pela Organização Mundial de Saúde, onde ficaram conhecidos como “médicos dos pés descalços”, no início da década de 50.

No Brasil, identifica-se a existência desses técnicos em saúde desde a Sucam – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – e em programas que visavam à extensão da cobertura e ampliação do acesso a serviços de saúde. Aqui destaco a importância de uma profissional, uma enfermeira, fundamental na implantação desse programa, enfermeira Fátima, Professora da Unicamp.

Podemos considerar, de certa maneira, que essas políticas tiveram alguma continuidade em diversas

iniciativas de âmbito regional ou local, e que se traduziram em programas do tipo Agentes Comunitários de Saúde, encampados pelo Ministério da Saúde como programa nacional – Pacs, em 1991.

Hoje, são vocês, os agentes comunitários de saúde, os elos fundamentais entre as necessidades da população e os serviços de saúde oferecidos pelos Municípios. Trabalhar nesta área é viver o dia a dia das comunidades, porque delas fazem parte e nelas desenvolvem o trabalho, por meio de ações individuais ou coletivas, realizam atividades de educação e promoção de saúde básica e de prevenção de doenças.

Contamos com um contingente de mais de 300 mil agentes comunitários de saúde no País, Sr. Presidente, responsáveis por 370 milhões de visitas domiciliares. Destes, quase quatro mil em Sergipe, organizados em 575 equipes, cobrindo, em média, 80% do nosso Estado.

E é graças às ações realizadas pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Endemias, considerado parte do Programa Saúde da Família, que podemos comemorar a diminuição do índice de mortalidade infantil, Sr. Presidente, o crescimento da participação dos brasileiros nas campanhas de vacinação e o aumento da atenção pré-natal às gestantes do País.

Srs e Srs. Senadores aqui presentes, Sr. Presidente, é pela importância, respeito e reconhecimento que temos ao trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias que estamos aqui reunidos hoje, neste Parlamento, e que estiveram na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, para discutirmos o Projeto de Lei nº 7.495/06 e seus apensos.

Sabemos que o trabalho da comissão especial instalada na Câmara dos Deputados, destinada a proferir parecer ao projeto, está sendo árduo, visto que existem 18 proposições apensadas, ou seja, proposições semelhantes em tramitação na Casa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Sr. Presidente, foi dado aos demais líderes vinte minutos. Embora eu não vá utilizar os vinte minutos, solicito que utilize o princípio da proporcionalidade e da correção, como o senhor é justo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB - CE) – Acabei de chegar, mas darei mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Apesar de conhecermos os argumentos e as dificuldades do Governo, sabemos também que as reivindicações dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias são legítimas.

É importante a criação de um piso salarial nacional e de uma data-base. As diretrizes para os planos de carreira e a regulamentação das atividades da categoria também são reivindicações que não podem deixar de ser consideradas, sem falar no reconhecimento pelo papel que desempenham junto ao SUS e principalmente junto à sociedade. Como disse aqui, nenhuma categoria conhece tão bem os nossos lares e as nossas famílias como a dos agentes de saúde.

Feliz do dia, Senador Wellington Dias, que os nossos agentes de saúde terão em suas mãos um microcomputador, um *palmtop* ou um *laptop*, que esteja conectado a uma central. Só assim, vamos ter praticamente em tempo real um censo e um diagnóstico de toda situação de cada família: aqueles que estão na escola, os miseráveis, os que não têm o que comer, aqueles que estão usando medicamento para hipertensão, para diabetes... Praticamente em um mês, vamos ter tudo isso. A Presidente Dilma disse isso recentemente e esperamos que ela possa colocar isso em prática.

Não devemos jamais esquecer que, mais que agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, esses cidadãos são agentes de cidadania, muito contribuem para uma cidadania justa e digna do nosso povo e da nossa gente e, por isso mesmo, são merecedores de todo respeito de todas as esferas do Estado e da sociedade em geral.

Era isso que gostaríamos de ressaltar, Sr. Presidente.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM - MT) – Um aparte.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Pois não, um aparte, Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM - MT) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a pelo belo pronunciamento, sobretudo no que se refere aos agentes de saúde e de combate a endemias, que, indiscutivelmente, fazem um trabalho extraordinário, naturalmente, onde eles existem em nosso País. Particularmente, tenho uma admiração pelos agentes de saúde diante dos serviços relevantes que prestam junto às comunidades mais humildes, que ocupam, naturalmente, as periferias dos grandes centros e das médias cidades. Há que se lamentar que essas pessoas não sejam bem remuneradas. Quando V. Ex^a defende nesta tribuna que eles têm de ter um piso salarial, isso é mais que justo. Infelizmente, os salários estão bem aquém dos serviços que eles prestam. Eu, particularmente, quando fui prefeito de Várzea Grande, tive a primazia de, naquela oportunidade, já há alguns anos, de dar, ou seja, sair na vanguarda da implantação das unidades do PSF no meu Município de Várzea Grande. E os resultados são altamente positivos. V. Ex^a disse bem claro em sua

fala que seriam agentes da cidadania. É verdade. Eu quero aqui, particularmente, dizer que, quando V. Ex^a se refere aos agentes de saúde, tem um aliado para lutarmos aqui no Congresso Nacional. É mais do que justo o pleito, já que não é de hoje, o pleito da relação do piso salarial já é velho. Todavia, até agora essas suas reivindicações não foram atendidas, não foram ouvidas pelas autoridades competentes. De tal maneira, quando V. Ex^a se refere a esse segmento muito importante do serviço público, se posso chamar assim, em nosso País, tem que ter, realmente, um tratamento diferenciado, até porque mexe com vidas, com os velhinhos das periferias, com as pessoas que são portadoras muitas vezes de doenças como a hipertensão e outras doenças, e com as crianças, a vida. E, na escala de valor, uma das coisas mais importantes, como bem disse aqui o Walter também, é a vida. Primeiro é Deus, segundo é vida. E essas pessoas têm que ter o devido respeito. Infelizmente, isso não tem acontecido em nosso País. Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a, sei que V. Ex^a está batalhando, está lutando pelos interesses desse segmento tão importante do servidor deste País e quero propor ser seu aliado. Juntos, podemos buscar, de fato, um salário justo, condigno, pelos serviços que eles prestam ao povo brasileiro. Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, por suas palavras. E digo que, no dia em que tivermos esses profissionais devidamente reconhecidos, capacitados, treinados, com computador na mão, acho que em nenhum canto do Planeta, do mundo, terá um exército tão forte para dar um diagnóstico e para agir de prontidão em qualquer situação. Reconhecer o valor desses profissionais, capacitar esses profissionais, eu acho que é fortalecer a cidadania e não apenas a saúde.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Um aparte, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pois não.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Acho que é importante o pronunciamento de V. Ex^a, lembrando inclusive que esta Casa, recentemente, recebeu – refiro-me ao Congresso – a visita de milhares de agentes comunitários. Aqui, nós aprovamos uma emenda constitucional de que tive oportunidade de ser o relator, criando a profissão, uma das poucas profissões que entraram na Constituição. V. Ex^a vai ver lá a criação inclusive não só dos agentes comunitários, mas também dos agentes de combate às endemias. Hoje, no Brasil, eles são mais de 150 mil...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Trezentos mil. Mais de trezentos mil.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Não, digo os agentes comunitários e, obviamente, somados aos agentes de combate às endemias chegamos...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – A mais trezentos.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – ...a esse número expressivo.

E na Câmara dos Deputados tramita, numa comissão especial, o projeto que cria o piso. Eu acho que é importante, Senador, que nós cobremos um pressuposto básico, para que nós tenhamos piso, Senador Jayme. Assim fizemos com os professores. Fez-se necessário, inclusive, a criação de um fundo, hoje o Fundeb, ontem o Fundef. Então, foi essa contribuição que eu inclusive apresentei ao nosso amigo Domingos Dutra, que também é um dos coordenadores, assim como Amauri Teixeira, na Bahia. Na quinta-feira retrasada eles fizeram um grande ato na Assembleia Legislativa, com três mil agentes. Portanto, é importante que a gente discuta com o Governo, Senador, a criação desse fundo, para consubstanciar e consolidar, de uma vez por todas, o piso nacional desses importantes profissionais da área de saúde, que são o sustentáculo da política de saúde enraizada por este País. Parabéns a V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Fora do microfone.) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro pelas palavras.

Concedo a palavra ao amigo, Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Para parabenizar V. Ex^a pelo tema que traz e apenas me somar aqui a basicamente essa posição do Senador Walter Pinheiro. Para que a gente tenha uma condição adequada, como merece e precisa, não só de trabalho, como V. Ex^a lembra, como de remuneração, há necessidade dessa complementação por parte da União, que tem todo o nosso apoio pela importância que tem para a política de saúde, especialmente para a prevenção, os agentes de saúde. Parabéns. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra para um aparte ao Senador Valadares, meu conterrâneo.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo Amorim, é importante que traga V. Ex^a ao Senado Federal a forma como...

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ...a forma como a Bancada do nosso Estado de Sergipe vem se comportando com relação a esse

problema, o Deputado pelo Estado de Sergipe, Andre Moura, e V. Ex^a, dando conhecimento de que houve lá, em nosso Estado, uma grande reunião a respeito deste assunto, do piso para os agentes comunitários, que têm um papel preponderante na saúde do Brasil. O Brasil ainda é um País desigual, ainda é um País em desenvolvimento, com disparidades regionais, sociais e econômicas ainda prementes, que precisam ser corrigidas, e a presença do agente comunitário, notadamente no Nordeste do nosso País, é um ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Nossa Senadora Inácio Arruda está sendo econômico no dedo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Ele está sendo muito econômico. Quando estava como Presidente, todos tinham vinte minutos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Exatamente. Depois da Ordem do Dia, V. Ex^a tem direito a vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Inicialmente, não fui eu que marquei o tempo de V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a só teve direito a dez, não foi, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – De toda sorte, V. Ex^a já dispôs de vinte minutos, contados os ilustres apartes que foram dados a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vinte minutos de apartes.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Só no meu aparte, Senador Eduardo, eu já fui interrompido três vezes. Vamos ver se eu termino.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Já correram mais de trinta segundos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Então, Senador, meus parabéns. Acho que as propostas que estão correndo aqui no Senado e na Câmara dos Deputados são importantes, merecem o nosso apoio e serão apreciadas com muito carinho. A Presidente Dilma é uma pessoa que conhece a importância dos agentes comunitários para o aperfeiçoamento de um setor tão importante...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vinte e um minutos de apartes.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ... para a vida dos brasileiros. Meus parabéns a V. Ex^a!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Senador Valadares. Sei que os agentes de saúde também podem contar com a sua disposição, com a sua luta, bem como com os colegas Senadores.

Muito obrigado, Presidente, pela concessão.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Esta Mesa sempre é generosa com V. Ex^a, especialmente com este tema que trouxe para debate e discussão dos agentes comunitários de saúde, populares que vão de casa em casa e cuidam diretamente das pessoas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Que conhecem cada lar, cada família, cada necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – E que hoje são requisitados não só para cuidar da saúde da população, ...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – ... mas também para dizer para o médico, para o enfermeiro, para a enfermeira onde está o paciente mais necessitado. Os requisitados deveriam ir para outros serviços pelo conhecimento que têm da comunidade.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É verdade.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Amorim, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Jayme Campos, digno representante de Mato Grosso em nosso país.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, serei rápido. V. Ex^a sabe que eu tenho o direito a vinte minutos, mas me comprometo a usar bem menos na minha fala aqui, até porque eu quero apenas dizer da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Seis minutos está bom para V. Ex^a?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Dez. Ficaria muito satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Dez. Aqui quem marca é V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

A minha presença aqui nesta tribuna é para falar da nossa perplexidade atônita com a situação em que se encontra a população de Cuiabá, que assistiu indefesa, ontem, a mais uma demonstração de ousadia e crueldade de quadrilhas que assaltam e matam sem piedade, em plena luz do dia.

Por volta das quatro horas da tarde, bandidos alvejaram covardemente, pelas costas, o vigia de um carro– forte num dos centros comerciais mais movimentados da cidade. Seguiu– se o tiroteio, que poderia ter se transformado numa tragédia sem precedentes em nosso Estado. Cenas de pânico e medo, sangue e corpos estirados pelo chão, a testemunhar o clima de terror.

Infelizmente a insegurança em que vivemos atualmente, meu caro Senador Paulo Paim, na comunidade mato– grossense é um saldo dramático: dois seguranças e dois assaltantes baleados e mortos. A tentativa de assalto foi frustrada pela coragem dos vigilantes – e aqui eu quero render as minhas homenagens póstumas a eles – que levaram sua noção de dever às últimas consequências. Um deles, inclusive, morreu segurando o malote bancário. Mas, o temor e a in tranquilidade, já abalada, por crimes bárbaros que ainda estão sem solução.

Cito especificamente os casos do jornalista Auro Ida e dos Prefeitos Antonio Luiz de Castro, de Nova Canaã do Norte; e Waldenir Antonio da Silva, de Santo Antonio do Leste, assassinados há mais sem respostas convincentes sobre a autoria do crime.

Essas são vítimas com rostos conhecidos, personagens de nossa cena política e cultural, personalidades de quem podemos falar. Mas, segundo levantamentos da própria Justiça mato– grossense, uma verdadeira legião de mortos praticamente insepultos povoam as prateleiras das cortes criminais da região. Dormem nos escaninhos dos tribunais de nosso Estado nada mais, nada menos do que 6.300 processos de homicídios. A mesma fonte revela que, nos últimos três anos, ocorreram mais de 11 mil denúncias de assassinato, sendo que cinco mil casos ainda nem foram julgados.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a vida é um dom superior, um sopro da presença de Deus na matéria. Banalizar a vida significa zombar da criação; é o mesmo que conspirar contra as noções básicas de humanidade e compaixão.

Se ao longo da sua evolução, o homem deu às costas à divindade da existência, promovendo a morte como instância de dominação de poder, cabe ao Estado amparar a sociedade moderna em sua incessante

busca pela paz, pela liberdade, por tolerância e pela convivência.

Os governos têm a obrigação ética de reprimir o crime, punindo exemplarmente seus culpados. Os governos não podem ser frouxos ou paternalistas com os bandidos; devem agir com rigor de suas atribuições constitucionais, caçando os criminosos e salvaguardando os direitos individuais e coletivos do cidadão.

Nossa sociedade vive o signo do medo, pois uma simples operação bancária tornou– se uma atividade de risco. Os bandidos trancafiaram nossos semelhantes nas prisões da desconfiança e do pavor. Somos hoje seres assustados. Tememos bala perdida, assalto, sequestro e assassinato. Nossa sociedade adoeceu e o Estado tornou– se impotente diante do crime, vítima da falta de estrutura e treinamento das polícias que, por sua vez, são vítimas dos baixos salários pagos aos agentes de segurança e, sobretudo, vítimas da corrupção e das lamentáveis conexões entre autoridades e marginais.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em Mato Grosso, a situação ficou insustentável na área de segurança pública, devido à greve dos investigadores e escrivães, que se arrasta desde o dia 1º de julho. Apenas 30% da categoria permanecem em atividade, o que dificulta o efetivo combate aos bandidos e à elucidação de crimes.

Nesse sentido, faz– se necessário o esforço do Governador Silval Barbosa e do comando de greve para que, por meio do diálogo e da compreensão dos reais interesses da comunidade, cheguem a um bom termo o mais rápido possível, porque, sem polícia, não há como debelar o crime.

Por isso, entendo que é preciso reagir. Mato Grosso está acostumado a recolher vida de seu solo, e não enterrar o futuro de sua gente.

Portanto, quero aqui, nesta oportunidade, dizer da nossa preocupação, Senador Wellington, na medida em que nós Senadores, a sociedade inteira está acostumada a ver tragédias e tragédias como essas acontecerem em todo território nacional. Mas o que me causa maior perplexidade é que em Mato Grosso, que sempre foi um Estado tranquilo, a violência está tomando conta.

Por incrível que pareça, essa tragédia aconteceu no dia de ontem, mas, há poucos minutos atrás, eu ligava a nossa Internet e acompanhava um dos sites, quando vi que acabaram de assaltar também um banco lá na cidade de Campo Novos, com vários reféns.

Então, particularmente, eu acho que o Governo Federal, quando se propõe implantar o PAC da Segurança, que é o PAC– II – e, desta feita, o Ministro José Eduardo Cardoso esteve na semana passada na

Comissão Externa que vai buscar subsídios, dados, informações para construirmos a política nacional de segurança – eu acho muito importante, não só apoiamos a PEC nº 300, que vai melhorar os salários dos nossos policiais como, sobretudo, nós temos uma política efetiva do combate à violência.

O projeto é muito bonito, a proposta é ótima, mas eu pergunto Senador Inácio: A proposta é da edificação de 2.800 bases comunitárias de policiais militares deste País. E fazendo um cálculo, rapidamente, eu acredito que vá precisar no mínimo de um aumento efetivo de 60 a 80 mil novos policiais, que devem ingressar nas fileiras das Polícias Militares do Brasil.

O que vejo hoje é a dificuldade que as polícias paguem um bom salário, que inicia aí a conversa, Senador Paulo Paim. É muito pouco o que ganham, quase nada, os policiais que tem a missão nobre de serem os guardiões da sociedade, no que se diz segurança pública. E quando se faz uma proposta muito bonita, que é a proposta do PAC-II em relação à segurança, de 2.800 bases, eu pergunto: Onde vamos ter policiais para atender esse demanda, de atender esses tantos números de bases comunitárias? Na medida em que Mato Grosso, hoje, precisava ter no mínimo, no mínimo, algo em torno de 12 mil policiais. Nós temos o efetivo na casa, mais ou menos, de 6.500 a 7 mil homens, já com dificuldade de dar um bom salário.

Por isso eu quero fazer um apelo, também, à Presidenta Dilma, que veja de outra maneira, com outros olhos, a questão salarial dos nossos policiais. Em Mato Grosso, particularmente, os salários estão muito aquém da real necessidade; um Soldado da PM ganha, eu acho, em torno de R\$2 mil. Então, se nós não tivermos um salário muito bem pago, uma polícia inteligente, o Governo Federal apoiando, sobretudo as questões das fronteiras, que são 16 mil quilômetros de fronteiras que nós temos hoje no Brasil, com o Paraguai, com a Bolívia, com a Argentina, então nós precisamos reforçar de fato o policiamento em relação às fronteiras brasileiras.

E quero crer que só vamos combater a violência, primeiramente, com boas políticas públicas, investindo em educação, investindo na política social, na saúde, nas praças públicas, ou seja, em áreas de lazer, na geração de emprego, enfim. Feito isso, tenho certeza de que vamos diminuir esse número assombrador que hoje temos no nosso País.

Os índices aumentam todo dia, todavia o Governo está sendo impotente para resolver essa demanda, que, lamentavelmente, é assustadora.

De maneira que eu quero me solidarizar com os familiares dos seguranças que foram a óbito, lá no meu Estado. Quero crer que são homens como es-

ses que certamente enaltecem a classe trabalhadora brasileira, na medida em que pagaram com a própria vida na defesa dos interesses que, com certeza, não eram somente do emprego. Eles são a demonstração, sobretudo, de que devemos muito ao trabalhador brasileiro diante do que prestam à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, permita, eu ia fazer um aparte lá do plenário,...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com muito prazer, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...mas como eu tive que presidir... É só para dizer a V. Ex^a: meus cumprimentos. É preciso discutir, sim, a situação da Polícia Militar. Não dá para um policial, em Brasília, ter um piso de R\$5 mil e no Rio Grande do Sul e no Estado de V. Ex^a, ter um de R\$1 mil. Não dá para não enfrentar esse debate. Vamos ter que enfrentar; senão vão continuar acontecendo mortes, mortes e mortes e não se responde, porque eles não têm estrutura, não têm segurança e não têm salários. Para nos dar segurança eles têm que ter um mínimo de segurança.

E a outra questão, a dos vigilantes, na nossa Comissão, coordenada por V. Ex^a, nós aprovamos o adicional de periculosidade. Infelizmente, a Câmara não vota.

Quero cumprimentar V. Ex^a, que está defendendo os vigilantes e os Policiais Militares. Nós vamos ter que enfrentar esse debate aqui no Congresso da República. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, que indiscutivelmente é o grande defensor, defende todos os dias, certamente com outros Senadores, com outros Parlamentares da Casa, das classes trabalhadoras. Mas V. Ex^a colocou aqui que, até agora, está emperrada a periculosidade, na Câmara, infelizmente. Foi aprovada aqui, mas não sei qual é o motivo, qual é a razão por que até agora não foi aprovada.

De tal forma que acho que é um debate que temos que travar aqui, buscando segurança, políticas públicas sociais, para nós diminuirmos a violência. Particularmente, estou assombrado, perplexo em relação ao meu Estado, Mato Grosso, que sempre foi um Estado pacífico, manso, e que hoje, lamentavelmente, Senador, nós passamos a ser reféns dos bandidos, dos marginais daquele Estado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, Senador Jayme Campos.

E agora eu passo a palavra para o Senador Walter Pinheiro.

O Senador Walter Pinheiro dispõe do tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero, Sr. Presidente, aqui, antes desses dois importantes registros sobre investimentos na Bahia e a Feira de Ciência e Tecnologia ali no Centro de Convenções, quero, aqui, dizer da minha alegria de hoje ter lido em todos os veículos de comunicação em nosso País a informação precisa, incisiva e contundente, através de uma fala da Presidente Dilma quando diz de forma muito enfática as medidas tomadas. A última e, portanto, diria complementar a todos esses passos que, desde o início do ano, o nosso Governo vem adotando na área fiscal inclusive na área para conter a escalada da inflação, medidas buscando manter o desenvolvimento econômico e me refiro, ontem, à alteração do nosso superávit em dez bilhões e, como disse a Presidenta Dilma hoje em Pernambuco, essas medidas completam o caminho para que o Copom possa baixar as taxas de juros ou a taxa básica de juros, mais conhecida como a Selic.

Chegou a hora, companheiro Paulo Paim, dessa contribuição por parte do Copom para interferir diretamente na economia, para ir ao encontro das medidas que o Governo vem tomando e, nessa atitude, corroborar com todas as iniciativas para que o desenvolvimento econômico no País continue, como disse muito bem o nosso Ministro Fernando Pimentel, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, para que também a gente tenha a oportunidade de enfrentar a crise, mantendo o nível de geração de postos de trabalho, mantendo principalmente a inflação sob controle.

Essa é, portanto, uma das medidas importantes, Paulo Paim, Medidas como essa é que nos levam a ter atitudes como a que vou revelar agora anunciada ontem pelo Presidente da Petrobrás, o baiano José Sérgio Gabrielli, na Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

Dizia ali o nosso Presidente da Petrobrás, Gabrielli, sobre o Plano de Negócios 2011/2015 da Petrobrás. Esses investimentos são da ordem de 224,7 bilhões e, aí, estou me referindo a dólares, transformando isso ou traduzindo para reais, estamos falando em algo na ordem de R\$389 bilhões, sendo que 95% do montante direcionados, claro, ao Brasil. A Petrobras tem operações fora do Brasil, também, meu caro Paulo Paim. E na Bahia, o plano, anunciado ontem ou

o plano de negócios 2011/2015, da Petrobrás prevê investimentos na ordem de 9,8 bilhões de dólares, sendo 6 bilhões na exploração de novos campos e desenvolvimento dos já existentes; portanto, ampliando a nossa capacidade na prospecção de petróleo e nos preparando, meu caro Wellington Dias, para o grande debate sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo, que todos nós aqui apontamos as nossas expectativas e as nossas baterias para a conclusão desse conjunto de debates, patrocinados ali pela Comissão de Infraestrutura e pela Comissão de Assuntos Econômicos, para que, ao final do mês, portanto, a partir do dia 15 de setembro, já tenhamos os indicativos para um acordo e até o final do mês possamos votar uma matéria que discipline, de uma vez por todas, a distribuição dos *royalties* do petróleo no Brasil.

Esse plano e as prioridades da Bahia estão concentradas em campos como de Araçás, no nosso conhecido litoral norte baiano, o território do litoral norte, o Polo Bálamo, Miranga, além de a retomada da produção do campo de Dom João Mar. Os projetos de exploração de petróleo prevêem ainda a perfuração de pelo menos 40 novos poços na Bahia, até 2015.

Esses investimentos não se situam só nessa área da perfuração, ainda temos os investimentos na cadeia do gás, portanto serão na ordem de 1,7 bilhão de dólares. O principal investimento será na instalação do terminal de regaseificação, na Bahia de todos os santos, que deve entrar em operação em janeiro de 2014, com a capacidade de regaseificar 14 milhões de metros cúbicos dia, estou me referindo à atividade com gás. Também foram anunciados investimentos para a construção das usinas termelétricas, de Barra do Rocha I e Bahia II. Há, por parte da Petrobrás, uma expectativa de que a participação do Pré-sal na produção do Petróleo da estatal passe de 2% para 18%, em 2015 e alcance algo em torno de 40,5% em 2020.

Atualmente o mercado do Nordeste é abastecido, prioritariamente, pela Refinaria Landulpho Alves que se situa ali na cidade de São Francisco do Conde, apesar da nossa referência ser Candeias, mas é importante lembrar isso.

Na região, mesmo com essa presença da Refinaria Landulpho Alves, ainda temos um déficit de 464 mil/dia. Portanto, estou me referindo a essa produção de litros de combustível que alimenta a nossa região Nordeste e é levado para a região Nordeste de outras regiões.

A Bahia também poderá receber investimentos extras da Petrobrás e aí me refiro à área naval. Estamos numa disputa para a consolidação do estaleiro baiano, a licitação que, efetivamente, deve abrir para 21 novas sondas de exploração de petróleo e gás. Por-

tanto, está em curso esse processo licitatório e até o dia 2 de outubro nós teremos o certame de envio de propostas para o desfecho dessa importante licitação, permitindo assim que nós consolidemos o nosso parque de estaleiros na região da Baía de Todos os Santos.

Há uma expectativa muito grande por parte de todos os baianos que o Consórcio Rio Paraguaçu, que recentemente lançou, Senador Paim, fiz questão de enaltecer aqui, uma importante e nova tecnologia na área de exploração de petróleo a partir de uma base instalada em plataforma.

Portanto, um produto, um desenvolvimento feito naquela região.

Então, é muito provável que nossa expectativa que esse consórcio que pretende erguer estaleiro em São Roque, ali em Maragojipe, cidade baiana, que esse consórcio possa entrar na disputa.

Então, Sr. Presidente, acredito que esse importante passo, esses investimentos da Petrobrás, vão, exatamente, ao encontro dessas medidas que falei aqui antes, as medidas adotadas pelo nosso governo no sentido de estimular o desenvolvimento.

Essa política da Petrobrás é uma política que não só vai ao encontro das medidas como vai tendo um papel decisivo nas medidas que são investimentos locais. São investimentos espalhados.

São investimentos espalhados no País. Assim como assistimos também, Senador Inácio Arruda, na semana retrasada, o grande leilão de eólica no país, permitindo assim que diversos Estados pudessem participar. Na Bahia, por exemplo, nós participamos, entramos no leilão e conquistamos dezoito parques..., São dezoito parques, a conquista, terminando com 52, porque já tínhamos 34 parques consolidados – no último leilão, dezoito –, perfazendo o total de 1.414 megawatts/hora de energia do vento.

Portanto, são iniciativas importantes. Aqui estou falando dos investimentos da Petrobras em matriz energética, o aspecto fundamental dessa produção de combustível. Nós hoje estamos nos preparando para o processo de apreciação de uma medida provisória que traz em seu bojo inclusive regras para regular a produção industrial do etanol. O etanol hoje, que é misturado à gasolina, e, portanto, influencia decisivamente no preço da gasolina, o que consequentemente impacta diretamente no controle da inflação.

Eu dizia, meu caro Senador Inácio Arruda, mais ou menos no início de março aqui, que precisávamos de medidas duras contra aqueles que contraem recursos, no BNDES, para investimento. E, em decorrência do preço do açúcar, essas usinas partiram para produzir muito mais açúcar do que álcool - o preço do açúcar no mercado internacional está cada vez mais elevado

–, e nós estávamos tendo uma baixa produção de álcool por parte dessas usinas.

Agora, temos dois elementos incidentes, ou melhor, influenciadores nessa política negativa: a queda da safra e ainda a baixa produção de álcool. Então, a medida provisória que votaremos amanhã nos traz este alento que é a participação da ANP na regulação da produção. Portanto, é, numa linguagem bem direta, exigir que aqueles que tomaram financiamento, no BNDES, produzam álcool, ou seja, trabalhem com o etanol, para que tenhamos a oportunidade na mistura. Essa medida provisória também traz outro componente importante. Ou seja, trouxemos o percentual de mistura, que era no seu limite mínimo de 20, para 18, permitindo assim uma maior utilização da gasolina na relação com o álcool, para tentar interferir nessa linha de preço.

Logo, investimentos como esse da Petrobras, no Estado da Bahia ou em qualquer outro lugar do Brasil, são importantes para essa consolidação da matriz energética são importantes esses investimentos para o fomento da economia local para geração de postos de trabalho. E no particular na Bahia, nós temos toda uma indústria petroquímica em volta. Então, portanto, esses investimentos da Petrobrás encontram um polo petroquímico vigoroso e que, portanto, completa o ciclo de petróleo e petroquímica permitindo assim a atividade econômica da Bahia continuar em franco desenvolvimento.

Mas quero, Sr. Presidente, aqui para encerrar, também registrar um importante ato na Bahia patrocinado também desde o dia de ontem, que é nessa área – que sei que V. Ex^a é um apaixonado também – da educação profissional. O Governo do Estado da Bahia realiza uma feira que começou ontem, e deve encerrar até o dia de amanhã, portanto, a 1^a Feira de Ciência e Tecnologia Sociais e o 2^º Encontro de Educação Profissional da Bahia, evento dessa magnitude, realizado no Centro de Convenções, aberta ao público. A Feira tem meu caro Paulo Paim, 26 estandes de unidades dos territórios, portanto, com representação, a Bahia dividida em 26 territórios, então cada território representado ali com as unidades territoriais do Ensino Profissionalizante. E é importante salientar que entre as tecnologias expostas pelos alunos, estão exatamente as de produção de biodiesel e de sabão com óleo de cozinha. Quer dizer, a fabricação de instrumentos, economia de energia que é outro desenvolvimento muito importante e a política de reciclagem de computadores.

Na sexta-feira próxima passada, dia 26, foi publicada no **Diário Oficial** da Bahia também a expansão da nossa rede com a criação de mais 4 centros profissionalizantes estaduais: um na cidade de Santa

Luz, outro na cidade de Ilhéus e dois em Salvador. Com isso, a Bahia passa a contar com 50 centros profissionalizantes, sendo 28 territoriais e 22 estaduais. É bom salientar meu caro Paim, eu gosto muito de firmar isso, me lembro que quando o Governador Jaques Wagner chegou ao governo, na Bahia nós tínhamos quatro mil alunos matriculados no ensino profissional. Portanto, no dia de ontem, o nosso Secretário Oswaldo Barreto anunciou a marca 50 mil vagas ocupadas no ensino profissional, na Bahia, e a meta é chegar, em 2014, com 84 mil vagas, oferecendo à nossa juventude a formação profissional, espalhada exatamente nos nossos 26 territórios por todo o Estado. Na realidade, temos hoje, ainda, nessa esfera, 72 cursos entre Capital e interior oferecidos à nossa juventude.

Quero frisar, mais uma vez, a importância dessa rede profissionalizante, que são desde cursos rápidos até uma etapa um pouco mais longa, permitindo, assim, o chamado completar do ciclo profissionalizante, preparando a nossa gente para o mercado de trabalho.

É lógico que toda essa nossa estrutura, Senador Paulo Paim, soma-se a essa brilhante iniciativa do nosso Governo, começada no Governo Lula, que é a expansão da Rede Federal de Ensino Superior, Profissional e Tecnológico, hoje conhecida como IFETs, as nossas antigas escolas técnicas ampliadas na Bahia, com mais nove unidades.

É bom lembrar isto: ganhamos mais nove unidades dos IFETs, e a Bahia também recebeu mais duas novas universidades federais – a Universidade Federal do Oeste e a Universidade do Sul da Bahia –, completando, portanto, a nossa estrutura para a formação de nossa gente no ensino profissional, no trabalho de pesquisa.

A chegada de mais duas novas universidades, somando-se às três existentes na Bahia, permitirá a este Estado a possibilidade de ampliar os seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive com a Petrobras. Temos uma parceria para investimento na ordem de quase 30 milhões, na área do resinoquímico, dos campos maduros.

Então, é importante a formação profissional, a parceria com o sistema Senai, o Simatec, formando gente. O Simatec que, hoje, meu caro Wellington, tem 17 cursos de nível superior na sua formação, lá na unidade, além das faculdades particulares, como a Unifacs e outras, que participam conosco de diversas iniciativas.

Portanto, quero aqui saudar essa brilhante experiência da Feira. A nossa juventude lá, envolvida, criativa, mostrando, de forma muito enfática, toda essa produção do conhecimento, expressada naquilo que chamamos, a cada momento, de tecnologia que nada

mais é, Paim, do que a nossa capacidade de aplicar à ciência. Eu sempre brinco e essa ciência está aqui sobre a cabeça de todo o mundo. Alguns vão e aplicam e neste sentido alguns vão tornando-se donos porque acharam que aplicaram e portanto passam a controlar.

O nosso desafio é estimular cada vez mais que esta ciência, que este conhecimento seja aplicado e que ele não tenha dono. E que isso possa cada vez mais ser espalhado, difundido por todos os cantos permitindo a evolução científica e tecnológica, a evolução de mercados, a ampliação da oferta de emprego e promovendo principalmente a distribuição social.

Era isso meu caro Senador Paulo Paim o que tinha a dizer, nesta noite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Cumprimento Senador Walter Pinheiro, defendendo como sempre o interesse de todos pelo brasileiro e o ensino técnico, com certeza, é uma paixão de todos nós e que aponta o futuro da nossa juventude.

Passamos a palavra como Líder do PC do B ao Senador Inácio Arruda.

Autor, permita-me que eu diga, porque eu disse nas Comissões...

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... junto da PEC das 40 horas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Claro! E eu já requeiro uma Audiência especial da Comissão de Direitos Humanos para que possamos discutir a redução da jornada de trabalho nos termos do projeto que apresentamos, em conjunto, ainda na Câmara dos Deputados, que está pronto para ser votado naquele Plenário.

Antes faremos um trabalho que vai envolver a nossa Ministra Maria do Rosário e a Casa Civil da Presidenta da República e articulação política, envolver no bom sentido, evidentemente, para aprovarmos aqui o projeto de lei da Deputada Maria do Rosário, hoje Ministra dos Direitos Humanos, a anistia para os trabalhadores do Correio que já é uma matéria madura, pronta, não há mais resistência alguma. O próprio Presidente dos Correios, hoje, colocou-se à disposição para que pudéssemos colocar esse acordo.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, quero solicitar a V. Ex^a a aprovação de dois requerimentos de minha autoria, o Requerimento nº 721, de 2011, que prepara uma sessão de homenagem ao Ano Mundial da Química Verde, promovida pelas Nações Unidas, e o Requerimento nº 877, de 2011, para que façamos uma homenagem aos economistas brasileiros, tantos homens e mulheres tão destacados na nossa atividade, discutindo os rumos do Brasil na área da economia. Então, eu pediria que,

logo que for possível, V. Ex^a pudesse votar esses dois requerimentos que considero importantes para a nossa atividade nacional no Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, quero primeiro fazer um registro do desempenho da atividade da Subcomissão do Nordeste, presidida pelo Deputado Wellington Landim, que percorre o nosso País, visitando as cidades nordestinas. Ontem, esteve no Ceará, buscando examinar quais são as questões mais sentidas do povo cearense, quais os problemas mais candentes, em que nós podemos firmar esse sentimento de unidade da nossa região, a região onde ainda, infelizmente, se localiza o maior número de pessoas abaixo da linha de pobreza. Por isso, exige de nós um cuidado especial, e o seu trabalho, Senador, é muito importante. Nós, cearenses, nos congratulamos com o trabalho da subcomissão que ontem teve a presença do Governador do Estado, que teve a presença do Senador paraibano Vital do Rêgo e do nosso colega José Barroso Pimentel.

Conversei há pouco com o Senador Eunício, que não pôde comparecer, mas lá estava uma delegação de pessoas que trabalham com ele, que acompanhou toda a atividade da nossa Comissão.

Ali destaquei três questões que considero muito importantes. A primeira, Sr. Presidente, é que nós estamos construindo uma obra especialíssima, fruto da ousadia do Presidente Lula, que é a interligação de bacias hidrográficas com um sentido humanístico e no sentido, que também é humanístico, do desenvolvimento de uma região chamada Nordeste setentrional, uma das regiões mais secas do nosso País. Essa interligação de bacias, eu posso dizer que tem o seu trabalho facilitado por uma trajetória secular de uma instituição chamada Dnocs, que preparou o meu Estado, o Ceará, com barramento de rios; depois, com a interligação das águas desses rios com várias outras bacias, através dos seus barramentos; que preparou o Rio Grande do Norte com suas barragens, para acumular água, para poder garantir a nossa existência naquela região; que preparou a Paraíba, Pernambuco, posso dizer que uma parte significativa do Piauí, mesmo do Maranhão, que tem muita água, de Alagoas, Sergipe, Bahia, onde esse órgão atua.

Hoje se discute quem deverá comandar a gestão desse importante empreendimento. E eu digo que, na verdade, esse debate não poderia existir, não deveria existir, porque já há um órgão do Governo Federal preparado, uma verdadeira escola de hidrologia do nosso País, uma universidade do semiárido na prática, que é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. A terminologia mais adequada seria de convivência com a seca, porque foi isto que ele fez: permitiu a nossa convivência com os longuíssimos períodos de estiagem.

Pouca gente fora do Nordeste sabe o que é uma estiagem de dois anos, dois anos e meio, três anos. Poucos. Poucos sabem o que é isso. Poucos conviveram, no conjunto do País. Só quem está ali naquele pedaço sabe o que é uma longa estiagem e os seus efeitos, muitas vezes danosos, que obrigaram o povo do meu Estado, muitos do Piauí, do Maranhão, a povoarem todo o norte e também o sul e o sudeste brasileiro. Eu, se puder, um dia, ainda vou fazer campanha do Lindbergh Farias lá no Rio de Janeiro, pedindo o voto dos nossos amigos cearenses que moram naquele torrão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Há um milhão de cearenses, viu? Não quero tomar o seu tempo, mas há um milhão de cearenses no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Isso da última leva. Mas é para demonstrar o que é que significa a diáspora da nossa região. Então, na verdade, não se deveria nem discutir esse assunto, Senador Wellington Dias. Eu acho que a gestão deve ficar na mão do Dnocs. Digamos que vamos travar uma batalha. Se surgiu a discussão, é porque existe uma dúvida sobre quem deve comandar esse grande empreendimento conduzido pelo Presidente Lula e pela Presidente Dilma, porque ela já vem tocando nesse assunto desde quando ocupava a Casa Civil no governo do Presidente Lula, meu caro Wellington Dias, a quem já concedo a palavra para um aparte.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador

Inácio Arruda, primeiro quero agradecer a V. Ex^a, já agradecemos lá a direção da Assembleia Legislativa, o Governador Cid, os prefeitos, as lideranças todas, empresariais, dos trabalhadores, os técnicos, e com um carinho especial a V. Ex^a, ao Senador Pimentel, que tão bem nos receberam lá no Ceará. O povo do Ceará colocando de forma competente as suas posições em relação ao desenvolvimento do Nordeste. Quero ressaltar exatamente a participação de V. Ex^a, trazendo um tema que nós ainda não havíamos visto nos outros Estados por onde havíamos passado, que é exatamente o papel do Dnocs dentro desse programa de recursos hídricos, dentro do programa Água para Todos, e puxar o tema da recuperação dos perímetros irrigados. Hoje já acertamos com o Senador Benedito de Lira que a Comissão de Desenvolvimento Regional realizará uma reunião de trabalho com o Ministro Fernando Bezerra, trazendo todos os envolvidos, Codevasf, Dnocs, enfim, para que possamos fazer uma pactuação dentro daquilo que V. Ex^a cobrou: colocar para funcionar, gerar emprego e renda, porque é disso que o Ceará e o Nordeste precisam. Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Agradeço a ilustrada participação de V. Ex^a, mas, na

verdade, nós do Ceará é que estamos agradecendo, porque abriu um espaço fabuloso. Olha, imagine que o Ceará tem 85 mil hectares irrigados! Isso foi Dnocs. O que há hoje de irrigação no Piauí e na Paraíba, não tenho dúvida, também foi Dnocs. Mesmo em Pernambuco, tirando a parte do São Francisco, ali embaixo, o rio ali, Petrolina, Juazeiro, na Bahia, também foi Dnocs. No Rio Grande do Norte, também. Então, acho que temos o dever de colocar na mesa o debate sobre quem deve comandar essa importante obra.

Mas, Sr. Presidente, uma segunda questão para o Nordeste – não é fácil, não; isso é batalha renhida que se trava, que foi abordado também nessa grande reunião no Ceará: chama-se Banco do Nordeste. Nós precisamos alavancar o Banco do Nordeste. Não temos que ter medo, receio dos argumentos que muitas vezes se levantam.

Lembro-me de quando discutimos o Simples na Câmara. V. Ex^a era Deputado Federal naquela época. Começou-se a discutir o primeiro Simples; travou-se uma guerra, a Receita não aceitava, daria prejuízo, etc. Tivemos que dobrar essa questão no voto. E ganhamos. Hoje o Simples é uma realidade e está se expandindo.

A mesma coisa quando se falam dos bancos regionais, dos bancos públicos regionais, de grande importância para nossa região. O banco de investimentos da nossa região é o Banco do Nordeste. E esse banco precisa ser alavancado. No final de sua gestão, o ex-Presidente do banco, Roberto Schmidt, fez praticamente um manifesto ao Presidente Lula, na sua presença. E o Presidente Lula respondeu afirmativamente: "Vamos pegar isso à unha e vamos resolver".

Quando aqui tramitou matéria que abria crédito de cinco bilhões para a Caixa Econômica, nós fizemos uma emenda que foi aprovada na Câmara e depois no Senado. Mas quero dizer que foi a duras penas, com forte resistência da Fazenda, forte resistência. Praticamente, pediram ao relator, na última hora, para retirar. Um bilhão para o Banco do Nordeste. Mas nós conseguimos aprovar. O Presidente Roberto Schmidt pediu mais 10 bilhões ao Presidente Lula, que disse: "Vamos mandar". Porque precisamos alavancar o banco. Ele precisa dessa alavancagem para ampliar a captação de investimentos que podem vir para o Nordeste e precisam do apoio dessa instituição. Isso ajuda o Nordeste inteiro e ajuda o Brasil. Acho que precisamos pegar à unha esta questão da alavancagem do Banco do Nordeste porque ela é muito significativa para a nossa região. Ali estava presente o atual Presidente do banco, Jurandir Santiago, que está mais do que compromissado com esta importante proposta para o Nordeste brasileiro.

Sr. Presidente, quero abordar o segundo tema que é correlato: é o problema da luta pela educação no Brasil. Esta semana teremos a marcha dos estudantes que vêm a Brasília.

Eles vêm dispostos a fazer um grande movimento, a dar uma balançada nos nossos sentimentos em torno da questão da educação no Brasil. Nossa investimento ainda é muito pequeno. E olha que o que fez o Lula e o que está fazendo a D^a Dilma não é pouca coisa. Não é pouca coisa. A nossa Presidente já lançou o Pronatec, que nós vamos, daqui a pouco, aprovar no Congresso Nacional, já fez a ampliação da rede federal de ensino superior, as universidades e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Posso citar o Estado do Ceará. Sei que isso o Wellington fez em seu Estado, mas isso também vai progredir em muitos outros Estados nordestinos. Mas, no Estado do Ceará, de seiscentas escolas de ensino médio, quando o estudante concluía o ensino médio, você perguntava o que ele era, e ele dizia que não era nada, porque ele não estava formado em nada, ele tinha se preparado para fazer o vestibular. Mas, na escola pública, com dificuldade para se chegar a uma universidade, poucos iam fazer o vestibular e não tinham formação nenhuma, profissão nenhuma. Eu tive oportunidade de fazer o ensino médio e ter um título de graduado em eletrotécnica pela Escola Técnica Federal. Nós precisamos pegar isto aqui: o novo Plano Nacional de Educação.

Os estudantes, professores e parte significativa da sociedade pedem a ampliação dos investimentos nesse setor. Pedem 10% do PIB para a educação. E não é muito. A gente considera muito porque são tantas as necessidades do País que você se pergunta: "Só para a educação 10%"? Para quê? Para melhorar a qualidade, para garantir que professor de ensino médio, de ensino básico e de ensino infantil sejam professores de dedicação exclusiva. Não pode haver caso de professor que é pago pelo mesmo Governo, ou seja, o mesmo Governador pagar para ele de manhã numa escola e de tarde noutra. É a mesma Prefeitura. São os entes federados em conjunto que pagam três contratos para um professor ficar feito louco correndo da cidade, da capital para um Município da região metropolitana ou correndo o Município inteiro para ganhar, em conjunto, um salário que poderia ser pago numa escola só, ele tendo dedicação exclusiva, com mais qualidade, com mais eficiência, com mais condição para se preparar para acompanhar a família.

Tenho certeza de que temos problema na gestão das escolas. A eficiência, o nosso modelo, o regime de funcionamento, sei que tudo isso é problema, mas,

sinceramente, se não melhorarmos o trabalho com os professores, vamos continuar sofrendo na educação do nosso País.

Veja, no meu Estado, já tivemos neste ano uma greve na capital, longa greve, praticamente liquidando o primeiro semestre dos professores. E as bandeiras dos professores eram justas. Não tinha uma bandeira equivocada. Eram corretas. Eram justas. Agora estamos com uma paralisação dos professores do Estado. Também são justas as suas bandeiras. São corretas. Mas, quando você examina, tanto no caso dos Municípios como no caso dos Estados, as condições para que Estados e Municípios banquem, com os meios de hoje, uma reparação salarial capaz de oferecer ao professor da educação exclusiva. praticamente nenhum Estado tem condições de fazer. Faz o Distrito Federal, porque é o Governo Federal que banca, é a União que banca o Distrito Federal. Os outros Estados não têm esses meios adequados.

Aonde quero chegar? A um tema que abordamos ontem, na Assembleia Legislativa, que é de onde vamos retirar os recursos para atender aos professores do Estado do Ceará, do Piauí, do Maranhão, para citar três unidades da Federação, que têm mais carências no nosso País. De onde vamos tirar os recursos? Se não criarmos um tributo novo, se não criarmos um novo imposto, de onde vem? Vem de conseguirmos amarrar a aplicação dos recursos, dos **royalties**, dos recursos do Fundo Social do pré- sal e destiná-los para a educação, assegurá-los para a educação.

Por que crescemos na área de ciência e tecnologia? Por que cresceu exponencialmente o número de patentes depositadas pelo Brasil? Porque usamos os fundos já existentes atualmente, os chamados fundos setoriais. Usamos mais recursos na área de pesquisa, em ciência, em formação, em qualificação dos pesquisadores brasileiros. É isso que tem alavancado essa área no Brasil. Pois vamos usar o fundo do pré- sal para a educação. Vamos assegurar esse recurso por um período, durante os próximos 30 anos, durante os próximos 20, 25, 30. Vamos estabelecer uma meta. Não há meta de inflação? Se há meta de inflação, por que não há meta para erradicar? Agora mesmo o Presidente disse: "Vamos erradicar a miséria!". Pois vamos erradicar também essa chaga de educação de baixa qualidade no Brasil, de notas baixas que envergonham o nosso País ainda.

De onde vamos tirar dinheiro? Eu digo: vamos tirar daqui, vamos tirar do Fundo Social do Pré- sal, vamos tirar dos **royalties**. Vamos amarrar a aplicação desses recursos. Vamos deixar ligados. Este é o maior investimento, é o maior bem que podemos fazer ao nosso País: é o investimento na educação, dando

qualidade, garantindo dedicação exclusiva dos professores. Eu quero um professor de educação infantil ganhando igual a professor universitário. Ora, se ele cuida da pessoa que acabou de nascer, com um ano, dois anos de idade, esse, na verdade, era para ser o mais bem remunerado. Nós fazemos uma inversão no Brasil: nós remuneramos bem quando se chega ao final, e remuneramos mal na formação do nosso povo. Isso causa um prejuízo grande na nossa formação.

Então, Sr. Presidente, eu proponho, defendo que nós nos juntemos aos estudantes brasileiros, à União Nacional dos Estudantes, à União Nacional dos Estudantes Secundaristas, à Organização Nacional dos Professores, seja de ensino básico, seja de ensino médio, seja de ensino infantil, seja de ensino superior, para criarmos um sentimento no nosso País de que é, sim, possível alcançar os 10% do PIB em educação; de que é, sim, possível estabelecer metas e atender essa justa reivindicação do povo brasileiro. Não é uma reivindicação de um setor, de um segmento, de uma corrente político-ideológica. Não. Essa é uma reivindicação do Brasil.

Eu cito, para encerrar, um exemplo extraordinário, Sr. Presidente. Agora, a Presidenta Dilma anunciou a junção de todos os cursos da região do Cariri, nos Municípios de Crato, Barbalha e Juazeiro, cursos da universidade federal, cursos de Engenharia, de Medicina, de Agronomia, de Administração, de Direito, para criar uma nova universidade, a Universidade Federal do Cariri. Quando a Presidente anunciou, nós fizemos uma observação: aquela região, ao longo dos últimos 15, 20 anos, recebeu quase 10 cursos da universidade federal, entre eles os cursos de Medicina, de Engenharia, de Agronomia, de Direito, de Administração, de Ciências Contábeis, entre outros, todos com a sua grande relevância.

Ali ampliaram- se os cursos da Universidade Regional do Cariri, que é a universidade estadual, ali se sedimentou a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Também surgiram cursos de universidades e faculdades particulares de Medicina, Direito, entre outros. Aquela região transformou- se num centro universitário de formação. E sabe qual é o resultado, Presidente Paulo Paim? O crescimento da região, o ano passado, foi de 18%, um crescimento que é o dobro das taxas chinesas, porque ali, agora, existe a presença da educação, da formação, que traz qualidade. Os centros universitários atraem investimentos, atraem negócios e melhoram a vida do conjunto da população daquela região.

Por isso que nos estamos juntando a esse movimento da UNE e da Ubes, dos professores, para atender à reivindicação dos professores do Ceará,

do Piauí, do Maranhão, do Rio Grande do Norte. É preciso garantir os meios, e nós temos condições de fazer isso aqui no Senado, na Câmara, no Congresso Nacional. Talvez, sem precisar criar um novo tributo, um novo imposto, tenhamos condições de aprimorar a educação e a formação do povo brasileiro. Se fizermos isso, se conseguirmos isso, talvez nós responderemos ao clamor do Presidente Sarney hoje, na tribuna do Senado, pedindo para cuidar da família. E acho que a melhor maneira de cuidar da família é garantir uma boa educação para os filhos do nosso povo, com eles tendo o direito a passar o dia inteiro na escola, porque hoje somente uma parte da população, pequena, tem direito a um serviço de qualidade o dia inteiro na escola, formando bem seus filhos.

Deixo, portanto, Sr. Presidente, essa reivindicação para que possamos apreciar as medidas que já estão tramitando no Senado e na Câmara, que permitem um investimento de qualidade na educação pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Parabéns, Senador Inácio Arruda, pelo seu pronunciamento. Oxalá todos os Estados brasileiros, na linha do que V. Ex^a falou em defesa da educação, paguem o piso salarial dos 'professores', que esta Casa aprovou e, infelizmente, alguns Estados, até hoje, não pagam.

Vai ser importante, nesta quarta-feira – estarei com V. Ex^a, estaremos juntos, creio eu, presidindo, a pedido do Senador Roberto Requião –, esse debate com os estudantes do Brasil sobre o pré-sal e investimento na educação.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.)

– Obrigado.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) –

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Pela ordem, o Senador pode usar a palavra.

Em seguida, falará o Senador Wellington Dias.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI).

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero apenas agradecer. No sábado passado, estive na cidade de Marcolândia, no Piauí, e fui homenageado pelo povo daquela querida terra com o título de cidadania na Câmara de Vereadores. Foi uma bela festa, em que inúmeras lideranças foram homenageadas. A Câmara criou um título para homenagear os filhos da terra, e não somente aqueles de fora que, morando lá, contribuem com o desenvolvimento do Município. Eles homenageiam os filhos da terra que tanto fazem por aquela cidade tão pujante, que nasceu de um posto fiscal chamado Posto da Serra, que se transformou em

cidade, quando foi emancipada de Padre Marcos. Eu queria agradecer ao Prefeito Chico Coelho, ao Vice-Prefeito Amaro, ao Presidente da Câmara, Antonio Carlos, aos Vereadores Antonio Andrade, Antonio Luís, Chagas Ramos, José Valdemiro, Mateus Castro, Joel Coutinho, Valmir de Juracy e, em especial, ao Vereador Erivan Ramos, autor da propositura do título que me homenageou.

Já que o Senador Wellington Dias vai falar em seguida, eu conversava com ele aqui, Senador Paim, a respeito do fato de que um dos maiores clamores daquela cidade ainda é a questão da água, que começou com a Adutora do Estreito, que foi embargada. Nós temos aqui que buscar uma solução. Sei que o Senador Wellington, como governador, foi o autor dessa obra e lutou muito, mas temos de amenizar a dor daquele povo, buscando saída para que a água chegue a Marcolândia, já que essa é a prioridade zero para o desenvolvimento daquela região tão importante, já que é tão produtora. Eles querem lá um polo industrial, pois são um grande produtor de farinha de mandioca. Isso é importante para a qualidade de vida em Marcolândia.

Quero aqui deixar registrada essa homenagem, grato ao povo de Marcolândia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Senador João Vicente Claudino, eu não posso deixar de me somar a essa justa homenagem que a cidade lhe oferece. Tenho certeza de que V. Ex^a fez jus por tudo que tem feito aqui, no Congresso Nacional, e no Piauí, em defesa de todo o nosso povo e de toda a nossa gente. Parabéns a V. Ex^a. Que fique nos Anais da Casa essa homenagem que a cidade de Marcolândia fez a V. Ex^a. Meus cumprimentos.

Senador Wellington, com a tolerância de V. Ex^a, quero colocar em votação dois requerimentos de autoria do Senador que está aqui, do lado - se eu não colocar em votação, ele me tira a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Foram lidos anteriormente os **Requerimentos nºs 721 e 879, de 2011**, do Senador Inácio Arruda e outros Senadores, solicitando que o período do Expediente da sessão do dia 25 de outubro seja destinado a comemorar o Ano Internacional da Química e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Em votação os requerimentos.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Foi lido também, anteriormente, o **Requerimento nº 877, de 2011**, também do Senador Inácio Arruda e outros Senadores, solicitando que o período do Expe-

diente da sessão do dia 20 de setembro seja destinado a comemorar o Dia do Economista.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Assim, atendemos o requerimento do Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, é um prazer e uma honra. Também quero me somar aqui à homenagem feita pelo povo de Marcolândia... Aliás, Senador Paulo Paim, pouca gente sabe: Marcolândia é uma cidade que fica próxima de Araripina, em Pernambuco. Nesta época do ano, provavelmente ainda, chega a 10 graus. O Piauí é conhecido pela temperatura de Teresina, que, nesta época do ano também, chega perto, ultrapassa 40 graus. É uma tríplice fronteira: Ceará, região de Campos Sales; Araripina, a região de Pernambuco; e a região de Marcolândia, no Piauí.

E sei da dedicação de V. Ex^a, todo trabalho e todo empenho por aquela região. Por isso, considero justa a homenagem e me somo aqui com V. Ex^a, tenho certeza o Senador Ciro, para a gente encontrar uma saída em relação à Adutora do Estreito, a Adutora do Leste, que mudou para Adutora do Estreito. A barragem ficou pronta, a adutora está pronta, faltam apenas as estações elevatórias, e é impossível que a gente não dê uma solução. Ou seja, são Municípios do cristalino brasileiro, que precisam de uma solução. Estarei com V. Ex^a agora, como homenageado, com mais responsabilidade, junto com o povo de Marcolândia, e o parabenizo por esse momento.

Quero, Sr. Presidente, registrar também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington, só me permita...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço questão de registrar – estava conversando com V. Ex^a e com o Senador Lindbergh Farias – a presença da nossa querida Deputada Federal Jandira Feghali, com quem estive anos na Câmara, que preside a Frente Parlamentar da Cultura e divide comigo a Presidência da Frente Parlamentar pela Integração da América do Sul.

Bem– vinda.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Também as minhas homenagens aqui à nossa grande guerreira, lutadora, Jandira Feghali.

Sr. Presidente, estivemos, nesses dias, também numa maratona intensa, em Fortaleza, num evento da Comissão de Desenvolvimento Regional, especificamente da Subcomissão do Nordeste, como já foi relatado aqui tanto pelo Senador Pimentel como pelo Senador Inácio Arruda.

Destaco que saí de Fortaleza para chegar a Teresina e, imediatamente, já ir para o Município de União, com a presença do Ministro da Previdência, nosso companheiro Garibaldi, do Senado Federal, com toda sua equipe do INSS, para inaugurar uma agência do INSS, fruto de uma emenda do Deputado Nazareno Fonteles. Fomos com o Governador Wilson Martins, com o Prefeito José Barros e com muitos outros parlamentares, líderes, deputados estaduais, federais, vereadores, enfim, com todas as lideranças, comemorando essa importante obra.

Destaco ainda uma viagem que fizemos com o Governador para Canto do Buriti e, de lá, para São Raimundo Nonato e também São Lourenço, visitando obras daquela região. Destaco a inauguração do presídio, obra do Ministério da Justiça em parceria com o Estado, iniciada ainda no meu Governo. Estiveram presentes o Governador do Tocantins, Siqueira Campos, o nosso Senador Vicentinho, também desta Casa, pelo Tocantins, além de outras lideranças. Assim, a região passa a ter um centro de ressocialização, como lembrava bem o Prefeito Padre Herculano, que é do nosso Partido, em São Raimundo Nonato. Há ali ainda um conjunto de outras obras que estão em andamento: rodovias, obras relacionadas a energia elétrica, um bela praça na cidade de São Braz, a adutora em São Lourenço.

Quero, enfim, comemorar com o povo daquela região esse conjunto de ações e trago aqui, Sr. Presidente, dois temas importantes. Num deles, eu começo manifestando o meu apoio, não só o apoio, como reforçando aqui o que disse o nosso Líder Humberto Costa, que, ontem, veio à tribuna chamar a atenção do Brasil – eu já chamava atenção aqui na semana anterior. Acho que todos nós sabemos a importância da democracia e o quanto foi duro a gente ter a democracia. Foi a partir de alguns abusos da democracia que outros encontraram justificativas, por exemplo, para a implantação de ditaduras, no Brasil e em outras partes do mundo.

Portanto, eu acho que a gente ter hoje a liberdade de um Congresso funcionando, a liberdade de imprensa, a liberdade de organização sindical, a liberdade de manifestação de toda a ordem, o Judiciário, o

Ministério Público, os Tribunais de Conta, as entidades de classe, enfim, todos funcionando é algo precioso para o nosso País. E é exatamente por conta disso que nós precisamos ter um cuidado com aquilo que se chama de abuso.

O que se colocava aqui era uma situação em que um jornalista que deve ter todo o direito de ser um autêntico defensor da democracia e também de preservar as condições da sua existência teria praticamente invadido um hotel, disfarçado, usando outro nome, enfim, da forma como somente os criminosos agem – é bom que se diga. Ou seja, eu não posso fugir da minha responsabilidade e da minha obrigação profissional, seja como bancário, seja numa missão como esta de Senador.

Então, eu quero aqui chamar a atenção, como chamou o Líder, sobre isso e, ao mesmo tempo, dizer aqui que é preciso ter cuidado, porque, muitas vezes, uma situação como essa leva a rumos que, com certeza, não importam ao povo brasileiro.

Pois bem. Vivemos, nas últimas semanas, uma série de ataques ao Governo Federal, uma febre de denúncias – como alguns chamam –, e existe aí uma clara tentativa de fazer a realidade parecer pior do que ela é. Vejam: eu já citei aqui antes que nós temos um importante avanço no nosso País, iniciado desde a abertura democrática, desde os anos 80, acumulado a cada momento. Ao mesmo tempo, há uma estruturação no País para que a gente tenha o combate à corrupção, para que a gente tenha o combate à impunidade e a toda forma que venha a atingir aquilo que é essencial para a vida do ser humano.

Lembrava que, em 2003, apenas 16 operações da Polícia Federal foram feitas, com 223 presos. E aí a gente chega, em 2010, multiplicando para 124 operações, com 2.734 presos. Então, isso mostra o efeito da liberdade. A ânsia de fazer acontecer a liberdade leva, muitas vezes, em alguns lugares do Brasil e do mundo, alguém a querer fazer justiça com suas próprias mãos. Quantas vezes não combatemos e quanto não foi duro para evitar o crime organizado, que, em nome de vinganças, em nome muitas vezes de fazer o combate à criminalidade, levava à matança de inocentes? É isso que queremos evitar.

Portanto, o combate à corrupção, a transparência, essa é parte da defesa, graças a Deus, do nosso Partido desde o nascedouro. Foi assim no Governo do Presidente Lula e permanece assim no Governo da Presidente Dilma.

Quero lembrar a importância da existência da Controladoria-Geral da União, além da Polícia Federal. Cerca de 3.300 servidores, para citar um exemplo, foram punidos por envolvimento em práticas ilícitas

no nosso País. Foram demitidos 2.812 servidores, a bem do serviço público; 281 perderam seus cargos em comissão – aliás, coloca-se o afastamento desse ou daquele servidor como uma panaceia, e na verdade isso é uma prática corriqueira, comum, graças a Deus, no nosso País. Lideranças com mandatos perdem mandatos. Prefeitos, governadores, parlamentares, desembargadores, enfim, algo que não era comum no nosso País.

É verdade que estamos num mundo perfeito? Eu digo que não, mas acho que é importante, para alcançarmos a perfeição, um olhar todo especial para o cumprimento da lei. Nós temos uma Constituição que é cara, nós temos uma democracia que custou a vida de milhares de brasileiros, homens e mulheres que perderam a vida ou que arriscaram a vida exatamente por isso.

Assim, eu quero destacar, Sr. Presidente, que tramita nesta Casa um conjunto de projetos que são essenciais para a democracia. Então, faço aqui uma fala sobre esse tema e, para ganhar tempo, dou como lido o restante desse pronunciamento.

Outro tema, Sr. Presidente.

Hoje, quero comemorar neste plenário e fazer uma homenagem pelos 15 anos da Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, essa entidade que sei do carinho com que V. Ex^a tem tratado.

No meu Estado, fui membro signatário inclusivo da primeira rádio comunitária que foi registrada e autorizada com base numa lei cujas negociações ajudei, quando ainda Deputado Federal, com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, para que tivéssemos as condições de o Brasil cumprir o chamado Tratado de São José da Costa Rica, que permite que rádios comunitárias de baixa potência possam assim funcionar.

Presente hoje em 22 Estados brasileiros e no Distrito Federal, a Abraço tem importante papel, desde 1996, nas lutas democráticas na área da comunicação.

Tivemos, no ano passado, a I Conferência Nacional na Área da Comunicação. Sei do papel de todas as entidades de rádio, televisão, jornais, Internet, enfim, das mais diferentes formas de comunicação, mas destaco o papel da Abraço nessa comemoração.

Sabemos que as rádios comunitárias têm enfrentado todos os desafios e obstáculos para que não se transformem em meios de comunicação isolados no cenário político. Elas só fazem sentido quando são, de fato, instrumento por onde escoam as notícias, os debates, as principais discussões de interesse das comunidades em que estão inseridas, bem como dos movimentos e das organizações sociais.

No âmbito das rádios comunitárias, esse caráter democrático e diferenciado sempre partiu de uma construção coletiva junto com as comunidades de cada região.

No Piauí, Sr. Presidente, temos cerca de mil e duzentas emissoras de baixa potência. É preciso encontrar uma maneira, junto ao Ministério das Comunicações – aliás, destaco que essa é uma tarefa que o Ministro Paulo Bernardo tem se dedicado, junto com sua equipe, ouvindo todas as entidades, apresentará, nos próximos dias, condições de aperfeiçoar esses mecanismos legais, para que se tire da clandestinidade um conjunto de entidades que, na verdade, prestam importante serviço ao nosso País – e à Anatel, pra que se possa regulamentar o serviço prestado por esses importantes meios de comunicação, principalmente em locais de difícil acesso.

A Assembleia Legislativa do Piauí propôs, durante audiência pública na Comissão de Administração e Política Social, a apresentação de uma emenda constitucional transferindo para os Estados e Municípios a competência para autorização de funcionamento de rádios comunitárias. Não sei se essa é a melhor saída, mas o fato é que alguma coisa precisa acontecer.

É impossível que tenhamos, que o Congresso Nacional tenha de analisar se uma emissora pode funcionar em uma cidade do Rio Grande do Sul, em uma cidade do meu Piauí ou do Amazonas. Será que não seria possível ter um conselho que tenha uma base em cada um dos Estados, com uma forte presença dos segmentos mais respeitáveis do Estado, do Município, como o Ministério Público, enfim, coordenado pela Anatel, para que se possa apreciar pleitos como esse? Creio que esse, sim, é um caminho que temos que avançar.

O Presidente da Abraço– Piauí, Ricardo Campos, cobra que as rádios comunitárias sejam mais valorizadas pelo Governo Federal, com uma análise mais profunda antes de a Agência Nacional de Telecomunicações aplicar multas e apreender equipamentos.

Eu, ainda como Deputado, depois como Governador, muitas vezes me coloquei junto à Polícia Federal, junto à Anatel, junto ao Ministério Público, junto ao diálogo com o próprio Judiciário sobre isso, ou seja, entidades ali formada com a presença da Igreja Católica, de Evangélico, de sindicatos dos trabalhadores, muitas vezes das micros e pequenas empresas, pessoas ali sendo colocadas como criminosas porque faziam funcionar uma emissora que tinha um pleito junto a Ministério das Comunicações, junto à Anatel, ou seja, nada de clandestino; o Governo sabendo o nome, endereço, quem são seus representantes, quem respondia por aquilo. Mas passa um ano, dois anos,

três anos, às vezes mais tempo e não tem sequer uma resposta. Então é essa mudança que a Abraço cobra e quero aqui dizer da importância de uma solução.

Ainda na semana passada, estive com o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para tratar do processo de liberação de várias rádios comunitárias do Piauí, dentre os quais da minha cidade Oeiras, de Parnaíba. Mas também ali acompanhado também de lideranças de Minas Gerais, que também tiveram ali uma boa informação e pronto atendimento pelo Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Senador Wellington Dias, permita?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Permita, porque é sobre esse tema. Recebi um material também da Abraço e eles estão muito preocupado com aquele projeto que o Senador Walter Pinheiro relatou, que veio da Câmara. Mas eu queria aproveitar a sua fala, porque falei com o Senador Walter Pinheiro e ele me garantiu que não terá nenhum prejuízo para as rádios comunitárias, nem para as TVs universitárias, enfim, para todo esse rol de comunicação que V. Ex^a está defendendo com brilhantismo neste momento. Quero tranquilizá-los, pois o Relator Walter Pinheiro me garantiu que eles não terão nenhum prejuízo a partir da sanção que será feita pela Presidenta Dilma.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Exatamente. Eu quero aqui reconhece o quanto tem orgulho dos que fizeram esse registro, primeiro, aqui, desse tema, lamentável, que sei que não é uma prática, não é do fiel e honroso jornalismo brasileiro. Sei que, inclusive, as entidades dos jornalistas saberão separar o joio do trigo. Porque veja, quem não reconhece o papel da Rede Globo, da Rede Bandeirantes, do SBT, da Record, enfim, da Rede Vida, de todos os meios de comunicação, da TV Senado, da TV Câmara. Quem não reconhece das emissoras de alta potência, pelo papel que têm no Brasil inteiro; dos nossos meios de comunicação, dos jornais, hoje, dos nossos **sites**, dos nossos **blogs**. Enfim, o papel decisivo para a construção da democracia, para que se tenha mais transparéncia.

Aliás, uma constatação que faço, eu sempre digo: é o olho do cidadão que faz a fiscalização. Quanto mais transparéncia, quanto mais abertas as formas de acompanhamento e de divulgação, maior a capacidade de combatermos a corrupção e a impunidade.

Eu ouvia hoje, aqui, lembranças – parece – me que do Senador Jayme Campos –, falando de seis mil processos, apenas um pouquinho que havia sido julga-

do, o resto todo na impunidade. Então, em situações como essa há necessidade de espaços para que se possa fazer o acompanhamento.

Pois bem, o meu testemunho, Sr. Presidente, é de que essas emissoras de baixa potência fazem um trabalho fundamental em várias localidades. Digo como quem já foi sindicalista, mas também como quem já foi vereador, deputado estadual, federal, governador, hoje Senador da República, como quem é um cidadão brasileiro, bancário da Caixa Econômica Federal. Ou seja, eu reconheço o importante papel dessas emissoras na educação, muitas delas fazendo um trabalho educativo espetacular, no trabalho nas campanhas de saúde, no apoio aos trabalhadores rurais, que muitas vezes têm essas emissoras nesse papel importante, na divulgação da palavra de Deus pelas igrejas, na propagação dos diversos credos, das diversas denominações religiosas cristãs, por exemplo, no ensino à distância, na divulgação, por exemplo, das campanhas eleitorais, no debate político, na conscientização do nosso povo. Como desconhecer isso? Como tratar pessoas que fazem esse papel como criminosos?

É isso que eu acho que tem que mudar. Por isso quero, mais uma vez, parabenizar os trabalhos desenvolvidos pela Abraço em todo o Brasil, a militância, os membros das diversas organizações sociais, em cada um dos lugares do Brasil, em cada Município, em cada canto deste País, especialmente no meu Piauí.

E coloco meu mandato à disposição para que encontremos maneiras mais rápidas de organizar e legalizar o funcionamento das rádios comunitárias do Brasil. Repito, inclusive aí também, separando o joio do trigo.

Quero aproveitar para destacar a importância do Programa Cidades Digitais ao ampliar a base da rede digital pelo Ministério das Comunicações.

Em meu Estado, o Governador Wilson trabalha o Programa Piauí Digital, lançado pelo Ministro das Telecomunicações, que visa construir redes digitais locais de comunicação nos Municípios brasileiros, promover a produção e oferta de conteúdos e serviços digitais e facilitar a apropriação de tecnologias da informação e comunicação pela gestão pública e pela população, o que nos faz avançar em outras formas de comunicação.

No meu Estado, já existe o Programa Piauí Digital, como eu disse, que vai levar internet para todos os Municípios, a começar por 49 Municípios, e queremos aproveitar o Programa Cidades Digitais para inovar – que é um importante programa lançado pelo Ministro Paulo Bernardo – e conseguir implantar a infraestrutura de conexão, pontos públicos de acesso à internet, qualificação e apoio a espaços públicos e comunitários também em outros Municípios.

Quero aqui saudar esses quinze anos da Abraço e a todos que contribuem para construir a nossa democracia também na área da comunicação.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUIM NA ÍNTegra DISCURSOS DO SR. SENADOR WELLINGTON DIAS.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, vivemos nas últimas semanas uma série de ataques ao governo federal, uma febre de denuncismo. Existe uma clara tentativa de fazer a realidade parecer pior do que é.

Por todos os lados, apregoam uma faxina no governo. Uma faxina que presume ter muitas coisas erradas e que só agora estão sendo consertadas. Isso não é verdade. Desde o primeiro mandato do Presidente Lula mudou-se a forma como o governo reage às denúncias. Antes de nosso governo, o que víamos era o sucateamento dos órgãos policiais e dos órgãos de controle. À alegação de que os serviços públicos tinham corrupção era respondida com privatizações e criações de Agências Controladoras.

Já no primeiro mandato do Presidente Lula, o governo investiu na recuperação da Polícia Federal, que recebeu total autonomia em relação aos interesses políticos. Essas mudanças estão comprovadas pelo número de operações de combate à corrupção que a Polícia Federal realizou no Brasil. Foram 16 operações em 2003, com 223 presos, atingindo em 2010 um total de 124 operações, com 2734 presos. Este ano, foram realizadas até agora 141 operações, com 923 pessoas presas.

O combate à corrupção com transparência faz parecer que ela só existe agora, quando os esquemas são descobertos e quadrilhas desbaratadas.

Levo engano! A sensação de impunidade é que, de alguma forma, incentivou ao longo de séculos um comportamento leniente com a coisa pública que, só agora, com as investigações altamente qualificadas conduzidas com isenção e competência por nossa Polícia Federal estamos conseguindo combater com sucesso.

A corrupção, Senhor Presidente, é como um câncer que somente pode ser combatido quando descoberto.

Mas, não são apenas as operações da Polícia Federal que demonstram o empenho de nosso governo no combate à corrupção.

A Controladoria-Geral da União trabalha intensamente para fiscalizar a máquina pública brasileira. Cerca de 3300 servidores foram punidos por envolvimento em práticas ilícitas. Foram demitidos 2812

servidores, 281 perderam seus cargos em comissão e 204 perderam suas aposentadorias. Somente este ano, 98 servidores foram expulsos do serviço público por envolvimento em irregularidades.

Estes procedimentos acabam, definitivamente, com qualquer sentimento de impunidade dos servidores públicos, independente de sua posição hierárquica.

Durante o meu governo no Piauí, tivemos especial atenção para com esse assunto. Criamos e implantamos o Portal da Transparência onde todas as ações do governo ficaram acessíveis a todos os cidadãos; Criamos a Controladoria Geral do Estado, que acompanha, fiscaliza e faz auditorias nos órgãos do Governo Estadual; Criamos a rotina de todo mês por sorteio escolher um órgão a ser fiscalizado pela CGE; Determinamos o encaminhamento dos relatórios da CGE sistematicamente para o Tribunal de Contas do Estado;

Acompanhamos de perto as liberações financeiras pelo Comitê de Gestão Financeira que criamos, bem como as obras por um grupo de trabalho criado para este fim. Com essas ações tínhamos sempre as informações do andamento das obras e sua qualidade, comparando a liberação financeira com a obra física realizada;

Também realizávamos reuniões abertas, sempre com a presença da Sefaz, Seplan e Segov com os Secretários gestores das obras ou ações para definição de prazos e liberações financeiras, o que fazia com que todos os presentes, inclusive outros secretários tomassem conhecimento de tudo o que nos ajudava no acompanhamento e controle, o que inibia a má gestão dos recursos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o combate a corrupção que o governo brasileiro implementa é visto com destaque em todo o mundo, que indica e copia a adoção de transparência e publicidade dos atos de governo em todos os níveis.

Além das medidas tomadas pelo próprio Executivo, nesta Casa tramitam mais de 50 projetos de lei, iniciativa dos Senadores, dos Deputados e do Poder Executivo, propondo a criação de dispositivos legais para combater a corrupção. É a demonstração cabal de que a vontade de nosso país é combater esse mal.

A corrupção, Senhor Presidente, não é uma exclusividade do Brasil ou do nosso governo. Ela existe desde a antiguidade e, graças aos avanços das leis que protegem o interesse público e do uso das tecnologias de informação, hoje podemos combatê-la com muito mais eficácia.

Por fim, Senhor Presidente, a corrupção não pode ser combatida apenas pelo Governo. O combate à corrupção deve ser uma ação de todos os cidadãos.

É nesse contexto que saúdo a iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, que lançou no

último dia 24 de agosto o Observatório da Corrupção, quando o seu presidente, Ophir Cavalcante, lembrou que a sociedade brasileira precisa se entender como protagonista nesta luta.

A OAB busca com o Observatório da Corrupção criar um canal com a sociedade, para permitir que os cidadãos denunciem casos que venham a conhecer e exijam celeridade da Justiça nos processos que envolvam denúncias de corrupção.

A luta contra a corrupção é a base da construção de um país justo. E nós todos, que estamos lado a lado construindo um Brasil Soberano capaz de ser uma nação líder no cenário mundial, estamos juntos com a população para garantir que suas riquezas não sejam dilapidadas, como foram em outras épocas.

Portanto, o combate a corrupção deve acontecer em todos os governos e em todos os níveis, buscando, além da criminalização dos corrompidos a criminalização, também, dos corruptores.

Porque, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras senadoras, o combate a corrupção inicia com a educação de valores como veracidade, honestidade e sinceridade. Inicia no lar, continua na escola e se consolida na sociedade.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, quero fazer hoje, aqui no Plenário, uma homenagem aos 15 anos da Associação Brasileira de Radiofusão Comunitária, a Abraço. Presente em 22 Estados e no Distrito Federal, a Abraço nasceu em 1996 com o objetivo de unificar a luta das rádios comunitárias na defesa da liberdade de expressão e da livre manifestação radiofônica das comunidades das cidades, periferias e do campo.

Uma das grandes contribuições das rádios comunitárias, senhor presidente, é ter propiciado a muitas comunidades a possibilidade de deixarem de ser apenas receptores passivos de conteúdo radiofônico, para se transformarem em criadores, elaboradores e gestores do seu próprio meio de comunicação.

Sabemos que as rádios comunitárias têm enfrentado todos os desafios e obstáculos para que não se transformem em meios de comunicação isolados no cenário político. Elas só fazem sentido quando são, de fato, instrumentos por onde escoam as notícias, os debates, as principais discussões de interesse das comunidades onde estão inseridas, bem como dos movimentos e das organizações sociais.

No âmbito das rádios comunitárias, esse caráter democrático e diferenciado sempre partiu de uma construção coletiva, junto com as comunidades de cada região.

No Piauí, Sr. Presidente, temos cerca de 1200 rádios comunitárias. É preciso encontrar uma maneira junto ao Ministério das Comunicações e à Anatel para que se possa regulamentar o serviço prestado por esses importantes meios de comunicação, principalmente em locais de difícil acesso.

A Assembleia Legislativa do Piauí propôs, durante audiência pública na Comissão de Administração e Política Social, a apresentação de uma emenda constitucional transferindo para os Estados e municípios a competência para autorização de funcionamento de rádios comunitárias. Não sei se essa é a melhor saída.

O presidente da Abraço—Piauí, Ricardo Campos, cobra que as rádios comunitárias sejam mais valorizadas pelo Governo Federal, com uma análise mais profunda antes de a Agência Nacional de Telecomunicações aplicar multas e apreender equipamentos.

Na semana passada, estive com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para tratar do processo de liberação de várias rádios comunitárias do Piauí, dentre elas a de Oeiras e a de Parnaíba.

Meu testemunho, senhor presidente, é de que as rádios comunitárias fazem um trabalho fundamental em várias localidades. Trabalho de divulgação da informação, promoção de campanhas preventivas, educação à distância, enfim, conecta aquela localidade ao restante do mundo.

Por isso, quero mais uma vez parabenizar os trabalhos desenvolvidos pela Abraço em todo o Brasil, especialmente no Piauí, e coloco meu mandato à disposição para que encontremos maneiras mais rápidas de organizar e legalizar o funcionamento das rádios comunitárias no Brasil.

Quero aproveitar para destacar a importância do programa Cidades Digitais, lançado pelo Ministério das Comunicações e que visa construir redes digitais locais de comunicação nos municípios brasileiros, promover a produção e oferta de conteúdos e serviços digitais, e facilitar a apropriação de tecnologias da informação e comunicação pela gestão pública local e pela população.

No meu Estado, já existe o Programa Piauí Digital, que vai levar internet para 49 municípios piauienses, mas queremos aproveitar o programa Cidades Digitais para inovar e conseguir implantar a infraestrutura de conexão, pontos públicos de acesso à internet e qualificação e apoio a espaços públicos e comunitários também em outros municípios.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos, Senador Wellington Dias, que esse “abraço” que V. Ex^a dá seja um abraço de todo o Senado da República e meus cumprimentos também pelo discurso em defesa da democracia.

Passamos a palavra, neste momento, por cessão do Senador Cícero Lucena, ao Senador Lindbergh Farias para o seu pronunciamento usando do tempo que for necessário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs^as Senadoras, Srs. Senadores, estamos aqui às 20:28 horas e quero assumir esta tribuna para tentar ser o mais breve possível, trazendo três projetos que apresentei, nesta Casa, sobre um tema pelo qual tenho subido muito a esta tribuna, nos últimos dias, que é sobre a política econômica, taxas de juros, combate à inflação.

Vai ser a última vez porque a reunião do Copom é amanhã, Senador Paulo Paim. V. Ex^a está acompanhando, mas eu quero falar da torcida. Hoje tivemos um debate, uma audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos, com o Ministro Fernando Pimentel, onde fiz questão de repetir o que tenho falado aqui desde há semana passada. Às vezes, Senador Paulo Paim, eu sinto que a gente tem que marcar as nossas posições, os nossos discursos; falar uma vez, falar duas vezes, falar a terceira vez, porque sinto que esse é um momento decisivo, momento decisivo.

A Presidenta Dilma sabe dos desafios que a crise econômica internacional está nos impondo. Sinto que se o Banco Central começar, no dia de amanhã, a baixar as taxas de juros, todos nós teremos um grande acerto. Eu já falei aqui várias vezes que a Presidenta Dilma tem dito que nós vamos ter dois problemas centrais com essa crise econômica internacional: o primeiro, é a inundação do País com dólares; o segundo, é a inundação – esse termo inundação é da própria Presidente da República – de produtos importados. Temos uma pressão violentíssima sobre a nossa moeda, sobre o câmbio.

Tenho aplaudido as posições do Governo, controle de capitais, ter colocado IOF sobre captação externa, IOF sobre derivativos; o Plano Brasil Maior, uma política de defesa comercial consistente. Mas eu tenho assumido aqui para dizer, reiteradas vezes, e vou dizer hoje pela última vez antes da reunião do Copom: se não caminharmos para baixar a taxa de juros, nós não teremos saída. Nós temos hoje uma taxa de juros reais superior a 6%; a Hungria tem 2,5%; o Chile tem

1,8%. Então, todas essas medidas de controle de capitais são importantes, mas não tem jeito: uma economia como a nossa, com um grau de estabilidade que estamos conseguindo criar neste País, com reservas internacionais e com taxas de juros desse jeito, nós vamos continuar sendo um porto seguro de atração de recursos, de dólares, principalmente depois da decisão do Banco Central norte-americano, do FED, de deixar claro que até 2013 eles vão ter taxa de juros de zero a 0,25%.

Então, enfrentar esse problema é decisivo.

Creio que o momento seja agora. Citei, novamente, hoje na reunião com o Ministro Fernando Pimentel que, em 2008, nós perdemos aquele *time*, depois do surgimento da crise econômica, depois da queda do Banco Lehman Brothers; nós tivemos a reunião do Copom em outubro; nós tivemos a reunião do Copom em novembro e, infelizmente, o Banco Central não baixou a taxa de juros. Tivemos que forçar mais o fiscal, e ainda bem que o Presidente Lula, com a sensibilidade dele, ampliou o crédito para o povo.

No Governo Fernando Henrique Cardoso nós tínhamos só 22% do PIB de crédito para o povo, e nós fomos para 46%. Política de recuperação do salário mínimo, investimento público, gastos públicos sim – nós fomos pelo fiscal – e, graças à sensibilidade do Presidente Lula, nós crescemos, em 2010, 7,5%. Estou convencido de que perdemos uma chance ali de ter começado, naquele momento da crise, a baixar as taxas de juros.

Eu tenho alertado para as pessoas aqui, agora. Acho que a situação parece muito com a de 2008, porque se não baixarmos as taxas de juros agora e a crise econômica internacional se agravar, nós teremos de ir novamente para o fiscal.

Na hora H, uma coisa que não vamos admitir é desacelerar essa economia, é perder o que foi a nossa grande conquista: colocar 40 milhões de brasileiros na classe média. Esse é o nosso projeto e não vamos deixar a nossa economia desacelerar; se o Banco Central não tomar as medidas corretas em relação à taxa de juros, nós vamos, mais a frente, ter de tomar decisões em cima de outros instrumentos, em especial, sobre a política fiscal.

Estou convencido do que a Presidente Dilma e o Ministro Mantega estão querendo fazer agora é o correto, ou seja, irmos para uma política monetária, baixar as taxas de juros e fazer essa contenção fiscal. O meu temor é que a gente se perca por errarmos no **time**.

Então, sou um daqueles brasileiros que estão esperançosos que no dia de amanhã saia uma decisão do Banco Central em baixar as taxas de juros. Até porque, no primeiro semestre deste ano, nós gastamos, em seis meses, 138 bilhões de reais em pagamento de juros. Nenhum país aguenta isso. Nós temos de fazer superávit e temos juros nessas proporções. São 138 bilhões, Senador Paulo Paim! Olha que esforço fiscal.

Se nós começarmos a baixar as taxas de juros qualquer um ponto ou dois pontos isso impacta sabe em quanto? São 20 ou 30 milhões de recursos livres para investimentos.

Nós sabemos que isso é uma obsessão da Dilma. Nós temos de aumentar os investimentos neste país. Hoje nós estamos na ordem de 19% e a Dilma tem uma meta de, em 2014, chegar a 22,4%.

Essa é a nossa batalha do dia a dia.

Agora, apresento esses três projetos dentro dessa mesma linha, Senador Paulo Paim. Quero citar o primeiro projeto, que é uma alteração na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a adoção prévia, pelo edital de licitação, de variação de índices de preços como critério de reajuste de valores referentes a despesas estabelecidas nos contratos.

Isso aqui é para tentar impedir a indexação.

O Ministro Guido Mantega falou desse projeto, há poucos dias, quando esteve aqui no Senado Federal; devo dizer, inclusive, que a ideia de apresentação deste projeto partiu de um artigo do nosso ex-ministro Bresser Pereira, mas acho que este é um projeto muito importante.

Quero ler aqui, rapidamente, essa justificação:

Até 1994, quando o Plano Real foi lançado, o Brasil tinha vivido 20 anos sob o regime de alta inflação. Nesses anos, a inflação persistia, em grande parte, por conta das diversas formas de indexação de preços existentes. As lições aprendidas daquele período foram as seguintes: (i) – o governo central deve ter postura e atitude anti-inflacionárias permanentes; (ii) – focos de inflação devem ser identificados e atacados e (iii) – mecanismos de reprodução da inflação devem ser desmontados.

Hoje, a inflação é moderada. O governo e seus organismos estão de forma inequívoca empenhados na manutenção da estabilidade monetária. Os focos de inflação têm sido identificados. Algumas políticas específicas têm sido utilizadas para neutralizá-los, por exemplo: a

adequação do valor da Cide às variações internacionais do preço do petróleo.

Aqui é um fato novo. De fato, no Governo da Presidenta Dilma, nós estamos tratando da inflação. E eu parabenizei a atual Direção do Banco Central, quando adotou a tese do gradualismo, ou seja, de não buscar o centro da meta da inflação este ano, de jogar para 2012, porque se tivéssemos feito o que o mercado pediu no começo do ano, nós tínhamos colocado a Taxa Selic lá em cima e tínhamos derrubado a economia. Tinha chegado essa crise econômica aqui, agora, e nós estaríamos em apuros.

Mas o Governo começou a tentar a identificar quais as causas da inflação para agir das formas mais diversas possíveis. Antigamente era o seguinte: inflação, Taxa Selic; só que tem coisas que não têm nada a ver: a Taxa Selic com a pressão do consumo. Dou exemplo aqui. Não foi só essa questão da variação do preço do petróleo, em que a Petrobras faz essa adequação nas bombas; mas está aqui a questão do etanol. Nós tivemos um problema gigantesco de desabastecimento do etanol. O que o Governo fez? Inclusive a Medida Provisória nº 532, que vai ser discutida aqui, amanhã, trata disso. O Governo colocou a ANP regulando e chamou a Petrobras também. E a Petrobras está entrando, de forma decisiva, na produção de etanol, para que a gente resolva esses problemas, no futuro.

Mas vou continuar:

Contudo, muito pouco, ou quase nada, tem sido feito nos últimos anos para que as práticas de reprodução da inflação sejam desmontadas. O próprio Estado brasileiro estimula tais práticas ao assinar contratos com cláusulas de indexação de valores de despesas. A indexação de preços é perversa, ela provoca inflação sem que se apresente como causa aparente.

Outra coisa: de que vale, no final, aumentarmos a Taxa Selic, se já está lá tudo prefixado, como os preços?

A indexação de preços não aparece como causa da inflação de forma explícita, como aparecem, por exemplo, a escassez de energia, um choque climático etc. Mas, a indexação contratual de preços é uma causa da inflação como qualquer outra e deve ser eliminada.

Um exemplo hipotético é capaz de ilustrar o tema: um órgão do governo federal estabeleceu um contrato de prestação de serviço com

uma empresa do setor privado. O contrato estabelece que após um ano o valor do serviço será reajustado de acordo com o IGP-DI. O IGP é calculado através da média ponderada da inflação medida por três índices: (I) – com peso de 60%, o IPA, que mede a inflação dos produtos agrícolas e industriais no atacado, (II) – com peso de 30%, o IPC, que mede a inflação da cesta de consumo das famílias com rendimentos até 33 salários mínimos e (III) – com peso de 10%, o INCC, que mede a inflação da construção civil.

Se logo após a assinatura do contrato hipotético houvesse um choque climático– agrícola, isto faria aumentar o preço no atacado dos alimentos e, em consequência, haveria uma variação para cima do IPA e do IGP-DI. Então, aproximadamente doze meses após o choque climático– agrícola, o IGP-DI transportaria seus efeitos para o valor da despesa do órgão público acima citado. Assim, a inflação ocorrida no passado é transferida para frente e o reajuste do preço do contrato para o setor público aumentaria ainda que não tivesse havido aumento de custos do serviço contratado.

Situações semelhantes ao exemplo hipotético descrito ocorrem porque a Lei 8.666, em seu artigo 40, inciso XI, admite "...a adoção de índices específicos ou setoriais..." o que permite a utilização de índices de preços como critério para balizar reajustes de despesas estabelecidas em contratos. É inaceitável, por exemplo, que o IGP-DI possa orientar reajustes de contratos de uma prestação específica de serviço.

Ademais, a indexação de preços via contratos é extremamente prejudicial à estabilidade monetária na medida em que estimula a indexação informal e a cultura de reajuste de preços sem causa identificada: empresas e pessoas aumentam preços não porque houve um aumento de seus custos ou porque planejam poupar para investir, mas porque percebem que outros preços aumentaram. E porque uns aumentam preços, outros aumentam também. E assim a inflação se reproduz ao longo do tempo – de forma defasada, silenciosa, mas permanente. Quando este processo contínuo de reajustes de preços se estabelece, ainda que a inflação seja moderada, como no Brasil atualmente, o

que está estabelecido, de fato, é uma enorme rigidez que dificulta a queda da inflação.

Os instrumentos anti-inflacionários tradicionais, tais como o corte de gastos públicos ou a elevação da taxa básica de juros, não são capazes de impedir ou eliminar a inflação resultante da indexação de preços, especialmente, quando a indexação é formal, estabelecida em contratos. Portanto, a contribuição que o poder público deve dar para acabar com este tipo específico de inflação é proibir que o Estado assine ou renove contratos com o setor privado que possuam cláusulas de indexação de despesas.

Vou repetir: "proibição que o Estado assine ou renove contratos com o setor privado que possuam cláusulas de indexação de despesas."

Os contratos entre o Estado e o setor privado devem, contudo, prever cláusulas que possibilitem a mudanças de valores monetários das despesas governamentais. As cláusulas de adequação de preços devem prever a possibilidade de variação de preços calculada com base, por exemplo, na produtividade do trabalho e nos custos da atividade contratada. Jamais se pode aceitar a introdução de quaisquer índices de variação de preços que estabeleçam memórias inflacionárias, isto é, que tragam para o presente a inflação que ocorreu no passado.

Se a inflação inicial (ou seja, aquela que provoca inflação no presente porque ocorreu inflação no passado) é amenizada em decorrência do fim das cláusulas de indexação de preços através de contratos entre o Estado e o setor privado, então, até mesmo a taxa de juros básica da economia, a taxa Selic, poderia ser reduzida.

Sr. Presidente, volto a dizer, este é um projeto que acho muito importante. Fiquei muito satisfeito pelo Ministro Guido Mantega ter feito referência a este projeto, na sua passagem aqui, no Senado Federal. Isso mostra que é um projeto que pode andar com velocidade nesta Casa. E volto a citar novamente, Ministro e Professor Bresser Pereira, que fez um artigo que nos estimulou a contribuir com este projeto de lei.

O segundo projeto de lei que apresentei hoje: Altera a Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001, para

vedar a emissão de títulos da dívida pública remunerados pela taxa da dívida pública Selic e por taxas de câmbio, após prazo de dois anos da alteração proposta.

Nós somos o único país do mundo em que vinculamos a remuneração dos títulos da dívida pública à taxa de juros, nossa Taxa Selic. Único país do mundo.

Eu justifico aqui dizendo:

Títulos públicos de longa maturação têm, em qualquer lugar do mundo, juros pré-fixados, ou seja, a remuneração dos títulos é conhecida do momento da sua aquisição em leilões. No Brasil, grande parte dos títulos da dívida pública é indexada à taxa de juros Selic.

A taxa de juros Selic é a taxa de juros básica da economia. Este tipo de taxas de juros é utilizado para remunerar os empréstimos de recursos (de curíssimo tempo), negociados no mercado interbancário de reservas. Tal mercado é gerenciado dia a dia por bancos centrais com o intuito de controlar a liquidez da economia, manter as taxas de juros bancárias estáveis e assegurar reservas para o bom funcionamento dos bancos.

Para ilustrar a definição de taxa de juros Selic e o seu papel na economia brasileira, na nossa justificativa vamos reproduzir um texto de um livro que fala da introdução desse mecanismo aqui:

A taxa de juros Selic é a taxa de baliza a troca de reservas entre as instituições financeiras. Especificamente, a Circular nº 2.900 define a taxa selic como a 'taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para os títulos federais'. Com isso, ficam incluídas todas as operações de trocas de reservas por um dia entre as instituições financeiras e entre essas e o Banco Central no cálculo dessa taxa de juros. Esta Circular estabelece também que a partir dessa data, a política monetária passa a ser regida pela fixação de metas para a taxa Selic e seu eventual viés – elevação ou redução potenciais da meta Selic –, visando o cumprimento da meta de inflação, conforme estabelecido pelo Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999." (Livro: Economia Monetária e Financeira: teoria e política; página: 185; editora: Campus– Elsevier; 2ª edição: 2007; autores: Fernando Cardim de Carvalho e outros)

Sr. Presidente, esse inusitado arranjo brasileiro impõe uma ligação entre a política monetária (taxa Selic) e a política fiscal de gastos (despesa com a remuneração do serviço da dívida pública). Esse valor que eu falei aí, de 138 bilhões de reais, em seis meses. Esse é um arranjo no mínimo inusitado, estranho. Todas as vezes que a política monetária objetiva elevar a taxa de juros básica da economia, por exemplo, para reduzir a liquidez da economia – e nós tivemos o caso da pressão inflacionária no começo do ano, ou seja, o Governo queria reduzir a liquidez da economia para conter a inflação, então é imposto um custo fiscal gigantesco, resultante dos títulos de maturação mais longa indexados à Selic, que o Tesouro emitiu e negociou em mercado aberto. Então, veja bem, o objetivo do Governo é conter a inflação, é retirar a liquidez. Aumentou a Taxa Selic, só que leva junto remuneração dos títulos da dívida pública; é um custo fiscal terrível. Não há por que estarmos indexados dessa forma.

Ademais, Sr. Presidente, nessas circunstâncias, uma elevação da Taxa Selic atrairia também – é outro efeito – capitais estrangeiros para o País para a compra de títulos da dívida pública, já que eles se tornariam mais atrativos. Então, haveria pressão para uma valorização cambial, o que pode não ser desejável.

Para finalizar, ainda temos títulos indexados à taxa de câmbio, é uma parcela muito reduzida. Mas, no passado, já tiveram grande importância em termos quantitativos.

Sr. Presidente, vou resumir. Quero dizer que o Governo tem mudado um pouco o perfil dessa vinculação com a Taxa Selic. Em 2002, nós tínhamos 60% da nossa remuneração dos títulos da dívida pública vinculados à Taxa Selic; em 2006, 35%; agora nós estamos em 31%.

Eu peguei uma entrevista que saiu nos jornais de hoje, do Secretário- Executivo Nelson Barbosa, falando isto: “É preciso desindexar a dívida [...] É muito difícil um título privado concorrer com um título indexado pela Selic.”

Por que eu apresento este projeto, se o Governo já está fazendo essa mudança? É porque eu quero proibir. Ao proibir a vinculação da remuneração dos títulos à Taxa Selic, nós vamos evitar uma coisa que está acontecendo, porque os que não estão vinculados à Taxa Selic... Hoje, o mercado faz um jogo muito duro porque vão vir os títulos que são remunerados pela Taxa Selic. O mercado, por isso, não aceita preços pré- fixados abaixo desse valor Selic.

Então, creio que este é um projeto muito importante, porque tem o sentido de impedir a vinculação

da remuneração dos títulos públicos com a Taxa Selic. Eu acho que é fundamental, nesse debate de futuro e nesse arranjo que a Presidenta Dilma quer fazer, trazer as nossas taxas de juros para níveis normais.

Vou ser bem breve, Senador Paulo Paim, falando de um último projeto, no qual eu altero a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão “perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos.”

Hoje o nosso Banco Central fala apenas em busca da estabilidade monetária, só em cima da estabilidade monetária, apesar de que devo reconhecer que este ano o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini – e nós estamos tendo, pela primeira vez na história recente do País, um Banco Central com composição de funcionários públicos, funcionários de carreira, sem agentes do mercado. E acho isso positivo. Mas, pela primeira vez, a gente tem visto o Presidente do Banco Central falar que são dois os objetivos: manter a estabilidade monetária e perseguir o crescimento econômico. A mesma coisa tem falado a Presidenta Dilma.

Pois bem, é um debate conceitual, mas importante. Até porque temos vários exemplos históricos. O Banco Central norte- americano, FED, é como esta minha proposta – e quero aqui citar. O Banco Central australiano também. Vou ler aqui rapidamente, para encerrar, a minha justificação:

Em geral, bancos centrais atuam na economia através da utilização de instrumentos de política monetária, assim como estabelecem regras de regulação do sistema financeiro. Contudo, a atuação de um banco central não é neutra em relação ao lado real da economia. Os resultados de sua atuação não se restringem à esfera monetária e financeira.

A evidência de que existe um canal de ligação entre a esfera monetária e financeira e a esfera da economia real é reconhecida pela legislação que orienta a atuação de importantes bancos centrais. O Federal Reserve Bank, o Banco Central dos Estados Unidos, afirma em sua missão que é dever da instituição atuar para influenciar: “... as condições monetárias e de crédito na economia em busca do emprego máximo, preços estáveis e taxas de juros de longo- termo moderadas”. [Esse é o banco central americano].

O Banco Central da Austrália afirma, em sua missão, que a atuação da instituição deve contribuir para: "a estabilidade da moeda, a manutenção do pleno emprego, a prosperidade econômica e o bem-estar do povo da Austrália".

Diferentemente dos bancos centrais mencionados, o Banco Central do Brasil possui a seguinte missão: "assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema sólido e eficiente".

Então, Sr. Presidente, eu encerro, não vou me alongar, e quero agradecer a V. Ex^a pela tolerância.

Acho que são projetos muito importantes, porque, volto a dizer, já falei aqui várias vezes, não podemos abrir mão neste País – o Senador Randolfe pede um aparte –, mas quero dizer que não podemos abrir mão neste País disso que estamos construindo: 40 milhões de brasileiros na classe média, uma grande mobilidade social; estamos construindo um grande mercado de consumo de massa.

Por isso, alerto os senhores diretores do Banco Central que vão tomar a decisão amanhã no Copom; é importante que a decisão do Copom amanhã comece a acenar para a redução da taxa de juros.

Senador Randolfe.

Estamos aqui também com o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Estou tendo a honra de estar falando aqui, e com a presença do nosso Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Lindbergh, o tempo de V. Ex^a já se concluiu e não quero exasperar na tolerância sua nem na do Presidente. O que V. Ex^a propõe e dialoga é o modelo e o padrão que, penso, deve ser o caminho que a economia brasileira deve seguir. Nós construímos um grande mercado de massas. Lamentavelmente, a decisão de ontem do Ministro Guido Mantega, de ampliação de superávit primário, no meu entender, não dialoga que estas pretensões nossas, com estas ideias nossas, com estes ideais que estamos consubstanciando, em que estamos insistindo. Quero acreditar que amanhã, eu espero que amanhã nós não tenhamos, na reunião do Copom, ampliação da taxa de juros porque isso, de fato, dialogará em sentido contrário ao que estamos defendendo e às convicções que estamos sustentando aqui. Há muito tempo, Lindbergh, desde a UNE, minhas convicções dialogam com as suas; nadamos na mesma correnteza do rio. Divergimos na mesma coisa; não acredito que medidas como a ampliação

do superávit sejam medidas que dialogam com as nossas convicções.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

– Senador Randolfe, vou encerrar porque o Senador Eunício está para subir e V. Ex^a também vai falar. Antes devo dizer uma coisa: o Governo aumentou muito a arrecadação no começo deste ano. Eu confesso que vou voltar à tribuna para bater palmas se a medida de ontem tiver ajudado o Banco Central a reduzir a taxa de juros no dia de amanhã. Se isso não acontecer, V. Ex^a vai ver um Senador vir aqui para reclamar. Porque, no contexto, esse aumento de superávit, se for para baixar taxa de juros e começar um ciclo de derrubada de taxa de juros, eu digo: valeu a pena. Também não sou fã do aumento do superávit primário, porque sabemos que temos que aumentar investimentos neste País. Mas digo a V. Ex^a que aumento de superávit sem aumento da taxa de juros vai fazer este Parlamentar subir aqui à tribuna amanhã à noite para reclamar, porque temos que aumentar nossos investimentos neste País. E por isso acho que talvez tenha sido uma posição da Presidenta para jogar o Banco Central numa situação assim: fizemos mais esse esforço; a bola está com vocês. Acho que é esse o chamado que o Brasil está fazendo ao Banco Central amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Lindbergh Farias, pelos três projetos apresentados.

Todos vamos bater sempre na mesma tecla para que se diminua essa taxa de juros. Estamos todos torcendo por isso.

Passo a palavra, neste momento, como orador inscrito, ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, ocupo esta tribuna para registrar, com prazer, que o Sindicato das Indústrias de Calçados e Vestuários, o Sindindústria, de Juazeiro do Norte, cidade fértil do meu vale do Cariri, região sul do Ceará, está comemorando, merecidamente, o grandioso sucesso da Feira de Tecnologia e Calçados do Ceará, realizada agora, no mês de agosto, em sua 11^a edição, com o apoio da Associação Brasileira de Fabricantes da Indústria de Calçados e do Sebrae nacional do Ceará.

O sucesso desse evento não surpreendeu, por ser Juazeiro do Norte o maior polo calçadista do Nordeste

brasileiro e o terceiro polo do País, superado apenas por Franca, em São Paulo, e Novo Hamburgo, no seu Rio Grande do Sul.

Reconhecido como um dos setores que mais empregam, a indústria de transformação do calçado vem assumindo posição de marcante destaque no processo de desenvolvimento econômico regional, gerando milhares de empregos no setor calçadista, constituído por mais de trezentas empresas, envolvendo grandes, médios e pequenos empresários.

Maior cidade do interior do Ceará, com mais de trezentos mil habitantes, polo turístico religioso, que recebe, por ano, mais de 2,5 milhões de visitantes, na sua maior parte romeiros em culto à memória do Padre Cícero Romão Batista, Juazeiro exerce liderança e influência sobre vários municípios da região do Cariri dos Estados vizinhos, como Pernambuco, Paraíba e Piauí, e é também um grande mercado consumidor e promissor.

No setor de fabricação de calçados, Juazeiro vem apresentando constantes e crescentes índices de crescimento e de modernidade. Suas empresas juntas, em número superior a trezentas, produzem, mensalmente, 450 mil pares de sandálias femininas e 1,3 milhão de pares de sandálias chamadas microporosas.

A maior parte, Sr. Presidente, de sua produção é destinada ao competitivo mercado internacional: Europa, Mercosul e Estados Unidos. Nos últimos anos, a indústria calçadista de Juazeiro do Norte vem desenvolvendo intercâmbio inclusive com o polo calçadista da China, o que motivou a participação de expositores de Taiwan na 11ª Fetec. A Itália é outro país que vem desenvolvendo promissor intercâmbio com as indústrias de Juazeiro do Norte. Participou também da 11ª Fetec.

É significativo ressaltar, ainda, que o Sindindustrias atingiu o seu objetivo com a promoção da Fetec não só pelo lado promocional, como por proporcionar novos conhecimentos das mais avançadas técnicas de produção, transmitidos por empresários chineses e italianos, com os quais os fabricantes de calçados de Juazeiro vêm mantendo negócios constantes.

Para o presidente do Sindindustrias, Antonio Mendonça, “entre os setores que mais emprega, a indústria de transformação do calçado toma um novo rumo no processo de desenvolvimento”. Nos últimos dez anos, grande parte das indústrias de calçados de Juazeiro saiu das invisíveis fábricas da periferia, dos quintais das casas, para o campo da formalidade. O mercado ganhou novo perfil: modernizou-se; buscou

aceitação internacional e partiu para a especialização da mão de obra.

Com o apoio do Sindicato das Indústrias de Calçados de Juazeiro do Norte, três dezenas, entre as maiores empresas calçadistas da região caririense, estão realizando, atualmente, um programa pioneiro no Ceará: capacitação de mais de 10 mil pessoas, visando aproveitá-las no mercado de trabalho. Na visão dos empresários juazeirenses, esses novos profissionais formados e especializados vão garantir ainda mais desenvolvimento e melhor qualidade ao parque industrial calçadista do meu Cariri.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a realização da 11ª edição da Fetec, como parte da programação comemorativa do Centenário de Juazeiro do Norte, ocorrido este ano, pode ser considerada um de seus maiores eventos.

O sucesso da Fetec é aferido, entre outros, pelos seguintes fatos: recorde de visitantes e de expositores, muitos desses de vários Estados da Federação brasileira; pela primeira vez, houve a presença de expositores estrangeiros liderados por chineses e italianos; e por haver movimentado negócios de mais de R\$10 milhões.

Ao registrar esse êxito da Fetec, venho hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, para saudar os promotores da feira e a comunidade de Juazeiro do Norte pelo sucesso do evento e pela importância do Município no contexto nacional, importância não só na área econômica, não só no polo calçadista, mas também a importância na área de ensino, como a área universitária. Com a implantação de novas universidades no meu Cariri, pública e particulares, e, agora, com a nova universidade federal anunciada pela Presidente Dilma, o Juazeiro e o Cariri ampliam a oportunidade de ensino, de cultura e do processo de desenvolvimento.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela permissão de falar aqui desta tribuna já neste horário tão avançado, mas tenho que dizer que Juazeiro faz jus, portanto, à projeção nacional que soube conquistar e consolidar, com as bêncções do seu patriarca, o idolatrado já quase santo Padre Cícero Romão Batista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos, Senador Eunício Oliveira, por defender os interesses do seu Estado, dando destaque a Juazeiro do Norte, à feira e à universidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu os seguintes Ofícios com indicações de nomes para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto no inciso VI do art. 130– A da Constituição Federal:

**OFÍCIO
Nº S/54, DE 2011**

Ofício nº 137/11-GLPSDB

Brasília, de junho de 2011.

26/06/2011
Recebido em 26/06/2011
Hora 11:11:11
Myriam Machado Mat. 38262
SOL/PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

O Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB
vem, através deste, manifestar o seu apoio à indicação do Senhor
FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA para o cargo de
Conselheiro do CNMP – Conselho Nacional do Ministério
Público.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta
consideração.

Atenciosamente,

Alvaro Dias
Senador **ALVARO DIAS**
Líder do PSDB

Em 31 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador
José Sarney,

Os Líderes abaixo assinados indicam o Senhor **FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA**, *curriculum vitae* anexo, para compor o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP), nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Handwritten signatures of political leaders, with their names and party affiliations:

- Marcos Chaves (PMDB)
- François Boenning (PP)
- Magno Malta (PR)
- Antônio Carlos Valadares (PSB)
- Gil Rego (PDT)
- Sérgio Petecão (PMN)

Brasília, 28 de junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador **JOSÉ SARNEY**,

Valho-me deste expediente para indicar, na qualidade de Líder do DEMOCRATAS, o Senhor **FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA**, *curriculum vitae* anexo, para compor o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Senador **DEMÓSTENES TORRES**

Ofício GLPDT - 036/2011

Brasília, 09 de Agosto de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar a Vossa Excelência, e, na qualidade de Líder do Partido Democrático Trabalhista (PDT), indicar o Senhor **Fabiano Augusto Martins Silveira**, currículum vitae anexo, para compor o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do artigo 130-A, VI, da Constituição Federal.

Ao ensejo renovo meus mais efusivos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador **ACIR GURGACZ**
Líder do PDT

Excelentíssimo Senhor Senador
JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Recebido em 09/08/2011
Hora 10:24
Myrlan Machado / Mat. 3B282
cc - SGM

Ofício nº 534/2011- GSREDC

Brasília/DF, 16 de agosto de 2011.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, valho-me do ensejo para manifestar meu apoio à indicação do Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA, Consultor Legislativo do Senado Federal, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



REDITARIO CASSOL
Senador da República

À Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

16/08/2011
Recebido: _____
Horá: 15:18
Jacqueline Souza - Mat. 52000
Myriam Machado - Mat. 38282
Setor SG/M

Presidência do Senado Federal
Jacqueline de Souza - Mat. 52000
Recebi o Original
Em: 16/08/2011 Hs: 15:18
jacqueline

Fabiano Augusto Martins Silveira
CURRICULUM VITAE

Dados pessoais

- **Filiação**
Afonso Celso Silveira e Sebastiana Martins Pinheiro
- **Nascimento**
Belo Horizonte – MG, em 19 de dezembro de 1974
- **Endereço residencial**
SQN 214, Bloco I, apto. 405, Asa Norte
Brasília – DF – CEP 70873.090
- **Endereço profissional**
Senado Federal, Consultoria Legislativa
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Bloco B, Sala 27
Brasília – DF – CEP 70165-900
- **Endereço eletrônico**
fabiano@senado.gov.br

Formação acadêmica

- Doutor em Ciências Penais pela Faculdade de Direito da UFMG (2004-2008), com período sanduíche na Università degli Studi di Roma – La Sapienza (2006-2007)
- Mestre em Ciências Penais pela Faculdade de Direito da UFMG (1999-2003)
- Graduado pela Faculdade de Direito da UFMG (1993-1998)

Formação complementar

- Curso de Ética. Mestrado em Filosofia da UFMG (1998)
- Curso de Criminologia – Prof. Alessandro Batatta – Faculdade de Direito da UFMG (2000)
- Curso de Teoria Generale del Diritto – Prof. Luigi Ferrajoli – Università degli studi di Roma Tre (2006)

Atuação profissional

- Consultor Legislativo do Senado Federal desde 2002, aprovado em 1º lugar para a área de direito penal, processual penal e penitenciário.
- Advogado desde 1998, atualmente inscrito na OAB/DF sob o nº 31.440
- Assessor da Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte (2000)

Prêmios e dignidades públicas

- Prêmio Aliomar Baleeiro, Faculdade de Direito da UFMG (1995)
- Prêmio Hugo Andrade Santos, Faculdade de Direito da UFMG (1998)
- Membro da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal, Senado Federal (2008-2009)
- Membro do Comitê Gestor do II *Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo* (2009-2010)

Magistério em Direito

- Professor Substituto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG (1999-2000)
- Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas (2001)
- Professor da Escola de Governo do Distrito Federal, EGDF (2003)
- Professor da Universidade do Legislativo Brasileiro, UNILEGIS (2003)
- Professor do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* do Centro Universitário de Brasília – UNICEUD (2005-2006)
- Curso de Pós-Graduação em Processo Penal. Escola Superior da Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro (2010)
- PUC/Minas Virtual. Curso de Especialização. Teoria Geral da Parte Especial do Código Penal (2010)

Textos publicados

- SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. A revisão do modelo constitucionalista de ilícito penal e a chamada "orientação às consequências". In: MENDES, Gilmar Ferreira; BOTTINI, Pierpaolo Cruz; PACELLI, Eugenio. (Org.). *Direito penal contemporâneo: questões controvertidas*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 213-236.. _____. O juiz das garantias entre os caminhos da reforma do Código de Processo Penal. In: Gilson Bonato. (Org.). *Processo Penal, Constituição e Crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 247-265.
- _____. Modelos de distribuição da normativa penal: o papel do código e dos subsistemas penais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 82, p. 48-87, 2010.
- _____. A legislação penal brasileira em face da chamada sociedade do risco. *Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal*, v. 61, p. 47-56, 2010.

- _____. Crescimento e descodificação do direito penal. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 897, p. 435-483, 2010.
- _____. O diálogo entre ciência e política no processo de formação das leis penais. *Revista de Informação Legislativa*, v. 186, p. 7-28, 2010.
- _____. O malandro nos contatos com a polícia: identidade e seletividade racial do sistema penal na discografia de Bezerra da Silva. *Revista Liberdades*, v. 5, p. 138-159, 2010.
- _____. A grande mídia e a produção legislativa em matéria penal. *Senatus*, Senado Federal, v. 8, p. 30-36, 2010.
- _____. O Código, as cautelares e o juiz das garantias. *Revista de Informação Legislativa*, v. 183, p. 77-93, 2009.
- _____. Aspectos jurídicos da reincidência; anotações gerais. *Boletim IBCCRIM*, v. 78, p. 5-6, 1999.
- _____. Fundamentos técnico-jurídicos da reincidência no moderno direito penal. *Revista do CAAP*, v. 4, p. 15-55, 1998.
- _____. O anti-semitismo por Jean-Paul Sartre. *Revista da ESMAPE*, v. 8, p. 12-21, 1998.
- _____. *Da criminalização do racismo: aspectos jurídicos e sociocriminológicos*. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. v. 1. 262 p.
- _____. A Constituição e o princípio da ofensividade penal vinte anos depois. In: DANTAS, Bruno; CRUXÉN, Eliane; SANTOS, Fernando; LAGO, Gustavo Ponce de Leon. (Org.). *Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois*. Brasília: SENADO FEDERAL, 2008, v. 1, p. 315-348.
- _____. Oportunidade histórica. *Folha de São Paulo*, p. A3 - A3, 11 dez. 2010.
- _____. Um novo código de processo penal: como e por quê? *Revista Mens Legis*, Belo Horizonte, p. 36 - 37, 01 dez. 2008.
- _____. Aspectos jurídicos da reincidência; anotações gerais. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, p. 59 - 61, 31 jan. 2001.

- _____. A ideologia do branqueamento; traço de um racismo mascarado. *O Sino do Samuel*, Belo Horizonte, p. 12 - 12, 01 abr. 1998.
- PEREIRA JUNIOR, Edvaldo Costa; SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins; ROBERTO, Giordano Bruno Soares. *Roteiro para leitura do Malleus Maleficarum*. In: GUSTINS, Miracy Barbosa de Sousa; SILVEIRA, Jacqueline Passos da; AMARAL, Carolline Scofield. (Org.). *História do Direito: novos caminhos e novas versões*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007, v. , p. 227-262.

Algumas palestras proferidas

- Faculdade de Direito UniDH. Belo Horizonte. O novo Código de Processo Penal (2011)
- Jornada FESUDEPERJ – III Conferência – Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ. As cautelares no projeto do novo CPP (2011)
- I Congresso Internacional de Ciências Criminais. Curitiba/PR. A reforma do CPP: Dogmática, Princípios, Ideologia e Neoinquisição (2011)
- II Encontro de Defensores Públicos do Nordeste. Salvador/BA. Visão panorâmica da proposta de reforma do CPP e as garantias do acusado (2011)
- III Congresso Brasileiro de Direito Penal & Processo. Fortaleza/CE. O processo cautelar (2010)
- Semana do Ministério Púlbico do Ceará 2010. Fortaleza/CE. A reforma do Código de Processo Penal e os direitos fundamentais (2010)
- I Congresso Brasileiro de Direito Penal Contemporâneo. Santa Maria/RS. Anteprojeto integral do novo CPP (2009)

- Seminário – 10 anos do Instituto de Ciências Penais. Belo Horizonte/MG. A reforma do Código de Processo Penal (2009)
- Encontro promovido pela Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro AMPERJ. Rio de Janeiro/RJ. As medidas cautelares na reforma do Código de Processo Penal (2009)
- Constituição Federal: 20 anos – Câmara Legislativa do Distrito Federal. Brasília/DF. Os direitos e garantias individuais 20 anos depois (2008)
- I Jornada sobre Direito Processual Penal – Escola da Magistratura Federal da Primeira Região. Cuiabá/MT. As medidas cautelares na reforma do CPP (2008)
- Academia de Polícia Civil do Distrito Federal. Brasília/DF. Novas Tendências do Direito Penal (2004)
- II Encontro Nacional sobre DNA Forense. Belo Horizonte/MG. Dificuldades em se montar um banco de dados criminal de DNA no controle da violência no Brasil (2002)
- Primeira Semana de Ciências Penais Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG. Crimes Raciais (2001)
- IV Congresso e IV Mostra de Ciências Humanas, Letras e Artes (Funrei, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFU, UFV). Viçosa/MG. O direito penal e as penas alternativas (1999)

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Fabiano Alho M. Silveira". The signature is fluid and cursive, with a large, stylized initial 'F'.

DECLARAÇÃO

Declaro, a propósito da indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público, e em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, que *estabelece normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, em face do que dispõe a Emenda Constitucional nº 45, promulgada em 08 de dezembro de 2004*:

I – que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, de membro ou servidor do Senado Federal;

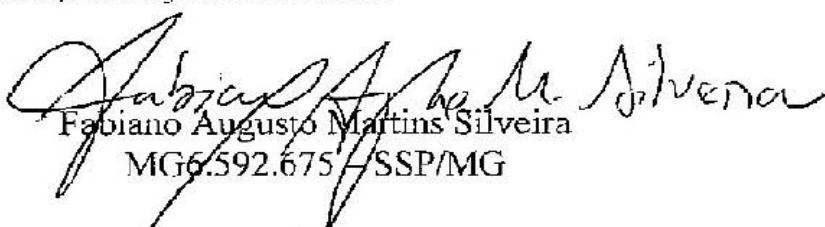
II – que sou servidor efetivo do Senado Federal desde 5 de agosto de 2002, ocupando o cargo de Consultor Legislativo;

III – que não sofri nenhuma sanção de natureza criminal ou administrativo-disciplinar, e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra minha pessoa.

IV – que não sou membro do Congresso Nacional, de Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Por ser verdade, firmo a presente.

Brasília, 16 de junho de 2011.


Fabiano Augusto Martins Silveira
MG 6.592.675 / SSP/MG

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

OFÍCIO Nº S/55, DE 2011

Ofício nº 323/2011

Brasília, 28 de junho de 2011.

Senhor Presidente:

O Líder abaixo assinado, de acordo com as normas regimentais pertinentes e tendo em vista o que dispõe o inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, vem indicar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Senado Federal, o nome do Sr. José Barroso Filho, *curriculum vitae* anexo.

Atenciosamente,



Senador Eduardo Amorim
Líder do PSC

A Sua exceléncia o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A

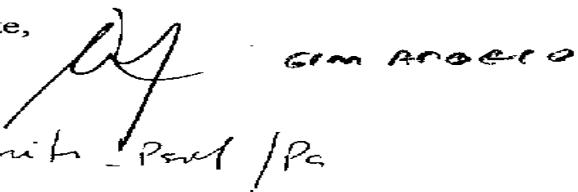
OFÍCIO Nº S/, DE 2011 (snº /2011, na origem)

Em de junho de 2011

Senhor Presidente,

Os Líderes abaixo assinados, de acordo com as normas regimentais pertinentes e tendo em vista o que dispõe o inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, vêm indicar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Senado Federal, o nome do Sr. José Barroso Filho, *curriculum vitae* anexo.

Atenciosamente,



Eduardo Amorim
Líder do PSC

CURRICULUM VITAE

José Barroso Filho

Resumo curricular - Dr. JOSÉ BARROSO FILHO

- Juiz-Auditor da Justiça Militar Federal, titular da 12ª C.J.M. (AM, AC, RO e RR), já atuou na 2ª Auditoria da 3ª C.J.M. (Bagé/RS), na 3ª Auditoria da 3ª C.J.M. (Santa Maria/RS), na Auditoria da 6ª C.J.M.(Ba e SE) e na Auditoria da 10ª C.J.M. (CE e PI) – desde dez/1997;
- Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal - **AMAJUM** - 2010/2012;
- Coordenador da **FRENTAS** – Frente Associativa (**AJUFE, ANAMATRA, AMAJUM, AMAGIS-DF, ANPR, ANPT, ANMPM e AMPDF**) – 2010
- Coordenador do Projeto “Centros Integrados de Desenvolvimento Regional” – Ministério da Defesa
- Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar (DF) – abr/2009 a fev/2011;
- Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (DF) – mar a jun/2008;
- Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros – **AMB** (2008/2010);
- Selecionado para o posto de Juiz Internacional (**ONU / Timor-Leste**) - 2008;
- Doutorando em Administração Pública pela Universidad Complutense de Madrid (**Espanha**);
- Diploma de Estudos Avançados em Administração Pública (Universidad Complutense de Madrid – Espanha);
- Mestre em Direito pela UFBA;
- Especialista em Direito Público pela UNIFACS/Ba;
- Pós-graduado pela Escola Judicial Edésio Fernandes/MG, pela Escola de Formação de Magistrados/Ba e pela Escola Superior de Guerra/RJ;
- Professor da Escola de Magistrados/Ba e da pós-graduação do CIESA (AM), Fundação Visconde de Cairu (Ba) e CCJB (Ba);
- Conferencista da Escola de Administração do Exército (**ESAEX**);
- Diretor Científico do Centro de Cultura Jurídica da Bahia (**CCJB**);
- Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direito Público - **IBDP** (2010/2014);
- Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Público;
- Membro da Associação Brasileira de Ensino do Direito - **ABEDI**;
- Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciência/Ba - 2003/04;
- Coordenador do Curso de Especialização em Direito Público (CCJB);
- Membro do Conselho Superior do Instituto dos Advogados da Bahia - 2003/05;
- Membro de Bancas Examinadoras em Concursos Jurídicos;
- Autor de várias obras jurídicas (livros e artigos);
- Juiz de Direito (**MG**) – 1996/1997;
- Juiz de Direito (**PE**) – 1992/1996;
- Juiz Eleitoral (**45ª e 123ª Zonas Eleitorais – TRE/PE**) - 1992/1996;
- Promotor de Justiça (**BA**) - 1992.

I - Dados Pessoais

Nome : José Barroso Filho

Filiação : José Barroso e

Annyée Souza Barroso

Nacionalidade : Brasileira

Naturalidade : Ribeirão Preto/SP

Data de nascimento : 15 de fevereiro de 1967

Estado Civil : Casado

Profissão: Magistrado

Cargo: Juiz-Auditor da Justiça Militar da União

Conjuge : Marta Foltz Cavalcanti Barroso

Endereço Profissional : Auditoria da 12^a CJM (AM, AC, RO e RR)

Manaus - AM

Telefone: (92) 3625-5051

(61) 9652-1028

E-mail: jbarrosofilho@uol.com.br

II - Documentação

Carteira de Identidade : 3.044.665 - SSP/BA

C.P.F. : 394.787.265 - 87

Título de Eleitor : 308921305/90 - 1^a Zona – Salvador / Ba

Certificado de Reservista : 172102387559

III - Escolaridade

1º Grau : 1^a e 2^a séries - Colégio Imaculada Conceição de Maria - Santos - São Paulo

3^a e 4^a séries - Colégio Loyola - Belo Horizonte - Minas Gerais

5^a a 8^a séries - Colégio Antônio Vieira - Salvador - Bahia

2º Grau : 1^a a 3^a séries - Colégio Anchieta - Salvador - Bahia

Graduação : Bacharelado em Direito Universidade Católica do Salvador/UCSal

Turma - Agosto/91

Pós-Graduação : Curso de Doutorado em Administração Pública

Universidade Complutense de Madrid/Espanha

Início: 2001.1 (Creditação concluída)

Diploma de Estudos Avançados em Administração Pública

Universidad Complutense de Madrid/Espanha

Início: 2001.1 Término: 2002.1

Curso de Mestrado em Direito Econômico

Faculdade de Direito - Universidade Federal da Bahia/UFBa

Início: 1999.1 Término: 2002.1

Curso de Especialização em Direito Público

Faculdade de Direito - Universidade Salvador/UNIFACS

Início: 1999.2 Término: 2001.2

Curso de Formação Inicial de Magistrados

Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, de março a setembro de 1996

Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Escola de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados

EPAM / Ba - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Salvador, de março a dezembro de 1991

Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD**Escola Superior de Guerra - ESG**

Brasília, de agosto a outubro de 2009

Curso de Gestão Cartorária**Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM**

Brasília, junho de 2010

Curso de Gestão de Pessoas e de Processos**Conselho Nacional de Justiça - CNJ**

Brasília, de abril a maio de 2010

Curso de Formação de Analistas de Sistemas**Lógica Informática**

Salvador/Ba - 25/05/87 a 30/04/1988

IV - Atividades Científicas

- Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direito Público – IBDP
- Diretor Científico do Centro de Cultura Jurídica da Bahia – CCJB
- Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Público

V - Seleção Internacional

- District Court Judge / ONU – Posto em Timor Leste

VI - Cursos de Curta Duração

- "Extensão em Dir. Adm., Com., Penal, Proc. Penal / Civil e Const." - Brasplan - SSA/Ba - 13/12/89 a 15/03/1990
- "Direito das Coisas" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 06/11/90 a 03/01/1991
- "Contratos" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 12/11/90 a 09/01/1991
- "Parte Geral do Direito Civil" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 08/01/91 a 12/03/1991
- "Família" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 19/03/91 a 14/05/1991
- "Direito das Sucessões" - Instituto dos Advogados da Bahia - Salvador/Ba - 16/05/91 a 18/06/1991
- "Gerenciando a Qualidade Total em Serviços" - Fundação Christiano Ottoni / UFMG - 08 a 12/07/1996

VII - Participação em Congressos e Seminários

Como palestrante / conferencista:

- "A Aplicabilidade da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar"

III Seminário Jurídico de São Gabriel – URCAMP – São Gabriel/RS – 14 a 17/04/1998

- "Sistema Judiciário Comunitário"

Curso de Pós-graduação em Comércio Internacional – UNIFACS – Salvador/Ba – 22/07/1998

- "Legislação Eleitoral"

Curso de Graduação em Administração – UNIFACS – Salvador/Ba – 02/10/1998

- "Os Princípios Constitucionais do Processo Penal"

1º Encontro de Estudos Jurídicos – ESAEX – Salvador /Ba – 20 e 21/ 10/ 1998

- "Direito Penal Militar"

Curso de Graduação em Direito – UFBA – Salvador /Ba – 20/11/1998

- "A Justiça Militar da União"

Seminário "Novas Questões Penais" – UFBA – Salvador/Ba – 25 a 28/05/1999

- "Juizados Especiais Criminais: Questões Polêmicas"

Seminário "Justiça X Celeridade" – UFBA – Salvador /Ba – 08 a 11/05/2000

- "Processo Penal Militar"

Ciclo de Palestras sobre Direito Militar – 2º Distrito Naval – Salvador / Ba – 28/03/2001

- "Exploração Sexual"

Semana de Estudos Jurídicos – SAJU / UFBA – Salvador / Ba – 02/10/2001

- "Causalidade e Imputação Objetiva"

IV Seminário do Patronato de Presos e Egressos / Salvador/ Ba – 26/10/2001

- "Teoria do Estado: Aspectos polêmicos"

Fundação Visconde de Cairu / Vitória da Conquista/ Ba – 15/03/2002

- "Tópicos para a reforma do CPM"

Superior Tribunal Militar / Brasília/DF – 08/10/2004

- "Justa Causa para a Ação Penal Militar"

Superior Tribunal Militar / Brasília/DF – 11/11/2004

Como debatedor:

- "Juizados Especiais Criminais" - Congresso de Direito Penal - Salvador/Ba - 27/09/2001

- "Novos Rumos do Direito Penal no Séc. XXI" - Congresso de Direito Penal - Salvador/Ba - 28/09/2001

Como assistente:

- "Congresso de Direito Alternativo" - UCSal - Salvador/Ba - 17 a 19/11/1995
- "65º Encontro Regional de Estudos Jurídicos" - Escola Judicial / TJMG - 03 a 04/05/1996
- "II Simpósio de Direito Municipal" - Escola Judicial / TJMG - 10/05/1996
- "Ciclo de Conferências Prof. Celso Agrícola Barbi" - Escola Judicial / TJMG - 07 a 10/10/1996
- "Tendências Contemporâneas da Hermenêutica Jurídica" - Salvador / Ba - 17 a 20/11/1998
- "III Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União" - STM - Brasília / DF - 09 a 12/11/1998
- "III Seminário Ambiental" - Ministério Público / Ba - 14 a 15/08/2000
- "III Encontro de Magistrados da Justiça Militar da União" - STM - Brasília / DF - 15 a 19/03/2001
- "Seminário Reprodução Humana Assistida" - UFBa - Salvador/Ba - 19 a 20/04/2002
- "Encontro Brasil-Portugal de Direito Constitucional" - Assoc. Nac. dos Proc. da República - 04 a 06/09/2002

VIII - Atividades Docentes

- **Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – UFBa**
Disciplinas: Penal II - Penal IV - Criminologia - Criança e Adolescente
- **Professor da Faculdade de Direito da Universidade Salvador – UNIFACS**
Disciplina: Direito da Criança e do Adolescente e Direito Penal
- **Conferencista da Escola de Administração do Exército - ESAEX - SSA/Ba**
Disciplina: Processo Penal
- **Professor da Escola de Magistrados da Bahia – EMAB/TJBa**
Disciplinas: Direito Penal e Sentença Penal
- **Coordenador da Revista Jurídica da Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC**
De 01/03/2003 a 31/10/2003
- **Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC**
De 01/11/2003 a 01/11/2004
- **Professor da Pós-Graduação**

Centro de Cultura Jurídica da Bahia – CCJB.

Escola de Magistrados da Bahia – EMAB/TJBa

Centro de Ensino Superior do Amazonas - CIESA

IX - Membro de Bancas Examinadoras

- Banca Examinadora do Concurso de Admissão ao CFO /ESAEX - 2000
- Banca Examinadora de Direito Penal / Concurso: Professor Auxiliar/UNEB – 2000
- Banca Examinadora de Direito Processual Penal / Concurso: Professor Auxiliar/UNEB – 2000
- Banca Examinadora do Concurso de Admissão ao CFO/ESAEX - 2001
- Banca Examinadora do Concurso de Admissão ao CFO/ESAEX - 2002
- na condição de Presidente:
 - Banca Examinadora de Direito Constitucional / Concurso: Professor Assistente /UNEB - 2002
 - Banca Examinadora de Direito Internacional Público/Concurso:Professor Auxiliar/UNEB - 2002
 - Banca Examinadora de Filosofia do Direito / Concurso: Professor Auxiliar /UNEB - 2002

X - Comissões

- Comissão de Estudos Relativos à Informatização de Processos – STM (2007/2008)
- *Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB (2008/2010)*
- *Comitê Gestor do Sistema de Acompanhamento de Processos da JMU – STM (2010)*
- *Grupo Especial de Estudos visando alterações no CPM e CPPM – STM (2010)*

XI - Livros Publicados

"Ato Infracional - Sentenças e Normas Pertinentes"

Editora Nova Alvorada, Belo Horizonte, 1997.

"Desenvolve Amazônia: Reflexões sobre o nosso futuro"

- Editora Aram, Manaus, 2007.

XII - Sentenças Publicadas

- “Medida Sócio-educativa de Semiliberdade c/c Prestação de Serviços à Comunidade, decorrente de ato infracional análogo ao delito tipificado no art. 121 c/c art. 14, II, do Código Penal”
 - Revista Ciência Jurídica - volume 76 - Julho / Agosto / 1997 - p.336 / 338

- “Tráfico de Entorpecentes - Maconha - Posse - Persecução Penal - Flagrante Delito”

- Revista Ciência Jurídica - volume 77 - Setembro / Outubro / 1997 - p. 293/300

- “Furto Qualificado - Armamento Subtraído por Militar”

- Revista Ciência Jurídica - volume 80 - Março / Abril / 1998 - p. 308 / 314

- Revista Eletrônica Neófito, 1999

- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 34, 1999

- “Falsificação de Documento”

- Revista Ciência Jurídica – volume 82 – Jul / Ago / 1998 - p. 384 / 389

- “Lesão Corporal Culposa”

- Revista Ciência Jurídica – volume 83 – Set / Out / 1998 – p. 299/303

XIII - Artigos Publicados**(1) “Do Ato Infracional”**

- Jornal Ciência Jurídica - Minas Gerais, p.04, Nov/1997
- Jornal Estado de Minas - Minas Gerais, p. 07, 03/12/1997
- Jornal A Razão - Rio Grande do Sul, p. 02 e 02, 25/01/1998, 16/03/1998 e 15/04/1998
- Revista In Verbis – Instituto dos Magistrados Brasileiros – IMB, p. 21, 01/10/1998
- Revista Eletrônica Neófito, www.neofito.com.br - 1999
- Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br - 2000
- Jornal A Tarde - Bahia, p.06 e 06, 28/05/1999 e 16/05/2000
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 15, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001
- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br - 2001
- Revista Jurídica dos Formandos em Direito da UFBA, v. VII, p. 337-354, 2001
- Site IDH - Fundação Instituto de Direitos Humanos - www.idh.org.br - 2002

(2) “O Fiel da Balança”

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 18/03/1998
- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 06/11/1998
- Jornal Ciência Jurídica, Belo Horizonte – MG, p. 08, 01/11/1998
- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 09, 10/11/1998
- Jornal A Tarde, Salvador – Ba, p. 04, 14/01/1999
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 05, www.unifacs.br/revistajuridica - 2000
- Jornal Correio Braziliense - Brasília, p. 02, 12/11/2001

(3) “O Direito de Ser”

- Jornal A Razão - Rio Grande do Sul, p. 02, 15/05/1998
- Jornal A Tarde - Bahia, p. 08, 28/08/1998
- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 11, 11/09/1998
- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 27/10/1998
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 09, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

(4) “A Justiça Militar da União”

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 06/01/1998
- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p.02, 18/11/1998
- Jornal A Tarde, Salvador – Ba, p. 08, 06/04/1999
- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 07, 12/04/1999
- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 31, www.jus.com.br - 2000

(5) “Do Dano Moral”

- Revista Responsabilidade Civil, Belo Horizonte – MG, p. 35/37, 10/05/1997
- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 07, 22/07/1997
- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 03/10/1997
- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 04/02/1998
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 02, www.unifacs.br/revistajuridica - 2000

(6) “Do Dano Processual”

- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte – MG, p. 07, 29/07/1997
- Jornal Folha da Manhã, Passos – MG, p. 02, 21/09/1997
- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 29/08/1998
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 04, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001
- Jornal Correio Braziliense - Brasília, p.02, 26/11/2001

(7) “O Enigma do Direito”

- Revista Eletrônica Neófito, www.neofito.com.br - 1999
- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 41, www.jus.com.br - 2000
- Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte - MG, p. 06, 29/01/2000
- Jornal A Tarde, Salvador - Ba, p. 06, 29/01/2000
- Jornal Correio Brasiliense, Brasília - DF, p. 04, 27/03/2000
- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 10, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

(8) “Do Erro Médico”

- Jornal Tribuna da Bahia, Salvador - Ba, p. 02, 27/08/1997
- Jornal Folha da Manhã, Belo Horizonte - MG, p. 02, 06/09/1997
- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p. 02, 11/02/1998

(9) “O Valor Probatório da Confissão”

- Jornal O Povo, Fortaleza - CE, 18/09/1997
- Jornal A Razão - Santa Maria - RS, p. 02, 26/02/1998

(10) “O Resgate da Dignidade do Adolescente”

- Jornal Folha da Manhã, Passos - MG, p. 02, 30/07/1997
- Jornal Tribuna da Bahia, Salvador - Ba, p. 04, 30/10/1997

(11) “A Utilidade Social da Pena”

- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p. 02, 08/04/1998
- Jornal A Tarde, Salvador - Ba, p. 06, 21/09/1998

(12) “Esperança de Cidadania”

- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p. 02, 29/04/1998
- Jornal A Tarde, Salvador - Ba, p. 06, 31/08/1998

(13) “Do Crime Continuado”

- Revista dos Mestrados em Direito da UFBA, p.243/252, 01/07/1999
- Revista dos Formandos em Direito da UFBA, p. 291/296, 01/07/1999

(14) “Em Defesa do Meio Ambiente”

- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p. 02, 18/02/1998

(15) “Da Prova Testemunhal”

- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p. 02, 01/03/1998

(16) “Hierarquia e Disciplina”

- Jornal A Razão, Santa Maria - RS, p.02, 01/02/1998

(17) "O Dia do Exército"

- Jornal A Razão, Santa Maria – RS, p. 02, 17/04/1998

(18) "O Dia do Soldado"

- Jornal Tribuna da Bahia, Salvador – Ba, p. 02, 06/09/1998

(19) "Direito Penal Econômico"

- Jornal Estado de Minas - Minas Gerais, p. 07, 11/07/2000

- Jornal Correio Braziliense - Brasília, 17/07/2000

- Jornal A Tarde - Bahia, p. 06, 31/07/2000

- Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br - 2001

(20) "Acorda, Brasil!"

- Jornal A Tarde, Salvador, p. 06, 16/08/1999

(21) "A Tutela Penal das Relações de Consumo"

- Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br - 2000

- Revista do Instituto dos Advogados da Bahia – IAB, p. 131/146, 2000

- Revista dos Mestrando em Direito da UFBA, v. VIII, p. 217/235, 2000

- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 03, www.unifacs.br/revistajurídica - 2000

- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br - 2001

- Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal – Porto Alegre, v. 13, p. 14/27, 2002

(22) "A Responsabilidade Civil do Estado decorrente de atos judiciais"

- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 14, www.unifacs.br/revistajurídica - 2001

- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br - 2001

- Site do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, www.ibccrim.org.br - 2001

- Livro "Responsabilidade Civil", Forense, 2001

(23) "Globalização e Sistema Jurídico Comunitário"

- Livro "Globalização e Direito". Rio de Janeiro: Forense, p. 117/124, 2002

(24) "Propriedade: A quem serves?"

- Revista dos Mestrando em Direito da UFBA, v. IX, p. 276/293, 2001

- Revista do Curso de Direito das Faculdades Jorge Amado, v. 01, p. 171/190, 2001

- Revista Eletrônica de Direito UNIFACS, v. 16, www.unifacs.br/revistajurídica - 2001

- Revista Eletrônica Jusnavigandi, v. 52, www.jus.com.br - 2001

- Revista do Curso de Direito da UNIFACS, v. 02, p. 49-64, 2002

- Site IDH – Fundação Instituto de Direitos Humanos - www.idh.org.br - 2002

(25) "Da ação socio-educativa"

- Jornal A Tarde -Bahia, p. 06, 24/07/1997.
- Jornal Ciência Jurídica, Belo Horizonte- MG, p. 04, 01/09/1997

(26) "RIO + 10. Mundo até quando?"

- Correio Braziliense, Brasília – DF, 23/09/2002
- Site Instituto Brasileiro de Ciências Criminais- www.ibccrim.org.br - 2002
- Site do Acadêmico de Direito - www.sadireito.com.br - 2002
- Site www.amazonia.org.br - 2002

(27) "A Mola Comprimida"

- Correio Braziliense, Brasilia – DF, 04/11/2002
- Revista Ângulos, Salvador- Ba, 2002

(28) "O Princípio da Legalidade Tributária"

- Revista Eletrônica da UNIFACS, v. 17, www.unifacs.br/revistajuridica - 2001

(29) "Segurança Alimentar: Base para o Desenvolvimento"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(30) "Por Amor e Respeito ao Amazonas"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(31) "Tiros-de-Guerra, Saúde e Inclusão Digital na Amazônia"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(32) "Telemedicina: Rompendo limites para salvar vidas"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(33) "Sustentabilidade na Amazônia: Nossa trato com o futuro"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(34) "Energia Elétrica: Uma Luz à Cidadania"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(35) "Educação: Emancipação e Desenvolvimento"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(36) "Créditos de Carbono e Desenvolvimento Amazônico"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(37) "Consórcios Intermunicipais: União pela Cidadania"

- Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(38) "Argila Calcinada: Pavimentando o Desenvolvimento na Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(39) "Descobrindo o Bambu: Saneamento e Saúde / Habitação e Desenvolvimento"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(40) "Urbanismo Criminoso: Cidadania Excluída"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(41) "Compostagem: Utilização econômica e ecológica do lixo orgânico"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(42) "Financiar a Pesquisa: Condição para o Desenvolvimento Amazônico"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(43) "Os Pelotões Especiais de Fronteira: Segurança e Integração na Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(44) "Hidropônia: Uma alternativa de cultivo para a Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(45) "Casa de Bambu e Pneu: Eficiência Social e Ambiental"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(46) "Centros de Cidadania: O Direito na prática"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(47) "Correio Aéreo Nacional: Integração e Cidadania na Amazônia"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(48) "Licitação Sócio-Ambientada: Otimizando os recursos para muito além da obra"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(49) "Os rios comandam a vida: A importância do 9 Distrito Naval para a Amazônia Ocidental"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(50) "Projetos de Financiamento: Transformando Idéias em Ações"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(51) "Reducir, Reutilizar e Reciclar: Conjungando a Sustentabilidade Ambiental"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(52) "Sistemas Silvipastoris: Opção à queimada de pasto e da floresta"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(53) "Pobre-Rica Amazônia: O impacto ambiental negativo da ausência de desenvolvimento"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(54) "O Reto absoluto e o Princípio da Proporcionalidade"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(55) "O perverso ciclo da violência contra a mulher"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

- site CNJ www.cnj.gov.br

(56) "Justiça e Desenvolvimento (I): Urbanismo criminógeno"

- site Consultor Jurídico www.conjur.com.br

- site Migalhas www.migalhas.com.br

- site CNJ www.cnj.gov.br

(57) "De A a Z: a multidisciplinar sustentabilidade amazônica"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(58) "A Sustentável Defesa do Ser ... Caboclo"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(59) "Os valiosos Bonsais da Amazônia: Um ensaio sobre a esperança realista"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(60) "Carta ao Ministro Patrus Ananias"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(61) "Projeto Centros Integrados de Cidadania"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

(62) "Pobreza tem sexo e merece crédito"

-Portal Amazônia – www.portalamazonia.globo.com/

XIV – Teses aprovadas em Congressos

XX Congresso Brasileiro de Magistrados / 29 a 31 de outubro de 2009 / São Paulo

(1) "Centros Integrados de Cidadania"**(2) "Barcos da Justiça: Cidadania efetiva na Região Amazônica"****(3) "Gestão Participativa no Poder Judiciário"**

XV – Associações

- Sócio da Associação dos Magistrados Brasileiros – **AMB**
- Sócio da Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal – **AMAJUM**
(Presidente - Biênio 2010/2012)
- Sócio da Associação Brasileira de Ensino do Direito - **ABEDI**

XVI – Institutos

- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Público – **IBDP**
- Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – **IBCCRIM**
- Membro do Instituto de Ciências Penais - **ICP**
- Sócio-Colaborador do Instituto dos Advogados da Bahia - **IAB**
(Membro do Conselho Superior - Biênio 2003/05)

XVII - Estágio

Ministério Público do Estado da Bahia

Período: Março a Dezembro de 1990 / 7ª Vara Criminal

XVIII - Aprovações em Concursos Públicos

- Técnico Judiciário da Justiça Federal - 1º T.RF. – 1992
- Promotor de Justiça - Ministério Público do Estado da Bahia – 1992
- Juiz de Direito - Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – 1992
- Juiz de Direito - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais- 1996
- Juiz-Auditor da Justiça Militar Federal - STM – 1997
- Professor Substituto / Faculdade de Direito / UFBA – 2000
- District Court Judge / ONU – Posto em Timor Leste - 2008

XIX - Atividade Profissional**- Operador de Computador - Banco Econômico - Salvador / Bahia**

Período : 03/06/85 a 28/07/1986

- Representante Técnico - Itautec Informática - Salvador / Bahia

Período : 01/09/87 a 29/07/1988

- Estagiário da O. A. B. / Bahia

Período : 21/09/89 a 21/09/1991

- Advogado - Salvador / Bahia

Período : 29/11/91 a 31/05/1992

- Promotor de Justiça do Estado da Bahia

Período : 01/06/92 a 04/08/1992

- Juiz de Direito do Estado de Pernambuco

Período : 13/10/92 a 03/03/1996

- Juiz Eleitoral

Período : 13/10/92 a 03/03/1996

- Juiz de Direito do Estado de Minas Gerais

Período : 04/03/96 a 08/12/1997

- Juiz-Auditor - Justiça Militar da União

Atuação como Juiz-Auditor Substituto:

- 3ª Auditoria da 3ª CJ.M. - Santa Maria / RS - de 09/12/97 a 28/05/1998

- Auditoria da 6ª CJ.M. - Salvador / BA - de 29/05/1998 a 16/12/2004

Atuou na 2ª Auditoria da 3ª CJ.M. Bagé / RS, de 02/01/1998 a 31/01/1998 e

na Auditoria da 10ª CJM. (CE e PI), de 02/02/2004 a 05/05/2004.

Promoção, por merecimento, a Juiz-Auditor Titular da 12ª CJM (AM, AC, RO e RR) em 17/12/2004

- Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça

Período: 10/03 a 07/06/2008

- Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar

Período: 08/04/2009 a 02/03/2011

- Professor Universitário

- Escola de Administração do Exército/ESAEX

- Faculdade de Direito / Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC

- Centro de Educação Superior do Amazonas - CIESA

XX – Distinções

- Medalha da Vitória – Ministério da Defesa – 2011
- Medalha do Mérito Militar – Grau: Comendador - 2010
- Medalha de Reconhecimento do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul - TJM-RS - 2009
- Medalha do Mérito Legislativo – Assembleia Legislativa / Amazonas - 2008
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário – TJM/MG - 2008
- Voto de Aplauso – Senado Federal (Seleção / Posto: Juiz Internacional) - 2008
- Medalha do Mérito Militar - Grau: Oficial - 2007
- Voto de Aplauso – Senado Federal (Campanha: Mude um destino} - 2007
- Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico - 2006
- Medalha do Pacificador - 2006
- Medalha do Mérito do Ministério Público Militar - 2005
- Medalha do Mérito Santos Dumont - 2005
- Medalha "Mérito Tamandaré" – 2005
- Medalha do Mérito Judiciário Militar – STM - 2001
- Moção de Aplauso / Câmara Municipal de Sanharó / PE – 1993
- Moção de Aplauso / Câmara Municipal de Belo Jardim / PE – 1993
- Cidadão do Município de Sanharó / PE – 1994
- Moção de Aplauso / Assembleia Legislativa de Pernambuco – 1994
- Honra ao Mérito – Juizado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte – 1997
- Diploma de "Amigo da 6ª Região Militar" – 2000
- Diploma de "Amigo do 19º BC" – 2001
- Diploma de "Amigo da PE" – 2005
- Diploma de "Amigo da 2º Grupamento de Engenharia" - 2006
- Diploma de "Colaborador Emérito do Exército" – CMNE - 2007
- Amigo da Turma / Turma 2001.1 – Faculdade de Direito / UFBA
- Amigo da Turma / Turma 2001.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2001.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2002.1 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2002.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Patrono / Turma 2003.1 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2003.2 – Faculdade de Direito / UFBA
- Professor Homenageado / Turma 2005.2 – Faculdade Salvador / UNIFACS

Brasília, maio de 2011.


José Barroso Filho

DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto na Resolução do Senado Federal nº. 7, de 2005,
DECLARO que:

1. Não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por minha indicação (art 5º, inc. II);
2. Não cumpro qualquer tipo de sanção criminal ou administrativo-disciplinar e, ainda, que não existe procedimento dessa natureza instaurado contra mim (art. 5º, inc. III);
3. Não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes (art.5º. inc. IV)

Brasília, 27 de junho de 2011



José Barroso Filho

DECLARAÇÃO

Para os fins do disposto no Ato nº. 1, de 2007 - CCJ, DECLARO que:

1. Não possuo parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional, ressalvadas a situação do meu falecido pai, José Barroso, que exerceu o cargo de Promotor de Justiça em Minas Gerais, a de meu falecido irmão, Sérgio Barroso, que exerceu o cargo de Procurador de Justiça em Minas Gerais, a de minha esposa, Marta Barroso, que é advogada e de meu cunhado, Maurício Cavalcanti, que exerce o cargo de Promotor de Justiça na Bahia.(art 1º, inc. II, a);
2. Não participo, nem participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, ressalvada a condição de fundador do Centro de Cultura Jurídica da Bahia – CCJB, entidade voltada a difusão da cultura jurídica, da qual não recebo qualquer tipo de remuneração, uma vez que se trata de sociedade sem fins lucrativos (art. 1º, inc. II, b);
3. Não possuo débitos fiscais nas esferas federal, estadual e municipal, conforme certidões anexadas (art. 1º, inc. II, c);
4. Não sou autor ou réu em ações judiciais cíveis, criminais ou trabalhistas em tramitação, ressaltada a condição de autor na Ação Cível n. 2023565-64.2007.805.0001 - Juizado Especial de Defesa do Consumidor - TJBa)
5. Nos últimos cinco anos, exercei as funções de Juiz-Auditor titular da 12ª CJM (AC, AM, RO e RR), de Juiz-Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e de Juiz-Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar além da função de Professor em cursos de Pós-Graduação na área jurídica.

Brasília, 27 de junho de 2011



José Barroso Filho

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: JOSE BARROSO FILHO
CPF: 394.787.265-87**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:29:44 do dia 24/06/2011 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/12/2011.

Código de controle da certidão: **8054.483A.3267.2913**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação**

Certidão Nº	Data e Hora
9303910	24/06/2011 11:03:50 AM Hs

CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS

Válida até 24/07/2011

RAZÃO SOCIAL	<i>José Barroso Filho</i>
ENDEREÇO	<i>Av. do Expedicionário, 2835, São Jorge, Manaus-13</i>
C.P.F.	<i>394.787.265-87</i>
PROFISSÃO	<i>Magistrado</i>

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 825855

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

JOSÉ BARROSO FILHO, ou vinculado ao **CPF: 394.787.265-87**,

N A D A C O N S T A no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Esta certidão abrange apenas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 600-276 de 31 de Agosto de 2009;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília - DF, 13h05, 24/06/2011.

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF N° 165433

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

JOSÉ BARROSO FILHO, ou vinculado ao **CPF: 394.787.265-87**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1^a Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 347/04-DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (www.jfdf.jus.br);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF Nº 119908

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

JOSÉ BARROSO FILHO, ou vinculado ao **CPF: 394.787.265-87**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1^a Instância, Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 301/04-SECAD/DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Amazonas (www.jfam.jus.br);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Manaus - AM, 11h51, 24/06/2011.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

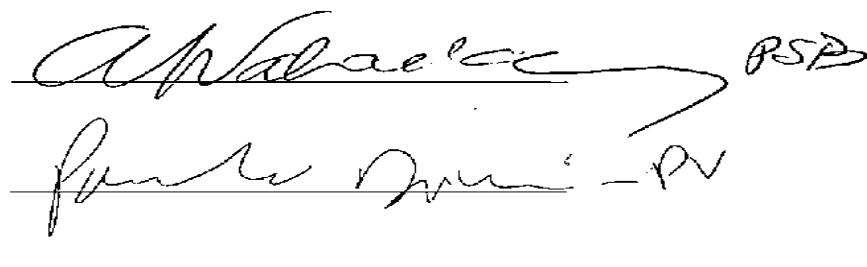
**OFÍCIO
Nº S/56, DE 2011**

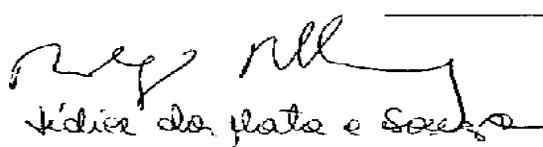
Brasília, de agosto de 2011.

Senhor Presidente,

Os Líderes Partidários abaixo assinados, de acordo com as normas regimentais e tendo em vista o que dispõe o inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, vêm indicar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Pùblico, pelo Senado Federal, o nome do Edvaldo Fernandes da Silva, *curriculum vitae* anexo.

Atenciosamente,


Edvaldo Fernandes da Silva - PSD


José Sarney
Presidente do Senado Federal

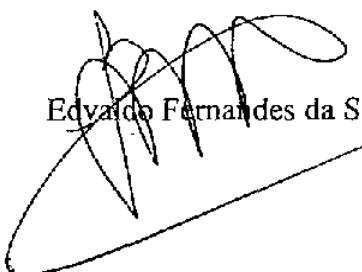
A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
NESTA

DECLARAÇÃO

Para os fins dispostos na Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, **DECLARO** que:

1. Não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou de servidor do Poder ou instituição responsável por minha indicação (art. 5º, II);
2. Não cumpro qualquer tipo de sanção criminal ou administrativo-disciplinar e, ainda, que não existe procedimento desta natureza instaurado contra mim (art. 5º, III);
3. Não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes (art. 5º, IV).

Brasília, 1º de agosto de 2011.



Edvaldo Fernandes da Silva

Curriculum Vitae

EDVALDO FERNANDES DA SILVA

Advogado do Senado Federal

Doutorando em Sociologia
(Universidade de Brasília)

Mestre em Ciência Política
(IUPERJ/RJ)

Especialista em Direito Tributário
(Universidade Católica de Brasília)

Graduado em Direito
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Graduado em Comunicação Social – Jornalismo
(Universidade Federal de Minas Gerais)

**CANDIDATO À VAGA NO CONSELHO NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO PREENCHIDA POR INDICAÇÃO
DO SENADO FEDERAL**

Edvaldo Fernandes da Silva

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome Edvaldo Fernandes da Silva
Nome em citações bibliográficas SILVA, E. F.; SILVA, Edvaldo Fernandes da; SILVA, E. Fernandes da.; FERNANDES, Edvaldo.
Sexo masculino
Filiação JOSE EMILIANO DA SILVA e MARIA FERNANDES DA SILVA
Nascimento 03/10/1972 - Mangaratiba/MG - Brasil
Carteira de Identidade M5463841 SSP - MG - 08/02/1988
CPF 68401383668

Endereço eletrônico

e-mail para contato : edvaldof@senado.gov.br
e-mails alternativos : ed3000@hotmail.com ; edvaldofernandes@globo.com

Telefone: 61 - 81351739

Formação Acadêmica/Titulação

- 2011** Doutorado em Sociologia.
Universidade de Brasília, UNB, Brasília, Brasil
Título: Movimentos Sociais e Processo Legislativo no Sistema Político Brasileiro
Orientador: Sadi Dal Rosso
- 2006 - 2009** Mestrado em Ciéncia Política (Ciéncia Política e Sociologia).
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ-Tec, Rio De Janeiro, Brasil
Título: Salário mínimo: a desindexação entre a norma, o fato e o valor., Ano de obtenção: 2009
Orientador: Adalberto Moreira Cardoso
- 2003 - 2004** Especialização em Direito Tributário.
Universidade Católica de Brasília, UCB-DF, Brasília, Brasil
Título: O princípio da capacidade contributiva como arcabouço de efetividade dos direitos fundamentais econômicos
Orientador: Oswaldo Otto Pontes Saraiva Filho
- Especialização incompleto(a) em Direito do Trabalho.
Universidade Presbiteriana Mackenzie, MACKENZIE, São Paulo, Brasil
Título: Não teve.
Ano de interrupção: 2003
- 1998 - 2003** Graduação em Direito.
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, Brasil
- 1993 - 1997** Graduação em Comunicação Social.
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, Brasil
- Graduação incompleto(a) em Comunicação Social - Relações Públicas.
Centro Universitário Newton Paiva, CNP, Belo Horizonte, Brasil
Ano de interrupção: 1992

Formação complementar

2011	Curso Superior - Filosofia. Aliança Francesa de Brasília, AFB, Brasil
2011	Curso Superior - Literatura. Aliança Francesa de Brasília, AFB, Brasil
2009	Literatura em Inglês. Sara Walker Special Courses, SW, Brasil
2010 - 2010	Curso de Processo Legislativo Avançado. Instituto Legislativo Brasileiro, ILB, Brasil
2009 - 2010	Curso de Aperfeiçoamento. Aliança Francesa de Brasília, AFB, Brasil
2003 - 2009	Curso Avançado de Francês. Aliança Francesa de Brasília, AFB, Brasil
2003 - 2008	Current Affairs. Sara Walker Special Courses, SW, Brasil
2004 - 2006	TTC (Teacher Training Course). Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, SBCI, Brasil
	Bacharelado em Teologia. Instituto Teológico João Ramos Jr., IMTJRJ, Brasil Ano de interrupção: 1999
1991 - 1996	Inglês. Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, ICBEU, Brasil
1993 - 1993	Grego Clássico. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, Brasil
1993 - 1993	Latim I. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, Brasil

Atuação profissional**1. Senado Federal - SENADO****Vínculo institucional**

2009 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Advogado do Senado Federal, Regime: Parcial

2. Instituto Legislativo Brasileiro - ILB**Vínculo institucional**

2010 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 5, Regime: Parcial

3. O Diplomata - Instituto de Relações Internacionais - DIRI

Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor de Direito Constitucional , Carga horária: 5, Regime: Parcial

4. Câmara dos Deputados

Vínculo institucional

2005 - 2009 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Analista Legislativo - Técnico em Comunicação , Carga horária: 40, Regime: Parcial
2003 - 2004 Vínculo: Cargo de Natureza Especial , Enquadramento funcional: Assistente Técnico , Carga horária: 40, Regime: Integral

Atividades

09/2009 - 10/2009 Aperfeiçoamento
Especificação:
Teoria Política; Comparação de Sistemas Legislativos

5. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF - CREA/DF

Vínculo institucional

2004 - 2005 Vínculo: Empregatício , Enquadramento funcional: Procurador Jurídico , Carga horária: 40, Regime: Integral

6. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS - SEE-MG

Vínculo institucional

1991 - 1996 Vínculo: Jurídico-Administrativo , Enquadramento funcional: Professor de Português, Literatura e Inglês , Carga horária: 20, Regime: Parcial

7. Associação Beneficente Cristã de Caridade - ABCC

Vínculo institucional

1998 - 1999 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Redator , Carga horária: 40, Regime: Integral

8. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados - CEFOR

Vínculo institucional

2009 - 2009 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor de Sistemas Legislativos , Carga horária: 4, Regime: Parcial

9. Revista Educação Sem Segredos - RESS**Vínculo institucional**

2008 - 2010 Vínculo: Contratual , Enquadramento funcional: Editor-Geral , Carga horária: 4, Regime: Parcial

10. Vemser Publicações Ltda - VEMSER**Vínculo institucional**

1999 - 2000 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Gerente , Carga horária: 40, Regime: Integral

11. Rádio Metropolitana - RM**Vínculo institucional**

1999 - 1999 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Chefe de Reportagem , Carga horária: 40, Regime: Integral

12. Rick Bonfim Ministries - RBM**Vínculo institucional**

1997 - 1998 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Gerente de Comunicação Social, Regime: Dedicação Exclusiva

13. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG**Vínculo institucional**

1996 - 1997 Vínculo: Estudante de Graduação , Enquadramento funcional: Voluntário , Carga horária: 5

Atividades

1996 - 1997 Projetos de pesquisa, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Participação em projetos:
Bolsões de Miséria em Minas Gerais

14. Instituto Cultural FreeLife - ICFL**Vínculo institucional**

1994 - 2002 Vínculo: Sócio-Administrador , Enquadramento funcional: Diretor , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Outras informações:

Além da direção administrativa, ministrava cursos de português, inglês e informática.

Projetos

1996 - 1997 Bolsões de Miséria em Minas Gerais

Descrição: Pesquisa jornalístico-ethnográfica em bolsões de miséria em no Estado de Minas Gerais.

Situação: Concluído Natureza: Pesquisa

Integrantes: Edvaldo Fernandes da Silva (Responsável);

Financiador(es):

Áreas de atuação

1. Direito
2. Comunicação
3. Sociologia
4. Educação
5. Letras

Idiomas

Inglês Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Francês Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Espanhol Compreende Bem , Fala Razoavelmente, Escreve Razoavelmente, Lê Bem

Italiano Compreende Razoavelmente , Lê Razoavelmente

Latim Lê Razoavelmente

Grego Lê Razoavelmente

Produção em C, T& A

Produção bibliográfica

Capítulos de livros publicados

1. SILVA, E. F.

Mínimo Existencial e Pêndulo da Política In: Para além das urnas: reflexões sobre a Câmara dos Deputados. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, 2010

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 000000000X
No prelo.

Artigos em jornal de notícias

1. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Legislação eleitoral - CCJ rejeita terceiro mandato para o Executivo. Jornal da Câmara., 2009.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page:
<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/default.asp?selecao=materia&codMat=49108>

<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76656-CAMARA-ANALISA-DEZENAS-DE-ALTERACOES-NO-CODIGO-CIVIL.html>

15. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Igrejas e partidos foram liberados de regras associativas. Agência Câmara. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76637-IGREJAS-E-PARTIDOS-FORAM-LIBERADOS-DE-REGRAS-ASSOCIATIVAS.html>

16. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Leis alteraram regras de funcionamento de associações. Agência Câmara. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76639-LEIS-ALTERARAM-REGRAS-DE-FUNCIONAMENTO-DE-ASSOCIACOES.html>

17. SILVA, Edvaldo Fernandes da

MP revogou compensação de dívidas com o governo. http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76636-MP-REVOGOU-COMPENSACAO-DE-DIVIDAS-COM-O-GOVERNO.html. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português.

18. SILVA, E. F., SALLLES, Simone

Reforma Sindical chega à Câmara. Agência Câmara e Jornal da Câmara. www.camara.gov.br, 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=62011>

19. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Regras para condomínios tiveram várias mudanças. Agência Câmara. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76640-REGRAS-PARA-CONDOMINIOS-TIVERAM-VARIAS-MUDANÇAS.html>

20. SILVA, Edvaldo Fernandes da

União entre homossexuais está longe da aprovação. Agência Câmara. , 2005.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digitalHome page: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/76635-UNIAO-ENTRE-HOMOSSEXUAIS-ESTA-LONGE-DA-APROVACAO.html>

Artigos em revistas (Magazine)

1. SILVA, Edvaldo Fernandes da

A Advocacia do Senado e a defesa das prerrogativas do Poder Legislativo. JUS NAVIGANDI. Internet, 2011.

Palavras-chave: advocacia pública, Instituições, jurisdição constitucional, Parlamento, política pública, Senado Federal, teoria informacional

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digitalHome page: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/18578/a-advocacia-do-senado-e-a-defesa-das-prerrogativas-do-poder-legislativo>

2. FERNANDES, Edvaldo.

Representação judicial de órgão público é delicada. Consultor Jurídico. São Paulo, 2011.

Palavras-chave: advocacia pública, Instituições, Parlamento, Senado Federal, capacidade judiciária, competência, teoria informacional, política pública

Áreas do conhecimento : Direito, Ciência Política

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digitalHome page: <http://www.conjur.com.br/2011-mar-07/representacao-judicial-organico-publico-complicada-parece>

Demais produções bibliográficas

1. SILVA, E. F.

A institucionalização da Advocacia do Senado Federal como salvaguarda das competências constitucionais do Congresso Nacional. Artigo. Brasília:Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2010. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: jurisdição constitucional, advocacia pública, competência, capacidade judiciária

Áreas do conhecimento : Direito

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: VáriosHome page: http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/NOVOS%20TEXTOS/texto72%20-%20Edvaldo.pdf

2. SILVA, E. F.

O papel do Congresso Nacional na inversão da curva declinante do salário mínimo. Artigo. , 2010.

(Outra produção bibliográfica)

Áreas do conhecimento : Ciéncia Política, Direito, Economia

Setores de atividade : Administração pública, defesa e segurança social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação:

http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao.htm

ImpressoHome

page:

3. SILVA, E. F.

Salário mínimo : a desindexação entre a norma, o fato e o valor. Dissertação de Mestrado, 2009. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: advocacia pública, capacidade judiciária, comissões, mínimo existencial, política pública, Parlamento, salário mínimo, Senado Federal, teoria informacional

Áreas do conhecimento : Ciéncia Política, Economia, Direito

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação:

http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3826

Meio digitalHome

page:

Produção Técnica**Demais produções técnicas**

1. SILVA, Edvaldo Fernandes da

Sistemas Legislativos Brasileiro e Americano, 2009. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Referências adicionais : Brasil/Português. 30 horas. Meio de divulgação: Outro

Brasília,
12 de agosto de 2011.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passo a palavra ao Senador Randolfe para o seu pronunciamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, boa noite; boa noite a todos que nos assistem pela TV Senado, a todos que nos ouvem pela Rádio Senado.

Eu queria iniciar este pronunciamento nesta noite, Senador Paulo Paim, falando sobre a medida de

ontem, anunciada pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, em relação ao aumento da meta de superávit primário. Iniciamos esse diálogo ainda há pouco com o Senador Lindbergh.

Entretanto, nos chegou há pouco a informação de que a Câmara dos Deputados acabou de aprovar, por 265 votos a favor e 166 votos contra, a absolvição da Deputada Jaqueline Roriz. Anteriormente, o Conselho de Ética da Câmara havia decidido pela perda do seu mandato.

Senador Paulo Paim, essa decisão é lamentável e vai na contramão, inclusive, dos movimentos que nós

temos feito aqui, no plenário do Senado, para apoiar medidas do Governo de combate à corrupção e para constituir uma frente política de combate à corrupção que junte todas as pessoas de bem deste País.

A Câmara dos Deputados, com essa medida, dá para nós, dá para o Brasil um péssimo exemplo, absolvendo a Deputada Jaqueline Roriz num crime que estava claro, que foi diagnosticado e visto por todos os brasileiros. Quantos brasileiros não assistiram às cenas da Deputada se locupletando de recursos públicos?

Alguns podem dizer – e, aliás, era o argumento de alguns: “Foi anterior ao mandato, então ela não pode pagar por este pecado”. Ora, vem-me a necessidade de sugerir uma interpretação do Código de Ética da Câmara e do Senado. Os Códigos de Ética de nossas Casas, de todos os poderes da República, são os mais rigorosos Códigos de Ética, e eles pressupõem dizer o seguinte: que o Parlamentar, para exercer o mandato, necessita ter conduta ilibada.

Foram os eleitores brasileiros – no caso específico da Deputada, os eleitores brasilienses – que foram ludibriados. Ela, como candidata, dizia ter uma conduta ilibada e as fotos e as imagens retratam que não tinha. É importante ressuscitar o latim. A palavra candidato vem do latim: aquele que é cândido, aquele que é limpo. Para ser candidato, tem de ter uma postura ilibada, tem de ser cândido, como no latim, tem de ser limpo, tem de ser puro. E não é o que os fatos, concretamente, apontam. Então, o argumento de que o fato foi anterior ao exercício do mandato não se justifica diante dos nossos Códigos de Ética Parlamentar.

Mas o que mais nos assusta, Senador Paim, nessa decisão da Câmara de ainda há pouco, não é somente o absurdo da absolvição, é que o placar foi de 265 votos pela absolvição e 166 votos contra. Agora, eu pergunto: sabem quantos Parlamentares subiram à tribuna para defender a Deputada? Um. Sabem quantos Parlamentares foram à tribuna para pedir a cassação do mandato da Deputada? Cinco. Vejam que a expressão pública na tribuna não dialogou com o resultado dos votos, ainda há pouco, na cassação do mandato da Deputada Jaqueline Roriz, na Câmara dos Deputados.

Isso acontece, Senador Paim, porque ainda prevalece no ordenamento constitucional brasileiro uma figura que, no meu entender, é um incentivo à prática ilícita do mandato parlamentar, que é a figura do voto secreto. V. Ex^a tem um projeto de emenda constitucional que me parece que tramita, há alguns anos, que dorme, há alguns anos, nas gavetas do Congresso Nacional, seja do Senado, seja da Câmara. É um projeto funda-

mental de autoria de V. Ex^a e de outros Senadores. É o projeto que propõe o fim do voto secreto. Nada mais justo e adequado.

É importante remontarmos de onde vem o voto secreto. A origem do voto secreto está na origem do Parlamento, na Revolução Gloriosa inglesa, em 1688.

Mas qual era a ideia do parlamentar, naquele instante, ter o voto secreto? Era para, por meio do voto secreto, tê-lo como prerrogativa para que ele não sofresse a coação do rei, a coação de um poder autoritário.

Ou seja, o instituto do voto secreto vale para o Parlamento no momento em que estamos sob a égide de um governo autoritário, de uma ditadura. Não é o que me parece. Nós estamos, no Brasil, há mais de 20 anos de estabelecimento de um Estado democrático de direito, com alternância de poder, com todos os princípios de uma democracia estável. Então, nesse sentido, não há justificativa para a continuação e existência do voto secreto como instituição aqui no Brasil.

O voto secreto, sim, para o eleitor, que nos designa para cá. O voto secreto, sim, para o eleitor, que não pode ser coagido e pressionado. Mas, para nós, Senadores, Deputados, não há justificativa de continuar existindo o voto secreto, a não ser para isto: para servir como esconderijo seguro daqueles que não têm coragem de utilizar a tribuna, que não têm coragem de expor o seu voto.

Ora, cinco Deputados defenderam na tribuna, ainda há pouco, a cassação do mandato da Deputada. Um defendeu o contrário. Esse que defendeu o contrário, no meu entender, foi o mais honesto. Teve a coragem de revelar o seu voto, teve a coragem de dizer publicamente como iria se posicionar.

Essa decisão da Câmara de ainda há pouco, Senador Paulo Paim, é lamentável e vai na contramão dos acontecimentos que temos visto. Não posso esquecer aquela que chamei segunda-feira cívica contra a corrupção, que nós utilizamos aqui há duas semanas – eu, o senhor, o Senador Pedro Simon, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Pedro Taques e outros nos revezamos na tribuna do Senado –, inclusive dizendo à Presidente da República para que ela continuasse com as medidas de combate à corrupção, que ela teria no nosso apoio.

E veja que falo isso, sou de um partido que tem uma posição política de independência, de oposição programática ao Governo da Presidente Dilma, mas subi à tribuna com os senhores para dizer isso. É necessário que as medidas iniciadas anteriormente pela Presidente tenham continuidade, tenham uma sequência lógica, não parem, não tenham sido somente fogo de palha, não tenham sido somente por conta da

ocasião. Por isso, é fundamental, Senador Paim, nós continuarmos o conjunto de mobilizações que temos iniciado aqui no Senado.

Tivemos, na semana passada, uma audiência importantíssima na Comissão de Direitos Humanos, presidida por V. Ex^a, reunindo diferentes entidades que têm tido sua atuação pautada pelo combate à corrupção neste País.

Essa audiência deve ser um marco de um conjunto de outras ações que é necessário que façamos. Nós não podemos deixar, nós não podemos ficar limitados àquela segunda-feira cívica contra a corrupção. Nós temos que partir para ações concretas, e eu falo da tribuna para dizer que, se ficar somente no diálogo do Senado, das vontades de uma meia dúzia de Senadores, não teremos muito sucesso. É indispensável a mobilização da sociedade civil.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de V. Ex^a, que tramita aqui continuará dormindo nas gavetas do Senado e da Câmara se não houver pressão social.

Que esta decisão da Câmara de hoje seja o combustível... Por um lado ela é combustível à impunidade e à continuação da corrupção, ela tem de servir de outra forma. Ela tem de ser combustível para despertar a sociedade brasileira ao combate à corrupção.

Assim como, de vez em quando, ouvimos iniciativas de todas as formas, do governo ou não, de um conjunto de medidas que são necessárias para uma área ou para outra, um pacote de medidas, às vezes, para a economia, um pacote de medidas, outras vezes, para a indústria, chegou a hora de o Brasil ter um pacote de medidas de combate à corrupção. E o maior motor – e este é o triste exemplo da Câmara ainda há pouco – para corrupção neste País é a impunidade; o maior combustível para corrupção neste País é a impunidade. Por isso, urge um conjunto de medidas, o quanto antes.

Nós temos de resolver, no processo penal, o trâmite em relação aos crimes de corrupção. O Senador Pedro Taques falava para nós, ainda há pouco, numa reunião que tivemos, que, numa iniciativa dele propondo que o crime de corrupção seja declarado hediondo e que seja ampliada a penalidade ao crime de corrupção, contou com o apoio de mais de cem mil internautas, em menos de 48 horas, quando foi colocada na Internet essa iniciativa. Esse clima da sociedade brasileira tem que vir aqui para dentro. Por isso, é fundamental darmos passos seguintes nas lutas do combate à corrupção, mobilizando a sociedade civil, e é indispensável construirmos aqui um pacote de medidas de combate à corrupção, que passa por alterar a Constituição, para pôr fim a institutos como este do voto secreto, através da proposta de emenda constitucional de V. Ex^a, e que passa por alterar o Código Penal.

O crime de corrupção no nosso Código Penal é um crime que pode ser resolvido com pena privativa de direitos. Ora, a corrupção é um dos mais hediondos dos crimes. Quem pratica corrupção não pode cumprir a pena com pagamento de cesta básica. Quem pratica corrupção tem que sofrer, primeiro, a imposição de devolver aos cofres públicos, ao Erário, o que ele roubou, aquilo de que ele se apropriou.

Além disso, nós temos a necessidade de modificar o Código de Processo Penal para que crimes dessa natureza não durmam anos sem julgamento nas gavetas dos tribunais. Há ideias e iniciativas para isso. Há uma iniciativa simples: o Conselho Nacional de Justiça pode, por exemplo, orientar todos os Tribunais de Justiça, todos os Judiciários estaduais do País para que sejam criadas varas especializadas em crime de corrupção, para que essas varas possam, o quanto antes, julgar crimes dessa natureza e dar celeridade ao julgamento desses crimes.

Senador Paulo Paim, eu não acredito que essa é uma causa maior e eu estou convencido de que, neste Senado, neste plenário, não estamos a clamar no deserto. Temos ao lado V. Ex^a, temos ao lado o Senador Pedro Simon, o Senador Pedro Taques e inúmeros outros brilhantes Senadores e Parlamentares que não podem deixar de se indignar com a sequência de fatos.

Ora, veja: há uma média de um escândalo na República por semana. Quando o escândalo não surge do Executivo, quando não é uma denúncia em relação a algum Ministro, aí o escândalo vem do Legislativo, como é o caso da absolvição que ainda há pouco ocorreu na Câmara dos Deputados.

Então, é fundamental, é necessário, é indispensável que a sociedade brasileira se levante, se mobilize. Nós temos a oportunidade de fazer um enfrentamento à corrupção, de inibir a prática da corrupção no Brasil, mas isso não poderá ser feito por obra de meia dúzia de parlamentares. Só poderá ser feito se a sociedade brasileira despertar para isso, tomar as ruas e instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e tantas outras que já trouxeram a este Parlamento belíssimas vitórias, como a instituição da Lei Complementar nº 135, de 2010, que institui a "Ficha Limpa", se mobilizarem de novo para essa batalha decisiva que temos contra esse que considero um câncer degenerativo das instituições e da sociedade brasileira. É o momento que temos para isso e nesse momento a sociedade brasileira tenha certeza de que encontrará porta-vozes disso aqui no Senado, encontrará porta-vozes dessa luta na Câmara. Mas é fundamental que a sociedade tome essa iniciativa.

Sobre o superávit primário, eu iria me pronunciar na noite de hoje. Deixarei para fazê-lo depois. Fiquei de fato contaminado e estarrecido com a notícia que recebi ainda há pouco da Câmara e não poderia deixar de fazer referência a esse acontecimento e de solicitar – exigir é o termo mais claro –, até pelo restabelecimento do Parlamento. Se o Parlamento quer dar exemplo ao Executivo e cobrar do Executivo medidas de combate à corrupção, o Parlamento tem que dar o primeiro exemplo. Utilizo mais uma vez a célebre frase: é o exemplo que arrasta; a palavra só convence.

Que nós votemos o quanto antes a sua proposta de emenda constitucional, Senador Paulo Paim. Aí nós daremos um bom exemplo e teremos inclusive melhores condições de cobrar dos outros Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos, Senador Randolfe Rodrigues, Líder do PSOL, pelo seu pronunciamento em defesa da democracia, do combate à corrupção e do fim do voto secreto.

Senador Randolfe, de fato a PEC nº 50, eu a apresentei há muito tempo. Havia apresentado na Câmara quando era Deputado, e infelizmente a Casa não vota. Eu não entendo como, se o Judiciário não tem voto secreto, se a maioria das câmaras de vereadores não tem voto secreto, se as assembleias legislativas não têm voto secreto...

Independente do mérito, V. Ex^a foi feliz. O importante é abrir o voto e a população que julgue o voto de cada um. A população nos passa uma procuração para aqui defendermos em tese os interesses do povo brasileiro. Como é que a população vai saber como estamos agindo se as votações são secretas? Então, isso é inadmissível.

Sempre dou o exemplo dos vetos. Eu, que estou aqui há 25 anos, já cansei de ver dezenas, centenas, milhares de projetos – porque são milhares – serem aprovados por unanimidade. O que aconteceu? Vem o veto e ele é mantido. Aí não dá para entender. Alguém está faltando com a verdade. Por isso, acho que é fundamental que haja uma cruzada nacional pelo fim do voto secreto.

Meus parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

Com essa rápida explicação da minha posição em defesa do voto secreto, dou por encerrada esta sessão do Senado da República.

Que Deus abençoe a todos nós nesta longa caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.080, DE 2011

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Heitor de Azevedo Picanço, aos oitenta e sete anos, ocorrido no dia 29 de agosto de 2011.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no dia 29 de agosto de 2011, do Senhor Heitor de Azevedo Picanço, aos oitenta e sete anos de idade. Heitor de Azevedo Picanço foi Prefeito de Macapá por duas vezes, Prefeito de Santana por uma vez e Tesoureiro-Geral do Estado do Amapá. Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do falecido.

Sala da Sessão, 30 de agosto de 2011. – Senador **Geovani Borges** (PMDB-AP).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.081, DE 2011

Requeiro, com base no art. 74 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão temporária composta por cinco membros, para, no prazo de cento e vinte dias, estudar e elaborar proposição(ões) legislativa(s) que vise(m) o aperfeiçoamento e a adequação do nosso ordenamento jurídico às necessidades decorrentes da organização e realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Para tanto a Comissão Temporária poderá realizar audiências públicas nas cidades-sede, ouvir autoridades e especialistas sobre o tema.

Imperativo considerar que o evento ensejará a vinda de grande contingente de agremiações e turistas de várias nacionalidades, a exigir aparelhamento jurídico que contemple possíveis adversidades durante a sua realização, notadamente na área da segurança pública.

Considere-se, ainda, que os resultados dos trabalhos desta Comissão Temporária servirão de base para a organização dos Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, de agosto de 2011. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.082, DE 2011

Nos termos do inciso I, do art. 256, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2011, que “estabelece regime especial para a definição da área de reserva legal em propriedade ou posse situada na Amazônia Legal”, de minha autoria, seja retirado.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos do § 2º, I, do art. 256 do Regimento Interno.

Dessa forma, o requerimento objeto do Ofício SF nº 1.517/2011, que solicitava a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, perde o seu objeto e deixa de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 83, DE 2011****Estabelece a maioridade civil e penal
aos dezenove anos, tornando obrigatório
o exercício do voto nesta idade.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 14 e 228 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.

.....
§ 1º

I – obrigatórios para os maiores de dezenove anos;

II –

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos.” (NR)

“Art. 228. A maioridade é atingida aos 16 (dezesseis) anos, momento a partir do qual a pessoa é penalmente imputável e capaz de exercer diretamente todos os atos da vida civil.” (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A crescente urbanização da população brasileira e a quase universalização da educação básica, acompanhadas do amplo acesso aos meios de comunicação, tem propiciado a nossos jovens conhecimento cada vez mais precoce sobre seus direitos e deveres

de cidadão, contribuindo para acelerar seu processo de amadurecimento social, e tornando-os aptos a agir em conformidade com as leis vigentes.

O ordenamento jurídico não tem deixado de reconhecer essa nova realidade. A Constituição de 1988 permitiu, já em seu texto original, que os jovens de 16 anos pudessem votar. Essa simples faculdade, temos certeza, contribuiu decisivamente para que o processo de redemocratização fosse tão exitoso. Também com grande sucesso, o Novo Código Civil, de 2002, reduziu a maioridade civil de 21 para 18 anos, igualando-a à idade de imputabilidade penal.

Todavia, consideramos tais medidas tímidas e pontuais. O Estado não pode continuar negando à parcela importante da população brasileira o reconhecimento de sua plena cidadania. Tratar o maior de 16 anos como cidadão implica conferir-lhe os mesmos direitos de que os demais gozam, permitindo que pratiquem pessoalmente todos os atos de sua vida civil, como, por exemplo, contrair casamento, celebrar contratos, postular em juízo, viajar para o exterior, dirigir veículo, etc. Estamos inteiramente persuadidos de que, aos 16 anos, o jovem está preparado para a maioridade e, portanto, para conquistar a vida adulta.

Como contrapartida óbvia, o mesmo jovem deve submeter-se a todas as obrigações previstas nas leis brasileiras, suportando as sanções decorrentes de sua desobediência.

Em síntese, a proposta ora apresentada trata o jovem de 16 anos como integral sujeito de direitos e obrigações, pressuposto para que construam, desde cedo, uma vida cívica em prol do País. Essa é a razão pela qual acreditamos que o voto aos 16 anos deva ser obrigatório, e não mais facultativo, pois nessa idade o jovem já possui plena capacidade de discernimento e de influir nos destinos do País. Se analisarmos bem, o voto facultativo passa a ideia de uma simples concessão, enquanto, a nosso ver, os jovens podem e devem assumir compromissos públicos.

Nesse contexto, a maioridade aos 16 anos é muito mais a consequência do que o foco central do debate que a presente iniciativa quer despertar. Entendemos que muitas propostas caíram no equívoco de reduzir o problema à questão da responsabilidade penal. A discussão que desejamos levar adiante é muito mais rica. O que temos em mente é dotar o maior de 16 anos de plena cidadania, com os direitos e responsabilidades decorrentes dessa nova condição, inclusive na esfera penal.

Portanto, em essência, a questão a ser enfrentada diz respeito a ampliar a cidadania de uma expressiva parcela de brasileiras e brasileiros, conferindo-lhes, a um só tempo, direitos e deveres que a todos alcançam. Como enfatizamos, a presente proposição parte do pressuposto de que os maiores de 16 anos possuem, dado o amplo acesso à informação e a serviços públi-

cos de que dispõem, plenas condições de conquistar definitivamente a sua maioridade.

Sala das Sessões. – Senador Clésio Andrade.

- 1 J. Silveira

2 Silviano

3 Carlo

4 Paulo

5 João

6 Paulo

7 Paulo

8 Paulo

9 Vicente

10 Willy

11 Willy

12 Cecília

13 Rita

14 Anita

15 Adriana

16 Flávia

17 Flávia

18 Flávia

19 Flávia

20 Flávia

21 Flávia

22 Flávia

23 Flávia

24 Flávia

25 Flávia

26 Flávia

27 Flávia

28 Flávia

Acir GURGACZ

JACOB VASCONCELOS

Sérgio Sezen

Franckro

João ALBERTO SOUZA / PMDB / MA

Marcos

WILDE BORGES

Crisitno MACHADO

Willy Heringer

ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Aida Andrade (PPB/RO)

PEDITÁRIO CASSOL

Antônio Almeida (PT - AC)

VALDEMIR RAMOS

ACIO NOCIRIA

LINDSEY DODD

Wendy Farias - PT

Barbara Almeida

Donat

Cecília M. ANDRADE

Flávia M. ANDRADE

Antônio Ribeiro

Flávia Ribeiro

Romero JUCH

Bráulio Maggi

DEL CID

Zezé PERELECA

(A Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, DE 2011

Acrescenta o § 17 ao art. 100 da Constituição Federal, para conceder aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórios o direito de serem pagos com preferência, nos termos do § 2º do mesmo artigo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 17:

"Art. 100.

§ 17. O disposto no § 2º deste artigo quanto à preferência no pagamento de precatórios, se aplica, nesses mesmos termos, aos pensionistas e dependentes das pessoas que tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data da expedição do precatório.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Entendemos que o contexto individual e social que fundamenta a concessão de prioridade no pagamento de precatórios às pessoas com 60 anos de idade ou mais na data da expedição do precatório se aplica, pelas mesmas razões, a quem depende dessa pessoa para viver.

Ou seja, os seus dependentes e, eventualmente, seu (ou sua) pensionista.

Por essa razão, observamos ser necessário o exame e a aprovação de uma proposição legislativa que, reconhecendo o senso de justiça e equidade que presidem a norma ora emendada, contribui para lhe sanar uma importante omissão.

Ante todo o exposto, e certo de que a presente proposição contribui sobremaneira para aperfeiçoar a ordem jurídico-constitucional brasileira no sentido da justiça e da segurança jurídica, solicitamos aos eminentes pares o apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões. – Senador **Paulo Paim**.

ASSINATURA

SENADOR

July 2002
Wet season
Amur Falcon migration
South Africa
January
DRR
South Africa
South Africa
September
December
South Africa
September
December
South Africa
September
December

Yanis Canto
Douglas Luis Santiago
Martins

Gustavo Borges
Diego da Paixão
TAVARES NY

AND AMERICA COFFERS
Ronaldo Souza
Sergio George
Vinicius Carvalho
WILSON MACHADO

Rodrigo Oliveira
A.C.R.

Humberto Corra
P. G.

ASSINATURA

Richard FERREIRA
DECÍLIO AMARAL
Ronaldo REBELO
Marcos AUREOLI

Renato Góes
Jeanne BENE
Antônio CARLOS VIEIRAS
WELINGTON DIAS
WVAT 21/7/94

~~Marcelo~~ Mais repetido
~~BRASIL~~ ~~Brasil~~
~~BRASIL~~ ~~Brasil~~
Mais ZANZIBAR
Zézé PEREIRA
Minas Gerais
Abelardo
S. Paulo
Maria CHAMON de MUSC

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

**CAPÍTULO III
Do Poder Judiciário****Seção I
Disposições Gerais**

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fractionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do

precatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 6º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 7º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 8º É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 9º No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação

administrativa ou judicial. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 10. Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas no § 9º, para os fins nele previstos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 11. É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 14. A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

§ 15. Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar a esta Constituição Federal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 16. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 527, DE 2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras manterem dispositivos antifurto que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) em caso de tentativa ilícita de abertura.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter dispositivos antifurto que tornem inadequadas à circulação as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) em caso de tentativa ilícita de abertura.

§ 1º Consideram-se tentativas ilícitas de abertura qualquer artifício visando furto, roubo, violação, extravio ou arrombamento, inclusive mediante explosão, choque e alta temperatura.

§ 2º Os dispositivos antifurto referidos no **caput** devem obedecer aos seguintes requisitos:

- I – assegurar o reconhecimento da legitimidade das cédulas;
- II – assegurar que o dano foi provocado por equipamento antifurto;
- III – assegurar que os danos provocados são resistentes à ação de agentes químicos ou de outros agentes que possam suprimir ou reduzir a evidência do dano;
- IV – não colocar em risco a integridade física dos usuários dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos).

Art. 2º As instituições que utilizem os dispositivos antifurto de que trata esta Lei devem comprovar ao Banco Central do Brasil o atendimento dos requisitos descritos no § 2º do art. 1º desta Lei, por meio de apresentação das especificações técnicas e de certificações e testes elaborados por entidade certificadora habilitada para executá-las.

Art. 3º As instituições financeiras devem fixar placa em local de destaque dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) informando a existência dos dispositivos antifurto de que trata esta Lei.

Art. 4º Compete às instituições financeiras a manutenção dos registros das ocorrências que provocarem o acionamento dos dispositivos antifurto.

Art. 5º Em caso de acionamento accidental do dispositivo antifurto ou de tentativa frustrada de furto ou roubo, as instituições financeiras ressarcirão o Banco Central do Brasil pelos custos de análise e de fabricação e distribuição da cédula a ser reposta.

Art. 6º O descumprimento das disposições desta Lei sujeita as instituições financeiras e os seus administradores às penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 dias da data de sua publicação.

Justificação

Os ataques a caixas eletrônicos (postos de autoatendimento) vêm se tornando uma ocorrência comum no Brasil. Nos últimos meses, a imprensa tem noticiado dezenas de atentados, normalmente com o uso de explosivos, mas também das formas mais inusitadas, como destruindo o equipamento a marretadas ou mesmo o removendo por completo em um veículo de carga.

Tem-se atribuído o aumento desses episódios à relativa facilidade e rapidez de execução, aliadas ao alto retorno para os bandidos. Destarte, quadrilhas antes dedicadas a assaltos a bancos, roubos de cargas, tráfico de drogas e outros delitos estariam migrando para os ataques a caixas eletrônicos, usualmente perpetrados em lugares ermos e de madrugada.

Essa realidade vem acarretando imensos prejuízos às instituições financeiras, aos estabelecimentos comerciais que os abrigam e ao público em geral, que se vê coagido a mudar hábitos e viver com medo cada vez que vai realizar uma simples operação bancária.

Esse tipo de crime levou muitas instituições financeiras a tomarem elas próprias a iniciativa de instalar dispositivos antifurto que inutilizam as cédulas depositadas no interior dos caixas, quando ocorrem ataques. Nisso, seguiram o exemplo de países que praticamente acabaram com esse problema a partir da adoção desses “sistemas inteligentes” de segurança.

Enquanto isso, o Banco Central do Brasil (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN), a quem caberia zelar pelo funcionamento harmonioso do sistema financeiro, apenas em junho de 2011 começaram a abrir os olhos para o problema, por meio da edição da Resolução CMN nº 3.981, das Circulares nºs 3.538 e 3.540, e da Carta-Circular nº 3.515.

Todavia, tratou-se de uma resposta tímida e insuficiente, na medida em que tão somente aborda a questão da possível substituição das cédulas suposta-

mente danificadas pelos dispositivos antifurto e ainda em circulação.

O Projeto que ora apresentamos dá um passo adiante, aproveitando partes relevantes das normas vigentes e tornando legalmente obrigatório o uso de tais dispositivos por parte das instituições financeiras. Com tal medida, deixa de existir a razão primeira para a ação dos bandidos: dinheiro fácil.

Estamos seguros de que os custos incorridos serão mais do que compensados pela redução dos delitos. Aliás, o fato de que os bancos já vêm adotando essa providência só comprova isso. Resta estendê-la a todos os caixas eletrônicos do País.

Não entramos na seara normativa das autoridades monetárias, a quem cabe continuar regulamentando a matéria, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, mas estamos certos de estar contribuindo para minorar e quiçá estancar essa onda criminosa. Para tanto, contamos com o apoio dos ilustres colegas Parlamentares.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Vide texto compilado

Mensagem de veto

(Vide Decreto-Lei nº 2.065, de 1983)

Vigência

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO V Das Penalidades

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

I – Advertência.

II – Multa pecuniária variável.

III – Suspensão do exercício de cargos.

IV – Inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras.

V – Cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais, ou privadas.

VI – Detenção, nos termos do § 7º deste artigo.

VII – Reclusão, nos termos dos artigos 34 e 38, desta lei.

§ 1º A pena de advertência será aplicada pela inobservância das disposições constantes da legislação em vigor, ressalvadas as sanções nela previstas, sendo cabível também nos casos de fornecimento de informações inexatas, de escrituração mantida em atraso ou processada em desacordo com as normas expedidas de conformidade com o art. 4º, inciso XII, desta lei.

§ 2º As multas serão aplicadas até 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, sempre que as instituições financeiras, por negligência ou dolo:

a) advertidas por irregularidades que tenham sido praticadas, deixarem de saná-las no prazo que lhes for assinalado pelo Banco Central da República do Brasil;

b) infringirem as disposições desta lei relativas ao capital, fundos de reserva, encaixe, recolhimentos compulsórios, taxa de fiscalização, serviços e operações, não atendimento ao disposto nos arts. 27 e 33, inclusive as vedadas nos arts. 34 (incisos II a V), 35 a 40 desta lei, e abusos de concorrência (art. 18, § 2º);

c) opuserem embaraço à fiscalização do Banco Central da República do Brasil.

§ 3º As multas combinadas neste artigo serão pagas mediante recolhimento ao Banco Central da República do Brasil, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo e serão cobradas judicialmente, com o acréscimo da mora de 1% (um por cento) ao mês, contada da data da aplicação da multa, quando não forem liquidadas naquele prazo;

§ 4º As penas referidas nos incisos III e IV, deste artigo, serão aplicadas quando forem verificadas infrações graves na condução dos interesses da instituição financeira ou quando da reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 5º As penas referidas nos incisos II, III e IV deste artigo serão aplicadas pelo Banco Central da República do Brasil admitido recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional, interposto dentro de 15 dias, contados do recebimento da notificação.

§ 6º É vedada qualquer participação em multas, as quais serão recolhidas integralmente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 7º Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem como instituição financeira, sem estar devidamente autorizadas pelo Banco Central da República do Brasil, ficam sujeitas à multa referida neste artigo e detenção de 1 a 2 anos, ficando a esta sujeitos, quando pessoa jurídica, seus diretores e administradores.

§ 8º No exercício da fiscalização prevista no art. 10, inciso VIII, desta lei, o Banco Central da República do Brasil poderá exigir das instituições financeiras ou das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as referidas no parágrafo anterior, a exibição a funcionários seus, expressamente credenciados, de documentos, papéis e livros de escrituração, considerando-se a negativa de atendimento como embaraço à fiscalização, sujeito à pena de multa, prevista no 2º deste artigo, sem prejuízo de outras medidas e sanções cabíveis.

§ 9º A pena de cassação, referida no inciso V, deste artigo, será aplicada pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central da República do Brasil, nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com as penas previstas nos incisos III e IV deste artigo.

Art. 45. As instituições financeiras públicas não federais e as privadas estão sujeitas, nos termos da legislação vigente, à intervenção efetuada pelo Banco Central da República do Brasil ou à liquidação extrajudicial.

Parágrafo único. A partir da vigência desta lei, as instituições de que trata este artigo não poderão impetrar concordata.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, DE 2011

Altera o art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, para determinar que percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta será destinado a programas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A União destinará percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, em programas de manutenção e desenvolvimento do ensino. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Por meio da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, o art. 214 da Constituição Federal determina que o Plano Nacional de Educação (PNE) deve estabelecer meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Desse modo, o Poder Executivo propôs a elevação dessa relação de 5% para 7%, em dez anos, o que tem sido considerado um aumento muito modesto. Assim, por exemplo, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) sugeriu que esse crescimento atingisse 10% do PIB.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) também defende a cifra de 10% como forma de permitir que as obrigações constitucionais do Estado em matéria educacional possam ser cumpridas e que as metas do PNE não representem apenas descolados da realidade.

Todos os níveis e modalidades educacionais do País demandam uma ação mais consistente do Poder Público. Na educação infantil, etapa reconhecida como essencial para todo o percurso educativo dos indivíduos, a persistente omissão do Estado na oferta de vagas em creches foi responsável por um dos maiores fracassos do PNE 2001-2011. Nas demais etapas da educação básica (ensino fundamental e ensino médio), os avanços no atendimento das escolas públicas não foram acompanhados por padrões dignos de qualidade. Apesar dos recentes avanços na oferta de vagas no ensino técnico, considerável contingente de egressos do ensino médio se ressentiu das escassas oportunidades de qualificação profissional. No nível superior, em que o setor público obtém maior destaque em termos de qualidade do ensino e da pesquisa, surge também a deficiência no atendimento da demanda por vagas. Já a educação de jovens e adultos, a especial e a indígena continuam a receber um tratamento de segunda classe, apesar dos esforços dos profissionais da educação que a elas se dedicam.

Ressalvadas as particularidades de cada nível e modalidade de ensino, a escola e a universidade públicas são especialmente atingidas pelos salários baixos de seus profissionais da educação e pelas dificuldades de acompanhar as transformações tecnológicas aplicadas ao ensino, carecendo, muitas vezes, dos mais elementares recursos didáticos e condições físicas de funcionamento.

Ora, diante dos desafios existentes no setor educacional, torna-se primordial destinar-lhes maior montante de recursos públicos. O estabelecimento de nova meta a respeito da proporção do PIB dirigido ao gasto público em educação é de grande relevância, mas pode gerar, no futuro, grande frustração, se não forem criados mecanismos concretos que permitam elevar as aplicações de recursos públicos em educação.

Este projeto de lei dá um passo importante nessa direção. Seu texto altera a destinação de recursos oriundos de dividendos e participações da União, antes vinculados à amortização da dívida pública, substituindo todas as opções por apenas uma que destina 5% para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em 2010, o governo federal recebeu R\$ 32 bilhões de dividendos das empresas controladas pela União, com destaque para a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Eletrobras. Se uma lei como a ora proposta estivesse em vigor naquele ano, a educação teria sido contemplada com mais R\$ 1,6 bilhão.

Concordamos com o economista Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para quem a manutenção da política de conferir prioridade ao uso de recursos públicos em favor da amortização de dívidas não favorece a redução das desigualdades sociais. Por isso, defendemos que os recursos auferidos de dividendos das empresas públicas devam ser utilizados, por exemplo, no incremento da produção nacional, na redução do **deficit habitacional** e de saneamento, bem como na melhoria dos serviços de saúde pública. Este projeto dá início ao esforço para mudar os rumos das políticas de Estado, começando pela educação pública.

Em vista do exposto, peço às Senhoras e aos Senhores Congressistas, o apoio para que este projeto possa transformar-se em lei e constituir um marco na luta contra as desigualdades sociais em nosso País.

Sala das Sessões, – Senadora **Marinor Brito**, PSOL/Pará.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.530, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal indireta, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão destinados à amortização da dívida pública federal:

I – a receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

II – o superávit financeiro dos fundos, das autarquias e das fundações, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimo-

nial do exercício de 1997 e seguintes, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ressalvados: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; o Fundo Nacional da Cultura – FNC, e os recursos provenientes de contribuições diretas dos servidores públicos com finalidade específica;

II – o superávit financeiro dos fundos, das autarquias e das fundações, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1997, 1998 e 1999, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ressalvados: (Redação dada pela Lei nº 10.148, de 21-12-2000)

a) o superávit financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Fundo Nacional da Cultura – FNC, e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ, além dos recursos provenientes de contribuições diretas dos servidores públicos com finalidade específica; (Alínea incluída pela Lei nº 10.148, de 21-12-2000)

b) o superávit financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo – FDEPM e do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC a partir do exercício financeiro de 1998; (Alínea incluída pela Lei nº 10.148, de 21-12-2000)

c) o superávit financeiro do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e o do Fundo da Marinha Mercante – FMM, a partir do exercício financeiro de 1999. (Alínea incluída pela Lei nº 10.148, de 21-12-2000)

III – as disponibilidades financeiras destinadas aos fundos, às autarquias e às fundações, existentes em poder do Tesouro Nacional, no encerramento do exercício de 1996, não comprometidas com os restos a pagar nem compromissadas com operações de financiamento com contrato já assinados ou em fase de contratação, desde que protocolados na instituição antes de 31 de outubro de 1997;

IV – o produto da arrecadação de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, os fundos, as autarquias e as fundações recolherão ao Tesouro Nacional os respectivos superávits, tão logo se encontrem disponíveis os recursos financeiros correspondentes.

(*Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, DE 2011

Altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001 para vedar a emissão de títulos da dívida pública remunerados pela taxa de juros SELIC e por taxas de câmbio, após prazo de dois anos da alteração proposta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 7º, da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 7º

§ 1º Fica vedada a emissão de títulos da dívida pública remunerados pela taxa de juros Selic e por taxas de câmbio.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior passa a vigorar dois anos após a publicação desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Títulos públicos de longa maturação têm, em qualquer lugar do mundo, juros pré-fixados, ou seja, a remuneração dos títulos é conhecida no momento da sua aquisição em leilões. No Brasil, grande parte dos títulos da dívida pública é indexada à taxa de juros Selic.

A taxa de juros Selic é a taxa de juros básica da economia. Este tipo de taxa de juros é utilizada para remunerar os empréstimos de recursos (de curto prazo) negociados no mercado interbancário de reservas. Tal mercado é gerenciado dia a dia por bancos centrais com o intuito de controlar a liquidez da economia, manter as taxas de juros bancárias estáveis e assegurar reservas para o bom funcionamento dos bancos.

Para ilustrar a definição de taxa de juros Selic e o seu papel na economia brasileira passamos a reproduzir trecho abaixo de livro didático de economia:

“A taxa de juros Selic é a taxa que baliza a troca de reservas entre as instituições financeiras. Especificamente, a Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999, define a taxa Selic como a ‘taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para os títulos federais’. Com isso, ficam incluídas todas as operações de trocas de reservas por um dia entre as instituições financeiras e entre essas e o Banco Central no cálculo desta taxa de juros. Esta Circular estabelece também que a partir desta data, a política monetária passa a ser regida pela fixação de metas para a taxa Selic e seu eventual viés – elevação ou redução de potenciais

da meta Selic – visando ao cumprimento da meta de inflação, conforme estabelecido pelo Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999.” (Livro: Economia Monetária e Financeira: teoria e política; página: 185; editora: Campus-Elsevier; 2ª edição: 2007; autores: Fernando Cardim de Carvalho e outros).

Este inusitado arranjo brasileiro impõe uma ligação entre a política monetária (taxa Selic) e a política fiscal de gastos (despesas com a remuneração do serviço da dívida pública), que é, no mínimo, estranha: todas as vezes que a política monetária objetiva elevar a taxa de juros básica da economia, por exemplo, para reduzir a liquidez da economia e conter a inflação, é imposto um custo fiscal resultante dos títulos de maturação mais longa indexados à Selic que o Tesouro emitiu e negociou em mercado aberto. Ademais, nessas circunstâncias, uma elevação da taxa Selic atrairia capitais estrangeiros para o país para a compra de títulos da dívida pública já que eles se tornariam mais atrativos. E, então, haveria pressão por uma valorização cambial, o que pode não ser desejável.

Para finalizar, ainda temos títulos indexados à taxa de câmbio, uma parcela muito reduzida. Mas, no passado, já tiveram grande importância em termos quantitativos. Ocorria que, nas crises cambiais, diante de desvalorizações abruptas do Real, o pagamento do serviço da dívida pública também crescia absurdamente. Por vezes, ocorria uma fuga de capitais e, em consequência, uma desvalorização da taxa de câmbio. Ocasionalmente, a desvalorização ocorria por conta de fatores externos e o resultado era que o nosso custo de serviço da dívida “explodia”.

Pelos motivos expostos, que são da maior relevância, deve-se proibir a emissão de títulos públicos indexados à Selic e à taxa de câmbio – o que evitaria que movimentos da política monetária e da taxa de câmbio imponham custos fiscais ao Governo. Contudo, deve-se conceder um prazo de dois anos para que o Tesouro e o Banco Central possam organizar a mudança, ora proposta, na forma de uma transição suave.

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.179, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2001

Conversão da MPV nº 2.096-89, de 2001

Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 2.096-89, de 2001, que o

Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

.....
Art. 7º O Poder Executivo fixará as características gerais e específicas dos títulos da dívida pública, podendo, inclusive, criar séries específicas de cada título, bem como celebrar convênios, ajustes ou contratos para emissão, colocação e resgate dos títulos.

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução do senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, DE 2011

Acrescenta o art. 94-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 94-A:

“Art. 94-A. A audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões.

Parágrafo único. Cabe à Mesa coordenar a agenda de realização das audiências públicas e reuniões a que se refere o **caput**, com o objetivo de evitar a coincidência de que se trata.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O projeto de resolução que ora apresentamos tem o objetivo de resolver problema hoje vivenciado por todo o Senado.

Trata-se do verdadeiro congestionamento de audiências públicas e de reuniões que ocorrem em praticamente todos os dias da semana e a todas as horas no Senado Federal.

Essas audiências públicas realizadas em reuniões extraordinárias das comissões pertinentes, assim como as reuniões das comissões temporárias e subscomissões, no mais das vezes, coincidem com as reuniões ordinárias de outras comissões, provocando um grande transtorno nas agendas dos Senadores, em prejuízo para os trabalhos da Casa.

Com efeito, como não há uma coordenação mínima entre as Comissões para a realização dessas audiências públicas extraordinárias ocorre que muitas vezes são realizadas simultaneamente diversas dessas audiências e os Senadores ficam impedidos de participar dos debates de temas importantes, por terem de estar presentes nas reuniões ordinárias das comissões das quais são membros, em prejuízo para os trabalhos parlamentares e para a própria sociedade.

Desse modo, para sanar tal problema é que estamos propondo que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão e demais reuniões de comissões temporárias e subcomissões não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões.

Ademais, estamos propondo que seja atribuída à Mesa – como órgão dirigente dos trabalhos da Casa – a função de coordenar a realização dessas audiências públicas, por meio de agenda específica.

Certos de que a adoção das medidas ora propostas contribuirá para o aperfeiçoamento dos trabalhos do Senado Federal, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o seu aperfeiçoamento e ulterior aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Cyro Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 41, de 2011**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 274, de 28 de agosto de 2011**, da Senadora Vanessa Grazziotin.

É o seguinte o ofício:

OFÍCIO GSVGRA Nº 274/2011

Brasília, 28 de agosto de 2011

Senhor Presidente,
Em face da aprovação do Requerimento nº 1.026/2011, no tocante à diligência a ser realizada

nesta data pela CPI do Tráfico Nacional e International de Pessoas no Rio de Janeiro, comunico a Vossa Excelência que, por conflito de agenda, não pude comparecer à referida missão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência a minha expressão da mais alta estima e apreço.

Atenciosamente, – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do **Ofício nº 1/2011-CMMC**, comunicando a instalação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, bem como a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 001/2011-CMMC

Brasília, 30 de agosto de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia de hoje, 30 de agosto do ano em curso, foi instalada a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, conforme disposto na Resolução nº 4, de 2008-CN, tendo sido eleita a seguinte Mesa:

Presidente: Senador Sérgio Souza

Vice-Presidente: Deputado Alfredo Sirkis

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Ciro Nogueira e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores é sempre gratificante vir a esta tribuna para discorrer sobre boas notícias, desenvolvimento econômico e desempenhos satisfatórios de municípios do Piauí, estado que tenho a honra de representar nesta Casa do Parlamento brasileiro.

Venho hoje aqui para saudar a expansão das exportações feitas a partir da cidade de Piripiri, município do Norte do Piauí, onde vivem 62 mil pessoas.

Sr. Presidente, dados recentemente divulgados pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí demonstram que o município de Piripiri ampliou sete vezes o volume de suas vendas externas no segundo trimestre deste ano, em comparação ao trimestre imediatamente anterior.

O volume exportado somou 8,692 milhões de dólares. Isso fez com que as exportações feitas por empresas de Piripiri superassem até mesmo a capital do Estado. Também ficou à frente de Parnaíba e Campo Maior, que são importantes pólos de atividade econômica no Piauí.

O feito de Piripiri enche-se de importância porque os números de crescimento das exportações feitas a partir daquele município foram sete vezes maiores no segundo trimestre de 2011.

Entretanto, senhoras e senhores senadores, devo destacar que o número das exportações em Piripiri não se encerra em si. Isso porque cabem mais leituras no documento no qual esse dado está inserido: Conjuntura Econômica do Piauí – boletim analítico da Fundação Cepro.

Diz o boletim que os municípios com maior destaque nas exportações encontram-se no centro-norte do Piauí: Parnaíba, Teresina, Altos, Campo Maior, Castelo do Piauí, Pedro II e Piripiri.

Cada uma dessas cidades tem focos específicos em suas trocas comerciais. Em Piripiri é a cera de carnaúba. Em Parnaíba segue crescente a produção e venda externa de frutas orgânicas.

A cidade litorânea mais importante do Piauí está em vias de sediar uma Zona de Processamento para Exportação. Um porto em obras certamente vai lhe conferir meios para aumentar as vendas para o exterior. Aliás, um porto fará muito pelo aumento das vendas internacionais de produtos do Piauí.

Neste sentido é que consideramos fundamental que se avancem nas obras do porto de Luís Correia.

Também é necessário que o Aeroporto de Parnaíba seja viabilizado não apenas como emissor e receptor de turistas para o litoral do Piauí ou Rota das Emoções – a fantástica junção das belezas de Jericoacoara, no Ceará; Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses.

O aeroporto de Parnaíba precisa também ser um terminal de carga para exportação e importação. Com crescentes volumes de produtos para exportação – entre eles frutas orgânicas – parece bastante razoável que foquemos em um terminal de cargas no aeroporto de Parnaíba.

Porto, aeroporto se completam com outros dois modais de transporte: o ferroviário e o rodoviário, que seguem satisfatórios para as atuais demandas de

turismo e exportação. Há, contudo, que se cuidar da reativação do transporte ferroviário para o litoral, favorecendo a produção e o comércio em cidades como Parnaíba. Um ramal ferroviário para Parnaíba é passo essencial como instrumento de expansão da economia e das vendas externas do Piauí.

Sr^{as} e Srs. Senadores, considero importante lembrar, também, que a melhoria dos modais de transporte deve favorecer também as vendas das commodities agrícolas produzidas em solo piauiense.

Nunca é demais lembrar que todos os investimentos em infraestrutura viária, capazes de reduzir os custos para vendas de produtos e compra de insumos, favorecem a nossa economia voltada para a exportação.

Desse modo, senhor presidente, considero essenciais para o crescimento econômico do Piauí a conclusão do Porto de Luís Correia, o uso do aeroporto de Parnaíba como terminal de cargas, a revitalização do ramal ferroviário para o litoral, bem como mais investimentos na melhoria da malha rodoviária de todo o nosso Estado.

Para encerrar, quero lembrar que, na última década, conforme o Censo 2010 do IBGE, somente quatro estados brasileiros tiveram crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 40%. Um deles é o Piauí, com evolução acumulada de 42%.

Os índices mostram que podemos não só consolidar esse crescimento como podemos também ir além. Temos potencial para atingirmos uma posição de destaque no cenário nacional e internacional. E eu, mais do que ninguém, acredito no meu Piauí.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com satisfação que deseo registrar o recebimento da publicação Análise da Seguridade Social em 2010, produzida pela equipe técnica da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP).

De início, desejo agradecer o recebimento dessa publicação e me manifestar sobre a qualidade do seu conteúdo. Trata-se de uma avaliação aprofundada e detalhada da Previdência Social e de seu Orçamento, que analisa receitas e despesas da Seguridade Social no Brasil, contextualizando-as no quadro econômico contemporâneo.

É elogável esse trabalho da Associação, que não se limita a defender os interesses de seus associados. Ela avança muito além disso e, valendo-se da expertise de seus membros, presta um excelente serviço à sociedade brasileira, informando-a sobre assunto de interesse tão grande quanto geral.

Aliás, não é de hoje que a ANFIP dá essa importante contribuição ao debate das questões da Previdência Social. Já há quase duas décadas a Associação edita, todos os anos, uma série de análises sobre a Seguridade Social brasileira, seu orçamento e os seus programas voltados à saúde, à previdência e à assistência social, aos benefícios e à prestação dos serviços públicos nessas áreas.

Sempre em busca de aperfeiçoamentos nesse trabalho, a ANFIP está anunciando também que pretende expandi-lo a todo o orçamento federal. Certamente teremos aí uma nova fonte de informações relevantes e abalizadas para melhor entender as contas públicas e para discuti-las com mais profundidade.

Além disso, a Associação está construindo um banco de dados com informações sobre receitas e despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que permitirá aos interessados pesquisar e comparar a execução orçamentária da União de vários exercícios.

Apenas a título de exemplo da relevância da publicação da ANFIP a que estou me referindo, gostaria de citar uma informação que ela traz à luz. Percorrendo-se as páginas dessa publicação, aprende-se que, em 2010, o avanço da economia foi muito importante para o financiamento da Seguridade Social no País, que teve resultados bastante positivos.

A publicação conclui pelo acerto da política do Governo do Presidente Lula no enfrentamento da crise econômica de 2008 que incluiu corte de juros, ampliação do crédito, corte de impostos e flexibilização das metas de superávit do setor público.

Essas medidas permitiram que se atravessasse a crise e se chegasse a 2010 com expressivo crescimento econômico, o que aumentou as receitas da Previdência. Verifica-se, portanto, segundo o documento da ANFIP, que as políticas governamentais inclusivas e integradas, no campo das políticas monetária e fiscal, se revelam melhores e mais efetivas que os cortes de benefícios previdenciários que muitos propõem.

Graças à Seguridade Social, segundo a análise da Associação, conseguiu-se financiar as políticas de reajustes reais do salário mínimo, de programas de benefícios assistenciais de prestação continuada, do Bolsa-Família e outros, o que ajudou a manter a economia em alta.

Assim, quero saudar mais uma vez esse trabalho, que tão excelente contribuição traz ao debate sobre questões tão relevantes à vida nacional. Parabéns à ANFIP e aos seus dirigentes por essa magnífica contribuição no sentido da informação da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai

encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2011, que altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010, o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 24.08.2011)

Relator revisor: Senador Vital do Rêgo
(Sobrestando a pauta a partir de: 13.06.2011)

Prazo final prorrogado: 08.09.2011

2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR**

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011*)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011*)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emen-

da nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 37, DE 2011

(*Reforma Política*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.*

Parecer sob nº 382, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2011

(*Reforma Política*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, tendo como primeiros signatários os Senadores José Sarney e Francisco Dornelles, que *altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.*

Parecer sob nº 633, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Pedro Taques, Inácio Arruda, Pedro Simon, Alvaro Dias e Waldemir Moka.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 42, DE 2011

(*Reforma Política*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2011, tendo como primeiros signatários os Senadores José Sarney e Francisco Dornelles, que *acrescenta o § 3º ao art.*

45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.

Parecer favorável, sob nº 661, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

9
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

13
REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

14
REQUERIMENTO Nº 924, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 924, de 2010, da Senadora Serys Sihessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei Senado nº 502, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (concede seguro-desemprego ao trabalhador rural).

15
REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelen-

tíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

16

REQUERIMENTO Nº 1.031, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.031, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (cinema para pessoas com deficiência auditiva e visual).*

17

REQUERIMENTO Nº 1.032, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.032, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *Solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, além das Co-*

missões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

18

REQUERIMENTO Nº 1.033, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.033, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (esclarecimento nos cinemas sobre danos causados com o uso de drogas).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 2 minutos.)

RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

(Artigo 256 do Regimento Interno)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
355-M	Cristovam Buarque	43, II	13 a 15.09	Retirado pelo Requerimento nº 380, de 2011-M.

Artigos 13, 40 e 43, II do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
378-M	Humberto Costa	13	30.08	Atividade Parlamentar
379-M	Cristovam Buarque	13	01.09	Atividade Parlamentar
381-M	Mário Couto	40	30.08 a 01.09	Atividade Parlamentar
382-M	Armando Monteiro	13	30.08	Atividade Parlamentar
383-M	Eduardo Braga	43, II	01, 06 e 08.09	Licença Particular

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney**30/08/2011****terça-feira**

- 11h **Recebe a Senhora Cintia Ticianeli, presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado do Maranhão e Pará e os senhores Arlindo Farias, do Rio Grande do Norte, Pedro Robério Nogueira, de Alagoas, Gerson Carneiro Leão, do Conselho do Agronegócio da Câmara Setorial do Açúcar e Cana da CNA, Pedro Luciano, Diretor-Executivo do Fórum Sucroalcooleiro**
Sala de Audiências
- 11h30 **Ministro José Múcio Monteiro Filho, do Tribunal de Contas da União**
Sala de Audiências
- 12h **Presidente Regildo Wanderley Salomão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá e o Conselheiro Ricardo Soares Pereira de Souza, Vice-Presidente**
Sala de Audiências
- 14h30 **Reunião da Bancada do PMDB com o Senador Luiz Henrique, Relator da matéria do Código Florestal**
Gabinete da Liderança do PMDB
- 15h30 **Recebe o Senador Rodrigo Rolemberg e o Deputado Sibá Machado acompanhados de representantes do Fórum de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, fundações de apoio à pesquisa, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Academia Brasileira de Ciências**
Sala de Audiências
- 16h **Ordem do Dia**
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾	

Notas:

- *. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
- 1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
- 2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
- 3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
- 4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
- 5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPL, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁰⁾	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDABG)

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDABG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 15

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁴⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,17,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
- 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
- *****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
 5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
 7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
 8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
 10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
 12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
 13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) (6)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽¹⁰⁾	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 27/06/2011

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR)^(1,7)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)⁽⁶⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI)⁽²⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM)⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA)⁽⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾

PP

Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 14/07/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1^a reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1^a reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1^a Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	José Agripino (DEM)
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.07.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

- 1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
- 2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



Edição de hoje: 246 páginas

OS: 2011/14501